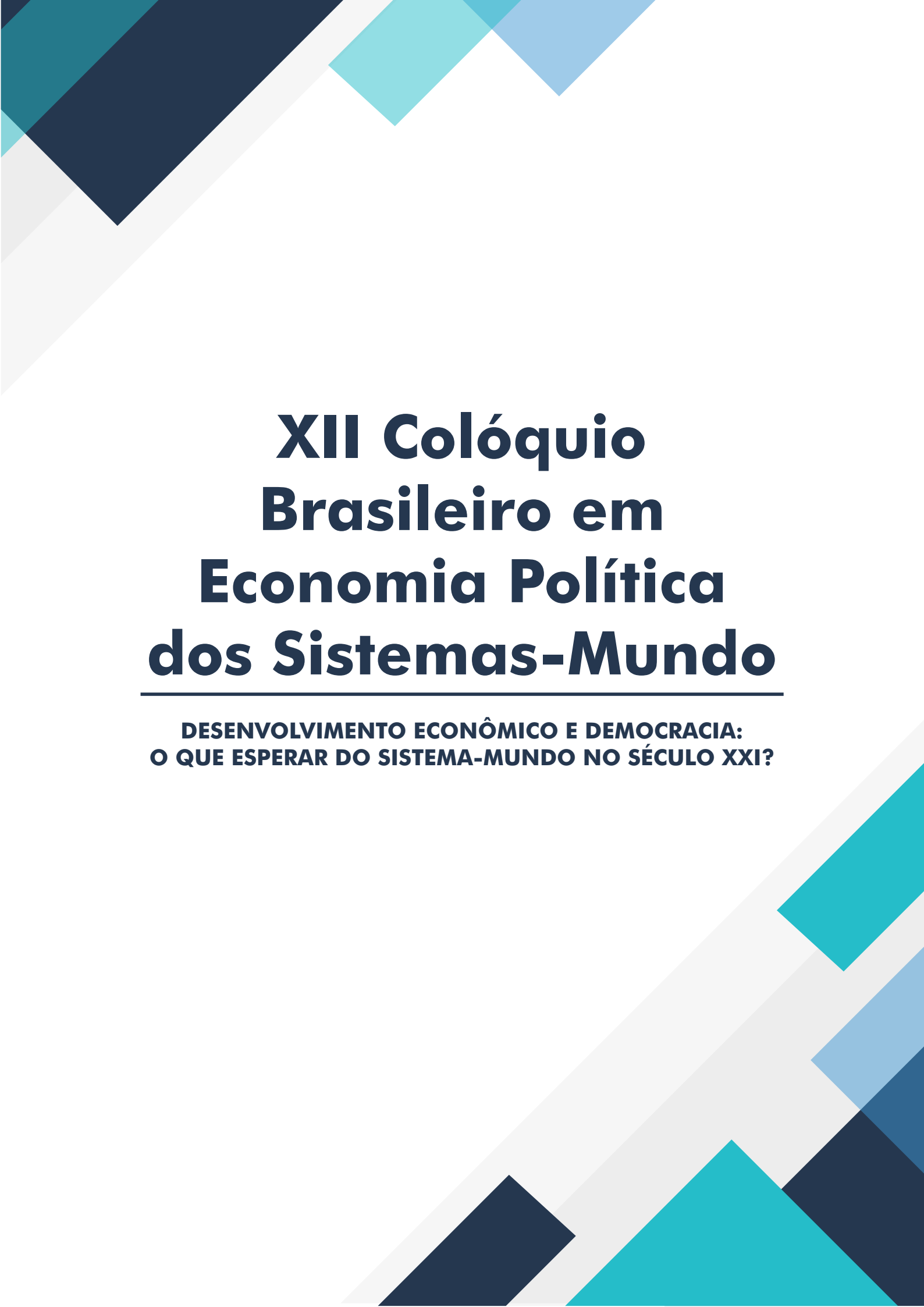




XII Colóquio Brasileiro em Economia Política dos Sistemas-Mundo

**DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E DEMOCRACIA:
O QUE ESPERAR DO SISTEMA-MUNDO NO SÉCULO XXI?**

Anais do XII Colóquio Brasileiro em Economia Política dos Sistemas-Mundo

Desenvolvimento Econômico e Democracia: o que esperar do
sistema-mundo no século XXI?

XII Brazilian colloquium on political economy of the world-system

economic development and democracy: what to expect from the
world-system in the 21st century?

Fábio Pádua dos Santos
Helton Ricardo Ouriques
Pedro Antonio Vieira
(Orgs.)

Anais do XII Colóquio Brasileiro em Economia Política dos Sistemas-Mundo

Desenvolvimento Econômico e Democracia: o que esperar do
sistema-mundo no século XXI?

XII Brazilian colloquium on political economy of the world-system

economic development and democracy: what to expect from the
world-system in the 21st century?

Florianópolis, SC

UFSC

2018

Catálogo na fonte pela Biblioteca Universitária da
Universidade Federal de Santa Catarina

C719a Colóquio Brasileiro em Economia Política dos Sistemas-Mundo (12. : 2018 :
Florianópolis, SC)

Anais do XII Colóquio Brasileiro em Economia Política dos Sistemas-Mundo [recurso eletrônico] : desenvolvimento Econômico e Democracia: o que esperar do sistema-mundo no século XXI? = XII Brazilian colloquium on political economy of the world-system : economic development and democracy: what to expect from the world-system in the 21st century? / comissão organizadora: Fábio Pádua dos Santos, Helton Ricardo Ouriques, Pedro Antonio Vieira ; organização: Grupo de Pesquisa em Economia Política dos Sistemas-Mundo. – Dados eletrônicos. – Florianópolis : CSE/UFSC, 2018. 195 p. : gráfs., tabs., mapas.

Evento realizado na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) entre os dias 27 e 28 de agosto de 2018.

Modo de acesso: <http://gpepsm.paginas.ufsc.br/eventos/>
ISBN 978-85-45535-89-8

1. Economia – Congressos. I. Santos, Fábio Pádua dos. II. Ouriques, Helton Ricardo. III. Vieira, Pedro Antonio. IV. Grupo de Pesquisa em Economia Política dos Sistemas-Mundo (GPEPSM/UFSC).

CDU: 330.34

Promoção e Realização

Grupo de Pesquisa em Economia Política dos Sistemas-Mundo (GPEPSM)

Apoios e Patrocínios

Universidade Federal de Santa Catarina

Centro Sócioeconômico

Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais

Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina

Anais

Organização dos Anais

Fábio Pádua dos Santos

Helton Ricardo Ouriques

Pedro Antonio Vieira

Capa

Fábio Pádua dos Santos

Diagramação

Fábio Pádua dos Santos

Anais do XII Colóquio Brasileiro em Economia Política dos Sistema-Mundo

Desenvolvimento Econômico e Democracia: o que esperar do
sistema-mundo no século XXI?

27 e 28 de agosto de 2018 | UFSC | Florianópolis, SC

Organização

Grupo de Pesquisa em Economia Política dos Sistemas-Mundo

GRUPO DE PESQUISA EM ECONOMIA POLÍTICA DOS SISTEMAS-MUNDO

Endereço:

Universidade Federal de Santa Catarina

Campus Universitário - UFSC

Caixa postal: 5109

Florianópolis - SC

CEP: 88040-790

E-mails para contato:

helton.ricardo@ufsc.br

gpepsm@contato.ufsc.br

Site:

www.gpepsm.ufsc.br

Comissão Organizadora

Fábio Pádua dos Santos (UFSC)

Helton Ricardo Ouriques (UFSC)

Pedro Antonio Vieira (UFSC)

Comitê Científico

Antonio Brussi (UnB)

Eduardo Mariutti UNICAMP

Rosângela Vieira – UNESP

Pedro Antônio Vieira – UFSC

SUMÁRIO

Apresentação	8
Programação	10
TEORIA	12
Das <i>global commodity chains</i> às cadeias globais de valor Gustavo Gatto Gomes.....	13
HEGEMONIA	33
The sinocentric world-system in the 10th-15th centuries: secular structures and the China-Vietnam-Champa triangle Bruno Hendler	34
Da ascensão e crise da hegemonia norte-americana e a arrancada chinesa para o desenvolvimento durante a década de 1980 Luiz Fernando Mocelin Sperancete.....	57
MOVIMENTOS ANTSSISTÊMICOS.....	74
Em tempos de crise do sistema-mundo: as “ocupações” como movimento democrático contra a exploração do capital Ana Paula Krumel	75
Sistema-mundo e movimentos antissistêmicos: uma análise crítica da Venezuela pós-chávez Charles Pennaforte e Fabiana Oliveira	90
A Bolívia frente ao dilema do avanço dos processos democráticos no século XXI: a antinomia universalismo e particularismo Douglas Campanini Maciel.....	104
BRASIL	125
Desenvolvimento e democracia na economia-mundo capitalista: um olhar sobre a semiperiferia brasileira na Era (Neo)liberal Wolney de Carvalho e Jales Dantas da Costa.....	126
A atual instabilidade política brasileira como componente de uma onda Rodrigo Luiz Medeiros da Silva e Lucimara Flavio dos Reis	146
DESIGUALDADES	160
Rethinking the world-economy: sugar, slavery and the atlantic revolution Roberto Patricio Korzeniewicz and Corey Payne	161
As lógicas de dominação e subordinação dos estados-nação na geopolítica dependente do sistema-mundo Arnaldo dos Santos Vaz Neto e José Raimundo Barreto Trindade	184

Apresentação

Abundância material, liberdade individual e participação efetiva nos destinos da nação podem ser consideradas as três principais promessas da economia-mundo capitalista e também suas maiores vantagens frente a outros sistemas-sociais, sejam os que lhe antecederam, sejam os que pretendiam substituí-lo, como os experimentos socialistas que conhecemos. Contudo, mesmo atualmente, tanto o desenvolvimento econômico quanto a democracia – avaliada pela extensão do sufrágio universal e pelo nível de desigualdade – são fenômenos restritos ao centro do sistema-mundo moderno e não se desenvolveram simultaneamente. A ampliação das franquias democráticas nos países do centro, iniciada com a Revolução Francesa, se deu no século XX, quando esses Estados já contavam com as condições para se apropriar de grande parte da riqueza gerada na economia-mundo, o que lhes permitiu atender as demandas de suas populações para aumentar sua participação nas decisões políticas e na renda. Esse descompasso entre desenvolvimento econômico e democracia é mais perceptível nos países periféricos que se desenvolveram no século XX: Japão, Coréia do Sul e mais recentemente China. A periferia – por exemplo, a África e América Latina – até hoje não experimentaram nem desenvolvimento econômico nem democracia. O Brasil, que pode ser considerado semiperiferia, apresenta um quadro curioso: Entre 1930-80, quando ocorreram as mais altas taxas de crescimento econômico e o país passou da periferia para a semiperiferia, praticamente não houve democracia. Quando esta entra em uma fase de fortalecimento a partir de 1985/88, o crescimento econômico se torna inexpressivo. E nos últimos 2 anos, a própria democracia parece ameaçada.

Em suma, desenvolvimento econômico e democracia – os dois maiores atrativos da economia-mundo capitalista – são privilégio de uma pequena parcela da população mundial e não são fenômenos necessariamente interligados. Se esse é o balanço a que se chega após 500 anos de história, o que se pode esperar na atual conjuntura de crise (terminal?) do moderno sistema-mundo?

Em sua 12ª Edição, o Colóquio Brasileiro em Economia Política dos Sistemas-Mundo convidou pesquisadores para debater essas e outras questões a partir de uma perspectiva histórico-mundial. As respostas ao nosso convite encontram-se reunidas nos Anais e o leitor poderá julgar o quanto elas contribuem para aumentar nossa compreensão da temática geral do Colóquio.

Neste esforço de compreensão, após dois dias de encontro, não poderíamos deixar de destacar nossa dívida intelectual com o professor Christopher Chase-Dunn. Além de um cientista social brilhante, a maneira como ele demonstrou articular a Análise dos Sistema-Mundo com o ativismo político em torno das demandas por igualdade

certamente será um ponto de inflexão no desenvolvimento da Perspectiva dos Sistemas-Mundo no Brasil.

Também gostaríamos de agradecer o apoio incondicional dos professores Antonio Brussi, Eduardo Barros Mariutti, Roberto Patrício Korzeniewicz e Rosângela Vieira por estarem sempre dispostos a colaborar no esforço de abrir as ciências sociais no Brasil.

Por fim, gostaríamos de agradecer o apoio institucional da Universidade Federal de Santa Catarina, em especial ao Centro Socioeconômico. Agradecemos também ao Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais que, nos últimos anos, tem apoiado incondicionalmente o GPEPSM, permitindo assim o avanço de nossa agenda de pesquisa. Gostaríamos também de deixar registrado nosso agradecimento à Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC) por disponibilizar os recursos financeiros que viabilizaram a presente edição do Colóquio.

Fábio Pádua dos Santos
Helton Ricardo Ouriques
Pedro Antonio Vieira

PROGRAMAÇÃO

Segunda-feira, 27/8

8h30 - 9h00 - Solenidade de abertura

9h00 – 10h30 - Conferência de abertura

Forging a united front of the global left: a vessel proposal

Christopher Dhase-Dunn (University of California, Riverside)

10h00 a 12h00 - Mesa em homenagem a Theotônio dos Santos

Carlos Eduardo Martins (UFRJ)

Pedro A. Vieira (UFSC)

12h00 – 1h00 - Almoço

14h15 – 15h30 - Apresentação de trabalhos – Mesa 1 – Teoria

Economia-mundo, um conceito histórico braudeliano

André Luiz da Silva (FEF)

Das global commodity chains às cadeias globais de valor

Gustavo Gatto Gomes (UNESP)

15h30 – 17h00 - Apresentação de trabalhos – Mesa 2 – Hegemonia

The sinocentric world-system in the 10th-15th centuries: secular structures and the china-vietnam-champa triangle

Bruno Hendler (UFRJ)

Do greenback ao pós Bretton Woods: a trajetória do dólar de moeda fiduciária anti-sistêmica (1862-1879), até tornar-se uma moeda “fiduciária” imperialista (pós-1973)

Cristiano Abreu (USP)

Da ascensão e crise da hegemonia norte-americana e a arrancada chinesa para o desenvolvimento durante a década de 1980

Luiz Fernando Mocelin Sperancete (UNIP)

17h00 – 18h00 - Intervalo

18h00 – 21h00 – Mesa Redonda - Desenvolvimento Econômico e Democracia: o que esperar do sistema-mundo no século XXI?

Rosângela Vieira (UNESP)

Antonio Brussi (UNB)

Carlos Eduardo Martins (UFRJ)

Pedro A. Vieira (UFSC)

9h00 – 10h30 - Apresentação de trabalhos – Mesa 3 – Movimentos Antissistêmicos

Em tempos de crise do sistema-mundo: as 'ocupações' como movimento democrático contra a exploração do capital

Ana Paula Krumel (UNISINOS)

Sistema-mundo e movimentos antissistêmicos: uma análise crítica da Venezuela pós-chávez

Charles Pennaforte (UFPEL) e Fabiana Oliveira (UNIP)

A Bolívia frente ao dilema do avanço dos processos democráticos no século XXI: a antinomia universalismo e particularismo

Douglas Campanini Maciel (UFRJ)

10h30 – 12h00 - Apresentação de Trabalhos – Mesa 4 - Brasil

Desenvolvimento e democracia na economia-mundo capitalista: um olhar sobre a semiperiferia brasileira na era neoliberal

Wolney de Carvalho (UNILA) e Jales Dantas da Costas (UNB)

A atual instabilidade política brasileira como componente de uma onda

Rodrigo Luiz Medeiros Silva (UNILA) e Lucimara Flavio dos Reis (UNILA)

12h00 14h00 - Almoço

14h00-16h00 – Mesa Redonda - Desenvolvimento regional na perspectiva sistêmica: o caso de Santa Catarina

Silvio A. F. Cário (UFSC)

Hoyêdo Nunes Lins (UFSC)

Marcelo Arend (UFSC)

16h00 – 17h00 - Apresentação de trabalhos – Mesa 5 – Desigualdades

Desenvolvimento econômico e desigualdade: especulações teóricas e tendências empíricas

Roberto Patricio Korzeniewicz (University of Maryland) e Corey Payne (Johns Hopkins University)

As lógicas de dominação e subordinação dos estados-nação na geopolítica dependente do sistema-mundo

Arnaldo dos Santos Vaz Neto (UFPA)

17h00 – 18h00 - Intervalo

18h00 – 21h00 – Mesa Redonda - Desenvolvimento econômico e democracia no Brasil e na América Latina

Helton Ricardo Ouriques (UFSC)

Jales Dantas da Costa (UNB)

Hermes Moreira Jr. (UFGD)

Fábio Pádua dos Santos (UFSC)

TEORIA

DAS GLOBAL COMMODITY CHAINS ÀS CADEIAS GLOBAIS DE VALOR

Gustavo Gatto Gomes*

Resumo: O presente artigo tem como objetivo compreender as diferenças entre os conceitos de *global commodity chains* (GCC), cunhados por Hopkins e Wallerstein, e associado à perspectiva das análises de sistema-mundo, e o de cadeias globais de valor (CGV), amplamente utilizado nos últimos anos. A hipótese verificada é a de que, apesar de haver paralelos entre ambos os termos, e de autores da abordagem das CGV frequentemente se referirem a este conceito como uma espécie de evolução do conceito de GCC, a alegada evolução significou um afastamento das premissas das análises de sistema-mundo. Assim, o trabalho busca em um primeiro momento, recorrendo sobretudo a Wallerstein, compreender o surgimento das análises de sistema-mundo, algumas de suas premissas principais – ressaltando sobretudo a adoção do sistema-mundo como unidade de análise, o foco na longa duração, e a unidisciplinaridade - e como o conceito de GCC pode ser compreendido nesta perspectiva. Na segunda parte, o trabalho visa então detalhar melhor algumas características e tendências do uso do conceito de CGV, compreendendo como estas tendências se distanciam ou não das premissas da perspectiva de sistema-mundo e do conceito de GCC. O artigo conclui que, ainda que a abordagem de CGV não seja incompatível com a perspectiva de sistema-mundo, ela tende ao distanciamento em relação a todas as suas premissas.

Palavras-chave: *Global Commodity Chains*. Cadeias Globais de Valor. Sistema-mundo.

Introdução

A literatura sobre as “cadeias globais de valor” (CGV) geralmente situa na década de 1970 os primeiros trabalhos sobre o tema. Contudo, os termos utilizados na gênese eram outros. Ainda, durante todo o desenvolvimento desta literatura, vários outros termos além de CGV, como globalização e fragmentação das cadeias produtivas - apenas para citar alguns -, foram utilizados. Todos estes termos estão muito relacionados, e podem inclusive ser usados como termos correlatos, ainda que aqueles que utilizam o termo CGV o façam por percebê-lo como um avanço em relação aos demais. A abordagem das CGV acaba sendo vista como uma mais específica da globalização:

Não se pode dissociar a compreensão do surgimento das cadeias globais de valor do fenômeno da globalização econômica, pois ambos os processos caminham juntos e possuem propulsores gerais comuns: novas tecnologias de informação e comunicação; redução nos custos de transporte; liberalização comercial e de investimentos. A formação das cadeias globais seria, na realidade, um aspecto da globalização da produção, refletindo os altos níveis de interconexão entre comércio, investimentos e serviços, visíveis em uma crescente gama de setores... (OLIVEIRA, 2015, p. 47).

Termos como modernização, globalização e, argumentamos, CGV pretendiam retratar uma realidade que se pressupunha inédita. Para grande parte dos estudiosos destes

* Graduado em Relações Internacionais pela Faculdade de Filosofia e Ciências da UNESP – Marília. Mestrando em Ciências Sociais pela Faculdade de Filosofia e Ciências da UNESP – Marília.

termos, portanto, eles descreveriam um fenômeno ao qual era imperativo adaptar-se. Vários órgãos internacionais adotavam estes termos, que estavam na base das políticas que passavam a ser propostas aos Estados, sobretudo aos países periféricos, “subdesenvolvidos”, cumprindo assim um papel ideológico. A campanha presidencial de 1989 no Brasil, que elegeu Fernando Collor, é um ótimo exemplo de como estes termos se impunham na formulação política. A campanha de Collor se baseou fortemente na “modernização”, e seu governo na estratégia de “modernização pela internacionalização” (LIMA, 1994), ou de “autonomia pela modernização”, em que a modernização implicava claramente um novo relacionamento do Estado com o mercado, e com o Sistema Internacional (CASARÕES, 2014). Basicamente, na ideia de que o Brasil deveria inserir-se na lógica da globalização, arriscando, caso não o fizesse, a perder o “trem da história”. De certa forma, portanto, argumentamos que o termo CGV vem cumprindo este papel que outrora pertenceu à “globalização” – e que boa parte das críticas feitas aos estudos sobre a globalização podem ser aplicadas também à abordagem das CGV.

Curiosamente, nos inúmeros levantamentos bibliográficos feitos nas introduções dos trabalhos que tratam das CGV, é atribuída a origem e uma das bases destes estudos ao trabalho de Hopkins e Wallerstein (1986), ainda utilizando o termo *global commodity chains* (GCC), traduzido de diversas maneiras: cadeias mercantis, cadeias produtivas globais, cadeias de mercadorias. Atualmente, ao mesmo tempo em que se dá importância a este trabalho, a literatura de CGV encara o termo GCC como superado.

A hipótese deste trabalho, portanto, é a de que a evolução do termo para CGV implicou um distanciamento, se não total separação, do termo original, que só pode ser compreendido tendo-se em consideração também o desenvolvimento da perspectiva das análises de sistema-mundo. Pretendemos então reconstituir a evolução do conceito de CGV, relacionando esta evolução às mudanças na conjuntura internacional, e procurando evidenciar o distanciamento em relação aos pressupostos da perspectiva dos sistemas-mundo e algumas das tendências que podem ser encontradas nos estudos mais recentes.

Faremos isto em duas partes. Em uma primeira, tentamos compreender, baseando-nos sobretudo em Wallerstein (2004) o surgimento das análises de sistema-mundo, evidenciando algumas de suas características e, a partir disto, contextualizar o conceito de *global chain commodities* (GCC). Acreditamos ser relevante esta retomada da análise de sistema-mundo tanto por dela originar um conceito que deu origem ao de CGV posteriormente como porque, ao explicar a evolução do sistema-mundo, sob uma perspectiva histórica, esta própria retomada pode ajudar a explicar o distanciamento posterior das CGV em relação aos estudos iniciais.

Na segunda parte, procuramos compreender como se passou a utilizar o conceito de CGV em detrimento do de GCC, e em que medida esta mudança significou um afastamento das premissas das GCC e das análises de sistema-mundo. A partir disso, procuraremos apontar alguns dos limites da abordagem de CGV.

1. A análise de sistema-mundo e o conceito de *global commodity chains*

O termo “sistema-mundo” foi cunhado por Wallerstein, na década de 1970. Uma das principais inspirações, no entanto, é a de Braudel, que já utilizava o conceito de economias-mundo. Tanto o uso de “sistema-mundo” como de “economia-mundo” indica o foco no sistema, no conjunto, e não nos Estados individualmente como unidade de análise. Esta é uma característica central da “análise de sistema-mundo”. Braudel (1987), como Wallerstein e Arrighi (1996) – outro autor vinculado à perspectiva das análises de sistema-mundo – partem do sistema-mundo ou economia-mundo como unidade de análise. Para todos estes autores, este sistema se caracteriza por ter um centro ou núcleo definido; regiões intermediárias ou semiperiféricas; e regiões marginais ou periféricas. O sistema estaria em frequente expansão – que é uma das características deste sistema – desde seu início, aproximadamente nos séculos XV e XVI, o que leva os autores a encarar a globalização não como um fenômeno do fim do século XX, mas como algo que ocorre, ainda que lenta e progressivamente, desde séculos antes (WALLERSTEIN, 2004, p. ix).

Importante dizer também que apesar de o centro, a semiperiferia e a periferia serem características estruturais do sistema-mundo, eles estão em constante modificação. Nas análises de sistema-mundo, desde que o sistema-mundo capitalista teve início, aproximadamente no século XVI, ele teria se caracterizado por ciclos, em que os centros se alternam. É a estes ciclos que Arrighi se refere como ciclos sistêmicos de acumulação (CSA), uma espécie de transposição da fórmula da acumulação de Marx, DMD’, para o âmbito internacional, sistêmico. O sistema assim se caracterizaria por fases de expansão financeiras, sucedidas por fases de expansão material, produtiva (a fase DM), sucedidas por novas fases de expansão financeira, que indicariam o fim de um ciclo hegemônico e o início de outro. Assim, o ciclo das cidades-Estados italianas teria sido sucedido pelo das Províncias Unidas, que foi sucedido pelo da Grã-Bretanha, que foi sucedido pelo dos EUA¹ (ARRIGHI, 1996).

Além da unidade de análise, as contribuições de Braudel se dão também de forma crucial em ao menos mais dois aspectos. O primeiro é que ele distingue três níveis econômicos: a vida material, que seria o cotidiano, o mercado, que seria nível das trocas, e o capitalismo, que se caracteriza pelos altos lucros, com uma tendência ao monopólio, a tentar escapar das leis de mercado, da livre concorrência, que restringem o lucro (BRAUDEL, 1987). A segunda, mas não menos importante, é que todas as estruturas são, para Braudel, históricas: começam e acabam. Distingue então três temporalidades: a dos fatos e acontecimentos, de curta duração, a da conjuntura, de média duração, e o tempo estrutural de longa duração (BRAUDEL, 1987). Para as análises de sistema-mundo, é insuficiente levar em conta apenas o tempo dos acontecimentos. É importante considerar também os outros dois, sobretudo o tempo estrutural, que expressa boas partes das tendências dos acontecimentos atuais.

¹ Ainda que a referência seja feita à classificação de Arrighi de tais ciclos, e que o conceito de Ciclo Sistêmico de Acumulação seja deste autor, a ideia dos ciclos que sucessivos, com mudanças no centro e em que as fases de expansão financeira são os “sinais do outono” é explicitamente uma retomada de Braudel, e pode ser encontrado em Wallerstein também. Apesar disto, há algumas pequenas diferenças entre tais autores. Enquanto para Arrighi os quatro CSA foram os citados acima, para Braudel (1987), teria havido mais “descentragens” e “recentragens” da economia-mundo: Veneza, Antuérpia, Gênova, Amsterdam, Londres e Nova York.

É, portanto, recorrendo à longa duração que Wallerstein explica o surgimento das análises de sistema-mundo, uma abordagem que só seria possível em um momento de crise do sistema-mundo capitalista. As análises de sistema-mundo seriam de certa forma um questionamento aos paradigmas do século XIX, seus pressupostos vigentes nas ciências sociais ainda no século XXI (WALLERSTEIN, 2006). Pressupostos estes que foram resultados de uma evolução na forma de pensar que remete a séculos antes do XIX.

Até o século XVIII, questionava-se a centralidade da religião nas formas de pensar. Os filósofos passavam a defender que o saber, o conhecimento, seria conseguido através do esforço intelectual, em contraposição à revelação divina como forma de saber – que legitimava o clero como a elite intelectual. Com o tempo, no entanto, passou-se a questionar também os próprios filósofos, alegando que a intuição filosófica, as deduções metafísicas, seriam também arbitrárias. Os que passaram a ser chamados cientistas, então, defendiam que a “verdade” apenas poderia ser descoberta através de teorias baseadas na indução a partir de observações empíricas (WALLERSTEIN, 2004).

O saber empírico, indutivo dos cientistas teve como lar a universidade moderna. Esta se formava nas bases da universidade medieval, mas era bastante distinta. Os professores já não eram parte do clero, mas professores pagos. E enquanto a universidade medieval se dividia nas áreas de teologia, medicina, leis e filosofia, a universidade moderna promoveu diversas especializações. Se já havia se iniciado a divisão entre filosofia e ciência, a universidade moderna institucionalizou a divisão das “duas culturas”: de um lado a científica, que enfatiza a pesquisa empírica, experimental; de outro, as humanidades, que enfatizavam a intuição e a empatia. Assim, separava-se a busca pela verdade pela do bom e do belo, algo fundamental para o discurso que legitimava a ciência como algo neutro (WALLERSTEIN, 2004). Ainda, cada uma dessas duas culturas se dividiu em diversas disciplinas.

As ciências sociais nasceram, no século XIX, em meio a estas duas culturas, sob o impacto da Revolução francesa.² Não há espaço aqui para retomar a forma como cada uma das disciplinas das ciências sociais se desenvolveu. Cabe dizer que elas tinham, no geral, pretensões empíricas. Tentavam assemelhar-se às “ciências duras”. No entanto, por um motivo ou outro, relutavam e colocar-se no campo destas. Desenvolviam-se, assim, em meio às duas culturas, sem constituir uma “terceira via” (WALLERSTEIN, 2004).

Importante dizer também que houve uma separação das próprias ciências sociais. De um lado as ideográficas, que focavam a singularidade do fenômeno social. Era basicamente a história, que se restringia ao estudo do passado – de preferência relativamente longínquo -, através de documentos oficiais, o que tornava essa história uma história delimitada em “espaços nacionais”, que focava o Estado ou os grandes homens, e não a vida cotidiana, com foco de pesquisa restrito. De outro lado estavam as nomotéticas, como a economia, a ciência política e a sociologia que enfatizavam a busca por leis científicas, geralmente através de dados quantitativos que deveriam ser encontrados dentro das próprias fronteiras dos Estados para analisar o presente em cada

² Mais especificamente, de dois elementos trazidos por ela: a ideia de que a mudança era algo constante, e não excepcional e, portanto, deveria ser compreendida; e a ideia de que a soberania pertencia não ao Estado ou monarca, mas ao povo (WALLERSTEIN, 2004).

uma das divisões feitas da realidade social: a do mercado, a do Estado, e a da sociedade civil. Considerava-se que se podiam encontrar leis gerais para cada uma destas esferas. Leis gerais que pressupunham universalidade e atemporalidade. Ou seja, tais leis deveriam ser verdadeiras independente do lugar e do tempo (WALLERSTEIN, 2004).

Deve-se fazer a ressalva: independentemente de onde e quando, desde que se tratasse de uma “nação moderna”. O “longo século XIX” foi o século do CSA britânico (ARRIGHI, 1996). Para Arrighi, como para Wallerstein e Braudel, Londres era neste momento o centro do sistema-mundo capitalista. Uma das características deste ciclo foi a expansão colonial não apenas da Grã-Bretanha, mas também de outros Estados europeus. Os Estados que haviam desenvolvido as ciências nomotéticas e ideográficas para explicar a si mesmos, sentiam ser estas ciências insuficientes para estudar as sociedades não modernas por eles colonizadas. Assim, desenvolveram-se a antropologia, para tratar das sociedades “primitivas”, “tribais”, e o orientalismo, para estudar as “altas civilizações”, como a China, a Índia, a Pérsia e a Arábia. Apesar de diferenças nos métodos, e do fato de que tais ciências pretendiam a descoberta de uma “totalidade” destas sociedades, elas mantinham os pressupostos de universalidade e atemporalidade. Era como se tais sociedades não tivessem história, e se estivesse descobrindo a “essência” delas (WALLERSTEIN, 2004).

Triunfava o pensamento universalizante e setorializante, que era conveniente aos beneficiários da hegemonia britânica, ao colocar o caminho britânico como modelo de caminho universal, indicando tanto que a posição ocupada pelos britânicos era decorrente de seus próprios méritos, como que os que quisessem alcançar posição similar devia imitar os britânicos – ideias que são base da justificativa da colonização. Já a característica setorializante do pensamento dificultava uma percepção mais holística, dialética do sistema-mundo, e assim sua superação (WALLERSTEIN, 2006).

A partir de 1945, no entanto, a hegemonia dos EUA – e o subsequente aumento da influência de seu sistema universitário -, a transformação do terceiro mundo no palco de conflitos políticos e geopolíticos, e a expansão do sistema universitário em todo o mundo proporcionado por tendências democratizantes e pela expansão do sistema-mundo capitalista, fizeram com que se multiplicassem as subespecialidades que abrangiam temas de outras disciplinas - como sociologia política, história social, e várias outras combinações possíveis. Se propagaram também os “estudos de área”, em que uma grande área geográfica ou cultural era estudada sob vários prismas. A antropologia e o orientalismo perdiam assim importância para estudar o outro, e as disciplinas nomotéticas antes usadas apenas para estudar as sociedades modernas passavam a ser usadas para estudar também as demais sociedades. O conceito de desenvolvimento servia nesse sentido como elemento de coesão. Pressupunha-se que, ainda que houvesse diferenças na atualidade no desenvolvimento dos diversos países, haviam vários estágios ou etapas de desenvolvimento, e que, cedo ou tarde, os Estados alcançariam o mesmo estágio de desenvolvimento mais avançado, com melhor qualidade de vida e um governo mais liberal. Tal concepção de etapas de desenvolvimento por um lado continuava viabilizando a tentativa de constituir leis gerais, atemporais. Por outro, servia como ferramenta ideológica. Os EUA se vendiam como modelo de desenvolvimento, que os demais países

deveriam imitar. Na conjuntura de Guerra Fria, a URSS acabou fazendo o mesmo, e adotando também uma concepção etapista de desenvolvimento, com a diferença de que a URSS, e não os EUA seriam o modelo (WALLERSTEIN, 2004).

Apesar de uma tendência de aprofundar em alguma medida o ideal de “universalização” e especialização, foi neste período também que se estabeleceram alguns debates críticos quanto a estes aspectos e que, de acordo com Wallerstein (2004), serviram de base posteriormente para o desenvolvimento das análises de sistema-mundo. Os cepalinos e, posteriormente, os teóricos da dependência, ao introduzir os conceitos de centro e periferia, de trocas desiguais, questionava a ideia de que todos poderiam alcançar o mesmo estágio de desenvolvimento ao fim de um processo de imitação. Centro e periferia passavam a ser vistos como partes estruturais de um sistema. Outro debate que surgiu neste momento foi o resgate do “modo asiático de produção”, que também questionava as tentativas de encaixar momentos específicos da história da Ásia ou da própria “URSS” em categorias pensadas para o Ocidente, como feudalismo. Ainda houve um debate feito entre historiadores marxistas sobre a transição do feudalismo para o capitalismo, em que por um lado Dobb e seus seguidores creditavam tais mudanças às condições internas, principalmente da Grã-Bretanha – uma perspectiva que mantinha a unidade de análise dentro dos Estados, delimitados por fronteiras políticas, e que de certa forma reforçava a ideia etapista de desenvolvimento -, enquanto Sweezy e seus seguidores, acusados de serem circulacionistas pelos seguidores de Dobb, privilegiavam os fatores “externos”, sugerindo um nível de análise mais amplo que os Estados nacionais. Por fim, houve o surgimento dos *Annales* que suscitaram questionamentos à ênfase da história tradicional nos acontecimentos e nos grandes homens, à unidade de análise nos Estados isoladamente – sugerindo a “economia-mundo” como unidade de análise – e à separação das disciplinas das ciências sociais, que levava à divisão entre ciências nomotéticas e ideográficas. Os *Annales* propunham uma “história total”, que levasse em conta a *longue durée*.

Estes debates foram feitos isoladamente no pós-guerra, sem muito diálogo uns com os outros, apesar de terem em comum temáticas, críticas e questionamentos ao paradigma vigente, universalista, setorializante. Apenas em 1968 – momento em que a economia-mundo passava de uma fase A, de expansão, para uma fase B, de estagnação (WALLERSTEIN, 2006) -, com “Revolução Mundial de 1968” é que foi possível as análises de sistema-mundo tomassem corpo como perspectiva, incorporando elementos daqueles debates anteriores. Isto porque, ainda que os temas centrais dos protestos de então fossem a hegemonia dos EUA e sua política internacional – em especial a crítica à Guerra do Vietnã -, à atitude da URSS, percebida como passiva, e a ineficácia dos velhos movimentos de esquerda, secundariamente ela implicou também em ataques à estrutura de saber das universidades (WALLERSTEIN, 2004).

Assim, Wallerstein (2004) aponta três importantes características das análises de sistema-mundo: os sistemas-mundo – ou economias-mundo - como unidade de análise, em lugar dos Estados; a insistência na *longue durée*, evitando fazer afirmações que soem atemporais – todas as ciências sociais deveriam ser históricas; e a unidisciplinaridade, que não era apenas a multidisciplinaridade, uma vez que se pretende analisar um sistema

social em sua totalidade em uma determinada duração, de forma que as fronteiras disciplinares não são reconhecidas (WALLERSTEIN, 2004).

O conceito de GCC de Hopkins e Wallerstein deve ser compreendido no marco do desenvolvimento desta perspectiva de sistema-mundo. Os autores colocam que um dos objetivos do estudo realizado sobre as GCC nos séculos XVI, XVII e XVIII é demonstrar como já existia uma “internacionalização” da economia neste período (HOPKINS; WALLERSTEIN, 1986), contradizendo novamente as teses de que os fatores internos foram preponderantes para uma transição do feudalismo para o capitalismo, que só teria surgido no século XVIII. As GCC, ao contrário comprovariam que o desenvolvimento das forças produtivas na Europa se iniciou primariamente com a transformação dos lucros do comércio de longa distância em uma verdadeira divisão internacional do trabalho, com processos produtivos que atravessavam as jurisdições políticas dos Estados (HOPKINS; WALLERSTEIN, 1986, p. 158).

O conceito de GCC seria útil para “rastrear” as relações de produção no tempo e espaço. As GCC se refeririam basicamente a uma rede de trabalho e produção que resulta em um produto final. Antes do conceito de GCC, a principal forma de medir a divisão da produção entre os Estados era traçar os fluxos econômicos entre os Estados, o que não revelaria muito sobre a real divisão e integração do trabalho. O estudo a partir das GCC, por sua vez faz uma delineação de toda a cadeia de produção de um determinado produto, iniciando o rastreamento não do ponto em que o bem de consumo era finalizado, mas do ponto de onde ele era distribuído para consumo³ (HOPKINS; WALLERSTEIN, 1986).

Os vários processos que constituem uma GCC são então chamados de “caixas”, que constituem um processo produtivo específico. As fronteiras dessas caixas que constituem as GCC são “socialmente definidas”, o que significa que podem ser redefinidas. Assim, ao longo do tempo, uma “caixa” pode se dividir, como pode também ocorrer de duas “caixas” se tornarem uma. As mudanças tecnológicas ou na organização social podem levar a estas mudanças (HOPKINS; WALLERSTEIN, 1994).

Considerando-se uma caixa especificamente do processo, pode-se perguntar em que grau ela é monopolizada por uma pequena quantia de unidades produtivas. As caixas mais monopolizadas geralmente são aquelas “centrais”, em que as taxas de lucro são maiores. Haveria uma tendência na economia-mundo capitalista de “desmonopolizar” as caixas altamente lucrativas. As respostas a isto geralmente são a mudança tecnológica, a redefinição das fronteiras organizacionais, ou então o grande capital pode mudar de caixa ou até mesmo de cadeia (HOPKINS; WALLERSTEIN, 1994).

Quanto à dispersão geográfica das GCC, a medidas que as caixas vão se tornando menos lucrativas – se tornando “periféricas” – elas tendem a ter suas unidades produtivas mais dispersas geograficamente (HOPKINS; WALLERSTEIN, 1994).

³ Importante notar que, apesar de se falar do rastreamento dos processos produtivos, as análises de sistema mundo pressupõem que os capitalistas buscam sempre o maior lucro. Desde o tempo das cidades-Estados italianas, já haveria um setor financeiro, comercial e produtivo, e o setor e atividade de maior lucratividade estariam constantemente mudando. Assim, pressupõe-se que a produção e a indústria nem sempre é o setor de maior lucratividade.

Uma caixa pode se localizar em mais de uma GCC, havendo uma tendência a diminuir a especialização nas fases de estagnação da economia-mundo capitalistas (fases B), em relação às fases de expansão (fases A) (HOPKINS; WALLERSTEIN, 1994).

As formas de controle do trabalho nas caixas também são variadas, e vão do simples trabalho assalariado até formas de arrendamento e trabalho forçado, escravidão – sendo estas últimas formas mais comuns nas “caixas periféricas” (HOPKINS; WALLERSTEN, 1994).

Um último elemento considerado ainda é a forma como as várias caixas de uma cadeia são ligadas. O comércio de *inputs* e *outputs* seria apenas uma forma. Quando duas ou mais caixas pertencem à mesma firma, há integração vertical, uma forma de remover as ligações entre os processos da esfera do mercado – ainda deve-se considerar que quando as ligações se dão por compra e venda, os preços nem sempre são dados pela forma competitiva da “livre concorrência”. O grau de integração vertical tende a ser cíclico, tendendo a aumentar nas fases A, de expansão da economia-mundo, e reduzindo nas fases B, de estagnação/contração. Através da integração vertical e convergência geográfica, há redução dos custos de transação, enquanto a subcontratação e a dispersão geográfica da produção privilegiam a redução dos custos com trabalho. Desta forma, Hopkins e Wallerstein (1993) observam então que há uma tendência histórica de que a prioridade nas fases A é de reduzir os custos de transação, via integração vertical e concentração geográfica, enquanto nas fases B a prioridade tem sido reduzir os custos de trabalho, o que é feito com a “fragmentação” da produção. É através do estudo das cadeias da construção de navios e da farinha de grãos até 1800 – período em que estas duas cadeias eram das mais importantes – que tais observações são feitas.

2. Os usos do conceito de Cadeias Globais de Valor.

O livro organizado por Gereffi e Korzeniewicz (1994) foi importante para consolidar o conceito de GCC – que viria depois a ser substituído pelo de CGV. É neste livro trabalho de Hopkins e Wallerstein (1994). O livro como um todo ressaltava a relação insumo-produto e sua configuração geográfica – elemento trabalhado principalmente no capítulo de Hopkins e Wallerstein, em uma abordagem histórica – além da questão da governança nas GCC, elemento que ganharia centralidade nas obras posteriores. A governança se referiria às formas como os “atores” destas cadeias produtivas, ou seja, sobretudo as empresas se relacionariam ou, em outras palavras, às formas como se dava as ligações entre as “caixas” que representam as partes do processo produtivo. A discussão sobre a governança trata da forma como uma empresa líder consegue controlar uma cadeia com diversos outros participantes. Esta discussão ganha mais centralidade uma vez que é ela que permite analisar a divisão dos lucros – ou como muitos dirão posteriormente, da agregação de valor – de uma cadeia produtiva.

Inicialmente, são encontradas duas formas de cadeia, de acordo com a governabilidade: as cadeias conduzidas pelo comprador, e as cadeias conduzidas pelo produtor (GEREFFI; KORZENIEWICZ, 1994). Ainda em trabalhos anteriores estas duas tipologias continuavam sendo usadas. As cadeias conduzidas pelo produtor seriam

aquelas em que uma grande indústria/manufatura, geralmente transnacional tem o papel de coordenação de uma rede de produção (GEREFFI, 2001, p, 1618); já as cadeias conduzidas pelos compradores seriam aquelas em que o papel central pertence a empresas varejistas como o Wall Mart, que criam redes de produção descentralizadas, que abrangem diversos países exportadores, principalmente do Terceiro Mundo (GEREFFI, 2001, p. 1620).

Um trabalho posterior em que o próprio Gereffi (GEREFFI; HUMPHREY; STURGEON, 2005) está envolvido como um dos autores é um dos marcos da passagem do uso do termo GCC por CGV, talvez refletindo também algumas mudanças no pensamento do autor. Para Gereffi; Humphrey e Sturgeon (2005), o trabalho anterior sobre as GCC (GEREFFI; KORZENIEWICZ, 1994) teria conseguido ressaltar a relevância não apenas da coordenação entre as firmas, mas do aumento da importância das novas compradoras globais na coordenação das cadeias. Contudo, o quadro conceitual das GCC não teria dado conta de especificar adequadamente a variedade de formas de rede – de produção e governança (GEREFFI; HUMPHREY; STURGEON, 2005, p. 82).

Gereffi, Humphrey e Sturgeon (2005) desenvolvem então um quadro conceitual com cinco categorias de governança. Estas categorias, alegam os autores, são analíticas, e não empíricas, embora tenham sido desenvolvidas a partir de observações empíricas. Nos dois extremos desta classificação, estão cadeias de valor cuja relação entre as partes se dá através de mercado, em que a troca de parceiros é pouco custosa para ambas as partes, ou é hierárquica – integração vertical. Entre estes dois extremos, haveriam três formas de governança intermediárias: a) as cadeias de valor modulares, em que os fornecedores fazem os produtos de acordo com as especificações de um cliente, que podem ser mais ou menos detalhadas. Os fornecedores, neste caso, mantêm controle sobre a sua produção e serviços, e podem negociar com várias empresas líderes; b) as cadeias de valor relacionais, em que as interações entre compradores e vendedores, clientes e fornecedores, são muito complexas, e há frequentemente uma relação de dependência mútua. Os bens são bastante específicos; c) as cadeias de valor cativas, em que os pequenos fornecedores são muito dependentes de compradores muito maiores. Há uma desproporção muito desfavorável aos fornecedores no custo da troca de parceiros. Consequentemente, neste tipo de rede, há um forte controle e monitoramento por parte das firmas líderes (GEREFFI; HUMPHREY; STURGEON, 2005).

Devemos notar duas coisas em relação à esta conceituação das governanças, em relação ao uso anterior do marco conceitual das GCC. Em primeiro lugar, a argumentação se insere basicamente na literatura sobre as firmas. Ganha importância, em especial, a discussão da teoria dos custos de transação. Na teoria dos custos de transação, as questões da organização econômica de uma firma, como integração vertical, organização do trabalho, transferência tecnológica, governança corporativa, podem ser tratadas, direta ou indiretamente, como uma questão contratual. Portanto, a economia dos custos de transação tem nas transações a unidade básica de análise, sendo o problema central tratado o da integração vertical. As principais variáveis levadas em conta são a frequência, a incerteza e a especificidade dos bens envolvidos (WILLIAMSON, 1993).

Assim, uma empresa deve lidar com o risco de comportamentos oportunistas por parte do fornecedor, o que pode ser um incentivo a internalizar a produção. Há também os custos de coordenação da produção, que podem aumentar com a fragmentação – ainda mais se a produção for muito dependente da coordenação do tempo dos processos. Por outro lado, a frequência nas relações entre os parceiros comerciais pode aumentar o grau de confiança e reduzir o risco de comportamentos oportunistas, e a terceirização pode permitir reduções de custo, melhora na qualidade dos produtos, maior capacidade de inovação, através de maior especialização das atividades da cadeia de valor.

O enfoque das CGV de certa forma pressupõe uma “transposição” destas teorias para o âmbito internacional, de cadeias globais, não apenas com *outsourcing*, mas com *offshoring*. Assim,

[...] as empresas podem desmembrar seus processos de produção, desde que a redução dos custos de produção com o processo de fragmentação compensem os custos adicionais de coordenar blocos de produção localizados remotamente, além dos custos de transferir esses blocos de produção (ESTEVADEORDAL; BLYDE; SUOMINEN, 2013, p. 9).

É importante dizer que tanto uma abordagem das firmas quanto dos custos de transação já era considerada por Hopkins e Wallerstein. O que talvez seja diferente é a ênfase dada a este enfoque. Para Hopkins e Wallerstein (1986), o relacionamento das firmas, os custos de transação, eram estudados, mas como parte de um sistema, que era a unidade de análise. Estudava-se as cadeias de mercadorias exatamente para comprovar a importância de se tomar o sistema como unidade de análise. Nos trabalhos posteriores que estudam as CGV utilizando como principais referências as teorias da firma, parece ser questionável se o foco ainda é o sistema. Com um enfoque temporal aparentemente mais curto, o núcleo das discussões parece ser as firmas ou os Estados, mas pensando sempre as políticas públicas enquanto instrumento de inserção nas CGV. Ainda que se alegue de alguma forma que o sistema se mantém como unidade de análise, parece haver uma relativização dos debates sobre comércio desigual e centro-periferia – como aprofundaremos mais adiante.

Para Hopkins e Wallerstein (1993), a escolha pela redução dos custos de transação ou trabalhistas dependia dos ciclos da economia-mundo, de modo que em outros momentos – de contração da economia-mundo - também teria havido tendência à dispersão geográfica e subcontratação. A adoção do enfoque de CGV, por outro lado, implica a aceitação da premissa de que houve, nas últimas décadas do século XX, mudanças fundamentais, que alteraram a forma como o comércio internacional deve ser pensado. Parece haver variações sutis na forma como se encaram estas mudanças. Há autores que, fazendo referência direta a Hopkins e Wallerstein, pensam as cadeias de valor como algo existente até mesmo antes de 1800, e que o que ocorreria a partir da segunda metade do século XX é uma expansão acelerada das CGV (PINTO; FIANI; CORRÊA, 2015). Para grande parte dos autores, no entanto, tal aceleração passa a ser encarada como uma espécie de ruptura. Para estes, ao menos dois fatores são geralmente apontados como elementares para se compreender tais mudanças. De um lado, o fim da Guerra Fria e a dissolução da URSS, a que se seguiu uma onda liberalizante internacional, que abriu

países como Brasil, Índia e China, ricos em matérias-primas e mão-de-obra barata, além de possuírem grandes mercados internos, ao mercado internacional (STURGEON et al, 2013). O outro elemento teria sido as inovações tecnológicas, principalmente nas áreas de computação e transmissão instantânea de dados, que permitiram melhor transparência de mercados, novos métodos gerenciais na relação matriz-filial (ARAÚJO JÚNIOR, 2013), em outras palavras, redução dos custos de transação. Ainda que possa haver algo – ou muito - de precisão nestas premissas, uma abordagem de longa duração está ausente delas. A comparação é feita sempre apenas em relação ao período “fordista” de integração vertical, e é sempre em relação a ele que se afirma que os Estados não podem mais tentar concentrar indústrias completas em seu território (OLIVEIRA, 2015).

Em segundo lugar, é importante atentar à troca do termo GCC pelo de cadeias de valor, cuja definição seria

Em sua forma mais básica, uma cadeia de valor agregado é o processo pelo qual tecnologia é combinada com insumos materiais e trabalhistas, e então insumos processados são montados, comercializados e distribuídos. Uma única firma pode consistir em apenas um link nesse processo, ou pode ser extensivamente integrada verticalmente... (KOGUT apud GEREFFI; HUMPHREY; STURGEON, 2005, p. 79; tradução nossa).

O uso do termo cadeia de valor agregado remete ao trabalho de Porter (1985). A diferença básica é que o conceito de GCC leva em consideração uma cadeia de insumo-produtos, ainda que não considere apenas as atividades produtivas. Já para as cadeias de valor, as firmas são compostas por um conjunto de atividades primárias – logística interna, operações, logística externa, marketing e vendas, serviços pós-venda – e de apoio – infraestrutura, gestão de recursos humanos, desenvolvimento tecnológico e aquisição (PORTER, 1985). As cadeias de valor seriam assim um instrumento para definir as estratégias para manter uma vantagem competitiva. Basicamente, as opções são reduzir os custos, ou tentar agregar valor – através de um fornecedor de insumos de maior qualidade, por exemplo – para diferenciar o produto no mercado. De certa forma, há um foco na própria firma, pois cada firma tem sua própria cadeia de valor, o que não significa que não estão integradas também a outras cadeias de valor. Uma firma pode ser fornecedora de outra, e deve ter uma compreensão das demandas de seu cliente – se procura redução de custos ou diferenciação. Na realidade, a ideia é que não apenas a fabricação dos insumos poderia ser terceirizada. Haveria possibilidade de terceirização das atividades da cadeia de valor que não envolvam insumos e produtos. Uma empresa poderia passar a oferecer serviços de design e criação, ou de pesquisa e desenvolvimento, por exemplo, sem se envolver com a parte de produção em si.

O objetivo de cada trabalho explica muito da diferença dos termos utilizados. Hopkins e Wallerstein estavam preocupados em rastrear a forma como a consolidação do sistema-mundo, em sua expansão, moldou a divisão internacional do trabalho. Demonstrar com isto, como não se podia pensar as economias nacionais isoladamente. O uso do termo cadeia de valor por Porter, por sua vez, é usado explicitamente com o objetivo de traçar estratégias para as empresas adquirirem vantagens competitivas e obter maiores lucros. Pode-se alegar que, ainda assim, o uso de cadeias de valor além de não

ser incompatível com a análise de sistema-mundo, poderia ser útil para rastrear aspectos mais sutis da divisão do trabalho. Pode ser. Tal afirmação demanda uma análise mais aprofundada sobre em que medida a concepção de cadeias de valor é conciliável ou não com as “cadeias de mercadoria”. Tal discussão, ainda que importante, não está no escopo deste trabalho, e deve ser aprofundada posteriormente.

O que podemos afirmar, por hora, é sobre o uso que geralmente se faz do termo cadeias de valor para tratar das CGV. Geralmente, quando se usa o conceito de cadeia de valor supõe-se, novamente, que há uma mudança fundamental em que as especializações são agora feitas por tarefa, e não mais por produtos. Observa-se que muitas empresas passaram a se especializar em fornecer insumos ou serviços para várias empresas de diversas cadeias ao mesmo tempo⁴. E mais uma vez essas afirmações são comumente feitas sem levar em consideração uma abordagem histórica da longa duração, para analisar quão inédita é realmente esta situação, ou fazendo uma comparação apenas com o período pós-guerra e o modo de produção fordista, como se esse se estendesse como padrão produtivo por todo o passado do capitalismo.

Outra característica comum em vários trabalhos é que eles acabam tendo a pretensão de ser “neutros”. Oliveira (2015), preocupada em pensar como evitar a desindustrialização considerando as mudanças ocasionadas pelas CGV – e em como o Brasil apenas conseguiu manter uma parte destas indústrias com práticas protecionistas opostas à integração em CGV, o que faria destas indústrias pouco competitivas -, faz uma análise crítica da política comercial brasileira nos governos Lula e Dilma. Ela aponta quatro variáveis que indicariam uma política comercial orientada pelo modelo de CGVs⁵, que seria uma política comercial consciente das mudanças ocorridas no comércio internacional. Ao menos implicitamente, supõe-se que tais medidas sejam essenciais para o “desenvolvimento”. Apesar da tentativa de alertar que “Não advogamos que o Brasil adote uma política comercial orientada pelo modelo cognitivo das cadeias globais de valor de maneira automática e acrítica” (OLIVEIRA, 2015, p. 265), acaba atribuindo um peso que talvez seja excessivo à integração às CGV. A mesma autora diz, ao criticar a política comercial brasileira

Não se observa uma real discussão fora do campo ideológico, baseada em argumentos técnicos, modelos estatísticos ou analíticos que desafiem as evidências empíricas e teóricas até o momento construídas pela comunidade epistêmica acerca do panorama de fragmentação e dispersão da produção, as possibilidades de inserção e *upgrading* de pequenas e médias empresas sob este modelo, os novos padrões de comércio internacional e até mesmo a forma como as políticas industriais poderiam se ajustar a partir do maior conhecimento referente à realidade do comércio e produção contemporâneos (OLIVEIRA, 2015, p. 164).

⁴ No caso dos insumos, principalmente, é fenômeno da modularização ou do “padrão-lego” ao qual se referiu Berger (2006).

⁵ Tais variáveis são: 1) política comercial orientada por uma definição ampla de comércio internacional, não apenas de bens e serviços, mas também de investimentos e propriedade intelectual; 2) que encare o acesso a mercados como diferencial competitivo e abertura do mercado às importações facilitador das próprias exportações; 3) que reconheça a existência barreiras comerciais heterodoxas, como os custos de transporte e infraestrutura; 4) que se atente à promoção comercial das exportações visando integrar as empresas domésticas nas CGV (OLIVEIRA, 2015).

Pode-se perceber a pretensão de neutralidade política, não ideológica do modelo. Ainda que citemos esta autora, não é raro vermos outros autores ainda que se utilizam de modelos econométricos e estatísticos para sugerir políticas comerciais, ou explicações de como o padrão de comércio internacional se modificou⁶, a partir de um ponto de vista “técnico”.

O que se critica especificamente, quando se fala do filtro ideológico na formulação da política externa brasileira, é a ênfase que o governo brasileiro teria dado à clivagem Norte-Sul do comércio internacional. Implicitamente, ao menos, se sugere que as mudanças no comércio tenham tornado obsoletas, anacrônicas, tais discussões sobre a clivagem Norte-Sul. De certa forma, sugere-se que pela integração às CGV, se poderia manter as atividades nos setores mais intensivos em tecnologia, ou então, a partir do *upgrade* passar para cadeias e atividades mais intensivas em tecnologia, com maior grau de agregação de valor. As questões geopolíticas da Guerra Fria, a posterior ameaça comercial que o Japão e os Tigres Asiáticos se tornaram à economia norte-americana, são relevados. Ainda que se admita que a própria propagação de acordos preferenciais sejam uma forma de se contrapor ao formato anterior de liberalização multilateral, e que os acordos mais abrangentes acabam sendo formas de privilegiar alguns Estados em detrimento de outros – que se tenta isolar (OLIVEIRA, 2015), o que é um desdobramento de disputas geopolíticas, ao não se dar atenção suficiente a estas disputas, acaba-se por ter uma percepção mais próxima da de que basta os Estados adotarem um modelo bem sucedido para serem bem sucedidos – ainda que os modelos apontados variem bastante de autor para autor.

Empiricamente, a autora acima citada se utiliza do caso do Canadá para mostrar como este país conseguiu se manter na dianteira no setor de *smartphones*, sendo pioneiro ao lançar o *Blackberry*, ainda que haja também uma tendência ao aumento da importância do setor de *commodities* (OLIVEIRA, 2015). Os fatores políticos, geopolíticos, aparecem muito marginalmente. Não se pode dizer que seja uma abordagem holista, muito menos unidisciplinar.

É neste sentido que pode ser feita também a crítica à ênfase muitas vezes dada às possibilidades de *upgrading* através das CGV, ao menos pela forma como essa possibilidade é muitas vezes apresentada. Frequentemente se sugere que as empresas de países “periféricos” podem se integrar a em etapas de menor valor agregado e a partir daí conseguir evoluir na cadeia, ou então passar para uma cadeia mais valiosa, podendo chegar esta empresa a se tornar uma “empresa líder” com sua própria cadeia. Assim, os países periféricos poderiam acender na cadeia. Teoricamente, argumenta-se que os fluxos de conhecimento ao longo da cadeia permitem este *upgrading*. Este é um dos elementos básicos da argumentação de que as CGV permitiram a integração dos países “em desenvolvimento” do Sul, uma alteração nos padrões de comércio internacional que faz questionar a atualidade das análises que dividem o mundo em centro e periferia.

Deve-se dizer, no entanto, que mesmo nos estudos sobre as CGV também se tem uma consciência de que, se por um lado as CGV podem aumentar a competitividade e

⁶ Um exemplo emblemático disto talvez seja Baumann (2010).

incentivar a inovação das indústrias de países em desenvolvimento, ela pode criar também barreiras à aprendizagem, levando ao desenvolvimento desigual ao longo prazo, o que pode ocorrer mesmo que haja rápido desenvolvimento industrial, devido às “disjunções geográficas e organizacionais que muitas vezes podem existir entre inovação e produção” (STURGEON et al., 2013, p. 33).

Por outro lado, aponta-se também que o deslocamento da produção do Norte para o Sul seria parcialmente ilusório. Por um lado, a desindustrialização no Norte é menor do que aparenta pelas estatísticas. É em partes relativa, devido ao crescimento do setor de serviços (ARAÚJO JÚNIOR, 2013). Por outro, as estatísticas de comércio podem ser enganosas, não correspondendo de fato aos valores produzidos nos países referidos. Como o processo de agregação de valor é dividido entre diversos países, com peças e componentes vindos de variados locais, e como algumas atividades da cadeia de valor agregam mais valor que outras, pode ocorrer como no clássico caso em que “apesar de a China exportar o iPod e incluir em suas estatísticas de comércio o valor total do produto, o país só contribui com 3,8% do valor total do bem, uma vez que muitos outros países também participam da produção” (ESTEVADEORDAL; BLYDE; SUOMINEN, 2013, p. 10). Logo, estes autores reconhecem que não se pode exagerar os efeitos da CGV no *status quo*.

Estevaderodal, Blyde e Suominen (2013) indicam também a existência do viés regional nas CGV. Poucas das cadeias seriam realmente globais. A maioria delas se realiza na Europa, na América do Norte, onde os esforços de integração regional estão mais avançados, e no Leste Asiático, única região que realmente conseguiu se integrar às CGV. A América Latina e a África, ao contrário, perderam espaço. Praticamente não se integraram e, quando o fizeram, foi sobretudo como fornecedores de matérias-primas ou em partes da cadeia onde o valor agregado é baixo.

Apesar das ressalvas feitas por vários autores sobre as reais alterações que as CGV ocasionaram no *status quo* do comércio internacional, no entanto, há uma tendência ao otimismo sobre as possibilidades dos países do Sul se inserirem, de que as distâncias entre Norte e Sul, centro e periferia estão diminuindo, geralmente tomando como exemplo o caso asiático, e relevando o destino que tiveram os países latino-americanos - ou atribuindo os maus resultados à falta de uma integração proativa. Novamente, uma abordagem mais holista que considere as discussões sobre a geopolítica, a conjuntura ou outros fatores que possam ter levado alguns países a se integrarem e outros não, está praticamente ausente ou é tratada de forma superficial, mesmo dos trabalhos mais críticos sobre a geografia das mudanças, como o de Estevadeordal, Blyde e Suominen (2013).

Apontamos alguns fatores que parecem ser tendência – perspectiva histórica pouco ampla, interdisciplinaridade limitada, concepção das análises de CGV como algo técnico e neutro – e que justificam, por fim, um último elemento que acreditamos ser importante ressaltar. Quando se aplica os estudos de CGV às reflexões sobre o desenvolvimento, parece não ficar claro se há uma concepção clara do que é o desenvolvimento. Fatores como a possibilidade de que integração às CGV atravanquem o desenvolvimento tecnológico, ao invés de promover o *upgrade*, mas principalmente o aumento das desigualdades resultante do processo, parecem ser relevados. Claramente,

portanto, em muitos dos trabalhos adota-se uma posição que privilegia o crescimento sem levar em consideração a redistribuição, ou que adota o posicionamento das firmas, em busca de lucro – e neste caso, a função do Estado seria propiciar condições de aumento de lucro, de oportunidades de participar das CGV e crescer nelas, como se o que é bom para as empresas fosse automaticamente bom para o conjunto da sociedade. A ausência de tais discussões é muitas vezes deliberada, sob a argumentação da especialização da pesquisa.

Embora Arrighi (2008) não tenha escrito estritamente sobre a globalização, a fragmentação produtiva ou as CGV – nem ao menos utiliza este termo – estes são temas centrais em sua análise, e a obra citada é ilustrativa da diferença entre as abordagens das CGV, que tendem a uma especialização e relativizam o papel histórico, das clivagens Norte-Sul, e a perspectiva dos trabalhadores, em relação a uma abordagem que se pretende mais holista e que se atenta a estes aspectos.

Para Arrighi (2008), não se pode dissociar facilmente os aspectos econômicos, estratégicos, militares, políticos. Tanto que, para Arrighi, o que havia na década de 1970 – e ainda há hoje – é uma crise conjunta de hegemonia⁷ e lucratividade, a que se tentou solucionar transferindo-a para o Sul, por um lado, e para os trabalhadores de outro. No que se refere à crise de lucratividade, uma das causas foi o aumento da concorrência em decorrência da expansão da economia mundial no pós-guerra – a pressão horizontal. Mas Arrighi dá muita importância também às pressões verticais – a resistência dos trabalhadores – nas crises. Na Grande Depressão do século XIX, um período de deflação do ciclo britânico, teria sido a mobilização dos trabalhadores que impediu que os salários caíssem como os demais preços. Na crise de lucratividade do século XX, os trabalhadores tiveram um aumento do salário real que contribuiu para uma posterior queda na lucratividade. E mesmo com os deslocamentos produtivos que se observavam neste momento, Arrighi observa que logo surgiam também movimentos trabalhistas nas áreas periféricas que tendiam a elevar os salários, reduzindo assim o potencial desta tática de transferir a crise para os trabalhadores, ao menos num primeiro momento.⁸

Nem se pode, para Arrighi (2008) diferenciar as esferas financeira e produtiva, por exemplo, como geralmente se faz quando se fala em CGV. Os processos de internacionalização produtiva e financeira estão estritamente relacionados e geralmente

⁷ A hegemonia é utilizada por Arrighi (1996; 2008) no sentido de um Estado não apenas ser o centro da economia-mundo e obter superioridade militar em relação aos demais, mas também de ter um poder de convencimento e legitimação de que sua hegemonia é algo bom para todos – ao menos para os demais Estados –, evitando o “caos sistêmico”. Historicamente, este poder de convencimento se dá com a capacidade de reforçar a soberania dos Estados no conjunto

⁸ Embora concorde com Arrighi sobre como a organização dos trabalhadores pode reduzir a queda da taxa de lucro ao evitar a queda dos salários, ao recorrer aos trabalhos de Oliveira (2003) e Marini (2011), pode-se fazer ressalvas quanto a esta afirmação de Arrighi. O que se demonstra é que, ao menos no Brasil e na América Latina, a tendência foi de queda nos salários reais (OLIVEIRA, 2003), e aumento na taxa de exploração (MARINI, 2011). Ainda assim, a América Latina não foi a região que mais recebeu os deslocamentos produtivos, mas sim a Ásia, onde a afirmação parece ser verdadeira. Além disso, quando se observa o mundo no todo, a tendência parece hoje ser a queda nos salários, de um modo geral, de forma que aquilo que Marini (2011) e Oliveira (2003) pensavam ser uma especificidade do capitalismo latino-americano e brasileiro – desenvolvimento da produção sem que se desenvolva na mesma medida um mercado consumidor – parece se generalizar para o resto do mundo.

são os mesmos atores que estão por trás de ambos. Isto é reflexo de da lógica do capitalismo histórico. Nela, as empresas buscam sempre as atividades de maior lucratividade possível - que podem coincidir ou não com as de maior valor agregado em uma cadeia de agregação de valor. Se os títulos financeiros dão mais retorno que o investimento na produção, a tendência é que se invista nos títulos. Foi o que ocorreu com a queda na lucratividade nos anos 1970, quando o setor financeiro passou a se mostrar mais lucrativo. Em outras palavras, as próprias indústrias, sediadas nos EUA, teriam levado à financeirização, de forma que entre as décadas de 1980/90 o setor financeiro já tinha ultrapassado o industrial nos EUA. Foi desta forma que as empresas com custos mais altos reagiram à queda no lucro (ARRIGHI, 2008). Esta tática

permite que as empresas não só fujam do “massacre do valor do capital” [...] como também se apoderem, a preço de banana, do patrimônio, dos clientes e dos fornecedores de empresas menos produtoras e ‘irracionalmente exuberantes’ que continuam a afundar sem fluxo de caixa em capital fixo e em mercadorias (ARRIGHI, 2008, p. 151-152).

Quanto à crise hegemônica, ela teria ficado evidente com a derrota na Guerra do Vietnã, que expunha a dificuldade dos EUA em subordinar o Sul, os movimentos nacionalistas e comunistas (ARRIGHI, 2008). Os gastos em tais conflitos eram muitos, e junto a outros reveses políticos estadunidenses, como a Revolução iraniana, o choque do petróleo, a invasão soviética ao Afeganistão e a crescente desconfiança ao dólar, contribuíram para o colapso do padrão ouro e o que Arrighi chama “contrarrevolução liberal” ou monetarista, iniciada com Reagan e Thatcher, que conseguiu inverter o fluxo de investimentos que ia dos EUA para o resto do mundo. Agora, todos corriam ao dólar e financiavam os EUA. Enfim os EUA conseguiam transferir o custo da crise para o resto do mundo. Foi então que ocorreu a forte desmobilização dos trabalhadores em todo o mundo, queda nos salários reais, com a desculpa de se adaptar ao novo regime, menos “frouxo”, e à crise de competitividade, como se não houvesse opção (ARRIGHI, 2008).

Com esta reorientação, os EUA podiam aumentar a dívida externa. Utilizaram os empréstimos japoneses para financiar novos armamentos em um nível impensável para a URSS. Já no Sul, se antes havia “inundação” de capitais, ela logo se transformou em “seca”, sendo para lá transferida a pressão da concorrência. Alguns países do Sul, que estavam em vantagem na concorrência pela demanda de produtos industriais baratos pelos EUA, se beneficiaram. Puderam assim melhorar o balanço de pagamentos, e então não precisaram concorrer com os EUA pela liquidez. Alguns chegaram até ser credores dos EUA. Mas a América Latina e a África não tiveram esta sorte, e passaram a ter que concorrer com os EUA no mercado financeiro mundial, originando as “crises da dívida”. Os EUA assim se beneficiavam dos produtos baratos dos vencedores e se apropriavam a “preço de banana” dos bens do Sul. Todos estes acontecimentos teriam “fabricado”, como sugere Arrighi, uma recessão mundial – que os EUA combateram depois com o “keynesianismo total” possibilitado pelo fluxo de capital em direção aos EUA – e o fim do estado de bem-estar social, minando a força dos trabalhadores (ARRIGHI, 2008).

É nesta conjuntura, se somando a todos estes fatores, que ocorre a tendência à fragmentação produtiva, à expansão das CGV. Neste sentido, pode-se entender que houve

uma confirmação da tendência à fragmentação produtiva e dispersão geográfica em momentos de retração na economia-mundo capitalista com objetivo de reduzir os custos de mão de obra, como identificado por Hopkins e Wallerstein.

As grandes empresas procuravam agora utilizar as vantagens das menores como instrumento de seu próprio poder e consolidação. Por um lado, isto levou ao crescimento e industrialização generalizada na Ásia oriental. Por outro, aprofundou a crise na indústria – ao menos no curto prazo, não na economia como um todo - dos EUA, o que fica evidente com a substituição da General Motors (GM) pelo Wal-Mart como modelo de empresa (ARRIGHI, 2008).

A GM era uma indústria verticalmente integrada com unidades produtivas no mundo todo, mas “enraizada” na economia dos EUA, onde era fabricada e vendida sua maior parte. Já o Wal-Mart “é basicamente um intermediário comercial entre os fornecedores estrangeiros (em sua maioria asiáticos), que fabricam a maior parte de seus produtos e os consumidores norte-americanos, que compram a maior parte deles” (ARRIGHI, 2008, p. 181).

Tal mudança simboliza também a mudança de papel dos EUA, de nação produtora a entreposto financeiro, um dos indicadores do fim de um CSA. Os EUA teriam assim se estabelecido “como câmara de compensação financeira mundial, permitindo, portanto, que uma minoria cada vez maior e mais influente da população dos Estados Unidos participe da atividade de cérebros e de músculos de outros países, sem ter de usar os seus” (ARRIGHI, 2008, p. 182).

Ainda que os estudos sobre as CGV possam estudar com detalhes esse “padrão Wal-Mart” de empresas que se tornou hegemônico – e inclusive observar que houve outras formas de empresa que ficaram em evidência, com outras formas de governança entre empresas líderes e filiais a que Arrighi não se atenta -, eles geralmente não relacionam devidamente tal fenômeno a outros relacionados como a crise de hegemonia e, principalmente, os efeitos para a mão de obra. E é ao não perceber tais relações que o modelo asiático acaba sendo apresentado como modelo que pudesse ser seguido por outros, sem considerar todas as condições específicas que fizeram com que se aproveitasse da reestruturação promovida pelos EUA em conjunto com as grandes empresas, como forma de tentar solucionar uma crise de lucratividade e de hegemonia. Ao não se atentar a isto também, o “padrão Wall-Mart” acaba sendo idealizado, por ter liderado um grande aumento na produtividade e redução dos preços, relevando o fato de que tal padrão também liderou a distribuição de renda da mão-de-obra para o capital, transformando os trabalhadores em “mercadorias descartáveis” (ARRIGHI, 2008).

Por fim, podemos dizer que talvez o maior exemplo destas limitações que apontamos sejam os trabalhos que defendem o México como modelo para o Brasil se inserir às CGV, do qual o trabalho de Sturgeon et al (2013) é bastante representativo. Apesar de perceberem, por exemplo, que a China e outros países “emergentes” continuam dependentes dos países do Norte, onde apesar dos deslocamentos produtivos, ainda é realizada a maior parte do valor, ou que as próprias CGV podem estabelecer barreiras de aprendizagem, ou inclusive que há um aumento da insegurança do trabalhador, estes autores se lamentam que os “sentimentos de incerteza e ansiedade desencadeados pela

globalização têm expressão política” (STURGEON et al, 2013, p. 36) que ameaçam a era de livre comércio ditada pela OMC e o Consenso de Washington com novas tendências protecionistas. A contradição é ainda maior porque logo após a admissão dos efeitos sentidos pelos trabalhadores, os autores questionam-se: “Como podemos providenciar aos trabalhadores, empresas e indústrias o melhor ambiente para se engajarem na economia global?” (STURGEON et al, 2013, p. 36), como se a abordagem utilizada fosse neutra, capaz de encontrar uma solução benéfica a todos. Então, o México é apresentado como um modelo de sucesso de integração às CGV.

Ora, estudos demonstram que o poder aquisitivo dos trabalhadores no México caiu 77,79% desde 1987 (CAM-UNAM, 2014), tendência que apenas se aprofundou (CAM-UNAM, 2016). Não queremos dizer não se possa tirar lições do caso mexicano, mas utilizá-lo apenas por ser um país que se integrou às CGV demonstra a impossibilidade da perfeita conciliação entre os interesses dos trabalhadores, empresas e indústrias que vários estudiosos das CGV atualmente parecem assumir ser possível.

Considerações Finais

O objetivo aqui não foi refutar a abordagem das CGV ou nenhum dos trabalhos feitos neste marco, nem foi defender que não seja um tema importante. O objetivo foi apenas entender as implicações da evolução do termo, de GCC para CGV, compreendendo em que medida tais mudanças distanciaram os estudos das CGV das premissas das análises de sistema mundo, e como as análises de sistema-mundo poderiam contribuir para a discussão. Neste sentido, apenas são feitos alguns questionamentos às premissas que vêm sendo adotadas nos estudos sobre as CGV.

Vale ressaltar também que o esforço de encontrar alguns pontos em comum que parecem ser tendência nos estudos das CGV implicam necessariamente em generalizações e simplificações. Assim, nenhum dos pontos aqui questionados são unânimes, e nem todos os trabalhos sobre as CGV apresentam todas estas tendências ao mesmo tempo. Inclusive, muitas vezes as críticas que aqui fazemos podem ser encontradas dentro da própria literatura das CGV.

Tendo isto em vista, a abordagem das CGV não parece ser irreconciliável com a das análises de sistema-mundo. Mas deve-se ter cautela com a forma como os estudos sobre as CGV vêm sendo conduzidos. É importante ter clareza sobre estas diferenças.

Sob a ótica das três premissas fundamentais das análises de sistema-mundo apontadas por Wallerstein, a tendência nos estudos sobre as CGV parece ser de distanciamento em relação a todas elas.

A unidade de análise em grande parte dos estudos recentes parece ser as cadeias em si, as interações e relações de governança entre as firmas, e a relação destas com atores que são considerados externos, mas que influenciam, como os governos. Hopkins e Wallerstein focavam estes elementos em maior ou menor grau também, mas todas relações eram encaradas como parte de um sistema mais amplo, o que não parece ser feito nos estudos recentes. Junto ao abandono do sistema-mundo como unidade de análise, relativizou-se a configuração internacional dividida em centro, semiperiferia e periferia,

além da relação entre capital e trabalho, aspectos que integram a perspectiva de sistema-mundo. A questão da diferenciação entre civilização material, mercado e capitalismo então parece estar completamente fora do radar.

A longa duração também parece ter sido abandonada em boa parte dos trabalhos, às vezes de forma consciente, como é o caso de Oliveira (2015). As referências aos períodos anteriores ao século XX são raras e, quando ocorrem, geralmente são vagas.

Por fim, há uma tendência aos trabalhos se restringirem cada vez mais aos estudos da área de economia e administração, em oposição à unidisciplinaridade a que Wallerstein se referia. Encarando as CGV como uma parte específica da globalização econômica - a globalização produtiva e comercial – questões sociais mais amplas são abandonadas.

Finalmente, pode-se dizer que muitos destes estudos acabam se tornando exatamente aquilo à que as análises de sistema-mundo se opunham e a que procuravam dar respostas: estudos especializados, que supõe uma neutralidade e um modelo de desenvolvimento a ser seguido, sugerindo uma universalidade dos caminhos, de modo que basta adotar as políticas corretas de integração às CGV que esta integração ocorrerá, sem ao menos questionar se esta integração é realmente benéfica e para quem.

Referências

- ARAÚJO JÚNIOR, J. T. de. Fragmentação da produção e competitividade internacional: o caso brasileiro. **Revista Brasileira de Comércio Exterior**, Rio de Janeiro, n. 115, p.42-51, abr./jun. 2013. Disponível em: <http://www.funcex.org.br/publicacoes/rbce/material/rbce/115_JTA.pdf.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2017.
- ARRIGHI, G. **O Longo Século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo**. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Editora UNESP, 1996.
- _____. **Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do Século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2008.
- BAUMANN, R. **Regional trade and growth in Asia and Latin America: the importance of productive complementarity**. Brasília: CEPAL, 2010. Disponível em: <<http://www.cepal.org/cgibin/getProd.asp?xml=/publicaciones/sinsigla/xml/7/41677/P41677.xml&xsl=/brasil/tpl/p10f.xsl&base=/brasil/tpl/top-bottom.xsl>>. Acesso em: 12 jan. 2018.
- BERGER, S. **How we compete**. New York: Doubleday, 2006.
- BRAUDEL, F. **A Dinâmica do Capitalismo**. Rio de Janeiro: Rocco, 1987
- CAM - UNAM (México). **México: fábrica de pobres..** 2014. Reporte de Investigación 116. Disponível em: <<http://cam.economia.unam.mx/mexico-fabrica-de-pobres-cae-77-79-el-poder-adquisitivo-reporte-de-investigacion-116/>>. Acesso em: 24 jan. 2018.
- _____. **El salario mínimo: um crimen contra el pueblo mexicano**. 2016. Reporte de Investigación 126. Disponível em: <<http://cam.economia.unam.mx/reporte-investigacion-126-salario-minimo-crimen-pueblo-mexicano-cae-11-11-poder-adquisitivo-sexenio-pena-nieto/>>. Acesso em: 24 jan. 2018.
- CASARÕES, G.S.P e. **"O tempo é o senhor da razão"?: a política externa do governo Collor, vinte anos depois**. 2014. 238 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciência Política, Departamento de Ciência Política, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

ESTEVADEORDAL, A.; BLYDE, J.; SUOMINEN, K. As cadeias globais de valor são realmente globais: Políticas para acelerar o acesso dos países às redes de produção internacionais. **Revista Brasileira de Comércio Exterior**, Rio de Janeiro, n. 115, p.6-25, abr./jun. 2013. Disponível em: <http://www.funcex.org.br/publicacoes/rbce/material/rbce/115_AEJBKS.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2017.

GEREFFI G.; KORNIWICKZ, M. (ed.). **Commodity chains and global capitalism**. Westport (CT): Praeger, 1994.

_____. Shifting Governance Structures in Global Commodity Chains, with special reference to the Internet. **American Behavioral Scientist**, [s. L.], v. 44, n. 10, p. 1616-1637, June 2001

_____.; HUMPHREY, J.; STURGEON, T. The governance of global value chains. **Review Of International Political Economy**, [s. L.], v. 12, n. 1, p.78-104, Feb. 2005.

HOPKINS, T.; WALLERSTEIN, I. Commodity Chains in the World-Economy Prior to 1800. **Review (Fernand Braudel Center)**, Binghamton, N.Y., v. 10, n. 1, p.157-170, Summer 1986.

_____.; _____. Commodity chains in the capitalist World-Economy prior to 1800. In: GEREFFI G.; KORNIWICKZ, M. (ed.). **Commodity chains and global capitalism**. Westport (CT): Praeger, 1994.

LIMA, M. R. S. de. Eixos analíticos e conflito de paradigmas na política exterior brasileira. In: FUNAG (Org.). **As Políticas Exteriores da Argentina e do Brasil frente a um mundo em transição: diversidade, convergência e complementaridade**. Brasília: FUNAG, 1994. p. 71-82. (Cadernos do IPRI, n. 11). Disponível em: <<http://funag.gov.br/loja/download/cadernos-do-ipri-num-11.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2016.

MARINI, R.M. Dialética da Dependência, 1973. In: TRASPADINI, R.; STEDILE, J. P. **Ruy Mauro Marini: vida e obra**. 2.ed. São Paulo: Expresso Popular, 2011, p.131-172.

OLIVEIRA, F. de. Crítica à razão dualista. In: OLIVEIRA, F. de. **Crítica à razão dualista/O ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003, p. 29-119.

OLIVEIRA, S. E. M. C. de. **Cadeias globais de valor e os novos padrões de comércio internacional: estratégias de inserção de Brasil e Canadá**. Brasília: FUNAG, 2015. (Coleção Relações Internacionais).

PINTO, E. C.; FIANI, R.; CORRÊA L. M. **Dimensões da Abordagem da Cadeia Global de Valor: upgrading, governança, políticas governamentais e propriedade intelectual**. Brasília: Ipea, 2015. (Texto para Discussão, n. 2155).

PORTER, M. E. **Competitive Advantage: creating and sustaining a superior performance**. New York: Free Press, 1985.

STURGEON, T. et al. O Brasil nas cadeias globais de valor: implicações para a política industrial e de comércio. **Revista Brasileira de Comércio Exterior**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 115, p.26-41, abr./jun. 2013. Disponível em: <http://www.funcex.org.br/publicacoes/rbce/material/rbce/115_TSGGAGEZ.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2017.

WALLERSTEIN, 2004. **World-systems analysis: an introduction**. Durham and London: Duke University Press, 2004.

_____. **Impensar a ciência social: os limites dos paradigmas do Século XXI**. Aparecida (SP): Ideias & Letras, 2006.

WILLIAMSON, O. E. Transaction cost economics and organization theory. **Industrial And Corporate Change**, Oxford, v. 2, n. 2, p.107-156, 1993.

HEGEMONIA

THE SINOCENTRIC WORLD-SYSTEM IN THE 10TH-15TH CENTURIES: SECULAR STRUCTURES AND THE CHINA-VIETNAM-CHAMPA TRIANGLE

*Bruno Hendler**

Abstract: The article proposes a study on the pre-modern international system of Central-East Asia or simply the sinocentric world-system. The central hypothesis is that the sinocentric world-system expanded over Southeast Asia in the temporal arc of the 10th to the 15th Century and in order to prove or refute it, we propose a case study on the China-Vietnam-Champa triangle. The article is divided as follows: a theoretical discussion of the world-system analysis; an examination of the empirical object with quantitative and qualitative data; and final considerations that resume the theoretical discussion based on the empirical findings.

Key-words: world-system analysis, pre-modern sinocentric world-system, China-Vietnam relations, China-Champa relations.

Akira Iriye (2013) suggests that World History, up to the end of the twentieth century, was a field of knowledge essentially based on western and statocentric perspectives, focused only on interstate relations. Implicitly, the author suggests that the positivist tradition of the Diplomatic History of the 19th Century persisted for most part of the 20th century. Based on Iriye's work for a global/transnational view of history, this article proposes a study on what we call (for a lack of consensus on its definition) the pre-modern international system of Central-East Asia or simply the sinocentric system. The central hypothesis is that the sinocentric system expanded over Southeast Asia (SE Asia) in the temporal arc of the 10th to the 15th Century and in order to prove or refute it, we propose a case study of the China-Vietnam-Champa triangle.

While Iriye formulates a view of Transnational History to think of the present time on a planetary scale, this article proposes the examination of a different time and space. Our object of study is a non-Western world composed by polities of different kinds, connected by exchange networks that are often different from the Western ones and that had a timespan of emergence, decline and extinction of its own. Researches on the historical formation of Central-East Asia as a single international system have gained academic attention due to the region's rise in global value chains since the mid-20th Century and China's rise in the last three or four decades. Thus, our effort is to enlighten a little bit of the contemporary issues with a detailed look on the past.

* PhD Candidate on International Political Economy at Federal University of Rio de Janeiro.

The article is divided into the following sections: i) a theoretical discussion of the world-system analysis based on Chase-Dunn and Hall (1997); ii) an empirical section with the study case of China-Vietnam-Champa's relations aimed at testing the hypothesis that SE Asia was merged into the sinocentric system in the 10th to the 15th centuries; and iii) final considerations that resume the theoretical discussion based on the empirical findings.

The world-systems analysis beyond the modern world-system

Wallerstein (1974) and Arrighi's (1996) descriptions of the emergence and dynamics of the modern world-system are coherent and well grounded. But what about other social formations that do not necessarily fit into the categories of minisystem, world-economy, or world-empire? This question is tackled by Christian Chase-Dunn, whose studies approach a wide range of social formations, from "micro" world systems, such as California hunters and collectors before the gold rush, to "macro" world systems such as the Afro-Asiatic continent between 500 BC and 1400 AD.

Based on Chase-Dunn's method, our premise is the existence of a social system in East-Central Asia centered in China that lasted from the Han Dynasty until the 19th century and that does not fit into Wallerstein's ideal types of world-systems. That is, we face a social system that is neither a world empire nor a world-economy or a mini-system. Avoiding the huge task to cover all this timespan and geographic reach, our objective is to examine China-SE Asia interactions between the 10th and the 15th Centuries. To do so, the first step is to move beyond the modern world-system categories (created by Immanuel Wallerstein, in 1974) and present theoretical tools of analysis for *other* world-systems in the history of human societies. And the works of Chase-Dunn and his associated researchers are our basis for that effort.

From a dense bibliographical review, Chase-Dunn and Lerro (2013: 20) define these interaction networks as regular and repeated interactions among individuals and groups and may involve trade, communication, threats, alliances, migration, marriage, gift giving, or participation in information networks such as radio, television, telephone conversations, and e-mail. And they add (Ibidem):

Important interaction networks are those that affect peoples' everyday lives, their access to food and necessary raw materials, their conceptions of who they are, and their security from or vulnerability to threats and violence. World- systems are fundamentally composed of interaction networks.

Although in the modern world system they are subject to the strong space-time compression, especially after the Industrial Revolution, in other social systems they tend to be greatly affected by geography and by the time and cost required to cover varied distances. Chase-Dunn and Hall (1997: 52) suggest four types of interaction networks that integrate a world-system (Idem: 52):

- *Bulk goods networks* (BGNs). This is the most basic level of systemic interactions because it involves the production, distribution, and consumption of basic goods such as food and basic raw materials. They are called “bulk goods” because they have a low value per unit of weight and their transportation is very costly in the absence of cheap freight – which was the case in the social systems before the Industrial Revolution. Thus, the geographic range of circulation for bulk goods is to be considered very limited.

- *Political-military networks* (PMNs). This is the power superstructure between autonomous political units. In the words of Chase-Dunn and Lerro (2014: 21) PMNs are the interaction networks in which polities make war and ally with one another. The authors assert that this is an International Relations’ field of research and they do not fully examine the dynamics of the interstate systems. Nevertheless, the power interaction among polities, whether by frequency or intensity of conflict, by threat or the actual use of force, or by celebration of alliances or declaration of war is a crucial factor of cohesion in a social system.

- *Prestige goods networks* (PGNs). PGNs have a much larger spatial range than BGNs because a small amount of a luxury good may be exchanged for a great deal of food. In other words, the value of a prestige good vis-à-vis its weight is much higher than that of a bulk good, so the reward for a kilo of precious metal, jewelry, refined spices or manufactured goods is much greater than a kilo of a primary good. Hence, PGNs have a greater geographical range than primary goods because the cost of long-distance transportation tends to be lower due to the higher value per weight. In addition, the restricted access to these goods, usually through monopoly, is commonly one of main symbolic and material sources for the legitimation of political elites (Chase-Dunn, Hall 1997: 13-14).

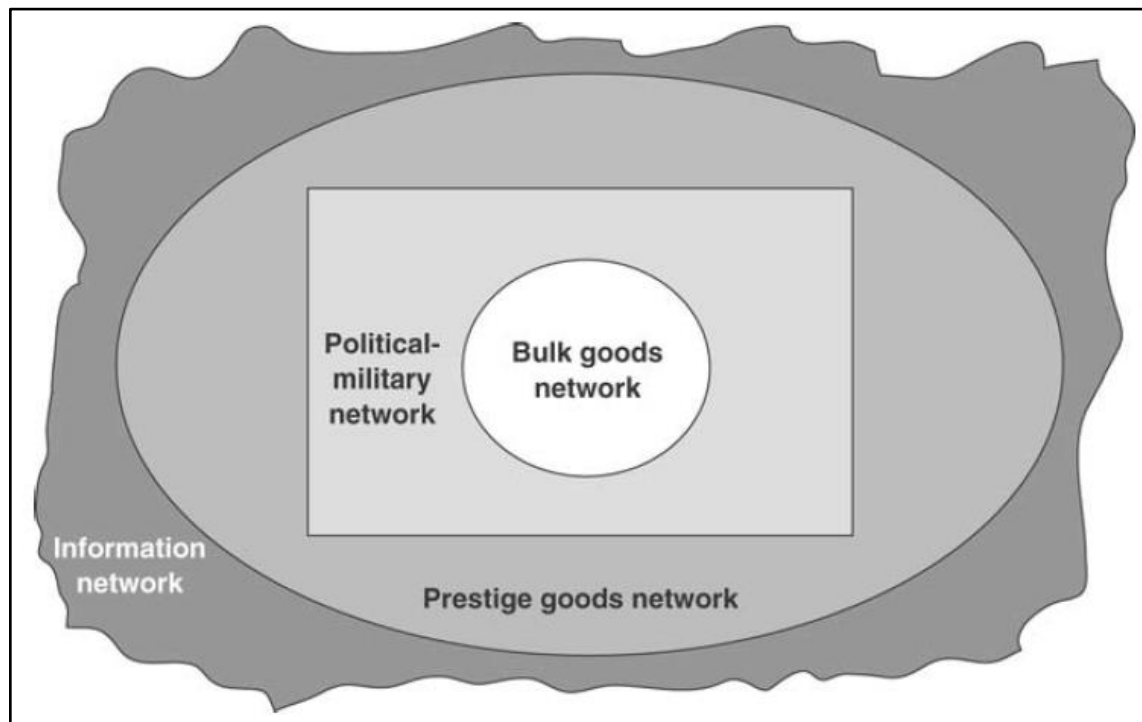
- *Information networks* (INs). This is the most fluid element of a system and is defined by the creation and circulation of knowledge, technology and narratives. “Information, like a prestige good, is light relative to its value. Information may travel far along trade routes and beyond the range of goods. Thus information networks (INs) are usually as large as or even larger than PGNs.” (Chase-Dunn; Hall, 2006: 41). However, information networks do not exist *per se*, they are a software that needs a hardware to operate. And the hardware, in this case, is the actors and structures that operate in the other three large networks and create interdependence, cohesion and homogeneity in a social system. Cartographic science is a good example of how actors such as sailors and researchers spread their knowledge by operating in prestige goods networks and in political-military operations.

According to these authors, the four interaction networks are not randomly overlaid. Except for the modern world-system, in which there is strong overlay due to space-time compression, in other social systems there was a specific order of spatial range according to the ease (or difficulty) of geographic connection between the nodes of these networks.

The figure below shows this overlay, which can be read in two directions. The first is the geographic extension, from inside out: primary product networks are the

smallest, followed by political-military networks, luxury goods and finally, information. The latter two networks connect distant groups long before they participate in the same political-military dynamic or have access to each other's primary goods.

Figure 1. The spatial limits of world-systems



Source: CHASE-DUNN; HALL, 2006, p. 41

The second aspect refers to the interaction and mergers between distinct social systems. In this case, we follow the opposite direction: it begins with the simple awareness of existence of other groups or civilizations, followed by the interchange of prestige networks, by political-military interactions until finally reaching the cohesion in bulk goods networks (Chase-Dunn, Hall, 1997: 204). For Wallerstein, a world-system exists only when the BGNs are intertwined in a single social division of labor. On the other hand, Chase-Dunn and Hall (1997: 150) suggest that information and prestige goods networks grant enough coherence to a system, using the Afro-Eurasia world-system between 500 BC and 1400 AD as an example. For them, the three civilizational cores (China, India, and Western Asia) were in contact through information and prestige goods networks, although there was no greater political-military interaction or primary goods interchange, eliminating the hypothesis of a world-economy in Wallerstein's terms. The only exception was the Mongol Empire, when the political-military sphere was also incorporated in the system, but the Mongols were not even close to unify the social division of labor under their polity.

Incorporação dos sistemas-mundo de acordo com as redes de interação

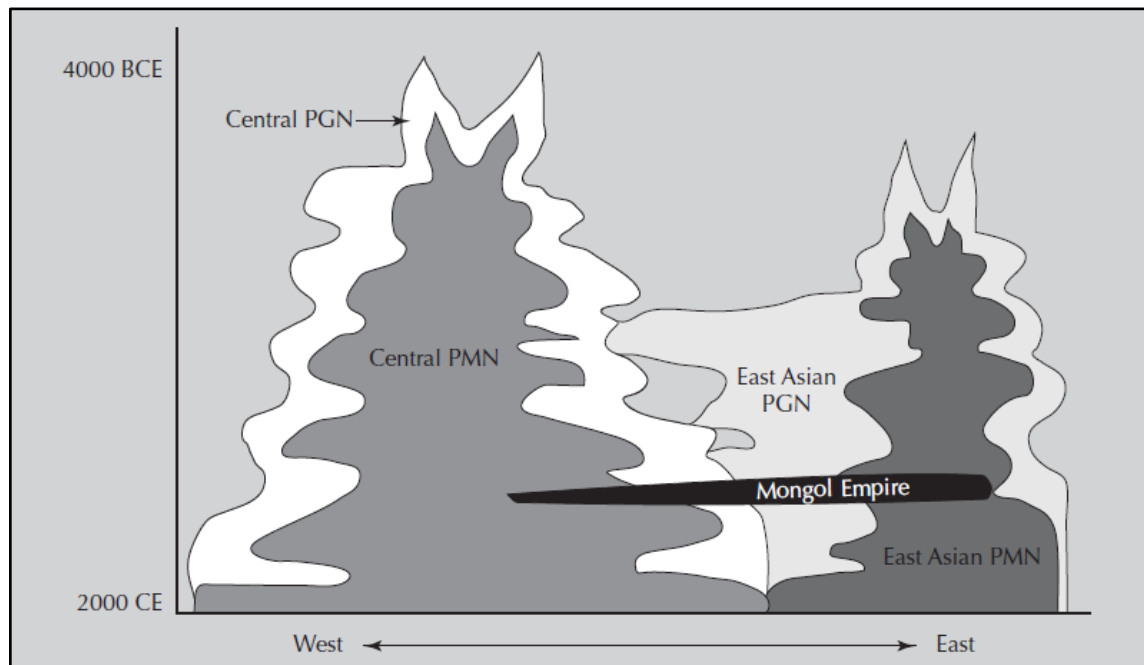
Figure 2. World-systems mergers by interaction networks



Source: elaborated by the author

Our methodological choice lies with Chase-Dunn and Hall. This way, we are able to demonstrate that China's relationship with Southeast Asia between the 10th and 15th Centuries formed a world-system composed of information, prestige goods and political-military interactions, although there was no coherent social division of labor.

Figure 3. East-West Pulsations and Merger



Source: CHASE-DUNN; LERRO, 2013: 188.

Two other concepts are fundamental. First is the notion of pulsation, “a general pattern in which world-system networks expand their spatial scales and then contract” (Chase-Dunn, Hall 1997: 147). All systems have cycles of expansion and contraction in terms of geographic range and intensity of networks. The four types of networks have distinct time and space dimensions, but their interaction tends to push the system toward expansion or contraction. The figure above depicts “the coming together of the East Asian and the West Asian–Mediterranean systems. Both the PGNs and the PMNs are shown, as are the pulsations and rise-and-fall sequences” (CHASE-DUNN; HALL, 2006: 46).

The second concept is the core-periphery relationship. Wallerstein, Arrighi, Gunder Frank and others take the idea of core-periphery from the Latin American Dependency Theory and their basic premise is the predominance of activities that transfer

value in the periphery and activities that generate/accumulate value in the core. Semiperiphery refers to the zones of the world-system that have a balanced proportion between the two types of activities (Brussi, 2015; Arrighi, 1997). The problem is that this definition serves only the modern world-system in which capitalist relations prevail in a single social division of labor that necessarily includes bulk goods networks.

Moving beyond the modern world system, Chase-Dunn and Hall (1997: 248) argue that, except in primitive societies, every world-system contains stratification and hierarchy. Their premise is the constant interaction between two groups, societies or states with different levels of demographic density, social complexity, technological advancement, military power, territorial extension, etc. This dynamic can occur through differentiation or hierarchy. By differentiation Chase-Dunn and Hall mean that two societies interact through systemic networks without major mutual impacts, whereas hierarchy implies exploitation or domination of one over the other.

Yet, China's hierarchical relationship with its neighbors has rarely been guided by pure exploitation or domination. So the question remains: how to identify core-periphery relations in a non-capitalist world-system? Chase-Dunn and Hall offer two somewhat vague but useful concepts: **spread effects** and the **relative importance of interaction networks**. The first occurs when peripheral areas becomes "corelike", that is, when it incorporates social and technological elements in greater intensity than vice versa (1997, 38, 50). The latter, which is a product of the former, means that interaction networks are more important to the periphery than to the center for the reproduction of local social structures. In other words, the peripheral social formation is further sensitive to interactions with the center than vice-versa (Idem, 248).

The peripheral groups also have means to deal with the core, such was the case when the peoples of Central Asia used trade and raids to gain benefits from the luxury goods of the Silk Road which connected sedentary and more complex societies. Still, the main idea is that these interactions are proportionally more important for the reproduction of local social structures in the periphery than in the center. That is, the Chinese Empire, with its colossal demographic-agricultural base and centralized state, did not rely so much on its neighbors to remain stable and prosperous as these neighbors relied on China for their *modus vivendi* – whether by the wealth generated in the trade routes, by the symbolism of becoming a vassal of the Chinese Emperor or by the political-military protection/threat that China represented. Thus, the relative importance of interaction networks tended to generate a greater spread effect from China towards its neighbors than vice versa.

The four elements presented in this section are very important for the next topic. They are: i) the types of interaction networks; ii) the overlay between these networks in time and space dimensions; iii) the idea of pulsation cycles; and iv) the core-periphery relationship.

The Central-East Asia world-system

The military pressures from the northern "barbarian" kingdoms and the protoindustrialization of coastal regions were the two necessary (and perhaps sufficient) conditions for Song China (960-1279) to become a seafaring nation and broaden the geographical range of the sinocentric system towards SE Asia. These processes sustained a systemic pulsation (expansion) that started in 960 (beginning of the Song Dynasty), continued through the Yuan Dynasty, from 1279 to 1368, and reached its peak in the Early Ming Dynasty, from 1368 to 1434. After this period, China turned inwards and the systemic pulsation entered the contraction phase.

War, tributary diplomacy and private trade were already frequent in China's relationship with the peoples of Central Asia and Northeast (NE) Asia (Korea and Japan) and it was only by the Song Dynasty that these vectors became relevant for the SE Asia. It seems contradictory that China's period of economic development took place during a dynasty apparently weak and besieged by foreign kingdoms. The troubled successions of Song emperors, the change of capital to escape the Jurchen invasion and the destruction caused by the battles against them on Chinese soil seem to contrast the idea of material progress.

However, these power disputes accelerated an ongoing process of demographic shift towards the coastal and the southern regions (Jiangnan, Fujian and Guangzhou) and resulted in a socioeconomic development that sustained China's projection to SE Asia. In other words, the war pressure in the north and the cycle of economic development in the coastal regions were simultaneous processes that triggered the change to a "maritime rather than a continental" civilization between the 10th and the 15th century. This way, the sinocentric world-system embraced SE Asia with information networks, prestige goods trade and political-military dynamics. We shall not focus on the wars in the north or on the Song economic boom, but rather see them as the roots for the expansion of the sinocentric world-system towards SE Asia.

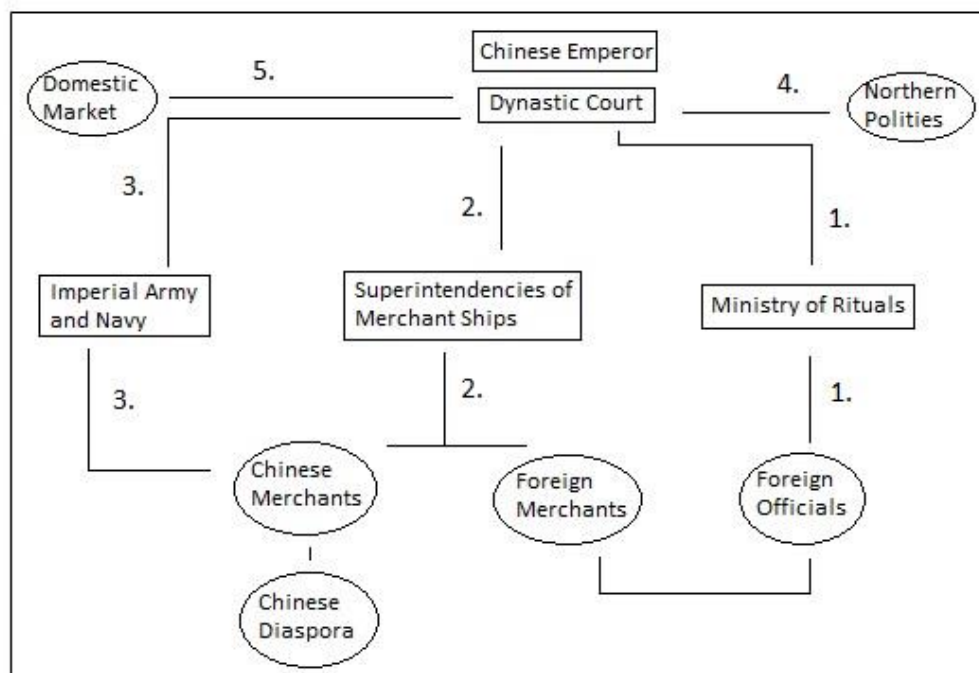
The systemic pulsation of the sinocentric world-system towards SE Asia was characterized by the widening of core-periphery relations through political-military dynamics and prestige goods networks. This was a Braudelian *longue-durée* process that lasted for five centuries and was punctuated by the cyclical life of Chinese dynasties and by the short term events of history. The merger of bulk goods networks did not happen and the information interactions are not directly analyzed in this article. In order to comprehend this systemic pulsation we shall start with China's structures of external projection of the *longue durée* and then move to the case study.

a) The interaction networks in the sinocentric world-system

The figure below displays the pillars of the sinocentric world-system during the Song-Yuan-Early Ming dynasties. The symbolic-tributary, commercial and political-military dimensions appear through three major tools of the government: the Ministry of Rituals, the Superintendencies of Merchant Ships and the Army and the Imperial Navy.

The Ministry of Rituals (created in the Tang Dynasty) was the channel of contact between the Imperial Court and foreign emissaries, responsible for their accommodation and entertainment, and for the organization of Confucian rites of submission to the Chinese emperor (Fairbank, Goldman, 2006: 78, Lo, 2012: 94). Gifts were exchanged in these rites (tributary trade) and the foreign officials had the opportunity to discuss diplomatic, commercial and military issues with the Chinese government and receive investitures from the Emperor (**axis 1** of the figure).

FIGURE 4. The channels of interaction with SE Asia in the sinocentric world-system (10th to 15th Century)



The tributary relations (through investitures and exchange of gifts) were an essential part, though not the only one, of the sinocentric world-system. Through them the Emperor and his Council celebrated alliances, declared wars, ordered the permission or prohibition of private commerce (in line with the Superintendencies) and granted symbolic titles that gave legitimacy and status to foreign sovereigns. But all of this was only possible through the "tributary trade", i.e. by the exchange of prestige goods. Owning a Chinese court item was a symbol of refinement and civilization for the vassal polity: the possession of books, musical instruments, silk, porcelain, paper money and other goods was used to reproduce local and regional relations. It was a tool for the local sovereigns to show their subjects that part of their power derived from the exclusive connection with the Middle Kingdom (Pomeranz, Topik, 2015: 14) – in a typical hierarchical relation in which the periphery becomes more “corelike”. For the Chinese court, this exchange also had the symbolic role of reinforcing the emperor's superiority, but prestige goods coming from the overseas were also renegotiated with the northern

kingdoms (**axis 4**) in exchange for large animals (horses, camels, sheep) and precious metals.

In order to regulate private long-distance naval trade the Song created the Superintendencies of Merchant Ships (**axis 2**). These offices had bureaucratic functions such as inspecting cargo and offering accommodation for sailors, and also three other functions that generated income for the state coffers as follows: i) application of tariffs of around 10% for fine quality goods and 15% for bulk goods; (ii) application of taxes for seagoing ships – which were reverted to military expenses; and iii) compulsory sale to government agents of much of the imported products at prices set by the government itself in a monopolistic relation (Wade, 2012: 8; Lo, 2012: 196). This third channel (the monopoly of incoming goods) generated most of the income because the government earned in two ways: i) defining prices (in cash or in products) to be paid for foreign goods to resell them on the domestic market in association with the private sector (**axis 5**); and ii) reselling seven types of luxury goods to the northern kingdoms in exchange for large animals and precious metals. In addition, steel imports were also a government monopoly and were used in strategic areas such as the construction and the military sectors.

Figure 5. Superintendencies of Merchant Ships (with the date of creation)



Source: elaborated by the author, based on Lo, 2012.

Despite some clashes with the authorities regarding arbitrary tax increases, merchants generally favored the Chinese government and the political stability because it meant further legal security in their operations. Lo (2012, p. 99) describes a kind of state-capital alliance that resembles the origins of capitalism in Europe: on the one hand,

the state extracts income through commercial tariffs and monopolistic control of imported and exported goods. On the other hand, merchants profit from trade concessions (including by operating within the monopolies), legal security for their business, and even physical protection of trade routes. However, Rossabi (2014, 203) has a divergent view: for him, the merchants in China did not come any close to the political power of the post-medieval European bourgeoisie, as the state controlled them through monopolies and the richer strata ended up buying land to become aristocrats and preparing their children for the public exams of the Chinese bureaucracy. Thus, instead of an entrepreneurial state (like the Netherlands and England in the seventeenth and eighteenth centuries), China had a class of entrepreneurs with aristocratic and bureaucratic ambitions.

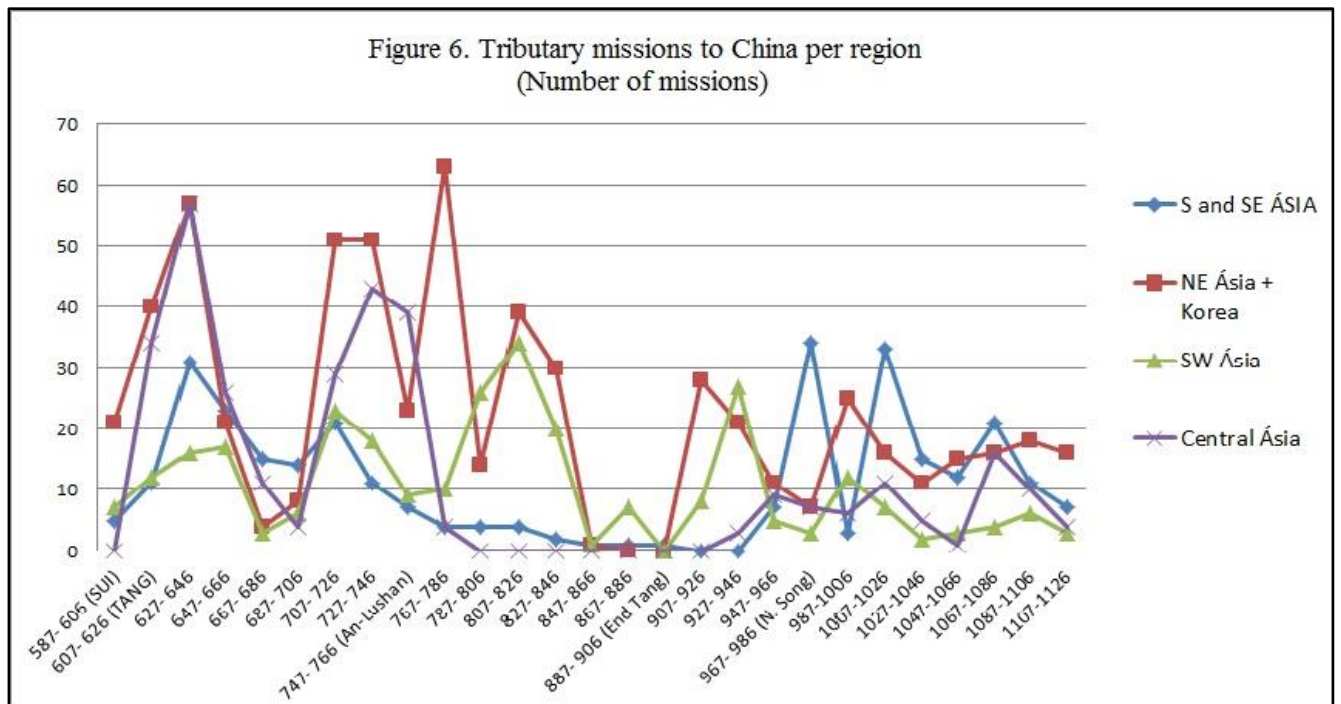
Finally, **axis 3** represents the coercive face of China's maritime expansion. In spite of previous impulses, the main naval cycle took place in the Song-Yuan-Early Ming period (960-1450) with a maritime revolution that was a product of new shipbuilding technologies, a more accurate cartography, the use of gunpowder weapons and the adoption of new navigation techniques. Not so much in the Song Dynasty, but mainly during the Yuan and the Ming, China widely used its naval force to influence and invade SE Asian nations and also to patrol and protect trade routes from its coast to the Strait of Malacca (Wade, 2012: 4-6).

In sum, the Imperial Navy, the Superintendencies and the Ministry of Rituals have become China's main vectors to expand the sinocentric world-system over SE Asia in the Song-Yuan-Early Ming period. Rather than autonomous vectors, there are evidences that these institutions have strengthened each other by linking trade access, diplomatic relations, tributary missions and military alliances. This is what we shall see in the next topics.

Time and space in the sinocentric world-system

Our next task is to examine the evolution of these channels of projection in time and space. According to the chart below, the great change of the Song Dynasty over previous centuries is that for the first time, South and Southeast Asia appeared as the most assiduous region in the tributary trade, especially during the Northern Song (960-1127). This was due to the conjunctural factors already mentioned: i) the transformations of China's domestic political economy; and (ii) the geopolitical pressures in the north, which forced the court to pursue other trade routes with the construction of ports, repression of piracy and the establishment of Superintendencies of Merchant Ships (Stuart-Fox, 2010, 2012, Yoshinobu, 1983, p.105).

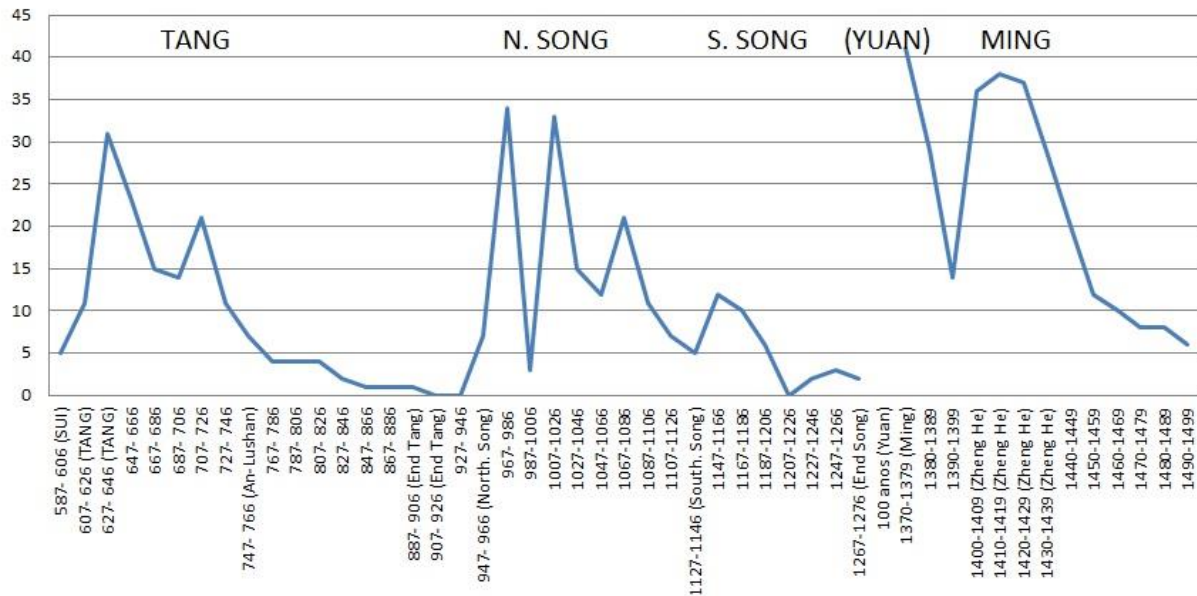
Thus, the increase in South and Southeast Asian missions was evident from 960 onwards. It is a good indication that China's demographic and geopolitical shift to the south and to the coast begun to expand the sinocentric world-system to SE Asia, moving beyond the traditional regions of interaction in Central and NE Asia.



Source: Bielenstein, 2005; Kang, 2010.

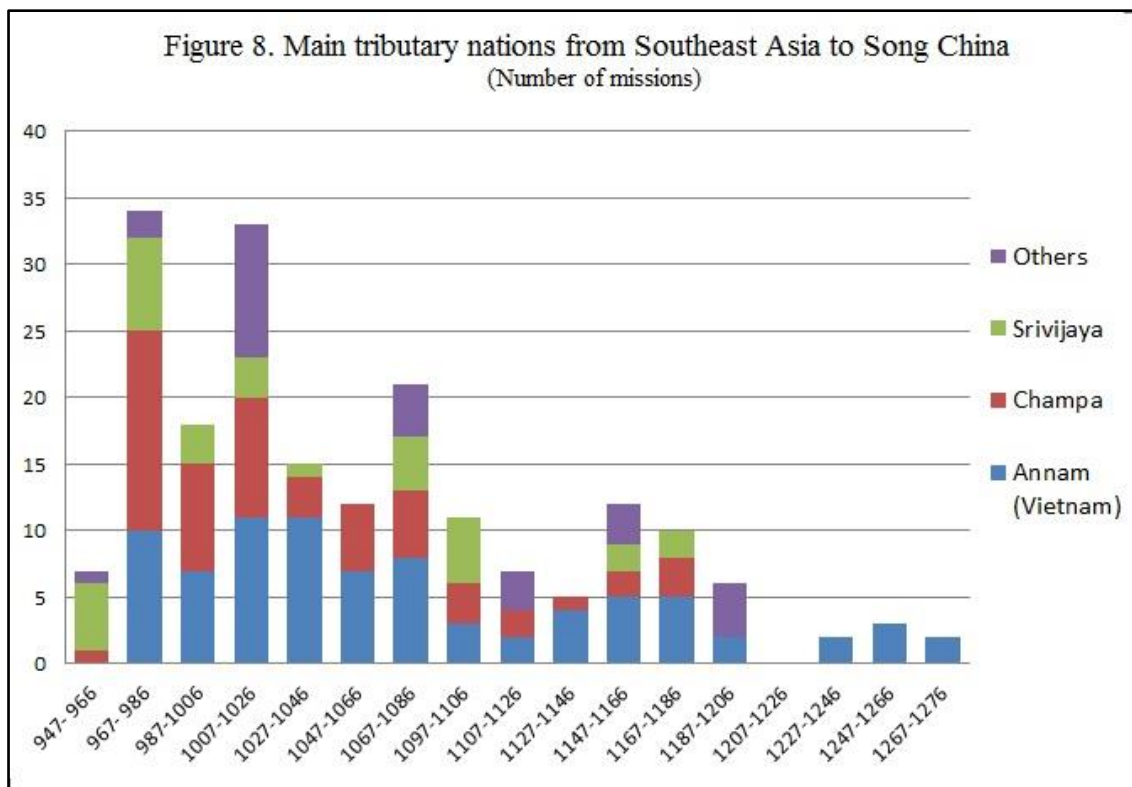
The frequency of tributary missions and the rise and fall of Chinese dynasties is another possible correlation. The chart below shows that the rising phase of the Tang, Song and Ming dynasties was marked by the large number of missions received from South and SE Asia. This is because the first emperors were proactive in sending representatives to neighboring nations to announce the transition and to legitimize themselves as rulers; and also because neighboring nations took these transitions as an opportunity to strengthen symbolic, commercial, and military ties with a stronger and safer China to do business.

FIGURE 7. South and Southeast Asia's tribute missions to China
(Number of missions)



Source: Bielenstein, 2005; Kang, 2010.

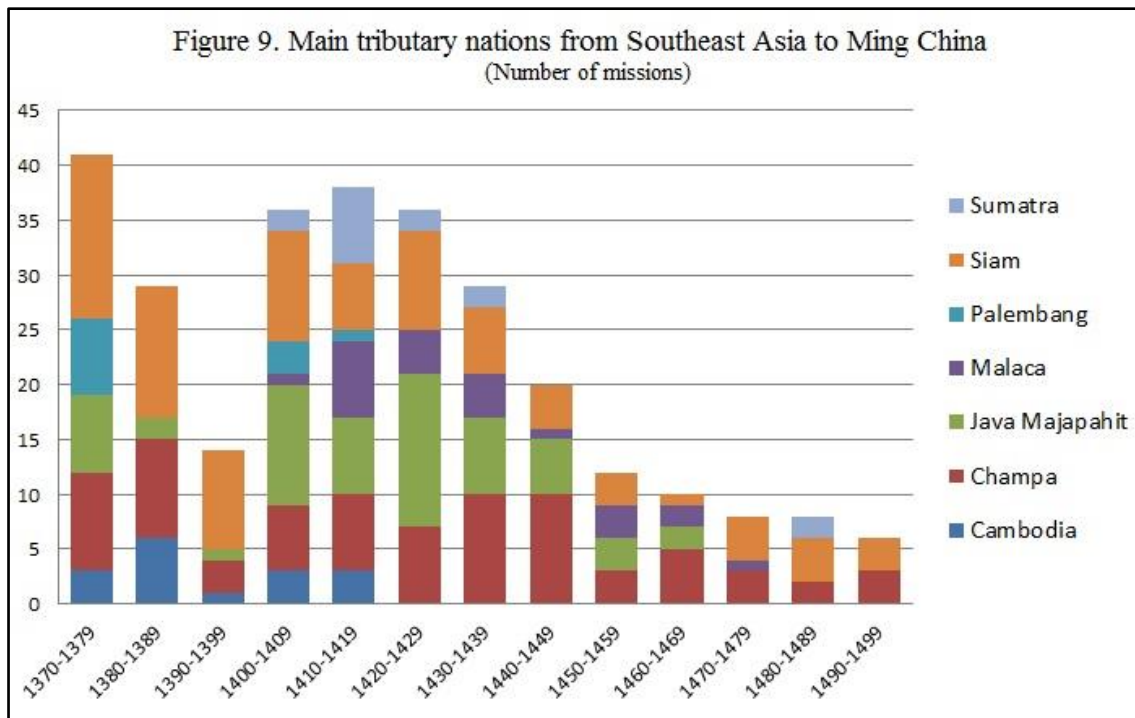
If the chart above says a lot about China's dynastic cycles, the chart below brings relevant information about SE Asia, as it presents China's main tributaries states. Most of the missions from South and SE Asia in the Song Era were sent by three actors (Srivijaya, Champa and Vietnam) and the "others" group had a much smaller recurrence. This feature is relevant because it shows the geographical limits of the sinocentric world-system.



Fonte: Bielenstein, 2005; Kang, 2010.

To attribute the frequency of missions only to the Song's dynastic cycle is to tell only part of the story. Vietnam and Champa were tributary nations because they were rivals and sought, for distinct reasons, a closer relationship with China. Unfortunately, we do not find data available for Yuan Dynasty, perhaps because the Mongols focused mostly on private trade and military relations than on symbolic ones or because many of the Song tributaries refused to recognize the Mongols as legitimate leaders of the Chinese state. And there is also the difficulty of access to the primary sources because the dynasty that overthrew the Mongols (the Ming) destroyed part of the records

The quantity of missions during the Early Ming period was similar to that of the Song's, but the variety of tributary states increased dramatically. Again, this was not only the product of the proactivity of early Ming emperors (Yongle in particular, by financing Admiral Zheng He's voyages between 1405 and 1424). It was also due to the formation of more complex political units with diplomatic ambitions in SE Asia that were encouraged and/or coerced to abide by China's multifaceted asymmetry. Either way, the greater variety of missions shows that Yongle's government extended the limits of the sinocentric world-system to the Strait of Malacca and the Indian Ocean.



Source: Bielenstein, 2005; Kang, 2010.

Therefore, the tributary system only worked because it was dialectical, it was a two-way road, and its members perceived several advantages in associating themselves with the Chinese world order. In the next topic we will see how it played out in a study case.

Study case: the triangular dynamics of China, Vietnam and Champa

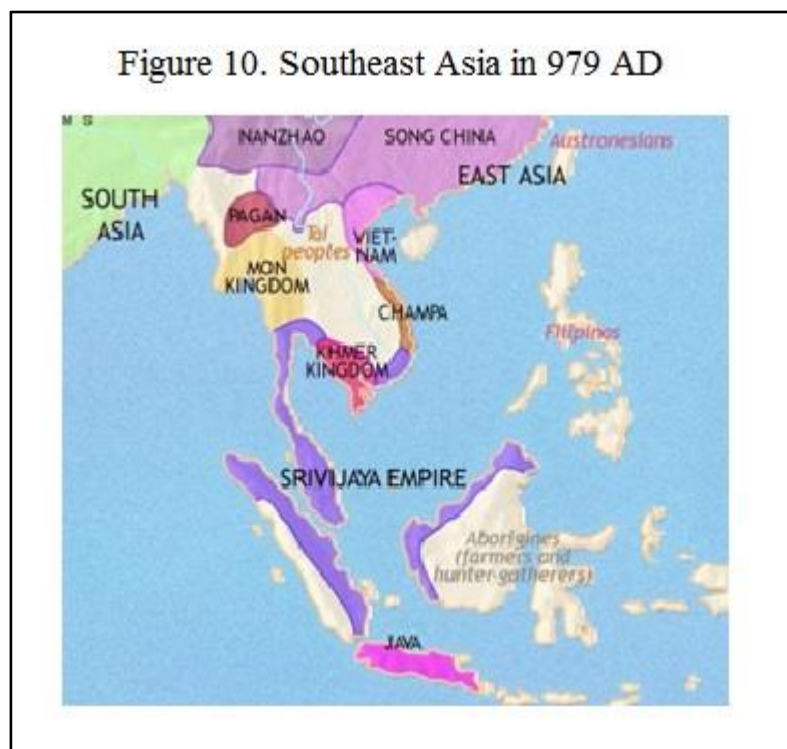
The most assiduous tributaries of Song China were the two polities located in the eastern part of the Indochina Peninsula: the mandala of Champa in the center-south, and the Dai Viet (which we call anachronistically as the state of Vietnam) in the north, around Hanoi and the Red River Delta. From the 10th up to the 15th Century there was an intense military dispute between them over the control of the region, resulting in the victory of Vietnam in 1471. This conflicting dynamic will be our case study because: i) according to Lieberman (2003: 338) this region had an unique exposure to the Chinese culture that was much stronger than in any other part of SE Asia; and ii) the ties with China were not only more intense, but also more balanced among the three pillars of the sinocentric world-system, so it is possible to identify evidences of private trade interaction, symbolic/tributary influence, and political-military dynamics.

The political unit that gave birth to the Dai Viet emerged on the banks of the Red River on the outskirts of today's Hanoi. This region was a formal province of China for about a millennium (from 111 to 938 AD) although the degree of direct control varied with the cycles of the Chinese dynasties and with the acceptance of the Sino-Vietnamese elites. On the one hand, many fundamental aspects of Vietnam's social and material

culture were set during this time of sinic influence. On the other hand, this period formed a collective memory of resistance to Chinese control (Womack, 2006: 6; Taylor, 1992: 139).

In spite of previous attempts, it was the collapse of the Tang Dynasty that favored the window of opportunity for Vietnam's independence, which occurred after nearly a century of confrontations, from 938 to 1009 (Stuart-Fox, 2003: 45). The period of the Ly-Tran dynasties (1009-1400) is treated as the formation phase of Vietnam, when the sinic influence remained heavily relevant in the sphere of the state (inspired by the Confucian bureaucracy), in dynastic transitions (based on primogeniture) and among the literate elites, who saw themselves as a civilized group in opposition to peasants and to the barbarian kingdoms in the south and west. The economy, also similar to China's, was based on rice production and on the state's protagonism to provide infrastructure for the production and distribution of agricultural products (Lieberman, 2003: 341, 360-362; Stuart-fox, 2003: 46).

Finally, Vietnam's strategic conception was twofold: the highly asymmetrical relations with China, which was the major source of military threats, but also of symbolic inspiration and transfer of knowledge and technology; and the slightly asymmetrical relationship in favor of Vietnam with the peoples of the South, especially the Champa.



Source: www.timemaps.com

The central portion of present-day Vietnam was populated by peoples and cultures that were most influenced by Malaysian and Indian beliefs and languages. There are controversies about the formation of Champa, the polity of the region, as some authors

suggest a kind of unified kingdom and others suggest a loose and polycentric confederation in which capitals and local leaders alternated (Lieberman, 2003, 350; Stuart-Fox, 2003), acquiring a mandala like character instead of a centralized state such as Vietnam and China.

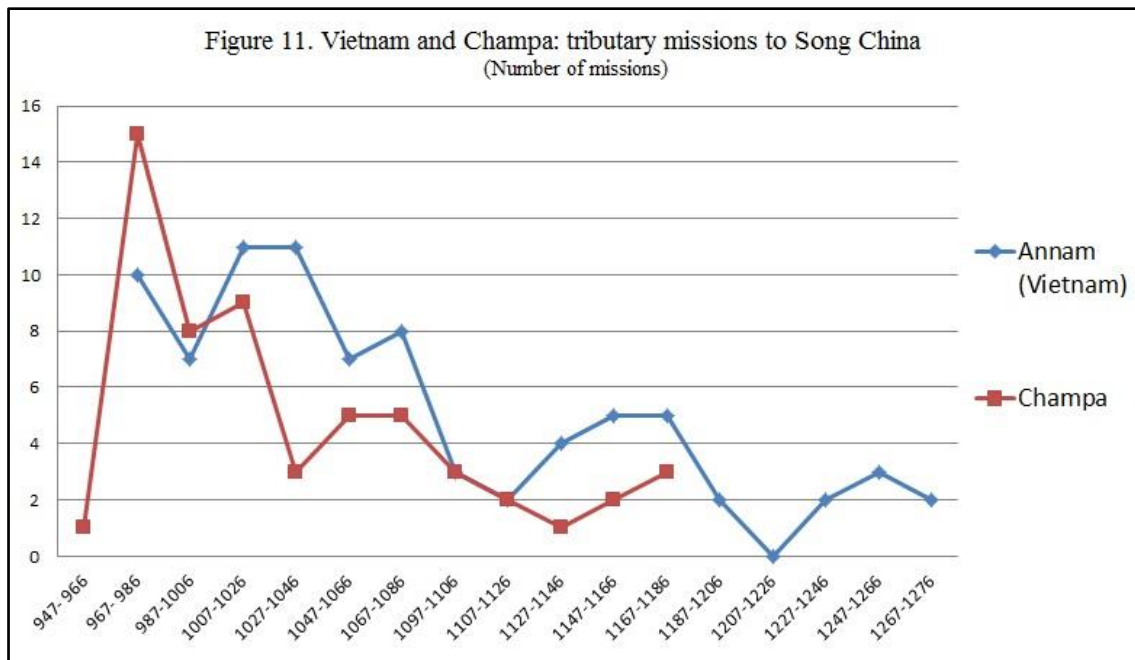
The primary sources on Champa are restricted, turning fragile any major generalization about its history. Nevertheless, the evidences present a social formation based on decentralized power and an economy of self-sufficiency spread in the east-west axes of small rivers valleys. The absence of a big river like the Red (to Vietnam) and the Mekong (for Khmer), prevented the emergence of a more complex and centralized state. On the other hand, the coast of Champa became an important sea route of passage and supply between SE Asia and the south of China. (Bielenstein, 2005). So instead of an economy based on intensive cultivation of rice around a large river, Champa resembled the small Malaysian and Thai coastal states that relied more on regional trade and on the flow of goods from the coast to riverside villages in the countryside (Lieberman, 2003: 351).

Despite the alternation of capitals and power cores, Champa's strategies were focused on the conflictive and cooperative relations with its close neighbors (Vietnam to the north and Khmer to the southwest), on the participation in trade routes between China and SE Asia and on the active adhesion to the sinocentric world-system through tributary missions.

The central question is how (and if) the sinocentric world-system influenced the region in a core-periphery hierarchy. That is, how the supposed gravitation around China defined social processes in Vietnam and Champa and in their mutual relations. To do so, we focus on the Song-Yuan-Early Ming period (960-1434) and based on quantitative and qualitative data we infer two main functions of the tributary missions. First, the delivery of gifts/tributes to China and the retribution with other gifts, but also with investiture, i.e. granting symbolic titles to emissaries and neighboring rulers. Second, is the sending of condolences to the death of the neighboring sovereigns and the recognition of their successors. These data were compiled from Bielenstein (2005) which, in turn, used primary sources such as official records of the Chinese government, travelers' reports and encyclopedias compiled in the imperial period.

There are also records of political-military dynamics among the polities (China, Vietnam, and Champa), such as border skirmishes, formal army battles, border negotiations and exchange of prisoners of war. In this case, we can rely on a wider range of authors dealing with the military history of the region. Finally, private trade data is harder to find and we can only imply a few hypotheses.

In quantitative terms, Vietnam was more assiduous than Champa in tributary missions. From the mid-10th Century until 1276 they sent around 80 missions while Champa sent around 60.



Source: Bielenstein, 2005.

But a mere quantitative look says very little about this triangular relation. Based on the data presented by Bielenstein (2005) we categorize the function of these tributary missions in a qualitative bias using the channels of interaction with SE Asia in the sinocentric world-system. After carefully reading the records and descriptions of Vietnam's and Champa's missions to China, we propose four analytical categories: two for symbolic purposes (tribute trade and investiture), one for politico-military affairs and one related to private trade. Thus, these categories are not random, they represent the three vectors of China's external projection (Imperial Army and Navy, Superintendencies of Merchant Ships, and Ministry of Rituals) and make up the two interaction networks proposed by Chase-Dunn and Hall (1997), the political-military dynamics and the prestige goods networks.

As each tributary mission could have (and usually had) more than one function, the sum of the numbers below exceeds the total of 80 or 60 missions.

Figure 12. Tributary missions from Vietnam and Champa to China (947-1276)				
	Symbolic: tributary trade	Symbolic: investiture	Economics	Political-military
Vietnam (Ly)	65 from Vietnam / 5 from China	44 from Vietnam / 4 from China	3 from Vietnam	15 From Vietnam / 2 from China
Vietnam (Tran)	5 from Vietnam / 5 from China	1 from China	1 from Vietnam	0
Champa	56 from Vietnam / 2 from China	6 from Vietnam	0	7 from Vietnam

* The Tran Dynasty lasted until 1400, but we have available data until 1276.

** Champa remained independent until 1471, but we have available data until 1276.

Source: Bielenstein, 2005.

The main pattern observed in China-Vietnam relations is the correlation between mutual exchange of tributary gifts such as precious stones, silver, copper coins and Song's retribution in form of investiture for Vietnamese kings. (Bielenstein, 2005: 35). The main products sent by Vietnam were: live animals such as elephants and rhinoceroses, elephant teeth and rhinoceros horns, gold and silver pots and other local products. China, on the other hand, repaid Vietnam with silk products and luxury clothes, porcelain, pots of gold and silver, books, tea, some armor and horse saddles. In short, a varied basket of prestige products and a predominance of non-military items.

The pattern differs when Champa is concerned. Although there is a similar predominance of tributary trade with the delivery of prestige goods to the Chinese Court, there is no retribution in the form of investitures. In the whole period, Champa received only 6 investiture titles, while Vietnam received 49. On the other hand, the variety of products sent by Champa was greater than those sent by Vietnam, and Bielenstein (2005) suggests that it proves Champa's stronger connectivity with long-distance trade networks of prestige goods. In addition to live animals such as rhinoceroses, elephants, parrots, a lion and animal derived products, there are records of a wide range of aromatic products, cosmetics, plants, glasses, wines, naphtha, spices, cotton clothing and oils. In return, the Chinese court sent similar products to those that were sent to Vietnam, with one major difference: the military content. There are records of frequent shipments of military equipment, weapons and armored horses for Champa.

The military dimension was another frequent topic in the tributary missions. The period between 938 and 1084 can be defined as the "turbulent border adjustment" between China and Vietnam, as the latter struggled for independence from China. This process was not peaceful and witnessed open confrontations between the two nations.

After holding back China's attempts to reconquer the Red River Delta in 938 and in the 960s, Vietnam experienced another troubled period between 980 and 995. This time the imbroglio began with a new Chinese attack in 980, backed by Champa. The Vietnamese king Li Huan, contained the aggression and counterattacked Champa, occupying some territories. In 986 the Chinese emperor conferred symbolic titles to Li Huan, although the former still did not recognize the latter as king, for it might legitimize Vietnam's *de facto* independence. Thus, the pattern of Vietnamese tributary missions and Chinese investitures continued until 993 when Li Huan was finally recognized by China as king of a sovereign polity. But tributary ties did not prevent further clashes: Vietnam attacked southern China twice in 995 with an armada of more than 100 ships and, curiously, the Song Emperor minimized the events, reassured the recognition of Li Huan as king of Vietnam and sent him new gifts (Corfield, 2008: 7).

In short, the diplomatic status was reversed: China adopted a conciliatory stance after aggressive attempts to reconquer Vietnam; and Vietnam became an aggressive neighbor after years defending its territory. What did not change in all these years was the constant flow of tributary missions from Vietnam to the Song Court.

There are records of nearly a dozen Vietnamese plunder attacks to Chinese territory between 1028 and 1076, most of them carried out by local leaders unsupported by the central government (Bielenstein, 2005: 23). After each attack, Vietnam would send

more tributary missions with gifts and apologies. The Song Court held its conciliatory stance until 1076 when a new border plunder was responded with an alliance with Champa and Khmer, which defeated Vietnam. Despite the defeat, Vietnam sent tributary missions requesting the revision of the borders. In 1078 China denied the petition, but eventually agreed to cede six prefectures to Vietnam in 1084 (Ibidem).

Again, China's strategy of small concessions for stability on its border prevailed. However, the frequent support for Champa with military equipment was useful, as Champa functioned as a proxy for China in the fight against Vietnam. Thus, even though Vietnam was a more assiduous tributary nation and China adopted a conciliatory stance with this neighbor, geopolitics turned Champa into the tributary nation to be protected and armed to fight the common enemy.

After this period of confrontation and accommodation, the 12th Century was marked by a greater stability on the China-Vietnam border. As early as the 13th century, the new Tran Dynasty was focused on two issues: the constant clashes with Champa and the Mongol threat that had hit northern China and in 1279 defeated the Song Dynasty. Kublai Khan, then emperor of the new Yuan Dynasty in China, attacked Vietnam in 1279 and in 1287, being defeated on both occasions (Corfield, 2008: 9). In the 14th Century Vietnam continued to press Champa and seized some territories, but only achieved significant victories in the second half of the 15th Century, when China turned inward and ended its alliance with Champa. Thus, it was only when Champa ceased to be protected and armed by the Chinese that Vietnam finally annexed it in 1471. In this context, "Resisting the North" (Bắc cú) and "Conquering the South" (Nam chinh) became major themes of Vietnamese history, as did development of an original culture and civilization (Tucker, 1999: 10).

There are few reliable sources to understand the dynamics of China's private trade with Vietnam and with Champa. The literature relies on travelers' accounts and their mentions on the types of products negotiated. In addition, the registration of the tributes sent to the Chinese Court serves only as a clue of possible commercial circuits. Still, the government attempts to control private trade, as well as trade reports made by the official envoys, mean that these prestige goods networks had some relevance both for authorities and for local economies.

Champa's greater variety of tributary products indicates an economy turned mainly to regional and long-distance trade, while Vietnam, gravitating around the Red River Delta, had a more agricultural economy. But curiously, the only reference to commercial relations in the tributary missions was with Vietnam and not with Champa: in 1010, still in the period of confrontations and adjustments, there is record of negotiations that culminated in the opening of a joint China-Vietnam market in the region of Guangzhou. Incidentally, in 971 the Song had created one of the first Superintendency of Maritime Ships in that city.

In a study of trade relations between China and Vietnam, Hanh (2015) suggests that the official missions carried not only the tributary gifts, but also products for Chinese markets disguised as tributes in order to avoid port taxation. However, the author (2015, p.7) states that between the 11th and 14th centuries traders could only operate in certain

areas controlled by governments and that the port city of Van Don in the Red River Delta gained importance.

Final considerations

What conclusions can we formulate after the theoretical discussion on the sinocentric world-system and the historical analysis of China-Vietnam-Champa relations?

i) The symbolic dimension expressed by tributary missions was the necessary (but not sufficient) condition for the existence of the sinocentric world-system. Of course, this assertion is biased by the access to primary sources mostly coming from Chinese records but, with that caveat, we infer that the sinocentric world-system did not exist without the symbolic dimension of tributes/gifts that were also part of the prestige goods networks. Thus, Vietnam and Champa adhered to behavioral patterns that recognized, at least tacitly, the "legitimized authority" and the material asymmetry of China.

ii) The investitures functioned as a symbolic reward to Vietnam, but not to Champa. The millennium of the Chinese occupation on the Red River Delta left cultural legacies and the picturesque titles granted to the rulers of Vietnam seem to have greater symbolic weight for the Vietnamese than for the Chinese. The Song emperors, of course, reinforced their position as the pinnacle of mankind by bestowing these titles, but the recognition of independence to the Ly kings in the period of border adjustment assured them legitimacy before their people and status over their neighboring kingdoms, such as Champa and Khmer. In addition, there was a curious equilibrium in the Tran period examined (until 1276) in which Vietnam sent five tributary missions, but also received five missions from China. This period (from the end of accommodation in 1084 to the Mongol invasions in 1279) may have been one of the most stable moments in bilateral relations, when, in Womack (2006) words they moved from conflict to normalization, and from normalization to normalcy.

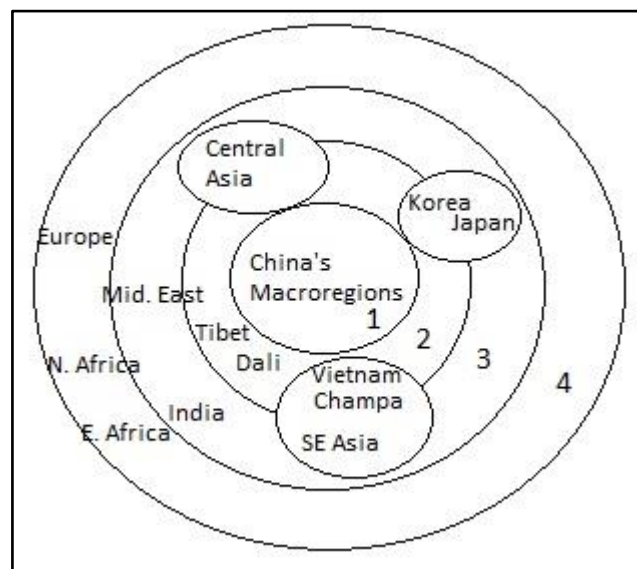
The investitures for Champa were rare. Like Vietnam, Champa also received Chinese prestige goods as retribution for tributary gifts, but without investitures. The complementary hypotheses for this difference are: i) Champa's symbolic and linguistic matrix was mostly connected to Hindu and Malay traditions and therefore to non-Confucian signs; and ii) as a commercial nation, the tributary missions served as a disguise for access to Chinese products and markets so, as long as they had this special tributary relation, there was no need for formal investiture;

iii) On the political-military affairs. A solely sinocentric view would argue that the large number of tributary missions received by Song China was due to its material and symbolic strength. But regional dynamics also play a significant role: Vietnam and Champa kept a high frequency of tributary missions with military content for different reasons: Vietnam used them to mediate conflicts and negotiate terms of appeasement and Champa used them to strengthen the alliance against Vietnam and receive military goods from China.

iv) On the private trade affairs. Due to the lack of proper sources, we can only propose a few reflections. The maritime profile of Champa suggests a greater integration in regional and long-distance trade - and the greater variety of tributary items reinforces this thesis. Bielenstein (2005, p. 49) states that Champa, and not Vietnam, was the intermediary actor in China's trade with SE Asia and the Middle East and shows, for example, records of shipment in a tributary mission of an "unstoppable fierceburning mineral oil" probably naphtha or Greek fire. Thus, Champa's ability to maintain a balanced dispute with Vietnam between the 10th and the 14th centuries was due to the income generated from long-distance trade between China and SE Asia. Vietnam, with a chiefly agricultural, sedentary and self-sufficient economy, did not stand out in trade with China. But this assumption may be contradicted by evidences of trade flows between border villages and maritime trade which has even led to the opening of a joint market in Guangzhou in 1010.

This article started with a general theory proposal for the sinocentric world-system and then employed a study case to test the central hypothesis. Now it returns to the general theory to assert a particular view of the sinocentric world-system, expressed in the figure below.

Figure 13. The spatial dimension of interaction networks of the sinocentric world-system between the 10th and the 15th Centuries



Source: elaborated by the author

The four circles represent the spatial dimension of the interaction networks proposed by Chase-Dunn and Hall (1997). Number (1) corresponds to the bulk goods network; number (2) means the political-military dynamics; number (3) the prestige goods networks; and number (4) the information networks. The daring thesis of Chase-Dunn and Hall (1997) suggests that, from 200 BC to 1450 AD, Afro-Eurasia was a single

world-system connected by information networks and commercial circuits driven by expansion and contraction pulsations.

Our proposal is rather restricted in time, space and the nature of integration networks. We argue that the sinocentric world-system was bounded by circles (2) and (3), that is, by political-military dynamics and by prestige goods networks (which includes tributary and private trade). The information networks (4) are requirements for the other flows and the bulk goods networks (1) were not integrated. Thus, circles (2) and (3) are the necessary and sufficient conditions for setting up this world-system that included Central and NE Asia and that, from 10th to 15th Centuries, spanned over SE Asia as well.

In the case study, we have seen that Vietnam and Champa were inserted in a core-periphery relation through military force, tributary rituals, and China's Superintendencies of Maritime Ships. This proves the initial hypothesis that the sinocentric world-system expanded over SE Asia after the 10th Century. Further studies are needed to understand properly the limits of this process, especially with farther maritime political units such as Srivijaya and Majapahit. So far, we keep with the hypothesis confirmation that the eastern portion of the Indochina Peninsula was incorporated into the sinocentric world-system during the Song-Yuan-Early Ming period.

References:

- Arrighi, Giovanni. *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Editora Unesp, 1996.
- _____. *A ilusão do desenvolvimento*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- Bielenstein, Hans. *Diplomacy and trade in the Chinese world, 589-1276*. Leiden/Boston: Brill, 2005.
- Brussi. Antônio J.E. *Semiperiferia: uma revisitação*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2015
- Chase-dunn, Christopher; Hall, Thomas D. *Rise and demise: comparing world-systems*. Oxford: Westview Press, 1997.
- _____. *Global Social Change in the Long Run*. In *Global Social Change: Historical and Comparative Perspectives* (eds). Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2006.
- Chase-Dunn, Christopher; Lerro, Bruce. *Social change: globalization from the Stone Age to the present*. London and New York: Routledge, 2013.
- Corfield, Justin. *The history of Vietnam*. Westport, Connecticut and London. Greenwood Press, 2008.
- Fairbank, John. Goldman, Merle. *China: a new history*. London: The Belknap Press of Harvard University Press, 2006.
- Hanh, Nguyen Thi My. *Vietnam-China Trade Relations in the Feudal Period: From the Early 10th to the Late 19th Century*. *Journal of Mekong Societies* Vol.11 No.3 September-December (2015): 1-18.
- Kang, David C. *East Asia before the West: five centuries of trade and tribute*. Nova York: Columbia University Press, 2010.
- Lieberman, Victor. *Strange Parallels, Volume 1. Integration of the Mainland Southeast Asia in Global Context, c. 800–1830*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

- Lo, Jung-Pang. *China as a Sea Power, 1127–1368: a preliminary survey of the maritime expansion and naval exploits of the Chinese people during the Southern Song and Yuan periods*. Singapura: NUS Press Singapore, 2012.
- Pomeranz, Kenneth; Topik, Steven. *The world that trade created: society, culture, and the world economy, 1400 to the present*. London and New York: Routledge, 2015.
- Rossabi, Morris. *A history of China*. West Sussex: Wiley Blackwell, 2014.
- Stuart-Fox, Martin. *A short history of China and Southeast Asia: tribute, trade and influence*. Maryborough, Australia: Allen & Unwin, 2003.
- Taylor, Keith W. *The Early Kingdoms*. Tarling, Nicholas (ed). In *The Cambridge History of Southeast Asia From Early Times to c.1800*. Volume One. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.
- Tucker, Spencer C. *Vietnam*. London: University College London, 1999.
- Wade, Geoff. *Introduction*. In: LO, Jung-Pang. *China as a Sea Power, 1127–1368: a preliminary survey of the maritime expansion and naval exploits of the Chinese people during the Southern Song and Yuan periods*. Singapore: NUS Press Singapore, 2012.
- Womack, Brantly. *China and Vietnam: The Politics of Asymmetry*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.
- Wallerstein, Immanuel. *The modern world-system I: capitalist agriculture and the origins of the European World-Economy in the sixteenth century*. New York: Academic Press Inc, 1974.
- Yoshinobu, Siba. *Sung foreign trade: its scope and organization*. In: ROSSABI, Morris. *China among equals: the Middle Kingdom and its neighbors, 10th–14th Centuries*, Berkeley: University of California Press, 1983.

DA ASCENSÃO E CRISE DA HEGEMONIA NORTE-AMERICANA E A ARRANCADA CHINESA PARA O DESENVOLVIMENTO DURANTE A DÉCADA DE 1980

*Luiz Fernando Mocelin Sperancete**

Resumo: Este artigo intenta uma exposição da ascensão e crise da hegemonia norte-americana durante o “longo século XX” proposto por Giovanni Arrighi, relacionando-o com as transformações ocorridas na economia-mundo capitalista ao fim dos anos 1970 e a emergência da China como potência econômica mundial durante a década de 1980.

Nesse sentido, procura-se relacionar as metamorfoses da posição hegemônica dos Estados Unidos nas três décadas da “era de ouro” do capitalismo (1945-75), apresentando algumas tendências que caracterizaram este momento como a transição da “expansão material” da hegemonia norte-americana para a “expansão financeira”, cujos reflexos sentiram-se na economia mundo-capitalista através da liderança dos Estados Unidos no processo de difusão e expansão do neoliberalismo a nível mundial, com a consequente mudança das paisagens geográficas do capitalismo mundial, como proposta por David Harvey.

Por fim, procura-se fazer uma relação deste momento de transformações da economia-mundo capitalista à transição do padrão de acumulação chinês para o capitalismo, tendo em vista que o processo de “abertura e reformas” iniciado em 1978 por Deng Xiaoping na China apresentou como fator determinante o objetivo do governo chinês em aproveitar as mudanças transcorrentes na economia-mundo capitalista para deslanchar as reformas econômicas internas durante toda a década de 1980, levando a China a se tornar um importante espaço de acumulação de capital até o final da referida década.

Palavras-chave: Estados Unidos. China. Crise. Hegemonia.

1. Introdução

Este trabalho tem como objeto de estudo descrever as reformas econômicas que possibilitaram o desenvolvimento de um padrão de acumulação tipicamente capitalista na China durante a década de 1980, buscando ressaltar os aspectos externos e internos que possibilitaram a virada econômica chinesa no referido período. Para tanto, busca-se destacar, em primeiro lugar, que a estrutura político-econômica internacional passou por profundas transformações durante a década de 1970, as quais se configuraram numa profunda reorganização da acumulação de capital em escala mundial, lideradas e coordenadas pelos Estados Unidos, visando abrir as economias nacionais na economia-mundo capitalista para que a classe capitalista norte-americana pudesse retomar sua capacidade de acumulação de capital, em escala financeira e espacial cada vez maior.

* Professor de relações internacionais na Universidade Paulista (UNIP). Mestre em ciências sociais (ciência política) pela PUC-SP, mestrando em história econômica pela Universidade de São Paulo (USP) e doutorando em ciências sociais (relações internacionais e desenvolvimento) pela Universidade Estadual Paulista (UNESP).

Nesse sentido, destaca-se o caráter crítico (crise) da hegemonia norte-americana na referida década como determinante para que houvesse tais transformações econômicas internacionais, tendo em vista a derrota do país na guerra do Vietnã e seus reflexos políticos e econômicos internos¹ e externos², além da profunda instabilidade e deterioração da acumulação de capital das grandes empresas norte-americanas frente à exacerbação da concorrência com as suas homólogas europeias e japonesas, tanto na própria economia nacional norte-americana quanto na economia-mundo capitalista de forma geral.

Em segundo lugar, mas não menos importante, busca-se destacar que, à luz deste processo de transformações da economia-mundo capitalista, o Estado chinês aproveitou estas transformações internacionais e partiu para um processo de abertura e reformas destinadas a alterar a inserção econômica do país na economia-mundo capitalista.

Com relação à abordagem metodológica, buscar-se-á fazer uma intersecção histórico-econômica e analisá-la a partir do uso de conceitos e ideias consagrados por Giovanni Arrighi, objetivando lançar luz sobre os caminhos e percalços das reformas econômicas chinesas durante a década de 1980 e analisar como o desenvolvimento da economia-mundo capitalista ao final da década de 1970, sob a hegemonia norte-americana (em processo de crise), foi fator determinante para que as reformas pudessem ser deslanchadas. Entrementes, trabalha-se com as hipóteses de que: 1) a elite dirigente do Partido Comunista Chinês, que controla o Estado chinês desde 1949, soube fazer uma leitura pragmática do contexto internacional de avanço do neoliberalismo no final dos anos 1970 para aproveitá-lo em benefício das reformas internas que começavam a se iniciar, atraindo capitais do mundo todo para o solo chinês através das Empresas Transnacionais (doravante ETN) via Investimento Direto Estrangeiro (doravante IDE); 2) o Estado chinês criou condições macroeconômicas para deslanchar um padrão de acumulação tipicamente capitalista no país, e; 3) que a expansão do mercado interno via elevação do consumo de massas e a elevação dos investimentos (principalmente estatais, direta ou indiretamente, e no setor, predominantemente, industrial) foram os principais vetores da demanda agregada que impactaram o sucesso das reformas durante toda a década de 1980.

2. Da ascensão e crise da hegemonia norte-americana e a dimensão externa das reformas chinesas

Desde a ascensão de Deng Xiaoping ao comando da República Popular da China em 1978, aquela nação vem passando por um processo de profundas transformações

¹ Caracterizada por uma considerável instabilidade de preços na economia norte-americana, tendo em vista os recorrentes déficits do Tesouro norte-americano para fazer frente aos encargos da guerra do Vietnã (BELLUZZO, 2009).

² Enfraquecimento da posição hegemônica dos Estados Unidos em contexto global, tendo em vista a perda da legitimidade do país num conflito em que a maior máquina de guerra da história do mundo Ocidental fora dilacerada por camponeses vietnamitas. Tal fato, segundo Giovanni Arrighi (1996; 2008), é considerado a “crise sinalizadora” do fim da hegemonia norte-americana no último quarto do século XX.

econômicas e sociais que vem ditando um padrão histórico e singular de acumulação capitalista, denominado pela literatura sobre o tema como “Processo de Reformas e Abertura”. Tal processo, segundo Medeiros (2013), visou um contínuo e acelerado processo de industrialização no país, aliado a uma profunda transformação institucional da atuação do Estado na economia chinesa, deixando esta de ser centralmente planejada pelo Partido Comunista Chinês (doravante PCC) para se tornar uma economia com padrão de acumulação tipicamente capitalista, orientada pelo Estado.

Mas, para uma satisfatória compreensão deste processo de reformas iniciado em 1978, torna-se vital destacar as transformações do contexto histórico-estrutural que permearam a dinâmica da acumulação de capital na economia-mundo capitalista ao final da década de 1970. Segundo a teoria de ciclos sistêmicos de Giovanni Arrighi (1996), ao emergir como potência econômica mundial já no final do século XIX, paralelamente ao declínio da economia britânica em nível mundial, os Estados Unidos iniciaram seu “longo século” e estabeleceram sua hegemonia³ ao fim da segunda guerra mundial, conduzindo o sistema interestatal à restauração de princípios, normas e regras de conduta após a *debacle* de 1939-45, através da criação de mecanismo político-econômicos, como: 1) as instituições de Bretton Woods (Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional), visando mitigar as flutuações financeiras e as crises dos balanços de pagamentos dos Estados Nacionais; 2) a imposição do dólar como a “moeda reserva” na economia-mundo capitalista, fazendo com que esta passasse a orbitar em torno de um sistema financeiro internacionalizado centrado em Nova Iorque, e; 3) a Organização das Nações Unidas, que institucionalizaria e legitimaria os interesses políticos norte-americanos como interesses gerais de todo o sistema-mundo interestatal⁴.

Cabe destacar que os trinta anos da hegemonia norte-americana entre 1945-1975 foi o período de crescimento econômico mais robusto da economia mundo-capitalista, sendo parte da expansão material do “longo século XX” norte-americano proposto por Giovanni Arrighi (1996), século este surgido como desdobramento histórico da economia-mundo capitalista desde pelo menos o século XV, em que ocorreram alternâncias de nações hegemônicas no comando da acumulação ampliada de capital a nível mundial⁵, com continuidades e rupturas de tendências (ciclos ascendentes e

³ Conceito de hegemonia utilizado neste trabalho: “Poder adicional que advém a um grupo dominante em virtude de sua capacidade de guiar a sociedade numa direção que não só serve aos interesses do grupo dominante como também é percebida pelos grupos subordinados como a serviço de interesses mais gerais” (ARRIGHI, 2008, p. 159).

⁴ A ascensão dos Estados Unidos como potência hegemônica após a segunda guerra mundial e a criação de organizações político-econômicas interestatais multilaterais fez com que houvesse “a institucionalização do controle norte-americano do dinheiro mundial e do poderio militar global como instrumento primário de sua hegemonia” (ARRIGHI, 1996, P. 68). Nesse sentido, “é fácil afirmar que os Estados Unidos coordenaram a construção da nova ordem internacional em defesa de seus próprios interesses, mas esses interesses foram buscados sob a influência da filosofia moral e política do *New Deal* (BELLUZZO, 2004, p. 18). Nessa toada, “a ideologia norte-americana do pós-guerra [tinha como objetivo último] elevar o bem-estar de todos os cidadãos via consumo de massas em alto grau, acima até dos direitos absolutos de propriedade e dos direitos absolutos de governo” (ARRIGHI, 1996, p. 66).

⁵ Para o autor, há quatro grandes ciclos ascendentes e descendentes do capitalismo histórico (longos séculos), não necessariamente correspondendo exatamente a cem anos, em que preponderou um centro

descendentes) da ordem hegemônica antiga para a nova ordem hegemônica⁶ (ARRIGHI, 1996), e apresentando fases de expansão material, “que ocorre quando “o capital-dinheiro põe em movimento um massa cada vez maior de mercadorias, força de trabalho e dons da natureza” (ARRIGHI, 2008, p. 240) e as fases expansão financeira, quando “o capital-dinheiro, em escala cada vez maior, liberta-se da forma mercadoria e a acumulação prossegue com negociações financeiras” (ARRIGHI, 1996)⁷. Nesse contexto, para o autor,

os sucessivos ciclos sistêmicos de acumulação sobrepõem uns aos outros no início e no fim, porque as fases de expansão foram não apenas o outono das evoluções importantes do capitalismo mundial, como também períodos em que um novo complexo governamental e empresarial surgiu e, com o tempo, reorganizou o sistema, tornando possível nova expansão (ARRIGHI, 2008, p. 240).

Seguindo os passos de Giovanni Arrighi, pode-se afirmar que há dois momentos marcantes da ascensão dos Estados Unidos como potência (e hegemonia) mundial: a primeira da década de 70 do século XIX até 1945; a segunda, de 1945 até 1979.

O primeiro momento foi caracterizado pela emergência industrial do país na economia-mundo capitalista com base na expansão do seu mercado nacional sob a égide tanto da acumulação capitalista calcada na agricultura escravista, quanto na expansão dos setores industriais, financeiros e de comércio exterior, num contexto internacional marcado pela queda da taxa de lucro e exacerbação da concorrência capitalista interestatal. Após as guerras de independência e secessão, o país passou comercializar nas brechas do expansionismo britânico para incrementar seu acesso aos bens de capital daquele país, ao mesmo tempo exportando bens primários e manufaturados (OLIVEIRA, 2003). Por outro lado, “durante todo o século XIX e até a década de 1920, a economia dos Estados Unidos foi a que mais rapidamente cresceu no mundo, conquanto tenha sido a mais protecionista em quase todo o período” (CHANG, 2004, p. 58), tendo em vista a proteção ferrenha à indústria nascente via proteção tarifária e com o Estado norte-americano assumindo a promoção do desenvolvimento da economia nacional mediante os estímulos fiscais à construção de infraestrutura de transportes, concessão de terras e estimulando a consolidação de grandes conglomerados industriais e financeiros, que cresceram arraigados à expansão do mercado interno do país. Ademais, este momento de emergência do Estados Unidos como potência econômica apresentou como característica o surgimento da grande empresa verticalizada atuando sobre toda a economia de mercado, o que tornava a taxa de acumulação de capital destas empresas atraentes para investidores

hegemônico mundial: século XV (ibero-genovês), séculos XVI-XVIII (Holandês), séculos XVIII-XX (britânico) e séculos XX-XXI (norte-americano).

⁶ “Cada novo centro [...] é uma entidade de escala e alcance territorial maior que seus predecessores. [...] O que surge como ponto de partida num centro novo é, ao mesmo tempo, “resultado” de longos períodos de acumulação de capital em outros centros antes estabelecidos, [...] e há uma série de ajustes espaciais de escala e alcance cada vez maiores que oferecem vias de escape lucrativas para o capital excedente que se superacumula em centros capitalistas antes estabelecidos e, ao mesmo tempo, reduzem a necessidade de acumulação por desapropriação nos centros recém-surgidos” (ARRIGHI, 2008, p. 234-35).

⁷ “As expansões material e financeira são ambos processos de um sistema de acumulação e de domínio que aumentou em tamanho e alcance no decorrer dos séculos, mas envolveu, desde o princípio, grande número e variedade de agentes governamentais e empresariais” (ARRIGHI, 2008, p. 240).

do antigo centro hegemônico. Além disso, o capital excedente empresarial passou a alinhar ganhos no exterior, principalmente após os anos 1890. Nesse contexto,

ao mesmo tempo, a capacidade do Reino Unido de ocupar o centro da economia-mundo capitalista foi minada pela emergência de uma nova economia nacional, de riqueza, dimensões e recursos maiores que os seus. Tratava-se dos Estados Unidos, que evoluíram para tornar-se uma espécie de ‘buraco negro’, dotado de um poder de atração de mão de obra, capital e espírito de iniciativa da Europa com que o Reino Unido, e muito menos ainda as nações menos ricas e poderosas, tinham chances de competir, [...] tornando-se no polo de atração dos recursos empresariais da economia mundial, os quais se vinculariam ao âmbito continental atingido por sua economia doméstica no curso do século XIX (ARRIGUI, 1996, p. 59).

Por fim, este primeiro momento da ascensão e consolidação dos Estados Unidos como potência econômica mundial passou por seu grande teste de stress quando do surgimento dos nacionalismos que varreu toda a Europa para o fascismo, principalmente a Alemanha, outra potência política e econômica emergente e que contestaria a supremacia britânica e se oporia ao novo *status* dos Estados Unidos, levando o mundo à beira do precipício da segunda guerra mundial, à qual os norte-americanos, ancorados na sua economia continental e no seu esforço interno de guerra, tomaram parte, financiaram seus aliados e, ao final, em 1945, se impuseram como potência hegemônica⁸.

O segundo momento diz respeito ao estabelecimento, de fato, da hegemonia dos Estados Unidos, ancorada na velha base espacial/territorial do capitalismo liberal inglês, mas dando novo impulso para reconfigurar essa base sob novos movimentos. Tais movimentos se basearam em três medidas: criar novas bases políticas, através da sua liderança na ONU e do estabelecimento do conceito de segurança coletiva; criar bases econômicas através de um novo arranjo econômico-financeiro calcado nas instituições de Bretton Woods (Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional), no *General Agreement on Trade and Tariffs* para liberalizar os fluxos comerciais internacionais e garantir acesso aos mercados internos mundo afora às ETN sediadas em solo norte-americano via IDE e na ancoragem dos meios de pagamentos internacionais ao dólar, conferindo ao FED (*Federal Reserve* – Banco Central dos Estados Unidos) papel crucial no provimento da liquidez monetária internacional e porto seguro dos detentores do novo “conceito geral de riqueza abstrata” internacional; institucionais, através de um amplo conjunto de regras tácitas (positivas) e morais de conduta entre a potência hegemônica e os outros Estados nacionais, visando a harmonização e aceitação dos interesses de Washington vis-à-vis os interesses dos outros Estados nacionais na nova arquitetura interestatal emergente. Nesse contexto, surgiu um fenômeno relativamente novo na economia-mundo capitalista, devido à sua escala frente ao contexto histórico precedente, as ETN. Paralelamente ao Keynesianismo do pós-guerra, as grandes ETN dos Estados

⁸ “Muito embora o controle do comércio e das finanças mundiais continuasse a desempenhar um papel importante na determinação das capacidades relativas no sistema interestatal, [...] a vantagem decisiva na luta pelo poder mundial havia-se convertido no tamanho e no potencial de crescimento comparativos do mercado interno. [...] Quanto maior e mais dinâmico o mercado interno de um Estado em relação a todos os demais, melhores as chances desse Estado expulsar o Reino Unido do centro das redes globais de relações [...] que constituíam o mercado mundial” (ARRIGHI, 1996, p. 61).

Unidos tiveram papel crucial na expansão do comércio e dos fluxos financeiros internacionais na “Era de Ouro” do capitalismo sob a hegemonia norte-americana, entre 1945-75 (BELLUZZO, 2012; MEDEIROS & SERRANO, 2012)⁹, conferindo à economia norte-americana papel central na determinação da dinâmica do crescimento das economias nacionais, além de, ao apresentar-se como reguladora da liquidez monetária mundial e, em última instância, do próprio sistema capitalista, através dos déficits gêmeos (em transações correntes e fiscais), promover a disseminação do keynesianismo, cujo objetivo foi o desenvolvimento econômico em bases de pleno emprego da mão de obra, elevação do consumo de massas e produção em escala, na economia mundo-capitalista na sua quase totalidade¹⁰¹¹.

Porém, conforme destaca Belluzo (2009) e Arrighi (1996 & 2008), entre 1950 e 1960, em meio à reconstrução europeia e japonesa, os Estados Unidos mantiveram uma posição superavitária nas suas transações correntes com o mundo, a despeito dos constantes déficits em seu balanço de pagamentos. Porém, na virada dos anos 1970, com a consolidação e sucesso das corporações alemãs e japonesas na concorrência internacional frente às suas homólogas norte-americanas, houve contínua queda da taxa de lucro das ETN sediadas em solo norte-americano, com perdas significativas de mercados, antes cativos, em partes do centro, semi-periferia e periferia da economia-mundo capitalista¹². Além disso, aliado à saturação da posição econômico-comercial norte-americana nos anos 1970, a guerra do Vietnã tornou-se fator decisivo para a sangria de recursos do Estado (e da economia) norte-americano, o que compeliu as bases do poderio político e financeiro do país. Politicamente, a guerra do Vietnã, tendo-se alongado

⁹ “O principal instrumento de formação do mercado mundial sob a hegemonia norte-americana, o acordo geral sobre tarifas e comércio, deixou nas mãos dos governos em geral, e do governo dos Estados Unidos em particular, o controle o ritmo e a direção da liberalização comercial. [...] Muito mais fundamental, entre a hegemonia norte-americana e a britânica tem sido a tendência de ‘internalização’ de uma parcela expressiva e crescente do comércio mundial em empresas transnacionais de grandes dimensões e hierarquização vertical. [...] Várias estimativas indicam que a proporção do comércio mundial composto por transações intrafirmas elevou-se de algo da ordem de 20% a 30%, na década de 1960, para algo da ordem de 40% a 50% no fim da década de 1980. [...] Esse aspecto da hegemonia norte-americana reflete a centralidade do investimento direto [...] na reconstrução da economia capitalista mundial desde a Segunda Guerra [Mundial]” (ARRIGHI, 1996, p. 72-73).

¹⁰ “Os Estados Unidos puderam exercer sua hegemonia de modo a abrir caminho para políticas nacionais de desenvolvimento econômico e de reforma social. [...] Ao longo do período que se estende do imediato pós-guerra até o fim do sistema de Bretton Woods, em 1979 (quando os Estados Unidos assumem unilateralmente a responsabilidade de manter a posição do dólar como a moeda reserva), deu-se um crescimento econômico generalizado [no Centro e] na Periferia [da economia-mundo capitalista]” (CARDOSO DE MELLO, 1997, p. 19).

¹¹ “A economia norte-americana funcionava [...] como “reguladora” do sistema capitalista. Isto significa que os Estados Unidos cumpriam o papel de fonte autônoma de demanda efetiva e de prestador de última instância. Para os países membros do sistema hegemônico, esta função reguladora era uma garantia *ex ante* de políticas nacionais expansionistas continuadas e estratégias de crescimento neomercantilistas” (BELLUZZO, 2009, p. 53).

¹² “Assim que os retardatários [Europa Ocidental e Japão e suas grandes empresas transnacionais] alcançaram o líder [Estados Unidos], houve excesso de capacidade produtiva mundial e pressão sobre a taxa de lucro para baixo, com as indústrias dos Estados Unidos suportando o grosso da pressão. [...] Com a queda da taxa de lucro, houve busca incessante, por parte da ETN, para redução dos custos de produção, se dirigindo para regiões com custos mais baixos e capacidade técnica mais elevada” (ARRIGHI, 2008, p. 115-116).

demasiado e se tornado custosa demais para os contribuintes, tornou-se o calcanhar de Aquiles para a continuidade da hegemonia norte-americana, ou, nas palavras de Arrighi (1996 & 2008), tornou-se a “crise sinalizadora” do fim daquela hegemonia, haja vista o contexto mais geral de contestação que os Estados Unidos enfrentavam nos anos 1970¹³. Por outro lado, a contestação do poderio financeiro norte-americano teve como determinante o papel de Alemanha e Japão (e suas ETN) no enfrentamento dos Estados Unidos (com sucesso) no campo comercial-financeiro (e na reprodução ampliada do capital) a nível da economia-mundo capitalista nas décadas de 1960-70, cujo principal efeito foi o acúmulo de reservas por estes países e o consequente questionamento do dólar como *standard* universal (moeda reserva mundial).

Nesse contexto de “crise sinalizadora” do domínio hegemônico dos Estados Unidos, o prosseguimento do desenvolvimento histórico do capitalismo ao final da década de 1970 apresentou um processo de ruptura jamais visto na história econômica contemporânea, tendo em vista o brusco rompimento com as convenções do mundo pós-segunda guerra mundial causado pela potência hegemônica quando da tentativa de “retomada da hegemonia”, através de dois movimentos de ruptura marcantes:

O primeiro remete ao movimento de tentativa de recuperação da posição econômica dominante da potência hegemônica, tendo como prelúdio o rompimento da conversibilidade do padrão dólar-ouro em 1971 e o rompimento das taxas de câmbio fixas, porém ajustáveis, entre as principais moedas da economia-mundo capitalista (BELLUZZO, 2009). Tal movimento foi procedido foi um brutal ajustamento monetário da hegemonia em 1979, quando o FED elevou brutalmente a *prime rate* para cerca de 20% ao ano (TAVARES, 1997). À luz deste movimento, Cardoso de Mello (1997) destaca que, do ponto de vista econômico-financeiro, a potência hegemônica destravou uma reestruturação do capitalismo a nível mundial, com a concentração do comando capitalista em todos os níveis (progresso técnico, moeda, condições de financiamento, balanço de pagamentos nacionais, intensificação da concorrência das ETN no Centro e na Periferia do sistema e a desregulamentação dos mercados de capital e financeiros). Tal movimento teve como principal medida a “diplomacia do dólar forte”, em que, com o estouro da *prime rate*, houve uma valorização da moeda norte-americana por conta do gigantesco influxo de divisas do mundo todo que correu para se valorizar com a nova taxa básica de juros do FED. Tal fato, além de impor sérias restrições à liquidez de praticamente todos os países que compunham a economia-mundo capitalista, praticamente devolveu para os Estados Unidos a supremacia do controle do processo de circulação de capitais e de valorização de ativos (tangíveis e intangíveis), conferindo à Washington/Nova Iorque, novamente, o papel de ser a “cidade” onde o capitalismo mundial é definido em termos de sua dinâmica¹⁴. Ademais, deve-se destacar que dois movimentos se transformaram determinantes para o sucesso desta estratégia norte-

¹³ “A intensificação da concorrência entre capitalistas e a crise lucratividade aliado à guerra do Vietnã e suas consequências foram elementos da ampla crise sinalizadora da hegemonia” (ARRIGHI, 2008, p. 165).

¹⁴ “O governo dos Estados Unidos passou de ofertante para demandante da liquidez internacional, minando o jogo destrutivo da concorrência entre capitais no mundo, fortalecendo seu papel de centro do sistema monetário internacional” (ARRIGHI, 2008, p. 170).

americana de retomar seu posto de líder: o primeiro foi a desregulamentação dos mercados financeiros do país e a expansão de sua ideologia para que outros países o fizessem, o que facilitou o aprofundamento da influência do capital norte-americano em toda a economia-mundo capitalista¹⁵. Em segundo lugar, mas não menos importante, foi a estratégia da ETN do país em buscar novas rotas de produção em mercados no exterior, visando o aumento da taxa de retorno via redução de custos (salariais e fiscais) e ganhos de mercados externos.

Pelo lado político, a tentativa dos *policy makers* de Washington de retomar o papel hegemônico apresentou como pontos principais o papel dos investimentos militares em setores de tecnologia da terceira revolução industrial *pari passu* o reforço do papel da cultura e da língua norte-americana como elementos de aglutinação e cooptação das elites e classes médias de outras nações. Além disso, houve o reforço da concorrência política e militar com a União Soviética através da elevação dos gastos militares e a consecução do projeto “guerra nas estrelas”, cujo objetivo era desequilibrar para o lado norte-americano o “equilíbrio estratégico global” das duas superpotências para o lado de Washington¹⁶. Desta forma, Medeiros & Serrano sintetizam bem o que foi este movimento norte-americano de retomar sua hegemonia ao afirmarem que

a década de 1980 se inicia com um aumento, sem precedentes, em tempos de paz, dos gastos militares americanos, que se integrava à estratégia de confronto com a União Soviética e com um renovado convite ao desenvolvimento da China (convite este que visava ampliar as divergências dentro do bloco socialista). Ao mesmo tempo, ocorre o choque dos juros e se inicia nos Estados Unidos e na Inglaterra um processo de desregulação e inovações financeiras que os Estados Unidos a partir de então farão o possível para difundir no resto dos países centrais nos anos 1980. [...] O choque de juros leva à recessão mundial e abre um período de valorização do dólar que dura até 1985. A subida recorde dos juros e a recessão internacional derrubam os voláteis preços internacionais das *commodities*. Este fator, junto com a queda dos preços das exportações em dólar, provocada pela desvalorização das moedas dos principais países supridores do mercado internacional de produtos industriais, gera choques de oferta positivos, que

¹⁵ “Na verdade, a sincronização das políticas ortodoxas obrigou todos os países a manterem em níveis baixos suas taxas de investimento e de crescimento e a forçar as exportações. Como reflexo do ajuste forçado, quase todos os países do mundo estão experimentando superávits no balanço comercial. Todos menos um: o Estados Unidos. Eles abrem sua economia e ao fazê-lo provocam uma maciça transferência de renda e de capitais do resto do mundo, afinal [...] o fato essencial é que todo o mundo está financiando não apenas o Tesouro americano, especialmente seu componente financeiro, mas também os consumidores e investidores americanos (TAVARES, 1997, p. 41).

¹⁶ “Em verdade, [...] a visão estratégica da elite financeira e militar americana [...] se reforçou com a vitória de Ronald Reagan, [e] seus sócios ou rivais capitalistas são compelidos, não apenas a submeter-se, mas a racionalizar a visão dominante como sendo a ‘única possível’. Esta racionalização vem passando em matéria de política econômica pela aceitação de um ajuste recessivo que corresponde a uma sincronização da política econômica e da ideologia conservadoras sem precedentes. Em termos estratégicos e militares, passa por uma visão de ‘guerra’ em que se reconhecem que os interesses gerais da segurança mundial estão no substancial bem defendidos pela grande potência americana. Vale dizer, significa a aceitação pela política mundial que o Presidente Reagan afinal não é um ‘louco’, mas um ‘homem resoluto’, que se impôs aos seus adversários e que está dando ‘linha justa’ para o resto do mundo capitalista. [Nesse sentido, a] vitória ‘político-ideológica’ [deste movimento] foi precedida por um reenquadramento por parte do governo americano do movimento policêntrico que vinha tendo lugar a partir da transnacionalização dos capitais de origem norte-americana (TAVARES, 1997, p. 29).

desaceleraram a inflação americana e internacional” (MEDEIROS & SERRANO, 2012, p. 139)

Nesse contexto, pode-se inferir que houveram tendências no sentido de continuidade da reprodução ampliada do capital a nível mundial, com o capital e o Estado norte-americanos na liderança e, por um lado, abriu-se uma “janela de oportunidade” para que outros espaços territoriais surgissem na paisagem do capitalismo histórico e que foram as bases da reconfiguração das redes de produção mundial das ETN Ocidentais, principalmente as com sede norte-americana (HARVEY, 2003). Por outro lado, como desdobramento da busca por valorização dos ativos do centro da economia-mundo capitalista no fim da década de 1970 e durante toda a década de 1980, surgiu na Ásia Oriental um novo espaço para o ajuste espacial do capitalismo histórico, afinal, liderados pelo Japão, os países em desenvolvimento da região (incluindo-se a China), corresponderam a uma solução para a crise instalada no Centro da economia-mundo capitalista, através de uma abertura aos capitais internacionais para se instalarem em seus territórios e aproveitarem todas as vantagens de custos de produção inerentes a este movimento. Tendo como pano de fundo este contexto, a China partia tanto para a abertura ao capitalismo histórico quanto para as reformas.

Segundo Belluzzo (2009), o processo chinês de abertura ao capitalismo não pode ser compreendido sem se levar em conta: 1) o aprofundamento da onda internacional de liberalização das “contas capitais” do balanço de pagamentos das economias ao redor do mundo; 2) a volatilidade da liquidez no sistema financeiro internacional a partir de 1980, e; 3) a diversificação espacial da produção internacionalizada das empresas dos países desenvolvidos.

Para aproveitar esta conjuntura internacional favorável e deslançar o programa de reformas e abertura, Medeiros (2008) destaca que o Estado chinês lançou mão de três instrumentos que se tornaram os vetores que alavancaram o elevado crescimento da economia chinesa e atraíram as ETN: 1) expansão e diversificação dos investimentos na economia chinesa, seja pela constituição de empresas estatais atuantes em diversos setores da economia¹⁷, quanto pela atração de Investimento Direto Estrangeiro (doravante IDE), via ETN, nas ZEE¹⁸; 2) estímulo às exportações via política de desvalorização cambial em relação ao dólar¹⁹ *pari passu* a obrigação imposta pelo Estado chinês para

¹⁷ Conforme afirma Pires (2009), a China aproveitou a conjuntura internacional dos trinta anos entre 1978-2008 para alavancar suas grandes empresas estatais em seu próprio mercado interno em setores como infraestrutura, construção civil, bens de capital, bens intermediários (insumos), bens de consumo leve, financeiro e energia, além daquelas ligadas ao *drive* exportador, com incremento tecnológico cada vez maior, dada a política oficial de *catching-up* de tecnologias industriais internacionais (CHANG, 2004). Segundo esta lógica, “as estatais se tornaram progressivamente os principais agentes propulsores do desenvolvimento tecnológico, fazendo com que não apenas as mudanças na indústria, mas também as do setor de C&T, se movessem em torno da expansão dessas corporações” (ZONENSCHAIN, 2006, p. 71).

¹⁸ Marcelo Oliveira destaca que este movimento governamental de atração de ETN para as ZEE se deu “com o Estado dando-lhes como prêmio fatias futuras do mercado interno e acesso à enorme massa trabalhadora barata e sem proteção trabalhista, além de incentivos fiscais e tributários nas ZEE, atraindo para seu território muitas atividades industriais [dispersadas mundo afora]” (OLIVEIRA, 2009, p. 309).

¹⁹ Para abrir caminho a uma política exportadora agressiva, o governo chinês implementou uma política de desvalorização cambial pareada ao dólar, com o Yuan/Renminbi deslocando-se de 1,7 dólares em 1978

que as ETN exportassem parte da sua produção (juntamente com as empresas estatais), viabilizando as reservas cambiais necessárias à importação de bens de capital destinados ao aprofundamento do parque industrial do país, e; 3) a expansão do mercado de consumo de massa urbano, com o estímulo governamental à migração e a constante elevação da massa salarial real urbana, visando criar uma escala de consumo suficientemente grande para que as expectativas de retorno (lucro) dos vultosos investimentos produtivos estatais e privados no período conseguissem ser realizados. Para tanto, houveram fortes estímulos oficiais à elevação da produção agrícola aliado à elevação da renda real dos trabalhadores urbanos formais²⁰.

3. A dimensão interna das reformas

No contexto das reformas iniciadas em 1978, Damas (2014) destaca que o programa de modernização econômica englobava quatro grandes setores da economia chinesa, o qual seria oficialmente chamado de as “Quatro Modernizações”, cujo objetivo seria criar as bases institucionais que levassem ao desenvolvimento da economia nacional chinesa, naquilo que Deng Xiaoping chamaria de “socialismo com características chinesas”, no qual o Estado seria responsável pelo estímulo e expansão da indústria, agricultura, ciência & tecnologia e defesa nacional. Este programa de modernização, visando o desenvolvimento econômico, colocou em marcha medidas de acumulação tipicamente capitalista que possibilitaram a reabilitação da noção do lucro, seguido da criação de um verdadeiro setor privado capitalista no campo²¹ e nas cidades²²; fim da coletivização das terras do campo com a implantação do “sistema de responsabilidade familiar”, pelo qual as famílias teriam o direito de fazer uso das terras e vender a preços de mercado toda a produção que excedente as quotas estabelecidas pelo governo; abertura da China às técnicas e ao capital estrangeiros através do estabelecimento das Zonas Econômicas Especiais (doravante ZEE)²³, situadas nas regiões costeiras, com tratamento diferenciado para o estabelecimento de Empresas Transnacionais (doravante ETN), sobretudo ocidentais; e; o estabelecimento de um arcabouço institucional que viabilizasse a emergência de empresas estatais destinadas a atuar nos setores-chave das “Quatro Modernizações”²⁴ (MARTI, 2007). Complementarmente isto, a veloz urbanização, a emergência tanto de uma classe capitalista nacional quanto de um setor privado doméstico internacionalizado e a formação de um enorme mercado de trabalho se constituem nos

para 3,7 em 1989, cuja consequência (mas também da atração de ETN) foi a elevação das exportações em proporção do PIB, passando de 4,6% em 1978 para 12,3% em 1989 (BANCO MUNDIAL, 2018).

²⁰ Renda campo, cidade, produtividade urbano industrial, emprego na agricultura, indústria e serviços, crescimento população urbana.

²¹ Através das *Townships and Villages Enterprises* (TVE), que são empresas situadas no campo e em pequenas vilas com atividades produtivas predominantemente não ligadas ao setor agrícola tradicional.

²² Principalmente naquelas situadas em regiões costeiras.

²³ Quatro, originalmente, em 1979 (Shenzhen, Zhuhai, Shantou e Xiamen) e mais quatorze a partir de 1984 (Dalian, Qinhuangdao, Tianjin, Yantai, Qingdao, Lianyungang, Nantong, Xangai, Ningbo, Wenzhou, Fuzhou, Guanzhou, Zhanjiang e Beihai)

²⁴ Maddison & Wu (2006) e Jefferson (2016) destacam neste ponto as empresas estatais ligadas à agricultura, indústria, construção civil, transportes, comunicações e comércio.

grandes vetores (e ao mesmo tempo os resultados) da transformação econômica que a China passou desde o advento das reformas (PIRES, 2012).

Para Paulino (2012), a arrancada chinesa para o desenvolvimento na década de 1980 via reformas apresentou a importante meta de que entre 1978 e indo até 1989 a economia chinesa deveria dobrar o PIB ao final do período, visando assegurar as necessidades básicas materiais do povo chinês²⁵.

Seguindo na linha histórica e teórica adotada, Medeiros (2013) ressalta que durante a década de 1980 houveram momentos de estímulos governamentais a determinados setores em detrimento de outros, variando de período a período, conforme a estratégia adotada pelo PCC. Segundo o autor, este período foi marcado pela “elevação substancial da produtividade agrícola favorecida pela introdução do regime de responsabilidade familiar e pela exportação de bens da indústria leve de consumo” (MEDEIROS, 2013, p. 437-438)

4. A centralidade do Estado chinês e do PCC

Cabe mencionar ainda a importância das reformas institucionais e do papel orientador que o PCC exerceu sobre as forças produtivas do país para sustentar a extraordinária performance da economia chinesa. Segundo Pires (2009), “o poder do Estado sobre as principais variáveis econômicas é muito acentuado. Os mecanismos de mercado são mantidos e estimulados desde que inseridos numa estratégia nacional” (PIRES, 2009, p. 99). Ademais, sobre o processo decisório acerca da política econômica, o autor destaca que

as decisões e sua implementação tendem a ser bastante ágeis, já que a estrutura do Estado em muitos aspectos se confunde com a estrutura do Partido Comunista. Além do mais, o país não é dominado por preconceitos quanto à participação do Estado na economia, [...] e este pode estruturar-se para atender às questões que considera estratégicas (PIRES, 2009, p. 99).

Por outro lado, Gustavo Santillán salienta que a concepção centralmente planejada da política econômica chinesa resvala no fato de que a estrutura de poder estatal chinês está ancorada nas deliberações do Conselho de Estado da China, o qual, por sua vez, responde à Assembleia Nacional do Povo, cujos representantes são todos oriundos do PCC (SANTILLÁN, 2012). Ou seja, o poder político exerce enorme influência sobre a economia nacional. Pires (2012), entretanto, ressalta que a China adotou uma estratégia nacional que soube submeter os interesses dos agentes privados nacionais e internacionais à sua própria lógica de desenvolvimento, não somente implementando medidas de política macroeconômica destinadas a destravar o crescimento, mas criando uma cadeia de instituições²⁶ voltadas ao desenvolvimento econômico, sendo o PCC a instituição

²⁵ Segundo o autor, os primeiros dois objetivos foram praticamente alcançados. Pelos dados do Banco Mundial (2017), o PIB chinês em 1980 era de US\$ 191 bilhões; em 1989, US\$ 347 bilhões.

²⁶ Nesse sentido, Chang (2004) destaca que as sociedades que se desenvolveram ao longo da história tiveram como característica comum a atuação do Estado sobre os rumos econômicos do país (atuação esta pensada por um grupo político hegemônico no interior do poder estatal), e, lançando mão de medidas

suprema que capitaneia todo o arcabouço das políticas governamentais voltadas a tal objetivo, tais como as políticas fiscal, monetária, cambial, creditícia e de dívidas, o sistema bancário oficial, o sistema produtivo estatal, a regulamentação dos múltiplos setores do mercado privado de bens e serviços da economia real (DAMAS, 2014). A tabela abaixo sintetiza os principais indicadores resultantes desta política.

Tabela 1 – Indicadores (média) da economia chinesa entre 1978-1989

	1978-1989
Taxa de crescimento PIB	9,7
Taxa de crescimento PIB Per Capita	8,2
Taxa de Investimentos (% do PIB)	36
Taxa de Investimento industrial (% do PIB)	29,8
Exportações (% do PIB)	9,2
Indústria (% do PIB)	44,7
Agricultura (% do PIB)	28,9
Serviços (% do PIB)	26,4
Consumo das famílias (% do PIB)	50,3
Taxa de juros real (%)	2,28
IDE (fluxo entrante, em % do PIB)	0,62

Fonte: BANCO MUNDIAL (2017); FMI (2017).

Nesse contexto, o Estado chinês traçou estratégias e objetivos para o desenvolvimento econômico maleáveis ao longo do tempo, com vistas a atingir os objetivos que ele mesmo determinou. Além disso, a modernização da estrutura produtiva do país é resultado de um processo histórico de formação de um arcabouço institucional materializado nas inovações burocrático-administrativas do aparelho estatal chinês, com o Estado, controlado pelo PCC, assumindo a liderança na coordenação dos esforços da sociedade chinesa para avançar rumo ao desenvolvimento econômico e social, subordinando os interesses capitalistas privados nacionais e internacionais à lógica do interesse nacional previamente estabelecido pelo governo.

Durante toda a década de 1980, a atuação estatal no circuito econômico foi enorme, tanto a participação das empresas estatais no processo produtivo de forma geral quanto dos incentivos que o Estado concedeu aos atores privados, considerados secundários neste processo, em setores selecionados. Além disso, a elite dirigente do PCC, que controla o Estado chinês desde 1949, soube fazer uma leitura correta do contexto internacional de avanço do neoliberalismo no final dos anos 1970 para aproveitá-lo em benefício das reformas internas que começavam a se iniciar, atraindo capitais do mundo todo para o solo chinês através das ETN via IDE, estimulando tanto o investimento produtivo quanto a absorção de tecnologias do exterior. Mas, levanta-se aqui a hipótese de que isso somente ocorreu tendo em vista a flexibilidade necessária do

orientadas para promover um ambiente institucional voltado ao desenvolvimento econômico, “mostraram-se capazes de adaptar o foco de suas políticas às mudanças da situação, [...] pois o foco de atuação pode evoluir com o tempo, de acordo com as mudanças da situação interna e internacional, e [...] o sucesso é basicamente determinado, por um lado, pelas formas detalhadas dessas políticas e, por outro, pela disposição do Estado de implementá-las” (CHANG, 2004, p. 210).

Estado chinês na definição das metas e meios empregados para alcançá-las ao longo das reformas da década, o que se apresenta como o ideal para uma economia em processo de desenvolvimento acelerado, afinal

o foco de promoção [das metas] pode, aliás deve, evoluir com o tempo, de acordo com as mudanças da situação interna e internacional, e os países bem-sucedidos são, tipicamente, os que se mostraram capazes de adaptar o foco de suas políticas econômicas às mudanças da situação (CHANG, 2004, p. 210).

Desta forma, a hegemonia do PCC dentro da sociedade chinesa e o monopólio deste sobre o comando do aparelho burocrático-estatal foram os fatores determinantes e a chave-explicativa principal para o sucesso da arrancada econômica do país, tendo em vista a falta de uma oposição política com considerável força perante a sociedade para fazer frente à sua agenda²⁷.

Além disso, o Estado chinês criou as condições macroeconômicas “ideais” para deslanchar o desenvolvimento econômico do país, implantando medidas de política econômica eminentemente keynesianas, a saber: política fiscal expansionista, através da política de subsídios oficial tanto para os exportadores quanto para os produtores nacionais de produtos industriais e bens agrícolas; uma política cambial que deu suporte à exportação e à atração de ETN via IDE, com forte regulação do Estado quanto à entrada destes capitais²⁸; uma política monetária que estimulou os fluxos de investimentos no setor produtivo da economia, com aquilo que Roberto Damas (2014) chama de “repressão financeira”²⁹, em que, via bancos comerciais estatais e bancos de fomento, o governo fixou a remuneração dos depósitos a prazo dos poupadores individuais e fixou as taxas de remuneração cobrada pelo bancos aos tomadores de empréstimos, mitigando a elevação dos spreads bancários, além da baixa taxa de juros nominal e real praticada pelo Banco Central Chinês³⁰; uma política oficial de fomento ao desenvolvimento de novas tecnologias via empresas estatais e a substancial participação do investimento público

²⁷ Segundo Douglas North, as organizações políticas moldam o desempenho econômico porque definem e implantam as regras econômicas. Portanto, parte fundamental de uma política de desenvolvimento é a criação de instituições políticas que, por sua vez, criam e fazem cumprir direitos de propriedade eficientes (NORTH, 1993, p. 12).

²⁸ Segundo Sampaio Jr (1999, p. 460) “um rígido código que regulamenta a atividade das empresas estrangeiras – *Foreign Investment Catalogue* –, definindo detalhadamente as condições de entrada, localização e operação do capital internacional, procurou resguardar a capacidade de controle e a necessária flexibilidade à política de atração de investimentos diretos, [...] prevalecendo um firme controle político do Estado chinês sobre suas condições de atuação”. Ou seja, a Conta Capital do Balanço de Pagamentos chinês foi (e continua sendo) fechada.

²⁹ Também chamado de “eutanásia do rentista” por John Maynard Keynes (1982). Pelo fato do sistema bancário ser estatizado (monopólio), a política oficial de crédito é obrigatoriamente direcionada para os setores considerados estratégicos pelo PCC. Nesse sentido, o sistema bancário chinês é composto pelo People’s Bank of China – Banco Central Chinês - por quatro grandes bancos comerciais estatais (Bank of China, Agricultural Bank of China, Industrial and Commercial Bank of China e China Construction Bank) e três bancos de fomento ao desenvolvimento (China Development Bank, Export and Import Bank of China e Agriculture Development Bank of China). Mas, cabe salientar que outras inúmeras pequenas e médias instituições financeiras atuam no país, principalmente aquelas estatais de governos regionais, além dos *shadow banks* – instituições financeiras que atuam na informalidade bancária - e, em menor escala, os bancos estrangeiros (CARVALHO, 2013; DAMAS, 2014).

³⁰ Segundo dados do Banco Mundial (2017) e OCDE (2017), durante a década de 1980 o spread bancário médio chinês situou-se na casa dos 2,28%.

através destas (caracterizado aqui como *gasto autônomo*) como alavancas do crescimento econômico³¹, e; a crescente urbanização e estratificação do mercado de trabalho³², visando alavancar a demanda por bens e serviços, estimulando e induzindo o nível de investimentos por parte das indústrias.

Por fim, destaca-se aqui o fato de que o elevado dinamismo da economia chinesa neste período, sob a ótica da demanda agregada, apresentou dois motores propulsores: o consumo de produtos finais e, acima de tudo, o elevado nível de investimentos industriais. Pelo lado do consumo, observou-se que este se manteve em aproximadamente 63% do PIB na média da década, de acordo com dados do Banco Mundial (2017). Neste mesmo período, destaca-se que a renda nacional per capita cresceu a uma média de 10% ao ano, ao passo que o PIB per capita cresceu a uma taxa menor, 9,7%. Ou seja, a renda nacional disponível elevou-se a uma taxa maior que a produção por habitante, o que explica, por um lado, eficácia da política de urbanização e crescente absorção de mão de obra do campo nas cidades e, por outro, que houve um elevado incremento da produtividade do fator trabalho, via desenvolvimento tecnológico atrelado à produção, barateando os bens ofertados frente à massa salarial urbana, elevando a renda real urbana. Tal fato explica a elevada taxa de poupança do país³³, além de servir como estímulo, juntamente com os gastos do governo em consumo intermediário e final, para que o segundo motor da economia chinesa pudesse deslanchar: os investimentos. Este, como componente da demanda agregada, foi determinante para o crescimento econômico de longo prazo iniciado com as reformas, afinal serviu tanto para fazer frente à crescente demanda interna por bens e serviços (ao expandir a produção), quanto para alavancar as exportações de produtos industriais tendendo a maior valor agregado, tendo em vista a política oficial de desenvolvimento tecnológico, com as empresas estatais a frente deste processo. Além disso, o elevado nível de investimentos da economia chinesa apresentou como fruto a modernização (e até mesmo a criação) de uma gigantesca infraestrutura produtiva, indo desde a construção de novas estradas, ferrovias, aeroportos e usinas hidroelétricas, até a construção de centros de pesquisas oficiais atrelados às universidades e às empresas estatais.

5. Considerações finais

Durante a década de 1980, viu-se na economia-mundo capitalista movimentos de continuidade do padrão anterior vigente, marcado pela hegemonia dos Estados Unidos,

³¹ Segundo Zhang *et al.* (2009), durante o período, as empresas estatais têm comandado a geração de inovações tecnológicas que se transbordam para o sistema produtivo, mediante a absorção e adaptação tecnológica de empresas estrangeiras instaladas no país (via *joint ventures*), mas também, a partir dessa base de *catching-up*, dando um passo seguinte, desenvolvendo novas tecnologias eminentemente chinesas.

³² Três categorias de trabalhadores se destacam neste período: “Trabalhadores Urbanos Formais”; “Migrantes Permanentes” (estimulados pelo governo a migrarem, mesmo ganhando menos que os trabalhadores formais, mas tendo como compensação coberturas sociais governamentais), e; os “Migrantes Temporários” (que estão fora do planejamento do Estado, estando excluídos das políticas de coberturas sociais e aceitando trabalhos de menor remuneração – base da pirâmide distributiva urbana) (MEDEIROS, 2013).

³³ Orientada pelo Estado, via “repressão financeira”, à criação de *funding* para o setor produtivo.

keynesianismo mundializado e um controle institucionalizado do mundo pelas instituições criadas após 1945. Não obstante a expansão produtiva, melhora nos índices sociais e a diversificação da divisão internacional do trabalho durante a *Golden age* do capitalismo histórico sob a hegemonia norte-americana (1945-75), durante a década de 1970 começaram a emergir sinais de enfraquecimento de tal hegemonia, primeiramente com o reerguimento econômico de Alemanha e Japão, com a consequente disputa (e sucesso) econômico-comercial com os Estados Unidos, e com a derrota da maior máquina de guerra do mundo para camponeses no Vietnã. Nesse contexto, Giovanni Arrighi revela que estes dois fatores se tornaram elementares para uma possível “crise sinalizadora” do fim da referida hegemonia.

Porém, conforme exposição ao longo deste trabalho, ao ter sobre si a pressão dos fatores da crise sinalizadora proposta por Arrighi, os *policy makers* de Washington partiram para uma ofensiva contra aliados e inimigos visando, em última instância, resguardar o papel de centro da economia-mundo capitalista, praticando uma série de medidas voltadas a resgatar seu poderio econômico-financeiro em primeiro lugar, mas também para iniciar uma nova etapa de arrefecimento da competição político-militar-ideológica contra o mundo socialista.

Nesse sentido, a economia-mundo capitalista passou por sucessivas ondas de transformações, sendo que o ajuste espacial da produção internacionalizada das ETN norte-americanas foi o principal traço deste processo, o qual, dentre outros efeitos, possibilitou a emergência da Ásia Oriental nas redes de produção manufatureira a nível global. Entrementes, vê-se no final dos anos 1970 e durante a década de 1980 o Estado chinês se aproveitando deste momento histórico do capitalismo e deslanchando sucessivas reformas destinadas a implantar um padrão de acumulação tipicamente capitalista no seio de sua incipiente economia de mercado, a qual, apesar de apresentar dinamicidade nos setores produtores de gêneros agrícolas, apresentou forte dinamismo no setor industrial. Mas, o processo de reformas e abertura da China para o capitalismo teve como traço o papel de orientação do Estado, controlado pelo Partido Comunista Chinês, sobre os rumos da economia de mercado que foi-se criando. Além disso, destaca-se o fato de que, contrariamente ao que se pensa costumeiramente, o mercado interno (consumo final dos residentes e governo) e o investimento foram as principais variáveis do processo chinês de abertura ao capitalismo, durante a década de 1980.

Bibliografia

ARRIGHI, G. **Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI**. São Paulo, SP: Boitempo, 2008.

_____. **O longo século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo**. Rio de Janeiro, RJ: Contraponto; São Paulo, SP: Editora UNESP, 1996.

BANCO MUNDIAL. **Data Bank – World Development Indicators**, 2017. Disponível em: <<http://databank.worldbank.org/data/reports.aspx?source=world-development-indicators>>.

Acesso em: 15/04/2017.

BELLUZZO, L. G. **Os antecedentes da tormenta**: origens da crise global. São Paulo, SP: UNESP; Campinas, SP: FACAMP, 2009.

_____. Finança global e ciclos de expansão. In: FIORI, J. L. **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. 4ª ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

CARDOSO DE MELLO, J. M. A contrarrevolução liberal-conservadora e a tradição crítica latino-americana: um prólogo em homenagem a Celso Furtado. In: TAVARES, M. C.; FIORI, J. L. **Poder e dinheiro**: uma economia política da globalização. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

CARVALHO, M. H. **A economia política do sistema financeiro chinês (1978-2008)**. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro, RJ: Instituto de Economia da UFRJ, 2013.

CHANG, H. J. **Chutando a escada**: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica. São Paulo, SP: Editora UNESP, 2004.

CHINA, R. P. da. **China Statistical Yearbook 2009**. Disponível em: <<http://www.stats.gov.cn/tjsj/ndsj/2009/indexeh.htm>>. Acesso em: 02/03/2017.

DAMAS, R. D. **Economia chinesa**: transformações, rumos e necessidade de rebalanceamento do modelo econômico da China. São Paulo, SP: Saint Paul Editora, 2014.

ENRÍQUEZ, M. A. **Trajetórias de desenvolvimento**: da ilusão do crescimento ao imperativo da sustentabilidade. Rio de Janeiro, RJ: Garamond, 2010.

FAN, C.C. The Elite, the natives, and the outsiders: migration and labor market segmentation in urban China. In: **Annals of the American Geographers**, v.92, n.1. p.103-124, 2002.

FMI. **International financial statistics (IFS)**, 2017. Disponível em: <<http://data.imf.org/?sk=5DABAFF2-C5AD-4D27-A175-1253419C02D1&sl=1409151240976>>. Acesso em: 22/03/2017.

HARVEY, D. **O novo imperialismo**. São Paulo, SP: Loyola, 2003.

JEFFERSON, G. **State-Owned Enterprise in China**: reform, performance and prospects. Brandeis University: Economics department, 2016.

KEIDEL, A. **China's economic fluctuations**. Carnegie Endowment, 2007.

KEYNES, J. M. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. Trad.: Mario R. da Cruz. São Paulo, SP: Atlas, 1982.

LIEBERTHAL, K. **Governing China**: from Revolution through reform. New York: W.W. Norton & Company Incorporated, 2003.

MADDISON, A. **Chinese Economic Performance in the Long Run**. 2nd Edition, Revised and updated. OECD: Development Centre Studies, 2007.

_____; WU, H. X. **China's Economic Performance**: how fast has GDP grown; how big is it compared with the USA? University of Queensland: Seminar World Economic Performance: past, present and future, 2006.

MARTI, M.E. **A China de Deng Xiaoping**. Nova Fronteira, 2007.

MEDEIROS, C. A. Padrões de investimento, mudança institucional e transformação estrutural na economia chinesa. In: **CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS (CGEE). Padrões de desenvolvimento econômico (1950-2008)**: América Latina, Ásia e Rússia – 2º vol. - Brasília, DF: 2013, págs. 435-489.

_____. Desenvolvimento econômico e ascensão nacional: rupturas e transições na Rússia e na China. In: FIORI, J.L.; MEDEIROS, C. A.; SERRANO, F. **O Mito do colapso do poder americano**, Rio de Janeiro, RJ: Record, 2008.

_____; SERRANO, F. Padrões monetários Internacionais e crescimento. In: FIORI, J. L. **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. 4ª ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

NORTH, D. C. **Institutions, Institutional Change and Economic Performance**. Cambridge University Press, 1990.

OCDE. **Online OECD data**, 2017. Disponível em: <<https://data.oecd.org/searchresults/?q=china>>. Acesso em: 19/04/2017.

OLIVEIRA, C. A. B. de. **Processo de industrialização**: do capitalismo originário ao atrasado. São Paulo, SP: Editora UNESP; Campinas, SP: UNICAMP, 2003.

OLIVEIRA, M. F. A grande ilusão: a visão sul-americana sobre a China. **In: PAULINO, L. A.; PIRES, M. C (org.). Nós e a China**: o impacto da presença chinesa no Brasil e na América do Sul. São Paulo, SP: LCTE Editora, 2009.

PAULINO, L. A. Desafios atuais para a política externa da China: uma reflexão sobre o livro branco a respeito do desenvolvimento pacífico da China. **In: PAULINO, L. A.; PIRES, M. C. China e América Latina**: a geopolítica da multipolaridade. São Paulo, SP: Fundação Memorial da América Latina, 2012, págs. 111-135.

PIRES, M. C. Reflexões sobre os modelos de desenvolvimento de Brasil e China no alvorecer do século XXI. **In: PAULINO, L. A.; PIRES, M. C (org.). China e América Latina**: a geopolítica da multipolaridade. São Paulo, SP: Fundação Memorial da América Latina, 2012, págs. 63-83.

_____. Os desafios da concorrência chinesa para a economia brasileira. **In: PAULINO, L. A.; PIRES, M. C (org.). Nós e a China**: o impacto da presença chinesa no Brasil e na América do Sul. São Paulo, SP: LCTE Editora, 2009.

SANTILLÁN, G. E. La reforma económica em China y su desarrollo, 1972-1986. **In: PAULINO, L. A.; PIRES, M. C (org.). China e América Latina**: a geopolítica da multipolaridade. São Paulo, SP: Fundação Memorial da América Latina, 2012, págs. 45-62.

SAMPAIO Jr, P. A. Brasil e China – estratégias antípodas de participação na globalização dos negócios. **In: GUIMARÃES, S. P. (Org.) Brasil e China multipolaridade**. Brasília, DF: IPRI/FUNAG, 1999.

ZHANG, C. et al. **Promoting Enterprise-Led Innovation in China**. Washington, DC: The World Bank, 2009.

ZONENSCHAIN, C. N. **O caso chinês na perspectiva do “catch-up” e das instituições substitutas**. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro, RJ: Instituto de Ciências Humanas e Sociais/UFRJ, 2006.

MOVIMENTOS ANTISSISTÊMICOS

EM TEMPOS DE CRISE DO SISTEMA-MUNDO: AS “OCUPAÇÕES” COMO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO CONTRA A EXPLORAÇÃO DO CAPITAL

*Ana Paula Krumel**

Resumo: O Sistema-Mundo e suas ações globalizadas apresentam limites que geram sinais de crises e caos sistêmicos, e os movimentos sociais, especificamente, o movimento ‘ocupa’, caminha na direção de construir uma nova forma de vida social, distinta da que foi gestada pela globalização, que priorizou o mercado como produtor da vida social e política do planeta. Usaremos a terminologia ‘ocupação’ referindo-nos aos ‘novíssimos movimentos sociais’ que eclodiram em 2011 no Oriente Médio e se expandiram ao redor do globo em eventos massivos que possuem semelhantes estratégias de luta, mobilizações, organização e perfil dos manifestantes. As ‘ocupações’ que ocorreram ao redor do globo se caracterizaram pela ocupação das praças públicas, conectividade digital, organização horizontal, críticas aos sistemas políticos e econômicos e sem vínculo institucional. O ‘ocupa’ como um movimento antissistêmico é característico do momento de crise do Sistema-Mundo, que acaba por gerar espaços de resistência na luta contra a conjuntura ético-política e contra o modelo neoliberal. Este estudo trata do movimento estudantil de ocupação das escolas no Brasil ocorrido no ano de 2016, como movimentação social em oposição aos planos da agenda do governo nacional, a citar: medida provisória de reestruturação do ensino médio - MP 746/2016; novo regime fiscal no âmbito dos orçamentos fiscal e da seguridade social da União – Pec 55/2016; programa escola sem partido – PL 190/2015.

Palavras-chave: Ocupação estudantil. Movimento Antissistêmico. Sistema-Mundo.

1. Introdução

O Sistema-Mundo e suas ações globalizadas apresentam limites que geram sinais de crises e caos sistêmicos, e os movimentos sociais, especificamente para este trabalho, o movimento ‘ocupa’ caminha na direção de construir uma nova forma de vida social, distinta da que foi gestada pela globalização, que priorizou o mercado como produtor da vida social e política do planeta.

Para este trabalho, usaremos a terminologia ‘ocupação’ referindo-nos aos novos movimentos sociais que eclodiram em 2011 no Oriente Médio e se expandiram ao redor do globo em eventos massivos que possuem semelhantes estratégias de luta, mobilizações, organização e perfil dos manifestantes.

Para Wood (2011), as lutas sociais têm importância vital para o processo democrático, mas precisam ser organizadas e conduzidas com a noção clara de que o capitalismo tem notável capacidade de afastar a política democrática dos centros de

* Doutoranda em ciências sociais na Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS/ São Leopoldo-RS. Professora no Instituto Federal de Educação Ciência e tecnologia Sul-riograndense.

decisões do poder social e de isentar o poder de apropriação e exploração da responsabilidade democrática.

A irracionalidade da busca de acumulação de capital subordina tudo às exigências do capital, tornando-se hostil e contrária aos movimentos democráticos, visto que no sistema capitalista de produção da vida, o princípio primeiro é a subordinação de todos os valores humanos aos imperativos da acumulação e às exigências do lucro.

O capitalismo em sua essência é incompatível com a democracia. Para Wood (2011), essa incompatibilidade se dá porque o capitalismo representa o governo de classe do capital, e também porque limita o poder do ‘povo’, entendido no estrito significado político.

[...] não há capitalismo em que a vontade do povo tenha precedência sobre os imperativos do lucro e da acumulação, não há capitalismo em que as exigências de maximização dos lucros não definam as condições mais básicas da vida. (WOOD, 2011, p.8)

A acumulação produtiva capitalista no Sistema-Mundo não avançou somente por toda a esfera econômica, num processo de internacionalização financeira global, ela também alcançou a universalização dos processos sociais e políticos da vida no planeta. O que chamamos de Sistema-Mundo e que engloba todos esses alcances de produção da existência – (cultural, político, econômico e jurídico) – caminha em total desacordo com os princípios democráticos, isto porque não há no sistema capitalista espaço para democracia e equidade.

O capitalismo é estruturalmente antitético à democracia não somente pela razão óbvia de que nunca houve uma sociedade capitalista em que a riqueza não tivesse acesso privilegiado ao poder, mas também, e principalmente, porque a condição insuperável de existência do capitalismo é o fato de a mais básica das condições de vida, as exigências mais básicas de reprodução social, ter de se submeter aos ditames da acumulação de capital e às ‘leis’ do mercado. (WOOD, 2011, p.8)

Em longo prazo é preciso pensar alternativas que possibilitem a regulação da produção social. À medida que não há espaço para processos democráticos concomitantes ao sistema de acumulação incessante, uma saída é buscar alternativas radicais.

Seguindo a proposta de pensar um novo fazer esse trabalho apresenta três momentos de análise. Na primeira seção apresenta as crises inerentes ao sistema capitalista na perspectiva de análise do Sistema-Mundo e como elas podem gerar espaço para o surgimento de um poder de ruptura da ordem vigente. As contradições internas do capitalismo geradas pela acumulação de capital tende a forçar mudanças contra o próprio sistema. O que está em análise segundo a perspectiva teórica do Sistema-Mundo é se haverá em meio aos caos uma nova hegemonia inaugurando um novo ciclo de acumulação, ou as crises representam o esgotamento do atual sistema capitalista a caminho de uma nova gestão social/política/econômica para o planeta.

A segunda parte do texto versa sobre os movimentos de ‘ocupação’ que ocorreram ao redor do globo e se caracterizaram pela ocupação das praças públicas, conectividade por via digital, organização horizontal, críticas aos sistemas políticos e econômicos e autonomia nas assembleias, sem vínculo com partidos políticos, sindicatos ou Ongs.

O movimento ‘ocupa’ como um movimento antissistêmico é característico do momento de crise do Sistema-Mundo, que acaba por gerar espaços de resistência na luta contra a conjuntura ético-política e contra o modelo neoliberal.

A terceira seção propõe apresentar os Movimentos Sociais da atualidade e seus desdobramentos em meio ao caos sistêmico em que se encontra o Sistema-Mundo. O capitalismo é indiferente às identidades sociais dos explorados, e a fragmentação das lutas sociais registradas nos movimentos do século XXI pode não atingir as condições para uma ruptura e transformação real da ordem que está sendo questionada.

2. As crises e seu poder de ruptura

O momento de transformações econômicas, políticas e sociais que estamos vivendo exigem uma discussão aprofundada e uma atuação política, tarefas estas intrínsecas e indispensáveis, segundo a perspectiva do Sistema-Mundo. Essas transformações são caracterizadas por processos históricos de mudança no capitalismo como sistema de acumulação produtiva, e que podem ser caracterizadas como crises inerentes ao sistema. As crises são ponto principal na perspectiva do Sistema-Mundo, visto que essa linha teórica de análise é expressão de uma crise geral que marcou o final da década de 1960. A compreensão destas mudanças parte do entendimento do que propõe Wallerstein na perspectiva de análise do Sistema-Mundo e do que propõe Arrighi na teoria da longa duração e ciclos sistêmicos de acumulação.

As crises que serão expostas nesse trabalho seguem o conceito da perspectiva do Sistema-Mundo que as caracteriza como um processo de longa duração que atinge todas as esferas da existência social e que podem culminar em profundas transformações do sistema vigente.

Os movimentos de manifestação de rua e as ocupações iniciadas em 2011 no Oriente Médio, na Grécia, na Espanha, trouxeram ao cenário mundial o ressurgimento de debates sobre movimentos sociais, e sobre o fim de um discurso de paralisia social. Esses movimentos se manifestavam, entre outras dimensões, contra as estruturas políticas partidárias e sindicais, assumindo um caráter de revolução democrática.

As manifestações ao redor do globo caracterizaram-se por reações aos efeitos da crise capitalista, que, segundo Arrighi (2016), são inerentes ao modo de produção capitalista.

Para Harvey (2005), as contradições internas do capitalismo geram as crises pelo fato da acumulação de capital depender de três fatores: 1- mão de obra excedente, o que Marx chamou de exército de reserva; 2- aumento de produção, necessitando de reinvestimento em tecnologia e 3- mercado para absorver os bens produzidos.

Apresenta-se assim uma tendência do capitalismo de ativamente produzir algumas das barreiras para o seu próprio desenvolvimento. As crises são endêmicas ao processo capitalista de acumulação, e forçam algum tipo de racionalização arbitrária no sistema de produção capitalista.

Essa racionalização apresenta um custo social e provoca trágicas consequências humanas na forma de falências, colapsos financeiros, desvalorização forçada de ativos fixos e poupanças pessoais, inflação, concentração crescente de poder econômico e político em poucas mãos, queda dos salários reais e desemprego. (HARVEY, 2005, p.45)

Para Harvey (2005), não há segurança nas correções forçadas no curso de equilibrar as crises de acumulação do capital, pois elas facilmente podem escapar do controle e gerar movimentos revolucionários de protesto.

As expansões do Sistema-Mundo relacionam-se diretamente com a valorização da riqueza privada e favorecem a eclosão de uma crise geral de superacumulação, que é resultado de uma competição interestatal. Para Arrighi (2016), o capitalismo apresenta uma tendência às crises, mas não apresenta mecanismo de superação das mesmas. As soluções até agora apresentadas foram expansivas, ou seja, expansão do sistema por outra hegemonia, que se orienta pelo exercício de seu poder de maneira mais complexa que a anterior.

O modo de produção capitalista atua diretamente sobre a vida social das pessoas e, ao mesmo tempo em que busca regular as ‘vidas’, possibilita a produção de espaços para as lutas sociais. Para a teoria do Sistema-Mundo, estamos vivendo uma ‘crise terminal’. Arrighi (2001) caracteriza-a como uma crise final da hegemonia estadunidense, assim como já havia acontecido nos ciclos sistêmicos anteriores com as hegemonias da Holanda e da Inglaterra. Na perspectiva de Wallerstien (2002), a crise é mais profunda que uma simples transição hegemônica, é uma crise do próprio sistema mundo moderno.

Para Wood (2011), o capitalismo não é capaz de garantir a paz mundial e parece axiomático que a lógica expansionista, competitiva exploradora da acumulação capitalista no contexto do Sistema-Mundo, pode, mais cedo ou mais tarde, se desestabilizar, e o capitalismo – ou neste momento, sua força organizadora mais aventureira e agressiva, o governo dos Estados Unidos – é, e continuará a ser no futuro previsível, a maior ameaça a paz mundial.

Segundo Arrighi (2016), o processo de “financeirização” do capital constituiu um dos vários aspectos da crise econômica mundial da década de 1970, contrário às tendências de que o “capital financeiro” seria um estágio avançado do capitalismo mundial, ou seja, ele não é uma etapa especial do capitalismo mundial, nem mesmo um estágio mais avançado. Ao contrário, é um fenômeno recorrente que pode ser observado em outros ciclos hegemônicos do capitalismo. As expansões financeiras assinalam a transição de um regime de acumulação em escala mundial para outro; portanto, apresenta-se como o fim de um ciclo hegemônico para a criação de um “novo” ciclo e de uma nova hegemonia possível.

Em meio ao caos sistêmico, no qual, segundo Arrighi (2016), se encontra o Sistema -Mundo, os novos movimentos sociais se apresentam no século XXI como um possível caminho para o surgimento de um sujeito coletivo, que, para Gohn (1997), consiste na constituição de um sujeito não hierarquizado, em luta contra as discriminações de acesso aos bens da modernidade. O que se apresenta como ‘novo’ no campo dos movimentos sociais é uma nova forma de fazer política e de politizar novos temas. Um

dos componentes inovadores destes movimentos consiste na posição de seus atores recusarem a política de cooperações com as agências estatais e os sindicatos.

A questão teórica a ser aprofundada é o fato de analisar o movimento da ‘ocupação’ como algo transformador devido ao estabelecimento de uma nova lógica entre as relações sociais, levando em conta que, apesar do movimento apresentar uma consciência coletiva - que questiona modos de vida impostos pelo projeto da modernidade - seus efeitos não propõem alternativas de poder.

3. As ‘ocupações’ como reação ao caos sistêmico

O movimento intitulado ‘occupy’ é um fenômeno de movimentos sociais de protesto, que mesmo possuindo peculiaridades regionais, apresentou formas semelhantes de mobilizações e consciência de luta que atingiram uma dimensão global. Uma de suas primeiras presenças com repercussão internacional foi em 2011 no norte da África, contribuindo para a derrubada de ditaduras na Tunísia, no Egito, na Líbia e no Iêmen; estendeu-se à Europa, Espanha, Grécia, Londres. Chegou ao Chile, aos Estados Unidos e a Rússia. A forma de ação do movimento foi semelhante em todas as regiões, houve a ocupação de praças, comunicação alternativa e articulação política que recusava o espaço institucional tradicional (CARNEIRO, 2012).

Para Carneiro (2012), um traço marcante do movimento ‘occupy’ por todo o globo foi a espontaneidade que se pode constatar no surgimento das mobilizações e os objetivos em comum que as ações apresentaram independente do lugar em que ocorriam. O pano de fundo foi a crise social, econômica e financeira próprias da atual crise do Sistema-Mundo. Crise que se explicitou a partir de 2008, e que tem resultado na falta de gêneros alimentares - para a imensa maioria da população mundial - e no aumento do desemprego. Mas o grande impasse que está presente no bojo desse movimento é a ausência de alternativas políticas organizadas. O movimento organiza-se de modo contrário às estruturas políticas partidárias e sindicais vigentes, mas não apresenta uma articulação orgânica e representativa dos anseios de transformação e ruptura.

Na interpretação de Jasper (2016, p.205-206),

o movimento ‘occupy’ compartilhou uma disposição de indignação com respeito à desigualdade econômica, mas se recusou a expressar objetivos políticos. Declarações de missão, apresentadas ao mundo, não se desfazem facilmente, deixando de mãos atadas posteriores assembleias para a tomada de decisões. Esse é um dos motivos pelos quais o *Occupy Wall Street* se mostrou tão relutante em formular suas reivindicações, pois seus membros perceberam que estavam ali por muitas razões diferentes, mas também que as futuras assembleias gerais deveriam ter objetivos diferentes. Eles constataram que não poderiam decidir por elas. “Estamos aqui, somos ambíguos, acostume-se com isso.”

Wallerstein (2012) salienta que os movimentos como o *Occupy Wall Street*, a Primavera Árabe e os Indignados não alcançaram tudo o que esperavam, mas conseguiram alterar o discurso mundial do neoliberalismo, expondo temas como desigualdade, injustiça e descolonização. Para o autor, a questão é como avançar e converter o sucesso do discurso inicial em transformação política.

Seguindo esse pensamento, Wood (2011, p.227) expõe que no auge do ativismo estudantil dos anos 1960, Issac Deutscher¹ disse aos jovens que suas atividades estavam às margens da vida social e que os trabalhadores estavam passivos no centro dela, configurando uma tragédia de nossa sociedade caso não enfrentassem esse contraste, o que resultaria em derrota. Para Wood esse aviso talvez seja mais importante hoje no século XXI, pois há em ação impulsos emancipatórios fortes e promissores, que talvez não estejam agindo no centro da vida social, no coração da sociedade capitalista.

A temática das ‘ocupações’ como objeto analítico para este estudo está em conexão com a sociologia da ação, como um método sociológico que busca, em vez de apenas descrever o funcionamento do movimento, compreender as forças sociais e políticas que agem dentro do movimento e o conjunto de modelos culturais que indicam as práticas sociais que são capazes de produzir acontecimentos históricos.

O movimento ‘ocupa’ é um movimento antissistêmico, que segundo Wallerstein (1988) é uma articulação dos conceitos de Sistema-Mundo e capitalismo sistêmico que na prática lutam contra o modelo neoliberal. Para Wallerstein (1974, p.587), vivemos numa era de manifestações antissistêmicas. As consequências resultantes dessa expansão, das tensões e aprofundamento das contradições têm sido o crescimento dos movimentos antissistêmicos em escala mundial. “Movimentos de libertação nacional, insurgências proletárias, resistências e desafios civilizacionais, contraculturas, revigoração de religiosidades,” são alguns exemplos lembrados pelo autor.

No ano de 1996, no Estado de Chiapas, no México, aconteceu “A Conferência Intergalática pela Humanidade e contra o Neoliberalismo”, organizada pelo Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), e foi considerada como o ‘marco zero’ na linha de organização antissistêmica na América Latina.

O movimento de antiglobalização como uma força internacional foi marcado a partir das manifestações de protesto contra a reunião ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC), em Seattle, nos Estados Unidos, em 1999. Posteriormente foram registradas manifestações de protesto durante a reunião de primavera do Banco Mundial (BM) em Washington, em abril de 2000 e durante a reunião da Cúpula das Américas em Quebec em abril de 2001.

Para Luigi Pennaforte (2005), apesar dos manifestos antiglobalização em Seattle serem considerados o marco inicial desse tipo de atuação de movimento no mundo, o primeiro Fórum Social Mundial (FSM) em Porto Alegre, em 2001 remete muito mais à iniciativa de Chiapas, no México.

Os movimentos antissistêmicos compõem diferentes manifestações anti-hegemônicas na luta contra o capital e o modelo neoliberal, visando à construção de uma nova estrutura social, econômica e política.

A pauta do ‘ocupa’ no ano de 2016 no Brasil esteve relacionada aos movimentos de protesto vividos pelo país, que iniciaram antes do afastamento da presidenta Dilma

¹ Deutscher (1907-1967) foi biógrafo de Trótski e de Stálin. O contexto completo está disponível na transcrição da palestra (“Marxism and the New Left”) de Deutscher, disponível (em inglês) no link abaixo: http://issuu.com/rogeriotomazjr/docs/marxism_and_the_new_left_-_isaac_de

Rousseff e se intensificaram com o processo de seu impeachment e com a crise econômica.

4. A globalização também está para os Movimentos Sociais

Mudanças contínuas constituem a essência do capitalismo, são condições impostas pela economia-mundo à vida social de todas as pessoas. Esses condicionantes mantêm vivo o sistema de acumulação produtiva, gerando necessidades de consumo. Para a manutenção constante de novos desejos, faz-se necessário novas mercadorias, novos conhecimentos e novos trabalhadores. Esses ‘novos desejos’ dinamizados pelo fenômeno da globalização facilitaram a integração dos mercados internacionais e escravizaram países periféricos que acabaram por se encontrar obrigados a submeterem-se aos ditames econômicos e políticos que enfraquecem suas estruturas.

A globalização, entendida como processo institucionalizado, elimina a igualdade de condições para o desenvolvimento econômico dos estados-nação do globo, e gera condições de exploração do trabalho pelas economias hegemônicas para com os países periféricos. A globalização nesse sentido consiste em dispositivos econômicos e políticos para manter a economia-mundo.

Na análise de Martins (2011), o conceito de globalização raramente tem sido concebido como um processo dialético que articula e confronta estruturas de produção e forças produtivas distintas. A globalização segue analisada como uma nova era controlada pelo capital, ou uma nova etapa a ser dirigida por regimes internacionais, ou ainda representa a mundialização do capital financeiro que submete a economia mundial a um regime de depressão permanente.

O autor propõe compreender a globalização como um processo revolucionário que confronta o modo de produção capitalista e sua estrutura jurídico-política e ideológica, com uma nova estrutura de forças produtivas que o sistema não pode absorver integralmente, “ela designa um processo de transição de dimensões civilizacionais que exaure os limites da existência capitalista e exige, para se efetivar, a construção das bases de uma civilização planetária.” (MARTINS, 2011, p.113)

Um dos impasses nos estudos sobre movimentos sociais, na visão de Eder (2002), é que a pesquisa sobre movimentos sociais perdeu sua ligação com o trabalho teórico de macrosociologia e preocupou-se em enfatizar o papel de ativistas, em uma visão microsociológica, reduzindo, assim, os movimentos sociais às suas manifestações em termo de votos e dados colhidos por pesquisas de opinião. O autor propõe que os estudos dos movimentos sociais analisem o contexto sociocultural histórico, preocupando-se em explicar a emergência e a dinâmica interna da produção e reprodução dos movimentos sociais.

Esse caminho de análise permite ver que a lógica capitalista de estratégias para obtenção de lucro incessante está presente em esferas aparentemente desconectadas da economia. Os conflitos estão para além do universo do trabalho, porque a luta de classe não se organiza mais como no capitalismo fordista. Os atores não reduzem a luta ao

movimento operário, mas não podemos afirmar que se extinguiu a dominação e a exploração.

A massa de trabalhadores assalariados explorados pelo capital em todo o mundo é a força principal no combate de classe contra o sistema capitalista mundial, o eixo em torno no qual podem e devem se articular outras lutas e outros atores sociais. Para Löwy (1998), o desafio não é somente ao proletariado: é ao conjunto das vítimas do capitalismo, ao conjunto de categorias e grupos sociais oprimidos.

A unificação do planeta pelo modo de produção capitalista, analisado pela totalidade dialética como propõe Löwy (1998), apresenta que o capitalismo mundial não é a soma de suas partes, assim como a luta de classes internacional não é a soma das lutas nacionais. O capitalismo mundial e a luta de classes internacional configuram um todo orgânico, com suas próprias formas e evolução, distintas das particularidades de seus componentes. Acrescenta o autor que

do ponto de vista dialético da totalidade, uma situação local ou nacional não pode ser compreendida teoricamente e transformada praticamente, se for ignorado como ela se articula com o conjunto, isto é, com a evolução mundial econômica, social e política. (LÖWY, 1998, p.98)

Para Eder (2002), a tese sobre o fim das classes é simplesmente um produto de modelos teóricos inadequados da realidade social. A cultura é o elo entre classe e ação, mas não uma ação especificamente de classe. Cultura é um meio de comunicação e quanto mais as pessoas se comunicam mais elas produzem diferenças sociais nos processos de comunicação em curso. Eder (2002, p.19) expõe que

a “crise da política de classe”, portanto, não é uma crise porque a ação coletiva não pode mais encontrar uma base legítima numa dada posição de classe. O valor cultural de classe é gerado independentemente dela. As classes tornaram-se “livres de valor moral”.

Eder (2002) recusa a teoria social contemporânea de que as classes sociais não são mais relevantes na produção do protesto social nas sociedades avançadas, ao mesmo tempo, não nega a dificuldade de estabelecer empiricamente a conexão entre as classes, concebidas segundo o modelo tradicional, e as novas formas de protesto coletivo. O autor argumenta que a aparente desconexão entre classe e ação coletiva não se dá pela irrelevância das classes, mas pelo modo como elas são entendidas.

Na visão de Wood (2011), o que não pode ficar fora da análise é que o capitalismo é indiferente às identidades sociais das pessoas que explora. As explorações capitalistas não se atêm a identidades, desigualdades ou diferenças extraeconômicas, políticas ou jurídicas. A extração da mais-valia dos trabalhadores assalariados acontece numa relação entre indivíduos formalmente iguais e livres. Na verdade o capitalismo tem a tendência de solapar as diferenças e diluir identidades, pois o capital luta para absorver as pessoas no mercado de trabalho e para reduzi-las a unidades intercambiáveis de trabalho, privadas de toda identidade específica.

Harvey (2016), ao abordar a mutação e crise do capitalismo, explica que as contradições políticas, religiosas, étnicas e sexuais não podem ser reduzidas ao

econômico, pois as contradições do capital devem ser explicadas porque são universais e perpassam as demais. A luta social não deve limitar-se ao mundo do trabalho e sim avançar a cada esfera que o capitalismo busca colonizar.

A hegemonia do capital permitiu uma ressignificação dos movimentos sociais e a globalização do capital possibilitou a globalização dos movimentos antissistêmicos.

O ‘ocupa’ é exemplo dos movimentos sociais contemporâneos e um traço característico em sua organização é não se identificar com instituições e não utilizar canais representativos tradicionais, o que gera dificuldade de categorizar o movimento nos paradigmas dos movimentos sociais estabelecidos analiticamente.

Wallerstein (2005) esclarece que a partir de 1968 teve início um novo olhar para o modelo de movimento antissistêmico e apresenta quatro divisões de movimentos, sendo que alguns ainda estão em curso. O primeiro, que não existe mais, foi o surgimento dos múltiplos maoísmos, inspirados na Revolução Cultural Chinesa. O segundo é a *New left*, com os movimentos ecológicos, feministas, minorias, a partir de 1970. Segue como terceiro os movimentos de organização dos Direitos Humanos que tomaram força a partir de 1980. Por fim temos os movimentos antiglobalização a partir de 1990.

O período atual de transição sistêmica permeia as estratégias dos movimentos antissistêmicos e traz uma evolução constante para os diferentes movimentos, seguindo a perspectiva histórico mundial.

As ‘ocupações’ inauguram novas estratégias de ação, o que não necessariamente as enquadra em um novo paradigma dos movimentos sociais.

Os movimentos antissistêmicos, assim como os novos movimentos sociais, trazem à tona novas contestações, com uma forte carga cultural, uma nova relação com a política e um adversário menos identificável, diferente do movimento operário.

A análise sistêmica proposta por Wallerstein (1999) segue uma perspectiva histórica sobre a evolução do capitalismo junto a uma perspectiva geográfica, visto que o moderno Sistema-Mundo é uma economia-mundo capitalista inseparável da estrutura política.

Para Wallerstein (2005), há uma necessidade de luta contra a economia-mundo estruturada pelo neoliberalismo. Mas na visão do autor ainda não está claro a especificidade do movimento antissistêmico, pois parece não haver compreensão aprofundada sobre o que é uma luta contra o sistema capitalista.

A tendência do capitalismo de rejeitar as desigualdades extraeconômicas, apresenta duas faces: a primeira é que as lutas concebidas em termos exclusivamente extraeconômicos, ou seja, contra o racismo, gênero, identidade sexual – não representam em si um perigo fatal para o capitalismo, até podem ser vitoriosos sem desmontar o sistema capitalista. A segunda face é que, ao mesmo tempo, essas lutas terão pouca probabilidade de serem vitoriosas caso se mantenham isoladas da luta anticapitalista. (WOOD, 2011, p. 232).

O dilema dos paradigmas teóricos de análise dos movimentos sociais contemporâneos é encontrar o meio termo entre injustiças culturais e as injustiças

econômicas. Elas são dissociadas ou fazem parte de uma totalidade? É possível sustentar os discursos que dissociam um movimento do outro e acabam por enfraquecer a ambos?

Fraser (2001) expõe que as dúvidas e discordâncias ocorrem no campo teórico-normativo, pois na vida real é impossível dissociar economia, política e cultura, assim como injustiças de redistribuição e reconhecimento. Portanto, são necessárias linhas de análise que considerem a articulação entre o cultural e o econômico.

Eder (2002) apresenta a cultura como elemento chave para uma análise sociológica da sociedade moderna, sendo ela o elo entre classe e ação coletiva, pois as classes não são sujeitos históricos e nem atores coletivos, é através das construções culturais na vida social que as classes se conformam em ação coletiva.

Seguindo nesta linha, Wallerstein (2001) propõe questionarmo-nos sobre como serão conduzidas as lutas políticas que serão alavancas de mudança. O autor acredita na necessidade primeira do fim da exploração, a qual faz parte intrinsecamente do modo de produção capitalista; e a força capaz de exercer mudança nessa dinâmica é a luta de classes. Para o autor, a luta de classe pode pôr fim ao sistema, e não apenas uma mudança dentro do sistema. A via pela mudança interna do capitalismo gera uma possibilidade de readaptação do capitalismo para o enfrentamento da crise, sem de fato eliminar a exploração.

Para Touraine (2011), a situação atual de crise financeira é bastante desfavorável ao desabrochar de um novo modelo de sociedade, pois a crise em si mesma não facilita a mudança no campo político e social. Somente quando a crise suscitar uma reação antiliberal que um novo equilíbrio poderá ser alcançado.

Ainda para o autor, quando uma crise grave é limitada pela ação de um Estado, pode ou bloquear o movimento de entrada num novo tipo de sociedade ou dar-lhe a forma de uma ruptura completa. A ruptura tem por maior inconveniência aquela de fazer perder de vista a transformação a ser feita e pode levar à criação de um poder absoluto que rompe os vínculos do passado, mas ao preço de ditaduras, exercido por quem comanda a ruptura, seja um indivíduo, seja um partido.

Uma das conclusões de Touraine (2011) é que a crise atual teve consequências sociais negativas, no entanto, sem que isso tenha provocado uma ruptura completa com o passado. As democracias receberam vários golpes, mas ainda não se registrou efeitos revolucionários, inclusive, a crise elimina a ideia de que o vazio político propicia a construção de movimento revolucionário.

Os novos atores não são mais sociais e devem identificar-se com a defesa daqueles direitos de alcance universal. A dificuldade de precisar a extensão do grupo dos atores será compensada pelo caráter radical dos novos enfrentamentos. Os novos atores devem, portanto, guiar-se por uma consciência muito forte de seus direitos e daquilo que os ameaça. (TOURAINÉ, 2011, p.131)

Para Touraine (2011), o horizonte utópico não perdeu sua força de atração, os jovens querem fugir do mundo real para um mundo ideal, são atraídos pela contracultura, marcados por uma consciência positiva de si, mas também por uma oposição muito vaga contra os adversários insuficientemente definidos.

Nesse sentido, o autor expõe uma análise do papel dos atores em contextos distintos: na sociedade industrial foram os operários qualificados, dotados de uma forte antiguidade na empresa que dinamizaram o movimento sindical. Da mesma forma, numa sociedade dominada pela consciência cultural de si e dos outros, são aqueles que buscam o prazer da autenticidade que melhor podem construir para si e para os outros a nova sociedade.

A tomada de consciência, segundo Konder (2008), ocorre quando os revolucionários deixam de lado a análise das situações concretas através de especulação, e passam a entender que, para transformar o mundo, precisam primeiro transformar a si mesmos. O método dialético nos incita a revermos o passado à luz do que está acontecendo no presente, ele questiona o presente em nome do futuro, o que está sendo em nome do que “ainda não é”. (BLOCH, *apud* Konder, 2008, p.82)

As análises de Eder (2002) demonstram que o conflito de classe passa a ser uma busca por práticas que geram a ordem simbólica que o legitima, ou seja, essa maneira de classificar as pessoas cria uma discrepância de poder entre grupos que devem ser mostradas como normal. O objetivo das práticas legitimadoras é, portanto, fazer parecerem normais as relações entre os indivíduos, o que abre caminho para a reprodução da estrutura de classe de uma sociedade. Para Eder, (2002, p.55-56)

Os símbolos favorecidos por aqueles que estão no topo são os que clamam por validade universal porque produzem a imagem de legitimidade mais perfeita para a estrutura de classes da sociedade moderna. Assim, ao nível do conflito de classes, intervém outra lógica de mudança cultural. Esta mudança não é apenas o resultado de processos de aprendizagem, mas também de práticas simbólicas específicas de classe.

O que temos é uma estrutura de classe que depende da produção e da reprodução de práticas simbólicas pelas quais se tenta manter as diferenças.

O que está em questionamento sobre o alcance dos movimentos antissistêmicos e o papel da luta de classes é se o modo de produção capitalista está na eminência de sofrer alterações como totalidade ou estarão acontecendo novas totalizações. A modificação do todo é mais complicada que a modificação de cada um dos elementos que a integram. Konder (2008, p.38) explica que

a modificação do todo só se realiza, de fato, após um acúmulo de mudanças nas partes que o compõem. Processam-se alterações setoriais, quantitativas, até que se alcança um ponto crítico que assinala a transformação qualitativa da totalidade.

Compreender o todo precede a própria possibilidade de aprofundar o conhecimento das partes. Para Marx o conhecimento não é um ato e sim um processo, é preciso ir além das aparências.

3. O movimento ‘ocupa’

Seguindo uma revisão bibliográfica sobre o tema dos movimentos sociais na contemporaneidade, com o objetivo de definir as mobilizações de proporção global,

partimos para a interpretação dos eventos massivos globais da atualidade, nomeados, por Gohn (2014), de ‘novíssimos movimentos sociais’, por Wallerstein (2005), de ‘movimentos antissistêmicos’ e, por Carneiro (2012), de ‘novos movimentos políticos’.

Em diferentes análises, a citar: Gohn (2014), Carneiro (2012), Harvey (2012) e Wallerstein (2012), há convergência de que as manifestações se caracterizaram como reação aos efeitos da crise sistêmica do modo de produção capitalista, apresentando inovações nas estratégias de ação até então analisadas em outros movimentos sociais. Os eventos foram marcados pela espontaneidade na organização das mobilizações para o movimento, seguido pela ausência de lideranças, o que marcou uma horizontalidade nas relações. As bandeiras de luta carregavam diferentes identidades e seguiam na coletividade questionando a legitimidade das organizações institucionais como o parlamento, os partidos políticos e os sindicatos.

Para Touraine (1984), isso traduz a crise profunda que afeta hoje o Estado nacional, que deixou de representar um papel de integração da sociedade como garantidor da paz civil. Hoje o Estado é um poder ativo que dirige não só os aspectos econômicos, mas também os aspectos da vida social. Segundo Touraine, (1984, p.57)

de jurista, ele tornou-se economista, sem perder as suas atribuições militares e diplomáticas. Esta evolução tem a vantagem de o Estado, não se definindo, como outrora, sobretudo pelas suas funções de justiça e de polícia, já não ser tão repressivo; mas paralelamente, e este é um ponto capital, a sua distância em relação à sociedade não para de aumentar.

O problema suscitado do declínio geral do Estado nacional é a defesa de alguns analistas sobre o desaparecimento do princípio de unidade dos problemas e conflitos sociais. Segundo Touraine (1984, p.58), a teoria de que os conflitos não são mais do que frentes particulares de uma luta anticapitalista é na verdade um discurso fracassado que só enxerga conflito como luta de classes. Terão as sociedades realmente perdido todo o princípio de unidade, deixado de se organizar em volta de um movimento social central?

Os movimentos de ‘ocupação’ se apresentam contra as teorias que não reconhecem nos conflitos sociais outra unidade para além da formal, ligada aos setores institucionalizados. Touraine (1984) defende a ideia de que conflitos e debates atingem por si mesmos, de maneira autônoma, certa unidade que nada deve a nenhum princípio exterior.

Os países centrais eleitos como responsáveis pela evolução e progresso do mundo arrogam-se o papel de detentores de estratégias políticas eficazes no combate às crises gestadas na própria dinâmica do capitalismo. Nesse sentido, Touraine (1984, p.62) questiona se a era das sociedades civis não terá acabado e se não estaremos de novo a entrar numa época dominada pelo choque dos impérios. O autor ressalta que a motivação principal da sociologia é demonstrar que, por detrás dos impérios mais poderosos, a vida social não desapareceu, podendo reaparecer em toda a parte.

A vida social já não está atrelada a uma ideia de sociedade como um conjunto de regras, de costumes e privilégios; ela hoje se aprofunda no conceito de sujeito e o papel central à liberdade, tomando o espaço que a sociologia clássica atribuía à racionalização.

O conceito de sujeito representa a capacidade dos homens de se libertarem tanto dos princípios transcendentais como das regras comunitárias.

Pensar a vida social a partir do sujeito é desvincular o indivíduo dos discursos universalizantes. Por um lado, a liberdade gerou o individualismo, por outro, possibilitou ao sujeito enxergar-se diferente. Seguindo a perspectiva de Touraine (1984), buscaremos analisar o movimento ‘ocupa’ a partir dos atores sociais como agentes emancipadores.

O movimento ‘ocupa’ representa uma sociedade cuja unidade não está nas suas regras internas e, para Touraine (1984), nem mesmo na sua essência, nem no seu lugar no seio de uma longa evolução, mas na sua capacidade de se produzir a si mesma. A construção de si mesma para uma sociedade está na capacidade do sujeito de revoltar-se contra um modelo de padrões sociais, de resistir e rebelar-se em prol da transformação social.

A visão de um conjunto nunca deve ser estática, ela é provisória e nunca se esgota a realidade a que ela se refere. Uma análise das ocupações sem relacionar aos acontecimentos políticos-econômicos mundial a longo prazo pode correr o risco de falsear a realidade a partir de um evento que por si só não é capaz de representar a realidade geral. “A realidade é sempre mais rica do que o conhecimento que temos dela” (KONDER, 2008, p.36)

Konder (2008) explica que a síntese é a visão de conjunto que permite ao homem descobrir a estrutura significativa da realidade. É essa estrutura significativa que a visão de conjunto proporciona, e que chamamos de totalidade. A totalidade é mais do que a soma das partes que a constituem. Em uma totalidade, os elementos individuais assumem características que não teriam, caso permanecessem fora do conjunto.

As ocupações se constituíram por diversas identidades sociais, o que, para algumas linhas teóricas, fragmentou o movimento e descaracterizou a possibilidade de um movimento orgânico. Para nós as ocupações são uma síntese da realidade que proporciona uma estrutura significativa se for pensada para além da compreensão de soma dos diferentes atores e passar a constituir uma totalidade. A totalidade do movimento, mais que unificar as partes (as diferentes lutas) pode ser pensada analiticamente como um resultado que não seria alcançado pelos atores individualmente, porque a realidade se constrói no processo e não na soma dos acontecimentos.

5. Conclusão

Os Estados que se entendem capitalistas democráticos, estão presos aos limites da democracia capitalista, ou seja, o poder de Estado se restringe pelas exigências dos processos de acumulação do capital. A democracia liberal trabalha para deixar intacta a exploração capitalista e no outro extremo elimina necessariamente a participação democrática social.

As promessas do desenvolvimento econômico foram efetivas na diluição das ações políticas, eliminando a relação entre problemas sociais e poder político, o que resultou em elencar tudo como problema econômico.

A democracia capitalista, na verdade, a autocracia do capital, invisibiliza o poder público. Os movimentos de ‘ocupação’ podem ser analisados como uma força que luta pela visibilidade das ações políticas, econômicas e sociais. Mas, para além disso, é um movimento de ruptura com a ordem vigente, uma vez que nega o modelo neoliberal de produção da vida.

As ocupações como movimentos sociais estão para além dos movimentos sociais clássicos, pois inauguram horizontalidade na tomada de decisões e luta por interesses universais que compõem ação política e cultural com poder de romper as estruturas dominantes.

Não existe democracia sem opinião pública, e analisamos os movimentos de ‘ocupação’ que eclodiram no início do século XXI como um poder coletivo que surge em meio ao caos, etapa esta característica dos ciclos de acumulação, que se apresentaram dispostos a remover as vendas que impedem enxergar o projeto de escravização da vida sob o regime capitalista de produção.

Uma das frases características do movimento - ‘ Vocês não nos representam’ – expõe que está surgindo outra forma de fazer política, que nega a política institucionalizada, e traz para as ruas e espaços públicos não só cartazes e palavras de ordem, mas principalmente o corpo presente dos sujeitos que se entendem portadores de direitos e principalmente capazes de promover mudanças.

Referências

- ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo**. Tradução Vera Ribeiro; revisão de tradução César Benjamin – 10. Reimp. Rio de Janeiro: Contraponto; 2016.
- _____. SILVER, Beverly J. **Caos e governabilidade no moderno sistema mundial**. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora UFRJ, 2001.
- CARNEIRO, Henrique Soares. *Apresentação – Rebeliões e ocupações de 2011*. In: HARVEY, David. *Occupy*. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2012.
- EDER, Klaus. **A nova política de classe**. Bauru/SP: EDUSC, 2002.
- FRASER, Nancy. **Da redistribuição ao reconhecimento?** Dilemas da justiça na era pós-socialista. In: SOUZA, Jessé (Org.). *Democracia hoje: novos desafios para teoria democrática contemporânea*. Brasília: Ed. UNB, 2001.
- GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Edições Loyola, 1997.
- HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.
- _____. **17 contradições e o fim do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- JASPER, James M. **Protesto: uma introdução aos movimentos sociais**. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.
- KONDER, Leandro. **O que é dialética**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

- LÖWY, Michael. Por um novo internacionalismo. **Revista Lutas Sociais**, São Paulo, SP, n. 5, p. 95-106, jul/dez 1998. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/l/article/view/18897> Acesso em: 21/05/2018.
- LUIGI, Ricardo; PENNAFORTE, Charles. **Movimentos Anti-Sistêmicos na América Latina: Venezuela e sua “função piemontesa”**. Boletín de Relaciones Internacionales, n.8, Abr./Mayo, Buenos Aires, 2005.
- MARTINS, Carlos Eduardo. **Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- TOURAINE, Alain. **O retorno do Actor: ensaios sobre sociologia**. Lisboa: Instituto Piaget, 1984.
- _____. **Após a crise** a decomposição da vida social e o surgimento de atores não sociais. Petrópolis/RJ: Vozes, 2011.
- WALLERSTEIN, Immanuel. **O sistema mundial moderno**. Vol. I: a agricultura capitalista e as origens da economia-mundo europeia no século XVI. Porto: Ed. Afrontamentos, 1974.
- _____. **Análise dos sistemas mundiais**. In: GIDDENS, Anthony. Teoria Social Hoje. São Paulo: UNESP, 1999.
- _____. **Capitalismo histórico e a civilização capitalista**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.
- _____. **O fim do mundo como o concebemos: ciência social para o século XXI**; tradução, Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Revan, 2002.
- _____. **O que significa hoje ser um movimento anti-sistêmico**. In: LEHER, Roberto; SETÚBAL, Mariana (Org.). *Pensamento crítico e movimentos sociais*. São Paulo: Cortez, 2005.
- _____. **A esquerda mundial após 2011**. In: HARVEY, David. Occupy. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2012.
- WOOD, Ellen Meiksins. **Democracia contra capitalismo** a renovação do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo, 2011.

SISTEMA-MUNDO E MOVIMENTOS ANTSSISTÊMICOS: UMA ANÁLISE CRÍTICA DA VENEZUELA PÓS-CHÁVEZ

Charles Pennaforte e Fabiana Oliveira***

Resumo: O trabalho tem como objetivo fazer uma análise da realidade venezuelana sob o governo de Nicolás Maduro e sua capacidade de sobrevivência política frente aos inúmeros problemas que a Venezuela atualmente enfrenta, a saber: caos econômico, político e social. Após o período de atuação antissistêmica sob o governo Chávez, em meio a um contexto regional favorável, com governos ideologicamente próximos em diversos países da América Latina e, ao mesmo tempo, com um *boom petrolero* que permitiu o aumento da receita venezuelana, o país se defronta com um cenário totalmente adverso. No entanto, apesar de toda esta situação, o governo Maduro vem conseguindo manter o controle do país a despeito da grave crise econômica, de sua guinada autoritária e de uma oposição que, cada vez mais, parece apostar em saídas insurrecionais com o fim de aprofundar o isolamento do país. Convertida em uma questão regional, o conflito observado na Venezuela reflete a divisão que atualmente fratura toda a América Latina.

Palavras-Chave: Venezuela; Movimentos antissistêmicos; Sistema-Mundo; Crise política.

Não há dialética sem oposição e sem liberdade; não por muito tempo oposição e liberdade em uma revolução. A degeneração de todas as revoluções conhecidas não é fruto do acaso: como regime instituído nunca podem ser o que foram como movimento que, justamente, por ter sido um sucesso, chegou à instituição; o movimento histórico já não é mais ele mesmo, fazendo-se, 'traí-se' e desfigura-se'. As revoluções são verdadeiras como movimentos e falsas como regimes.
M. Merleau-Ponty¹

Quando o presidente Chávez procura, como linha estratégica, a fusão Forças Armadas/povo é por que essa fusão é a verdadeira coluna vertebral, a fortaleza que sustenta o nosso projeto político.
Wilmar Castro Soteldo²

* Doutor em Relações Internacionais pela Universidad Nacional de La Plata (Argentina). Pós-doutor em Integração Regional pelo Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina (PROLAM) da Universidade de São Paulo (USP). Coordenador do Grupo de Pesquisa CNPq Geopolítica e Mercosul e professor permanente do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL).

** Mestre e doutoranda em Integração Regional pelo Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina (PROLAM) da Universidade de São Paulo (USP) com estágio doutoral no Centre de Recherche sur le Brésil Colonial et Contemporain da École des Hautes Études en Sciences Sociales (CRBC/ EHESS), França. Professora do curso de Relações Internacionais da Universidade Paulista (UNIP).

¹ *As Aventuras da Dialética*, 1955, p. 24.

² Tenente-coronel e ministro do Turismo da Venezuela, março de 2004.

Entre 2008 e 2013, nos dedicamos a estudar a atuação da Venezuela como um ator geopolítico importante na arena regional a partir de uma perspectiva antissistêmica e baseada na Análise dos Sistemas-Mundo (PENNAFORTE, 2013). Defendíamos o papel “piemontês” gramsciano de Hugo Chávez na condução de um novo bloco histórico (popular) ao poder em meio à crise do puntofijismo até então vigente.

Na esteira de uma valorização acentuada do preço do barril do petróleo no campo econômico na primeira década dos anos 2000 e, de outro lado, de um ambiente político favorável, com governos situados no espectro “progressista” na América do Sul e Central, a Venezuela chavista conseguiu um grande destaque geopolítico na região e até mesmo internacionalmente.

A morte de Hugo Chávez, em 2013, e a queda do preço do barril de petróleo, por ocasião da desaceleração econômica internacional desde 2009, apontavam para o fim do modelo social chavista via redistribuição da renda do petróleo. Ao mesmo tempo, a ineficácia do “modelo bolivariano” em resolver problemas estruturais do país como, por exemplo, a baixa industrialização e a continuidade de uma corrupção que se tornou endêmica aceleraram a crise econômica. De fato, explicar o atual colapso não é uma tarefa simples. Contudo, uma possível explicação para a atual “bancarrota” da economia venezuelana seria seu isolamento financeiro, a crise externa, a crise produtiva e a crise fiscal que assola o país (VERA, 2018).

De outro lado, Nicolás Maduro não apresenta nem de longe o carisma do ex-líder, sendo obrigado a caminhar na direção autoritária para manter o controle do país em meio à atuação de uma oposição virulenta que conta com apoio político externo.

No âmbito regional, a eleição de Mauricio Macri (Argentina) em 2015 e a destituição de Dilma Rousseff por meio do golpe político, em 2016, alteraram o quadro político da América do Sul. Os dois países passaram a atuar no enfraquecimento do governo de Maduro por meio de atuação diplomática, fato que culminou na suspensão da Venezuela do Mercado Comum do Sul (Mercosul), em agosto de 2017, por meio da ativação do Protocolo de Ushuaia, conhecido como cláusula de “ruptura da ordem democrática”.

Tendo como cenário tais contradições, a proposta deste trabalho é tecer algumas considerações críticas ao atual quadro venezuelano à luz de sua atuação antissistêmica, ao colapso econômico e à capacidade do chavismo em resistir ao atual cenário político-regional. Para alcançar tal objetivo, faremos uma breve recapitulação histórica do conceito movimento antissistêmico criado por Immanuel Wallerstein, logo depois passaremos a analisar a dificuldade na atuação antissistêmica frente às conjunturas regional e internacional adversas e, finalmente, a resiliência do governo Maduro frente ao desgaste econômico e político de sua administração.

Resumo histórico: os movimentos antissistêmicos

A ideia de “movimento antissistêmico” foi criada por I. Wallerstein na década de 1970 como forma de explicar a divisão histórica de dois tipos de movimentos ocorridos na segunda metade do século XIX e que apresentavam rivalidade: os “movimentos

sociais” e os “movimentos nacionais” (WALLERSTEIN, 2004, p. 266). Os partidos socialistas e os sindicatos comporiam os movimentos sociais na perspectiva de acirramento das lutas de classes. Do outro lado, os movimentos nacionais tinham como preocupação a construção de Estados-nacionais em um primeiro momento, como, por exemplo, a construção do Estado italiano no século XIX. Com o processo de descolonização na segunda metade do século XX, na África e Ásia, a perspectiva tornou-se a superação do estágio colonial frente às Metrópoles.

Contudo, o aumento das contradições sistêmicas, com o surgimento de novos atores pós-coloniais, o aumento do questionamento das políticas públicas para a diminuição da pobreza nos países centrais e em subdesenvolvimento, o desencanto com o socialismo real por meio de sua burocratização ocasionaram o colapso dos movimentos sociais e nacionais nos anos 1960 (ARRIGHI, 1989). Com tal cenário, os movimentos nacionais e sociais, como eram organizados no século XIX, entraram em crise ao final da década de 1960.

O conhecido “Maio de 68”, que sacudiu o planeta a partir das universidades francesas, questionando a ordem vigente, deu início a um movimento que se espalhou pelo mundo. A então “bipolaridade”, que era o modelo de explicação ideológica para a realidade internacional, também foi questionada. Wallerstein denominou este movimento como a “revolução mundial de 1968”. Para ele, o ano seria o marco para o surgimento de um novo tipo de movimento antissistêmico (WALLERSTEIN, 2004, p. 271). O período “clássico” chegava ao fim, dando lugar a quatro tentativas de movimentos antissistêmicos: os “maoísmos” (1960-1970), os “novos” movimentos (verdes, ambientalistas, minorias étnicas e raciais), os movimentos dedicados aos direitos humanos e os movimentos antiglobalização (1990).

As contradições vividas pelo sistema-mundo capitalista desde o final do século XX estariam inseridas no atual período de “bifurcação e caos” (WALLERSTEIN, 2004, p. 276) verificado na atualidade, na esteira da crise sistêmica cada vez mais acentuada.

A desintegração da geocultura³ estadunidense desde os governos de George W. Bush (2001-2009) acentuou o papel beligerante da política externa e a imagem internacional do país. A prioridade dada ao Oriente Médio por Washington e a falência do neoliberalismo na década anterior possibilitaram à América Latina dar a sua guinada à esquerda⁴ e obter um relativo sucesso no campo econômico por meio do *boom petrolero* (2004-2008) e da alta demanda chinesa pelas *commodities* (2005-2011) latino-americanas, fato que diminuiu consideravelmente a influência dos EUA na região.

A eleição de Barack Obama (2009-2017) tentou recompor a imagem do país, mas a chegada de Donald Trump (2017) provocou mais estragos internacionais na já arranhada imagem dos EUA. Na América Latina, por sua vez, a luta pela superação do neoliberalismo e da pobreza por parte dos governos “progressistas”, desde o início do

³ “Ce terme, créé par analogie avec celui de géopolitique, désigne des normes et des pratiques discursives largement reconnues comme légitimes au sein d'un système-monde”. Wallerstein, I. Comprendre le monde - Introduction à l'analyse des systèmes-monde, Paris, La Découverte, p. 150, 2004.

⁴ Sobre o chamado “giro à esquerda” de vários países latino-americanos no início do século XXI e seu debate acadêmico, ver Soledad Stoessel (2014).

século XXI, demonstrou uma perspectiva antissistêmica em maior ou menor grau. Como já salientamos, a Venezuela conseguiu aprofundar um pouco mais tal perspectiva após a chegada de Hugo Chávez ao poder.

A atuação antissistêmica frente à conjuntura desfavorável

O projeto bolivariano já estava em declínio antes da morte de Hugo Chávez em 2013, tanto pela sua longevidade no poder e as contradições do chavismo, como pelo cenário econômico externo desfavorável. A saber: a queda do preço do barril do petróleo e a corrupção, bem como o fracasso bolivariano na condução da economia, por exemplo.

A gravidade da crise venezuelana tem levado alguns especialistas a fornecerem importantes análises sobre o atual cenário do país que foge do maniqueísmo ideológico tanto à direita como à esquerda. Apontaríamos dois trabalhos que clarificam a situação venezuelana pelo viés econômico: Manuel Sutherland (2018) classifica o bolivarianismo como uma variante do antigo rentismo petroleiro de Carlos André Pérez, que governou o país entre 1974 e 1979. Ao mesmo tempo, assinala que a economia venezuelana fez uma massiva transferência de renda para o capital importador e para a casta burocrático-militar (a chamada *boliburguesia*) por meio de importações fraudulentas para captar divisas a preços preferenciais.

Fabrice Andreani (2018, p. 57) analisa o autoritarismo bolivariano e a transformação do Socialismo do Século XXI como sendo o “melhor negócio do mundo” graças, segundo ele, ao tráfico de divisas vendidas pelo Estado à taxas preferenciais mediante a importações subfaturadas ou “fantasmas” de bens de consumo e intermediários, além de matérias-primas.

Ainda que Chávez tenha vencido sua terceira eleição em 2012, quando contou com 54,84% dos votos contra 44,55% obtidos pelo opositor Henrique Capriles em sufrágio cuja participação foi superior a 80% do eleitorado⁵, o resultado estava longe dos 62,84% obtidos pelo chavismo em 2006 ou mesmo dos 59,76% alcançados em 2000, ocasião em que o candidato opositor Francisco Arias Cárdenas somara apenas 37,52% dos votos válidos. À estreita vitória de Nicolás Maduro nas eleições presidenciais de 2013, quando o candidato chavista venceu com 50,66% dos votos frente aos 49,07% dos votos obtidos por Capriles — que pediu a recontagem total dos votos — se somaria o resultado das eleições municipais do mesmo ano. A vitória do Partido Socialista Unido da Venezuela (PSUV) e seus aliados não impediu que a opositora Mesa de la Unidad Democrática (MUD) obtivesse 76 dos 337 municípios em disputa, incluindo vários dos mais importantes do país, um aumento de 33,9% em comparação com os resultados do quadriênio anterior⁶. O cenário para o chavismo não é nada alentador no longo prazo, especialmente devido aos ataques da oposição, com apoio externo, e da grave crise social que o país vive.

⁵ El Mundo. *Hugo Chávez, reelegido presidente de Venezuela con el 54,42% de los votos*. Disponível em: <http://www.elmundo.es/america/2012/10/08/venezuela/1349662893.html>. Acesso em 26 de abril de 2018.

⁶ CNE. *Divulgación municipales 2013*. Disponível em: http://www.cne.gob.ve/resultado_municipal_2013/r/1/reg_000000.html. Acesso em 26 de abril de 2018.

Durante o que foi chamado de “onda vermelha”, em decorrência das eleições de “governos progressistas” (Argentina, Brasil, Uruguai, Equador, Bolívia etc.), a Venezuela contou com importante suporte ideológico de seus vizinhos. Com tal apoio, foi possível ao país manter o isolamento da oposição venezuelana, que só encontrava suporte em Washington e por parte da mídia conservadora regional. Vale lembrar que a própria oposição colaborou com o seu enfraquecimento por erros estratégicos como, por exemplo, a não participação nas eleições legislativas de 2005, o que permitiu ao chavismo obter o controle do Parlamento. A alegação da oposição venezuelana de “falta de garantias democráticas” para participar do pleito não encontrou eco nos organismos internacionais e representou um dos erros estratégicos mais importantes cometidos por ela.

Controlando politicamente o parlamento, Chávez desenvolveu o seu projeto bolivariano, assumindo um discurso antiamericano e anti-imperialista no Palácio Miraflores. No âmbito internacional, a diplomacia petroleira conquistou aliados e aumentou o *soft power* do país, tornando a Venezuela uma estrela internacional.

Durante o período em que comandou a Venezuela, Hugo Chávez se aproximou de países que estavam no espectro geopolítico oposto de Washington como forma de demarcar a sua oposição ao centro sistêmico geopolítico capitalista, principalmente no aspecto político-ideológico. Exemplo disso foi a criação, em 2004, da Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América – Tratado de Comércio dos Povos (ALBA-TCP), que consistia em um arranjo que promovia a integração e a cooperação com ênfase na dimensão social, especialmente na luta contra a pobreza e a exclusão social. A aliança, cujas origens se encontram no projeto de Socialismo do Século XXI chavista, se apresentava como uma alternativa às propostas de integração promovidas pelos Estados Unidos, como a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), e inovava não apenas por submeter a economia à política, mas também por reconduzir Cuba aos foros políticos da região.

À medida que processos eleitorais conduziam outras lideranças progressistas ao poder na América Latina, a ALBA-TCP se expandiu e passou a integrar também países como Bolívia (2006), Nicarágua (2007), Honduras (2008) e Equador (2009). Segundo De la Rosa (2012), três eram os elementos que orientavam esta aliança: i) um projeto pan-nacionalista de confederação política; ii) um projeto estatista de desenvolvimento a partir do modelo de industrialização por substituição de importações e iii) um internacionalismo altermundista, cujo objetivo era a construção de um mundo multipolar. Assim, “[...] las palabras ‘Alternativa’ y ‘ALBA’ introducen la idea de un proyecto de alteridad, de visión política y económica ‘alternativa’ – también se podría llamar heterodoxa – que nació al mismo tiempo que el movimiento antiglobalización, como una rama de su mismo tronco (p. 135)”.

Como atuar de maneira antissistêmica? Como diminuir a dependência dos centros econômicos centrais? Isso é possível?

Tal capacidade de “autonomia” frente às forças hegemônicas no capitalismo não é uma tarefa fácil. Ela depende de inúmeros fatores. Poderíamos apontar alguns: a

capacidade de produzir alta tecnologia, industrialização, recursos naturais abundantes e qualificados, capacidade militar e *soft power*.

A Venezuela tem o petróleo como principal recurso de elevado impacto internacional para garantir a sua possível autonomia no cenário regional ou mundial. Logicamente, isso, por si só, nunca permitiria uma atuação autônoma. Esse quadro não foi sequer atenuado durante o período em que Chávez esteve à frente do controle do país, uma vez que os esforços dirigidos desde a década de 1930 no sentido de promover a industrialização de um país que conta com uma das maiores reservas de petróleo do mundo fracassaram, em maior ou menor medida, condenando o país a uma situação de grande vulnerabilidade.

A dependência da renda do petróleo, a incipiente industrialização e a importação de praticamente tudo o que se consome na Venezuela nunca propiciaram ao país a independência frente aos centros sistêmicos econômicos internacionais. Contudo, Chávez atuou na dinamização da integração regional, ajudando na criação da ALBA-TCP, da União das Nações Sul-Americanas (UNASUL), da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) e na criação das “petros” na América Latina.

Ainda no âmbito internacional, a principal contradição verificada no projeto chavista foi manter a preponderância dos EUA como sócio comercial, já que este país permaneceu como seu principal comprador de petróleo cru. Ou seja, no âmbito comercial, o chavismo se manteve conservador e pragmático, destoando de sua atuação geopolítica, que foi nitidamente antiamericana.

O fato é que as atuais conjunturas regional (política) e comercial (o baixo preço do petróleo) não são promissoras para o governo Maduro. Contudo, a capacidade de resiliência do atual governo venezuelano é considerável, ainda que, como se viu em 2013, a vitória de Maduro contra Henrique Capriles tenha se dado com uma margem mínima, refletindo a recuperação por parte da oposição de um discurso com relativo apelo eleitoral.

Era evidente que a disputa através das vias institucionais estava garantindo à oposição uma progressiva melhora nos seus resultados e que devolviam a legitimidade interna e externa que a mesma perdera após a errática aposta nas vias extra institucionais entre 2002 e 2003. Ainda assim, frustrados com as derrotas sofridas dentro dos marcos democrático-liberais, a oposição venezuelana aproveitou-se da grave crise econômica e de segurança pública em que o país submergira a partir de 2013 — quando a inflação atingira 56,1%, a mais alta da América Latina⁷, a escassez de alimentos e medicamentos começava a atormentar a população e as taxas de homicídios atingiam níveis históricos — e promoveu, em 2014, uma série de atividades contra o governo que encontraram apoio em parte da população, na mídia oposicionista e em Washington.

Os protestos, inicialmente estudantis, eram parte de uma estratégia que ficaria conhecida como “La Salida”, e, à medida que cresciam e passavam a integrar diversos outros grupos sociais, refletindo a profunda polarização em que o país afundava,

⁷ El Tiempo. *Venezuela cierra el 2013 con una inflación de 56,1%*. Disponível em: <http://www.eltiempo.com/archivo/documento/CMS-13327019>. Acesso em 30 de abril de 2018.

reproduzia as tentativas de desestabilização que marcaram os anos 2002-2003 (RODRÍGUEZ, 2017). Enquanto os protestos, protagonizados especialmente pelos setores de classe média e classe média alta do país, aumentavam a visibilidade internacional da crise venezuelana, a oposição mais radical culpava ao governo pela crise econômica e de segurança e exigiam a demissão de Maduro como a única forma de resolvê-las (GAMBOA, 2016).

As imagens de repressão policial, somadas à prisão do opositor Leopoldo López sob a acusação de incitação à violência, contribuíram para o aprofundamento da crise e para o desgaste internacional da imagem do presidente recém-eleito. Ao mesmo tempo, a violência por parte de grupos paramilitares direitistas e a resistência da oposição a qualquer tipo de diálogo que não envolvesse a renúncia de Maduro levaram a violência social a tal nível que médicos cubanos passaram a sofrer ataques⁸ e diversas tentativas de assassinato contra o presidente foram denunciadas⁹. Assim, “O fato de as manifestações não serem inteiramente pacíficas e de parecerem pedir a demissão do Presidente afastou moderados e chavistas desiludidos, limitando a capacidade da comunidade internacional para intervir (GAMBOA, 2016, p.61)”.

Em 2015, a oposição passou a adotar uma estratégia que mesclava a disputa pelo poder dentro dos espaços institucionais com as constantes tentativas de desestabilização a partir das ruas. Como resultado, o chavismo sofreu a sua primeira grande derrota para a oposição na eleição para a Assembleia Nacional, quando a oposição havia logrado 67% dos assentos legislativos. O “antídoto” contra a oposição foi a utilização do Tribunal Supremo para, por meio de mecanismos jurídicos, anular a presença oposicionista e recuperar o controle do parlamento. Tudo isso sob protestos da oposição, que questionava a legalidade dos atos.

Animada com os resultados eleitorais, a oposição iniciou, em 2016, uma campanha para a realização de um novo *referendum* revogatório, desta vez contra Maduro, mas a não realização do mesmo desatou em uma nova onda de greves gerais e de protestos no país.

Em 2017, nas eleições para governadores, contrariando todas as expectativas, o chavismo conseguiu eleger 17 dos 23 governadores (perdendo nos estados de Anzoátegui, Mérida, Táchira, Nueva Esparta e Zulia), dando um novo fôlego ao governo de Nicolás Maduro frente a uma estupefata oposição que não consegue capitalizar a atual crise por que passa o país.

É importante ressaltar que a oposição venezuelana nem ao menos se aproxima a um bloco homogêneo e monolítico. Conformada por atores tão diversos como podem ser os meios de comunicação privados, parte da hierarquia da Igreja Católica, parcelas do movimento estudantil universitário, setores militares, organizações patronais como a

⁸ RT. *La oposición llama a echar de Venezuela a médicos cubanos que ayudan a los pobres*. Disponible en: <https://actualidad.rt.com/sociedad/view/133281-oposicion-venezuela-medicos-cuba-pobres>. Acceso en 26 de abril de 2018.

⁹ DW. *Nicolás Maduro: el omnipresente magnicidio*. Disponible em: <http://www.dw.com/es/nicol%C3%A1s-maduro-el-omnipresente-magnicidio/a-18278454>. Acceso em 26 de abril de 2018.

Fedecámaras e mesmo a Central de Trabajadores da Venezuela (CTV), a liderança desta frente oposicionista agrupada repousa sobre a complexa Mesa de Unidad Democrática (MUD) que conta com a Acción Democrática (AD), Primero Justicia (PJ) e Voluntad Popular (VP) entre os principais partidos. Em meio às disputas pela hegemonia interna e às dificuldades em conciliar as diversas oposições políticas, cada uma com sua própria lógica e relativa autonomia, a MUD não logrou encontrar a melhor fórmula para enfraquecer o “chavo-madurismo”. Mesmo a liderança de Henrique Capriles é constantemente questionada por opositores mais radicais, como Maria Corina Machado, Leopoldo López e Antonio Ledezma, que abertamente afirmam que a via eleitoral é inútil na Venezuela e que promovem o clima de desobediência civil que inunda o país (RODRÍGUEZ, 2017; GAMBOA, 2016). Ao contrário do que é comum acontecer, quando a direita sempre se mantém unida, a oposição venezuelana se fragmenta nas formas de atuação frente ao chavismo e sua versão renovada, o madurismo.

Logicamente que, sem uma unidade estratégica e sem o controle da máquina estatal do governo, criam-se mais dificuldades para a superação do chavismo na Venezuela. As tentativas de “retirada à força” do chavismo do poder por via das chamadas “guarimbas e trancazos”, com o uso da violência (bloqueio de rodovias e agressões a pessoas que possam se parecer com possíveis chavistas, saques, vandalismos), mais do que ganhar apoio, comprometem a imagem dos oposicionistas que, em muitos casos, não apoiaram tais atos de violência (SUTHERLAND, 2017).

Sendo assim, o governo de Maduro vem conseguindo se manter no poder, acentuando a militarização da sociedade e aumentando o controle do parlamento e do judiciário. Ainda que a suscetibilidade de instituições autônomas às decisões do governante ou a politização do judiciário estejam longe de ser exclusividades da Venezuela bolivariana, elas ressaltam as imperfeições do modelo democrático vigente no país e em diversas partes do mundo ocidental (GEHRE, 2017).

Ademais, a prolongação do conflito venezuelano há anos extrapolou as fronteiras nacionais e se converteu em uma questão regional, refletindo a divisão que fratura toda a América Latina. Exemplos disso foram a abrupta saída de Honduras da ALBA-TCP como uma das primeiras decisões do governo de fato presidido por Roberto Micheletti, imediatamente após o golpe de Estado sofrido por Manuel Zelaya em 2009 — mantendo, obviamente, a adesão do país à Petrocaribe, através da qual Honduras comprava petróleo venezuelano a crédito —, e a comitiva de oito senadores brasileiros, opositores ao governo de Dilma Rousseff, que viajou à Caracas em 2015 com o fim de pressionar ao presidente venezuelano quanto aos “presos políticos” e à data das eleições parlamentares.

A Venezuela tem aparecido, ainda, como um fantasma em diversos debates eleitorais realizados na região na última década, já que candidatos de perfil progressista são correntemente associados ao chavismo, ao bolivarianismo ou ao Socialismo do Século XXI, termos normalmente empregados com o fim de polarizar a disputa e de assustar o eleitorado.

O chavo-madurismo manterá a sua resiliência?

As medidas tomadas por Maduro para manter o controle da Venezuela tiveram êxito para alguns analistas e parece ter consolidado o seu poder até o presente momento (STRAKA, 2018), apesar da crise econômica que é uma das mais dramáticas da história contemporânea do país. A inflação, para 2017, em seu quarto ano consecutivo manteve-se como uma das maiores do mundo e alcançou a marca de 2.616%¹⁰. Em janeiro de 2018, atingiu 95,3%¹¹. Na esteira da inflação, seguem os dados negativos do déficit público, do risco-país e das reservas cambiais baixas. Tudo isso impactando sobre uma população que enfrenta a falta de produtos essenciais, bem como de serviços de saúde (idem). A própria onda imigratória para o Brasil e outros países vizinhos, que acontece desde 2017, é um sinal claro do colapso econômico e social venezuelano. Segundo Leonardo Vera (2018), entre 2015 e 2016, 10 milhões de pessoas ficaram abaixo da linha da pobreza. No último trimestre de 2017, o índice de preços teve uma taxa mensal de 62% e cerca de 80% dos lares encontrava-se em situação de pobreza em 2016.

O chavismo vem conseguindo resistir também à atuação do modelo *regime change* (mudança de regime) patrocinado por organizações “pró-democracia” como o International Republican Institute (IRI), National Endowment for Democracy (NED), Export of Democracy, Open Society Foundation e a Freedom House, por exemplo (PENNAFORTE, 2014). Em seu livro *A Segunda Guerra Fria*, Luiz Alberto Moniz Bandeira (2013) traz uma farta documentação sobre a participação das organizações não-governamentais na atuação política interna dos países. Ademais, na ocasião do esdrúxulo golpe de Estado contra Hugo Chávez, em 2002, os indícios de cumplicidade da administração dos Estados Unidos e de diversos países da União Europeia não se limitaram ao reconhecimento imediato que concederam ao “governo de transição democrática” presidido por Pedro Carmona, presidente da Fedecámaras (DE LA ROSA, 2012). Descartar isso de qualquer análise sobre o atual momento político venezuelano seria, no mínimo, uma “impostura intelectual”.

A Venezuela de Nicolás Maduro resiste também ao isolamento político de parte de alguns governos da América do Sul e, especialmente, do Mercosul. Se, no auge do conflito com a oposição, a Venezuela contava com o respaldo de seus aliados hemisféricos — o que se traduzira na Declaração n.51 do Conselho Permanente da Organização dos Estados Americanos (OEA), quando este organismo manifestara sua solidariedade ao povo e ao governo da Venezuela, assim como afirmava o respeito ao princípio da não intervenção em assuntos internos dos Estados membros¹², ou como na resolução de 2014¹³ do Conselho de Ministras e Ministros de Relações Exteriores da UNASUL, que respaldava os esforços do governo venezuelano no sentido de promover o diálogo com os grupos opositores —, este apoio deu lugar às acusações de violação de direitos humanos e de interrupção da ordem democrática. Em relatório apresentado pela

¹⁰ El Nacional, 08/01/2018.

¹¹ El Tiempo, 01/02/2018.

¹² OEA. *Solidaridad y respaldo a la institucionalidad democrática, al diálogo y a la paz en la República Bolivariana de Venezuela*. Disponível em: <http://www.oas.org/consejo/sp/resoluciones/dec51.asp>. Acesso em 30 de abril de 2018.

¹³ UNASUL. Disponível em: <http://cancilleria.gob.ec/wp-content/uploads/2014/03/RESOLUCI%C3%93N-UNASUR-MARZO-2014.pdf>. Acesso em 30 de abril de 2018.

Corte Interamericana de Direitos Humanos, pouco depois de que a Venezuela anunciasse o seu desejo de abandonar a OEA, afirma-se que:

En ese contexto, el Presidente Nicolás Maduro convocó a una Asamblea Nacional Constituyente (ANC), criticada tanto en su origen y conformación, como en las medidas que tomó una vez instalada, las cuales excedieron su naturaleza y violaron el principio de separación de poderes. [...] En Venezuela, quienes disienten con el Gobierno sufren serias represalias, como se constata en las frecuentes detenciones y destituciones a alcaldes, gobernadores, diputados y opositores en general. Entre los casos emblemáticos, la CIDH destaca los preocupantes actos cometidos contra Henrique Capriles, Antonio Ledezma y Leopoldo López (OEA, 2017, p.18-19).

A UNASUL, por sua vez, após ter liderado a promoção do diálogo entre o governo de Maduro e a oposição venezuelana ao longo do período em que o ex-presidente colombiano Ernesto Samper ocupou seu posto de Secretário-Geral (2014-2017) terminou por abandonar tais esforços. Submergida em sua própria crise, a instituição, não contando nem ao menos com o consenso necessário para que o substituto de Samper seja designado, perdeu a capacidade de mediar os conflitos políticos na região e assiste agora ao abandono temporário do bloco por parte de países como Brasil, Argentina, Paraguai e Chile.

No âmbito do Mercosul, a situação da Venezuela é ainda mais dramática. Depois de uma admissão tumultuada e que só fora possível devido à suspensão do Paraguai após o golpe parlamentar sofrido pelo então presidente Fernando Lugo, a Venezuela assistiu a uma mudança completa na correlação de forças no Cone Sul. Mauricio Macri, que venceu as eleições presidenciais de 2015 na Argentina, afirma que a Venezuela se converteu em uma ditadura e que não irá reconhecer o resultado das eleições previstas para maio de 2018 no país vizinho, ademais de advogar em suas reuniões bilaterais a favor de novas sanções contra a Venezuela¹⁴.

No Brasil, por sua vez, o *impeachment* de Dilma Rousseff levou ao poder o seu vice, Michel Temer, quem prometia a “desideologização” da diplomacia brasileira, mas indicou ao cargo de chanceler José Serra, senador do Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB) e crítico contumaz da política externa petista. Ainda em sua posse como ministro, Serra apresentou o que seriam as novas diretrizes da política externa brasileira, afirmando que a mesma passaria a refletir os valores e interesses econômicos nacionais, não mais estando a serviço “das conveniências e preferências ideológicas de um partido político e seus aliados no exterior”¹⁵. Além disso, o atual Ministro de Relações Exteriores do Brasil, Aloysio Nunes (PSDB), havia integrado a caravana de senadores que viajara à Venezuela em 2015, conforme comentado anteriormente. Assim, a Venezuela, que já havia sido suspensa do Mercosul em 2016, sob a acusação de

¹⁴ La Nación. *Mauricio Macri dijo que la Argentina “no va a reconocer” las próximas elecciones presidenciales en Venezuela*. Disponível em: <https://www.lanacion.com.ar/2104367-mauricio-macri-dijo-que-argentina-no-va-a-reconocer-las-proximas-elecciones-presidenciales-en-venezuela>. Acesso em 30/04/2018.

¹⁵ MRE. *Discurso do ministro José Serra por ocasião da cerimônia de transmissão do cargo de ministro das Relações Exteriores*. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/ministro-das-relacoes-exteriores-discursos/14038-discurso-do-ministro-jose-serra-por-ocasio-da-cerimonia-de-transmissao-do-cargo-de-ministro-de-estado-das-relacoes-exteriores-brasil-18-de-maio-de-2016>. Acesso em 30/04/2018.

descumprir com as obrigações assumidas ao aderir ao bloco em 2012, foi novamente sancionada, desta vez por “ruptura da ordem democrática”.

Outra frente que Maduro enfrenta é a administração Donald Trump e da União Europeia (UE), que promovem sanções econômicas contra o país. Historicamente, tais sanções nunca alcançam os seus objetivos, pelo contrário, justificam o endurecimento dos regimes, oferecendo-lhes fôlego e justificativa para a “união contra o inimigo externo”. Tokatlian (2017), lembrando a Guerra Fria e a Revolução Cubana, assinala que:

América Latina ya ha conocido en los años 60, y por décadas, lo que sucedió después de la Revolución Cubana. La mezcla de plegamiento a Washington en su política de cercamiento, aislamiento y punición de La Habana y la ausencia de una mínima concertación regional pragmática para evitar cortar puentes con Fidel Castro tuvo consecuencias lamentables para la región. Se «continentalizó» definitivamente la Guerra Fría y se contribuyó a exacerbar clivajes internos en cada país como reflejo de ello; esa combinación fue nefasta para el bienestar, la estabilidad y la autonomía de las naciones latinoamericanas. Sin duda, aquella experiencia debe haber dejado algunas lecciones.

A ausência, até o presente momento, de uma saída negociada que permita a Venezuela superar o atual estrangulamento político e econômico em que se encontra, assim como o aparente desejo da comunidade internacional de trabalhar contra a resolução do conflito no país (GEHRE, 2017), são os principais problemas verificados.

A vitória nas eleições presidenciais de maio de 2018 vai manter Nicolás Maduro no poder até 2025. Sua vitória ocorreu em meio a uma abstenção de 52%, enquanto que as eleições presidenciais anteriores apresentaram níveis de abstenção um pouco acima dos 20%. O opositor Henri Falcón – ex-chavista e ex-governador do estado de Lara que tem como principal proposta de campanha a dolarização da economia venezuelana –, que alcançou os 21% dos votos em meio ao boicote de boa parte da oposição Venezuelana, denunciou inúmeras irregularidades durante o pleito e não reconheceu o resultado.

Da mesma forma, o chamado Grupo Lima¹⁶ afirmou não reconhecer a legitimidade da vitória de Maduro, enquanto que Argentina e União Europeia já anunciavam o mesmo posicionamento antes mesmo de que a eleição ocorresse. Também ignorando as recomendações dos observadores internacionais – entre eles, o ex-primeiro ministro espanhol José Luis Zapatero –, os ministros de relações exteriores da Argentina, Chile, México, Austrália, Canadá e Estados Unidos aproveitaram a ocasião da reunião dos ministros do G-20 em Buenos Aires para apresentar a “Declaração sobre a Venezuela”¹⁷, documento em que qualificavam a eleição presidencial venezuelana como “ilegítima” e “inconstitucional”, uma vez que foi convocada por um presidente que não tem legitimidade e por uma assembleia constituinte ilegítima. O documento recomendou, ainda, a adoção de novas sanções econômicas contra a Venezuela.

¹⁶ Grupo criado em 08/08/2017 na capital peruana, Lima, para facilitar a resolução da crise política venezuelana com a participação da Argentina, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Guatemala, Honduras, México, Panamá, Paraguai e Peru.

¹⁷ Reuters. *Six countries at G20 meeting reject Venezuela election result*. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/us-argentina-g20-venezuela/six-countries-at-g20-meeting-reject-venezuela-election-result-idUSKCN1IM211>. Acesso em 28 de maio de 2018.

O sonho da oposição, pelo menos de parte dela, de erradicar o chavismo do cenário político, talvez seja o principal obstáculo para que se encontre uma saída negociada. A radicalização para uma tradicional saída via *coup d'état* não parece ser a melhor opção.

À Guisa de Conclusão

A julgar pelo apoio de Maduro encontrado nas Forças Armadas¹⁸, principalmente, e as manobras político-judiciais, bem como mais uma vitória eleitoral, o “chavo-madurismo” encontrou fôlego momentaneamente para tentar se manter no poder até 2025, apesar do isolamento em que se encontra e que só não é maior devido ao apoio que o governo de Maduro ainda recebe de seus sócios da ALBA-TCP e das tentativas de mediação promovidas pela Colômbia e Uruguai. No entanto, a enorme abstenção observada nestas eleições, a decisão por parte do principal grupo opositor, a MUD, de seguir apostando em ações extra instituições como forma de chegar ao poder – especialmente na corrosão da imagem do país no exterior – e a militância do Grupo de Lima contribuem para que o isolamento da Venezuela se aprofunde ainda mais.

Um aspecto importante é ter em mente que o chavismo não é monolítico, como podem pensar os mais desavisados. E Nicolás Maduro também não é uma unanimidade no chavismo (STRAKA, 2018). As excessivas pressões internas e externas exercidas atualmente sobre o governo de Maduro têm levado ao surgimento de grupos dissidentes dentro da base governista, alguns deles inclusive flertando com a alternativa de afastamento do presidente do poder (GEHRE, 2017). Além disso, o suporte logístico e econômico oferecido pelos Estados Unidos e União Europeia à oposição, paralelamente ao suporte cubano com inteligência, parece materializar em território venezuelano o espírito da Guerra Fria em pleno século XXI.

É neste sentido que, como recorda Gehre (2017), a comunidade internacional e, principalmente, os países vizinhos da América do Sul, ao apoiarem as forças que pressionam por uma mudança de regime, são em grande parte responsáveis pelo agravamento da crise e pelo recrudescimento da violência na Venezuela (TOKATLIAN, 2018).

Sem dúvida alguma, o que está em jogo na Venezuela transcende as análises simplistas que observamos na grande mídia continental. A saída para o *imbroglio* venezuelano passa inevitavelmente pela negociação com o chavo-madurismo e não por sua superação via as tradicionais fórmulas do Departamento de Estados dos EUA dos anos 1960. Pelo menos no curto prazo.

Enquanto a oposição ou pelo menos parte dela defender a “erradicação” do chavismo a qualquer custo e sem um projeto que seja alternativo e factível sob o ponto de vista político, a Venezuela continuará refém de sua maior crise social, econômica e política dos últimos tempos.

¹⁸ Em seu livro *Venezuela: povo e Forças Armadas* (2007), Izaías Almada traz importantes análises para a compreensão do papel dos militares dentro do projeto bolivariano chavista. O que se verifica na atualidade é simplesmente a colocação em prática do projeto elaborado por Hugo Chávez para a integração “Forças Armadas/povo” por Maduro.

Bibliografia

- ALMADA, Izaías. *Venezuela: povo e Forças Armadas*. São Paulo, Editora Caros Amigos, 2007.
- Andreani, Fabrice. Las vías enmarañadas del autoritarismo bolivariano. *Nueva Sociedad*. Democracia e Política en América Latina, marzo-abril de 2018, N° 44-58. <<http://nuso.org/articulo/las-vias-enmaranadas-del-autoritarismo-bolivariano/>> Acesso em 15/05/2018.
- ARRIGHI, Giovanni et alli. *Antisystemics movements*. New York: Verso, 1989.
- DE LA ROSA, Francisco J. U. La Alianza Bolivariana para las Américas – Tratado de Comercio de los Pueblos (ALBA-TCP): análisis de un proyecto de integración regional latinoamericana con una fuerte dimensión altermundista. *Estudios Políticos*, n.25, jan-abr. 2012, pp.131-170.
- GAMBOA, Laura. Venezuela: aprofundamento do autoritarismo ou transição para a democracia? *Relações Internacionais*, n.52, dez.2016, pp.55-66.
- GEHRE, Thiago. O retrato da Venezuela no século XXI: crise e desesperança. *Mundorama*, jul-2017. Disponível em: <<https://www.mundorama.net/?p=23790>>. Acesso em 30/04/2018.
- GRASMCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileiro, 2002.
- MARINGONI, Gilberto. *A Revolução Venezuelana*. São Paulo, EDUSP, 2004.
- Instituto americano CEPR, Washington. Relatório “*A Economia Venezuelana nos anos de Chávez*”.
- OEA (CIDH). *Institucionalidad democrática, Estado de derecho y derechos humanos em Venezuela – Informe de país*. Dez. 2017. Disponível em: <http://www.oas.org/es/cidh/informes/pdfs/Venezuela2018-es.pdf>. Acesso em 30 /04/2018.
- OLIVEIRA, Renata P. *Velhos fundamentos, novas estratégias? Petróleo, Democracia e a Política Externa de Hugo Chávez (1999-2010)*. Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, p. 24, 2010.
- PENNAFORTE, Charles. Venezuela: dificuldades e contradições para a atuação antissistêmica. *Cadernos PROLAM/USP*, [S.l.], v. 13, n. 24, p. 125-136, dec. 2014. Disponível em:<<https://www.revistas.usp.br/prolam/article/view/88785>>. Acesso em: 01 may 2018. doi:<http://dx.doi.org/10.11606/issn.1676-6288.prolam.2014.88785>.
- _____. *Movimentos Antissistêmicos no Sistema-Mundo Contemporâneo: o caso venezuelano*. Rio de janeiro, Cenegri Edições, 2013.
- RODRÍGUEZ, William E. La oposición venezolana: entre elecciones y desestabilización. *UH*, n.283, jan-jun.2017, pp.29-43.
- STOESSEL, Soledad. Giro a la izquierda en la América Latina del siglo XXI. Revisitando los debates académicos. *Polis, Revista Latinoamericana*, v.13, nº 39, 2014, p. 123-149.
- STRAKA, Tomás. [¿Hasta siempre, Comandante?](#) *Nueva Sociedad*. Marzo 2018. Disponível em: <<http://nuso.org/articulo/hasta-siempre-comandante-straka/>> Acesso em 10/05/2018.
- SUTHERLAND, Manuel. [Venezuela sin fondo... y sin alternativas](#). *Nueva Sociedad*. Diciembre 2017. Disponível em: <<http://nuso.org/articulo/venezuela-sin-fondo-y-sin-alternativas/>> Acesso 12/04/2018.
- TOKATLIAN, Juan Gabriel. América Latina frente a Venezuela. *Nueva Sociedad*. Agosto 2017. Disponível em:<<http://nuso.org/articulo/america-latina-frente-venezuela/>> Acesso em 05/04/2018

VERA, Leonardo. ¿Cómo explicar la catástrofe económica venezolana? *Revista Nueva Sociedad*, n. 274, marzo-abril de 2018, pp. 83-96. Disponível em: <http://nuso.org/media/articles/downloads/5.TC_Vera_274.pdf> Acesso em 15/06/2018.

WALLERSTEIN, Immanuel. *O Declínio do Poder Americano*. Rio de Janeiro, Contraponto, p. 266, 2004.

A BOLÍVIA FRENTE AO DILEMA DO AVANÇO DOS PROCESSOS DEMOCRÁTICOS NO SÉCULO XXI: A ANTINOMIA UNIVERSALISMO E PARTICULARISMO

Douglas Campanini Maciel*

Resumo: O presente artigo propõe uma análise dos avanços dos processos democráticos na Bolívia a partir da ascensão do MAS (Movimientos al Socialismo) ao poder de Estado a partir de 2006, a despeito dos limites impostos a esse processo pela própria lógica hierárquica da economia-mundo capitalista. Procura-se demonstrar que a ascensão do MAS no ano de 2006, ao centro do poder estatal, representou um *momento constitutivo* da nação boliviana que reflete uma mudança substancial nas relações de poder entre Estado e sociedade civil – a qual já vinha desenhando-se desde a Revolução nacional de abril de 1952 com o prelúdio da incorporação das massas indígena-camponesas à sociedade nacional de forma mais orgânica. Na aurora do século XXI, essas mudanças seriam materializadas na refundação do Estado nacional em bases plurinacionais e no aumento do grau de nacionalização e democratização dessa sociedade ao reconhecer, de forma terminante, a diversidade dos povos originários como parte do corpo da nação. O estado das artes do Estado nacional boliviano, a partir dos anos 2000, seria, assim, a *resultante de longa duração* de uma mudança qualitativa na relação entre Estado e sociedade civil, em que as novas forças sociais expressas pela *autodeterminação das massas* indígenas cumpririam um papel protagonista no avanço dos processos de democratização e nacionalização dessa sociedade, conferindo à Bolívia especificidades no quadro mais geral da periferia latino-americana. O fio condutor dessa análise é a passagem de um *Estado aparente* a um *Estado plurinacional* que, no decorrer dessas transformações, exporia as tensões seculares ainda permanentes entre colonizadores e colonizados, germinadas temporalmente e espacialmente no bojo da expansão da *economia-mundo europeia* (EMC), ao final do século XV, em direção às Américas.

Palavras-chave: Economia-mundo capitalista; Colonialidade do poder; Sociedade abigarrada; Estado aparente; autodeterminação das massas.

Antecedentes históricos dos governos Evo Morales (1985-2006)

Para analisarmos os anos de governo Evo Morales (2006-2017) no que tange aos avanços dos processos democráticos e seus limites estruturais, dados pela lógica hierárquica imposta pela economia-mundo capitalista entre os Estados nacionais é necessário retrocedermos brevemente ao início do período neoliberal na Bolívia, desencadeado a partir de 1985. Podemos dizer, de forma resumida, que as décadas de 1980 e 1990 produziram impactos em dois sentidos. Elas findavam com os anos ditatoriais trazendo de volta as liberdades civis e políticas, ao mesmo tempo em que demarcavam a implementação de reformas econômicas de cunho neoliberal. Essas reformas, como veremos, terão consequências severas nas condições de vida da grande massa empobrecida da sociedade boliviana e na desarticulação da COB (Central Obrera Boliviana) como principal organismo histórico de mobilização social.

* Doutor em Economia Política internacional (PEPI) pela Universidade federal do Rio de Janeiro.

Esse dismantelamento das estruturas sindicais foi a porta de entrada para hegemonizar o pensamento (*neo*)liberal que pautaria de forma monopólica as visões de mundo dominantes, baseadas fundamentalmente na ideologia do livre mercado. A força que adquiri os partidos de direita, nesta periodicidade (1980-1990), contrastava com a fraqueza descomunal dos sindicatos e dos partidos de esquerda. Desde logo, as disputas políticas entre os partidos de direita como o MNR e ADN, além dos convertidos à direita, como o MIR de Paz Zamora, giraram em torno de meras disputas por poder, sem que houvesse diferenças ideológicas substanciais entre eles.

Não havia, portanto, diferenciações quanto ao tipo de política a ser aplicada pelos partidos. O que de fato havia eram posições, mais ou menos ortodoxas, quanto à forma de aplicação do neoliberalismo. Eram partidos ligados visceralmente aos setores burgueses da sociedade boliviana que se alternariam no poder entre 1985 e 2004 sob o manto da consolidação de uma aparente democracia moderna¹ que, como ressalta Andrade (2012), “excluía os setores populares, indígenas e operários, através da organização [centralizadora] de coalização parlamentares e governamentais”. (Andrade, 2012, p. 31). Como consequência se estabeleceu uma situação social onde persistia o baixo nível salarial, altas taxas de desemprego (acima dos 10%) e uma explosão da economia informal nas grandes cidades. Abaixo seguem indicadores de nível salarial e taxa de desemprego nos anos de Paz Estenssoro tendo como base o ano de 1980.

Ano	Salários (1980 =100)	% Desemprego
1985	18,4	9,0
1986	17,1	10,2
1987	19,8	10,2
1988	20,9	11,5
1989	17,3	10,2

Tabela 4: Fonte: INE e Banco Central (apud, Mesa, 1999, p. 706).

Em suma, a partir de 1985 se produziria um ciclo de desgaste irreversível do movimento operário e da COB em função das políticas neoliberais e que teria continuidade no governo de Jaime Paz Zamora (1989-1993), do MIR (Movimiento de Izquierda Revolucionário). É importante ressaltar que nos primeiros anos de reabertura democrática (1978-1982), o MIR esteve alinhado a uma postura à esquerda pela história de fundação do partido e pelo apoio à UDP de Siles Zuazo que congregava os partidos de esquerda. No entanto, ao ser eleito em 1989, via parlamento, daria um giro total à direita aprofundando ainda mais as políticas de corte neoliberal.

Gonzalo Sanchez de Lozada (1993-1997) do MNR seria o próximo governante eleito após os anos Paz Zamora, mas para assumir o poder precisou se apoiar nos “*kataristas nas zonas rurais oferecendo a vice-presidência a um de seus líderes, Victor Hugo Cárdenas*” (Klein, 2016, p. 334). Esse fato já demonstrava a força que adquiria os partidos de rosto índio a partir dessa conjuntura para as pretensões dos partidos tradicionais que buscavam manterem-se no poder. Trata-se, portanto, de um governo que, devido às suas ambiguidades, essencialmente na dimensão política, é de suma importância para compreendermos a aparição de novos partidos políticos e, especialmente, de partidos indígenas, como o MAS (Movimiento al Socialismo), fundado no ano de 1995.

¹ Entre 1985 e 2005 todos os candidatos que conquistaram o poder, o conquistaram de forma indireta por não obterem uma maioria nas urnas que lhes possibilitasse não depender das votações indiretas no Congresso para assumirem o poder. Ao fim e ao cabo todas as decisões foram pós-eleitorais e eram decididas entre MNR, MIR e ADN. (Texto do autor).

Antes de nos aprofundarmos na dimensão política desse governo temos que, na dimensão econômica, tratou-se de um governo como os anteriores ao consolidar e ampliar ainda mais as políticas de corte neoliberal. Sua principal medida nesta direção foi aplicação da “*Lei de Capitalização*” de empresas estatais dos setores de gás e petróleo as quais começavam a tornarem-se cada vez mais importantes nas pautas de exportação boliviana. É verdade que a partir dessa lei houve um incremento no nível de emprego nos setores de gás e petróleo, mas seus impactos para a grande maioria da sociedade ainda foram muito aquém das necessidades de diminuição da pobreza e da desigualdade social. A Bolívia continuava a ser o país mais pobre da América Latina. (Santaella, 2013, p. 46).

Do lado da dimensão política temos que no ano de 1994 foi aprovada a “*Lei de Participação Popular*” (LPP) que *descentralizava* as decisões federais para regiões e municípios. Essa descentralização era o que propiciaria, de forma ambígua, que novos partidos políticos, dentre eles os partidos indígenas, comessem a se formar e se fortalecer regionalmente e, posteriormente, nacionalmente. A aprovação da LPP traz, portanto, algumas ambiguidades visto que foi implantada em plena era neoliberal por meio de uma reforma constitucional que modificava o texto do artigo 1º da Constituição ao registrar, que pela primeira vez na história das constituições bolivianas adicionava os termos “*multiétnica*” e “*plurinacional*” na caracterização da Bolívia enquanto Estado nacional.

Também, modificava-se o texto constitucional nos artigos 170 reconhecendo pela primeira vez direitos sociais e econômicos relativos às terras originárias de comunidades indígenas. Os artigos 109 e 100 também foram modificados, tornando *possível que as comunidades indígenas se fortalecessem em termos regionais*.

Tendo como primeiro vice-presidente da história boliviana o indígena Víctor Hugo Cárdenas, uma das lideranças do MRTK, fato que gerou divisões no seio desse partido de origem indígena fundado em 1978, dado seu alinhamento com um partido da ordem, poderíamos concluir que o governo de Sanches de Lozada, ao menos na dimensão política, fosse um governo distinto dos anteriores, devido à suas reformas constitucionais que recolocava a “*questão indígena*” no centro do debate político do país. Vejamos essa questão da LPP com mais profundidade.

As ambiguidades sobre a LPP estavam balizadas em termos mais gerais em dois posicionamentos contraditórios em relação à questão indígena:

- (1) *a lei, ao sustentar que a Bolívia é um país multiétnico e plurinacional, poderia levar a movimentos separatistas entre os bolivianos e mesmo à desapareção da Bolívia enquanto Estado nacional;*
- (2) *a lei tratava de um reconhecimento histórico de que na Bolívia habitavam secularmente várias etnias/nações, e que esse fato de forma alguma seria uma barreira à construção de um projeto comum de nação que tivesse na diversidade sua unidade.*

Para pensarmos as ambiguidades em torno da LPP é preciso nos afastar brevemente da história nacional boliviana. Desde logo, entendemos que essas ambiguidades surgidas no seio da sociedade dessa sociedade tratam-se, em termos gerais, da problemática inerente ao próprio desenvolvimento do moderno sistema mundial, refletida na antinomia *universalismo (liberalismo e meritocracia)* e *particularismo (racismo e sexismo)* que foi, sem dúvida, uma problemática central da civilização *capitalista* desde seu início, no século XVI.

Logicamente, essa *antinomia entre universalismo-particularismo* que visava a um adequado funcionamento do sistema-mundo de forma a manter as exigências de acumulação incessante de capital, evidenciava que por mais que se afirmasse a

necessidade última de homogeneização cultural e universalizante no seio dos Estados modernos, foi a própria *antinomia entre universalismo e particularismo* que moldaria a EMC no que tange aos processos de acumulação incessante de capital e à criação de hierarquias sociais baseadas em divisões sociais racistas e sexistas.

Portanto, essa *antinomia*, aparentemente oposta, entre universalismo e particularismo, tratou-se da *quintessência* da civilização capitalista no sentido de *domar* suas contradições. Como explica Wallerstein (1997), o universalismo implica homogeneização moral da humanidade. “*Não é apenas a afirmação de que todas as pessoas têm os mesmos direitos e deveres, mas também a afirmação de que há universais no comportamento humano que podemos determinar e analisar*”. Já o racismo-sexismo trata-se do oposto, ou seja, de que as pessoas não têm os mesmos direitos humanos, “*mas que estão ordenadas mediante hierarquias biológicas ou culturalmente definitivas*” (Wallerstein, 1997, p. 83). Dessa forma, o universalismo explicaria e justificaria o melhoramento da situação das “minorias”, enquanto o racismo-sexismo explicaria e justificaria a piora das “maiorias”. Nas palavras de Wallerstein (1997):

O modo em que cada uma dessas práticas contém a outra é o que sempre fez possível usar uma contra a outra: **usar o racismo-sexismo para impedir que o universalismo avance demasiadamente em direção ao igualitarismo; e usar o universalismo para impedir que o racismo-sexismo avance demasiadamente em direção a um sistema de castas que inibiria a mobilidade da força de trabalho, que tão necessária é para o processo de acumulação capitalista.** Isso é o que se queria dizer com o processo **ziguizagueante**. (Wallerstein, 1997, p. 84-85, tradução livre) Grifos nossos.

Pela perspectiva de análise de Wallerstein (1997), ao longo do processo de formação da EMC concomitantemente aos Estados nacionais, quando a força das **identidades étnicas** persistiu no tempo e no espaço das territorialidades nacionais, elas foram paulatinamente forçando as instituições “universais” do Estado liberal para que as incorporassem sem que elas perdessem necessariamente seus *rasgos* culturais (língua comum, formas de sociabilidades, etc.) Wallerstein (1997, 2005).

Esse processo levou a um aumento no seio dos Estados nacionais do **grau de democratização e nacionalização das relações entre Estado e sociedade civil** e, ao mesmo tempo, representou **um subterfúgio dos Estados, pretensamente nacionais, para domar essa diversidade de identidades/nações/grupos étnicos de forma a não desagregar-se enquanto Estado nacional**. No caso do Estado nacional boliviano essas identidades nunca deixaram de existir devido às especificidades históricas do processo colonizador. Esse processo leva a uma tensão na direção de aprofundar os processos de democratização e nacionalização da sociedade boliviana, fosse na forma de movimentos proletários de rosto índio, fosse na forma de movimentos indígena-camponeses, ou mesmo na fusão entre ambos como ocorreria nos movimentos das massas em ação de novembro de 1979.

Essa tem sido uma disputa central no processo contraditório de formação e expansão da EMC, de suas complexas relações entre os Estados e dentro deles. O próprio conceito de Estado-nação, ou seja, de transformar a população existente em suas fronteiras em uma nação culturalmente homogênea tratou-se, ao longo do processo de formação do sistema-mundo moderno, essencialmente após a Revolução Francesa, de uma das funções primordiais de cada Estado para exercer sua autoridade de forma legítimo-soberana perante o “seu povo” e perante os outros Estados nacionais, e, em última instância, de um Estado hegemônico perante o sistema interestatal.

Feito esse parênteses, podemos afirmar que a Lei de Participação Popular orquestrada em pleno governo neoliberal de Sanches de Lozada é a expressão dessa

antinomia entre universalismo e particularismo no seio da economia-mundo capitalista e, por conseguinte, no seio do próprio Estado nacional boliviano. A LPP, ao mesmo tempo em que busca modificar a Constituição de forma a incorporar os povos indígenas dentro das formas liberais de estado, o faz como forma de conter essas identidades dentro dos marcos “universais” do liberalismo. Não obstante, o fato de este processo ser, digamos *absorvido* pelo Estado em suas formas liberais, não significou que as relações entre Estado e sociedade civil não estivessem avançando num sentido mais democratizante e nacionalizante da sociedade boliviana. Ao mesmo é desta forma que interpretamos o pensamento de Wallerstein (1997) quanto ao que classifica de *movimento ziguezagueante entre universalismo e particularismo*.

Nos estudos de Gonzalo Rojas e Xavier Albó (1995) realizados um ano depois de promulgada a LPP, eles já antecipavam que “o reconhecimento das organizações tradicionais dos povos e comunidades indígenas, ayllus, cabildos, sindicatos, etc., como sujeitos de participação, incrementaria o interesse, a participação e a afirmação campesina e indígena” (Ballivián, 2012 p. 116). Já em 1995 seus estudos mostravam que um terço das autoridades municipais se autodefiniam como indígenas. Em 1999, na continuação desses estudos era possível verificar que dois terços dessas autoridades se autodefiniam como indígenas e, em 2004, quatro de cada cinco prefeitos se incluíam na categoria de indígena.

O espaço aberto pela LPP, ao passo em que pode ser visto como um processo de cooptação das organizações indígenas dentro das instituições universais do Estado liberal, por outro lado, como um *bumerangue* se voltava contra essa instituição dada as especificidades de um país de maioria indígena. Produzia-se, ainda que não fosse aspirado pelo Estado liberal em suas formas aparentes neoliberais, o aumento da presença indígena nos órgãos de poder municipal, o que fez com que houvesse uma retomada do **valor territorial das terras indígenas em seu formato comunitário, principalmente nas zonas rurais**.

Esse processo é descrito por Moira Zuazo (2012) com uma *“ruralização da política”* por reforçar as características comunitais das comunidades indígenas. Diferentemente do processo revolucionário de 1952, que buscava criar uma nação moderna através da *imposição da mestiçagem como característica unificadora e universal* da sociedade boliviana, *borrando as diversidades identitárias dos povos originários*, a LPP, devido às suas contradições – (que é um vestígio das próprias contradições da EMC a partir de 1968 ao adentrar em um estágio de bifurcação histórica em que a ideologia liberal entra em crise segundo Wallerstein) – expandia a política em termos regionais e identitário, permitindo que as comunidades indígenas pudessem controlar seus territórios de forma muito mais autônoma, ou seja, sem o imperativo de extinguir seus rasgos culturais perante as formas universalizantes do Estado liberal.

Como explica Herbert Klein (2016), foi a partir da LPP que se pode verificar um aumento brutal do número de municípios bolivianos. A LPP criava no país a partir de 1994, 311 novos municípios e lhes outorgava autoridades executivas e legislativas. Segundo Moreno (2012), se inicia um processo de transferências aos governos municipais de 20 % dos recursos de coparticipação tributária (Moreno, 2012, p. 382). Ainda segundo Moreno, antes de 1994 o governo municipal só estava presente nas 40 maiores cidades do país, sendo que no resto do território nacional não havia municipalidades e os líderes designados pelo governo para administrar essas áreas não eram eleitos democraticamente. Segundo Klein, entre 1994 e 1997, 13.827 novas “organizações territoriais, desde comitês urbanos de vizinhos a sindicatos camponeses” foram instituídas dentro da legalidade. (Klein, p. 335).

Esse processo vai gerando uma crise da democracia até então pactuada entre os partidos tradicionais (MNR, ADN e MIR) que tinham até então domínio pleno sobre as regiões. Esse câmbio de legitimidades faria com que esses partidos tivessem que readaptar suas estruturas que historicamente caracterizavam-se por serem centralizadoras e hierárquicas em relação às regiões. Fez-se notória a dificuldade dos partidos tradicionais para se adaptarem ao processo de descentralização política. É isso que significa “*a volta do bumerangue*”. No bojo dessas contradições, surgem, com já dissemos, novos partidos políticos, a exemplo do *Movimiento sin Miedo* (MSN) e a *Nueva Fuerza Republicana* (NFR) em Cochabamba. O MAS também é fruto desse processo e surge da aliança entre ASP (Assembleia por La Soberania de los Pueblos) e a Izquierda Unida (IU). Essa união levaria à vitória dos primeiros conselheiros do MAS em várias municipalidades do Chapare. No ano de 1997, novamente essa união concretizar-se-ia na eleição de quatro deputados uninominais² entre eles, Evo Morales.

Desde logo, os partidos que obtiveram um crescimento eleitoral significativo entre 1999 e 2004, foram os que nasceram nas localidades/municipalidades, em contraposição ao enfraquecimento dos partidos tradicionais. O NRF, criado em Cochabamba em 1995 por Manfred Reyes Villa era uma dissidência regionalista da ADN do ex-ditador Hugo Banzer. Obteve êxitos eleitorais significativos nos seus primeiros anos, mas ao se projetar nas eleições de 2002 tendo como candidato à presidência Reyes Villa e ser derrotado por Sanches de Lozada do MNR veria a partir decrescer significativamente o número de seus votantes nas eleições de 2005.

Como já dissemos, o MAS e MSM, também foram partidos nascidos de movimentos regionalistas e os únicos a manterem um crescimento eleitoral vigoroso entre 1999 e 2004. Esse crescimento está intimamente ligado ao rechaço à ideologia e às políticas neoliberais por parte desses movimentos sociais de rosto índio, a partir de 2000. Na tabela abaixo temos uma dimensão desse enfraquecimento dos partidos tradicionais em contraposição ao fortalecimento dos novos partidos regionais em termos do percentual dos votos emitidos entre 1999 e 2004.

Partidos	% 1999 (sobre votos emitidos)	% 2004 (sobre votos emitidos)	Diferença 1999-2004 (em pontos percentuais)
MNR	19,2	6,1	-15,1
MIR	15	6,5	-8,7
ADN	13,7	2,3	-11,4
UCS	11,1	2,5	-8,6
NRF	7,8	2,7	-5,1
MSN	5,4	8,1	2,7
MBL	4,2	2,3	-1,9
MAS	3	17,1	14,1

Tabela 5: Fuente: Ayo 2010, a partir de Romero Ballivián 2010, apud, Moreno, 2012, p. 385).

²“ La **introducción de las diputaciones uninominales** modificaría sustancialmente la composición del Parlamento, pues gracias a ella un poco más de la mitad de la Cámara de Diputados quedó constituida por representantes elegidos de manera directa y por simple mayoría en circunscripciones territoriales. Esta reforma tendió un puente entre lo local y lo nacional, pero no supuso un mecanismo de fortalecimiento de los partidos políticos del sistema tradicional, sino que ayudó a reconfigurar el sistema político desde lo local. Esta situación queda clara en el caso del MAS, que al haberse apropiado de espacios rurales municipales, empezó a proyectar su influencia a escala nacional a través de sus diputados uninominales, paralelamente a su actividad política en las calles”. (Moreno, 2012, p. 384-385)

O MNR, o MIR e a ADN, ou seja, os partidos mais tradicionais vão tendo um decréscimo espantoso de seu eleitorado. Essas mudanças se profundizaram a tal ponto que “foi estimado que quase dois terços dos 1.624 prefeitos municipais e vereadores eleitos depois da LPP eram camponeses ou indígenas” (Klein, 2016, p. 335). Essa tendência se solidificará definitivamente em nível nacional a partir de 2005, com a vitória de Evo Morales.

Dessa forma, em termos históricos, podemos sustentar que na aurora do século XXI haverá uma inflexão nas demandas e nas formas de mobilização social dos movimentos sociais na Bolívia. O quer queremos dizer com isso? Que devido às especificidades que marcam a história de longa duração da sociedade boliviana, isto é, do *sentido histórico* que vai arrematando essa sociedade, suas demandas populares começam a ir muito além das concepções baseadas na ideia moderna de “luta de classe” e da inequívoca liderança da classe operária nos processos revolucionários, para assumir uma postura mais totalizante ao fundir essa ideia moderna com as próprias demandas seculares dos movimentos indígenas por necessidades vitais como (água, território, educação, recursos naturais, etc.) A defesa por recursos naturais, por territórios e por autodeterminação local/regional, faria reemergir o tecido social indígena que se encontrava disperso por todo o território boliviano. Álvaro Garcia Linera (2010) trata dessa questão com bastante lucidez.

(...) la virtud de estos movimientos sociales se asienta en que han creado mecanismos de participación, de adhesión y filiación colectiva a escala regional flexibles que se adecuan a la nueva conformación híbrida y porosa de las clases e identidades sociales en Bolivia (...) **Mientras el antiguo movimiento obrero tenía como centro la cohesión sindical por centro de trabajo en torno al cual se articulaban otras formas organizativas de tipo gremial urbanas, los actuales movimientos sociales tienen como núcleo organizativo (CSUTCB, CIDOB, colonizadores, CPESC, regantes, cocaleros) a la comunidad indígena-campesina, alrededor de la cual se aglutinan asociaciones laborales (maestros rurales), gremiales (transportistas, comerciantes de la zona), vecinales, estudiantiles, etc. Aquí, la comunidad indígena, campesina y ayllu, que es lo mismo que decir las células de una otra sociedad, son la columna vertebral articuladora de otros grupos sociales y otros modos locales de unificación influenciados por la actividad económica y cultural campesino-indígena y hacen de esta acción colectiva más que un movimiento social un movimiento societal³, pues se trata de una sociedad entera que se traslada en el tiempo.** (Linera, 2010, p. 5, Grifos nossos)

Essa articulação de demandas políticas assumiria em menos de uma década formas insurrecionais contra as políticas neoliberais, como a Guerra da Água, em 2000, em Cochabamba, e a Guerra do Gás, em 2003, na cidade de El Alto e La paz. Essas revoltas populares de rosto índio eram uma resposta à “mercantilização de todas as esferas da vida” (Carvalho, 2016, p. 126). Não teríamos tempo hábil para detalhá-las, mas elas foram durante a primeira metade da década de 2000 o reflexo cristalino da crise do modelo neoliberal na Bolívia. As revoltas contra o processo em marcha da privatização da água pela empresa *Bechtel* dos EUA em Cochabamba desencadeia-se após o aumento dos preços da água - (justificado pela empresa pelos maiores investimentos) - em uma

³ Luis Tapia, La condición multisocietal. Multiculturalidad, pluralismo, modernidad. Muela del Diablo/CIDES-UMSA, La Paz, 2002, **apud, Linera 2010, p. 5**

guerra civil de tal magnitude e poder de resistência que em menos de três meses o projeto seria cancelado⁴.

Era uma primeira demonstração em décadas de uma vitória contundente das revoltas populares com participação direta dos movimentos, cocaleiro, de vizinhos, de mineiros, e de grande parte da população que não tinha nenhuma filiação partidária; **o que é típico de momentos revolucionários**. O movimento cocaleiro, liderado por Evo Morales, por exemplo, compreendia que essa luta era a mesma que travavam contra as políticas de erradicação do plantio da folha de coca desde os anos de 1980, engendradas pelos governos neoliberais em consenso com as políticas estadunidenses de combate ao narcotráfico. Essa guerra ocorreu em pleno governo do ex-ditador Hugo Banzer (1997-2001) da ADN e é um marco que rompe com as dificuldades de uma aliança mais vasta das forças sociais mobilizadas. Essa ampla mobilização ficaria evidenciada nas eleições que levaria Sanches de Lozada do MNR novamente ao poder de estado no ano de 2002, porém, tendo como segundo colocado, o candidato Evo Morales, do MAS, que conseguia surpreendentes 20,94% dos votos contra 22,45 % de Lozada.

Neste segundo governo de Sanches de Lozada (2002-2003), a tentativa de abertura à participação de empresas estrangeiras no setor de gás natural suscitaria as revoltas contra a privatização desse recurso. Essas revoltas visavam impedir a desvinculação das receitas das empresas públicas do setor de gás, como a YPFB, a serem direcionadas para a construção de um gasoduto, que iria do Andes até os portos chilenos. A memória da Guerra do Pacífico também viria à tona nestas insurreições, na medida em que era inadmissível para os movimentos sociais aceitar que gás fosse direcionado ao país que lhes havia quitado sua única saída ao mar, além da forma como isso seria feito, ou seja, descapitalizando a principal empresa pública do país. Uma vez mais, a participação massiva do tecido social indígena nas insurreições de massa nas cidades de La Paz e El Alto foram decisivas para a defesa dos recursos naturais, vitais a essa sociedade.

Um grande número de mortes de *manifestantes desarmados* colocaria o presidente Lozada em xeque. A selvageria do exército contras as *massas em ação* foi sem dúvida uma verdadeira operação de guerra, onde houve mais de 400 feridos a balas à queima roupa e um total de 70 mortes pelos dados oficiais do governo. Era o fim precoce do governo de Sanches de Lozada que acabaria por renunciar à presidência no dia 17 de outubro. O vice-presidente Carlos Mesa assumiria o poder e imediatamente seria pressionado pelo MAS, pelo MIP⁵ (Movimento Indio Pachacuti) e pela COB que promulgasse uma nova lei de hidrocarbonetos em função de um referendo nacional. Como explica Andrade (2007):

O referendo sobre a gestão dos hidrocarbonetos de julho de 2004 tem resultados incontestáveis. Em um universo de 4,4 milhões de eleitores submetidos a cinco questões, os resultados foram: mais de 80% dos votantes aprovam a revogação da lei [**de hidrocarbonetos**] de 1997, mais de 90% aprovam a recuperação pelo Estado boliviano

⁴ “Se [a companhia de água] tenta aumentar os preços demais, os clientes e o governo da cidade, podem se enfurecer, levando a contratos cancelados, grandes perdas, e pior. Por exemplo, Cochabamba, a terceira maior cidade da Bolívia, decidiu privatizar e contratou um consórcio privado que incluía a Bechtel dos EUA para melhorar o seu sistema de água. A cidade, em seguida, aumentou as taxas de água para pagar o projeto. A água tornou-se uma chama, ondas de manifestantes atacaram soldados e bloquearam estradas. Cochabamba foi forçada a cancelar o projeto” (TULLY, 2000, tradução nossa, apud Carvalho, 2016, p. 127).

⁵ “O MIP surgiu em 2000 após a iniciativa da CSTUTCB construir um “instrumento político” para intervir nas eleições. A proposta do MIP é representar um outro Estado correspondente à nação Qullasuyana, que deve ser reconstruída. Sua base é composta por camponeses/indígenas do altiplano. Seu principal dirigente é Felipe Quispe”. (Carvalho, 2016, 144).

da propriedade dos hidrocarbonetos, mais de 85 % se pronunciavam pela reativação da empresa pública de hidrocarbonetos, YPBF, mais de 60% pela utilização do gás como fonte estratégica para obter acesso a soberania da Bolívia ao Oceano Pacífico, enfim, mais de 65 % aprovam a exportação do gás. (Andrade, 2007, p. 176, Grifos nossos).

Não obstante ao resultado incontestável do referendo, a lei promulgada em 17 de maio de 2005 por Mesa, não nacionalizava os hidrocarbonetos, apenas aumentava as taxas sobre os lucros das empresas privadas. Tornava-se cada vez mais claro aos movimentos sociais a necessidade de convocar uma Assembleia Popular Nacional nos moldes da de 1971, como saída para forçar o governo a aceitar as determinações do referendo nacional.

Foi então que o governo Mesa, como forma de acalmar as massas, reassumiria sua proposta original no momento da posse de convocar uma Assembleia Constituinte. Os dirigentes do MIP, do MAS e da COB dariam uma trégua de três meses para que a “Agenda de Outubro”, popular e antigovernamental, fosse acatada. Somados a essas forças populares o governo Mesa esteve sob a pressão dos comitês cívicos de Santa Cruz, Beni, Pando e Tarija que, como explica Carvalho (2016) “demandavam mais descentralização e autonomia regional. Questões que Mesa relegou para serem debatidas junto com a constituinte” (Carvalho, 2016, p. 140).

No momento em que as marchas retornam em março de 2005 demandando de forma tenaz a nacionalização real dos hidrocarbonetos, Carlos Mesa se veria sem saída e renunciaria à presidência da república. Com e a avassaladora vitória de Evo Morales contra o novo partido PODEMOS (Poder Democrático Social)⁶, o processo tendia a levar as demandas populares para arena democrática, ou seja, para serem decididas na Assembleia Constituinte, anteriormente convocada por Mesa e mantido pelo governo de Evo Morales. Havia duas possibilidades aos movimentos sociais neste momento. Uma pela via democrática, representada pelo MAS, e, a outra, pela continuação das insurreições e a construção materializada na instituição de uma nova Assembleia Popular enquanto poder paralelo ao Estado nacional que seria encabeçada pela COB e por setores avessos às formas democráticas liberais, como o MIP de Felipe Quispe.

Muitas críticas ao governo do MAS apareceram neste primeiro momento e se estenderiam durante todos os 13 anos desse governo devido às suas promessas de renovação política a partir da inclusão de indígenas, camponeses e trabalhadores realizadas pela via democrática e não de maneira revolucionária, como almejavam o MIR de Felipe Quispe. Somado a isso o governo de Morales enfrentaria a força das burguesias da parte oriental do país como Santa Cruz, Tarija, Beni e Pando que, frente a um governo com rasgos indígenas, se reorganizariam para que suas demandas por mais descentralização e autonomias departamentais fossem deferidas na Assembleia Constituinte de forma a aumentarem suas autonomias frente ao governo central.

⁶ Partido criado em 2005 em La Paz como uma agregação cidadania boliviana de direita dirigida por Jorge Quiroga que substituiu a maior parte dos partidos tradicionais. Era o principal partido de oposição aos partidos indígenas. Era, portanto, um partido de tendência liberal-conservadora e seria o principal opositor ao governo do presidente Evo Morales a partir de 2005. (texto do autor).

Essa problemática sobre os caminhos para democratizar, nacionalizar e ou revolucionar as relações entre Estado e sociedade civil tornariam-se nos treze anos de governo do presidente Evo Morales o eixo ordenador das principais questões sobre a viabilidade desse processo pela via democrática/liberal. Os limites e contradições, o que muda e o que não muda com o governo Evo Morales é o que discutiremos a seguir, como forma de conclusão do artigo, dando destaque às dimensões político-cultural desse processo.

Do Estado aparente ao Estado plurinacional: continuidades e rupturas

la crisis es la forma clásica de la revelación o reconocimiento de la realidad del todo social (...) **La crisis, por tanto, no sólo revela lo que hay de nacional en Bolivia, sino que es en sí misma un acontecimiento nacionalizador.** Los tiempos diversos se alteran con su irrupción. **Tú perteneces a un modo de producción y yo a otro, pero ni tú ni yo somos los mismos después de la batalla de nanawa; nanawa es lo que hay de común entre tú y yo.** Tal es el principio de la intersubjetividad. (Zavaleta, 2015, p. 214-216, Grifos nossos)

Um dos pontos centrais para compreendermos a passagem de formas de **estado aparente** para formas de estado mais democratizantes está na forma como a sociedade boliviana em seus momentos de crise (**movimentos constitutivos**) e, dada sua constituição social específica foi modelando-se sob um processo de **plurinacionalização da nação**. A nação em sua totalidade de identidades nacionais foi encontrando-se com o processo de descentralização do poder, principalmente após a implementação da Lei de Participação Popular a partir de 1994 (LPP) e das mudanças promovidas com a aprovação do novo texto constitucional em 2009.

A característica de **sociedade abigarrada**⁷ não desapareceria por completo com a eleição de Evo Morales para comandar o país a partir de 2006, mas seria revisada por uma forma de Estado significativamente menos *aparente*, apesar de todos os limites e contradições intrínsecos ao próprio funcionamento do sistema-mundo capitalista. A combinação entre **racismo e etnia**, surgida desde a temporalidade colonial enquanto **colonialidade das relações de poder**⁸, a qual constituiu umas das principais engrenagens sociais da **modernidade**, também não seria apagada por completo dessa sociedade, à despeito do aumento do **grau de democratização e nacionalização social**.

⁷ René Zavaleta Mercado caracteriza a sociedade boliviana como sendo uma *sociedade abigarrada*, ou seja, uma sociedade heterogênea que ao longo do desenvolvimento do capitalista nesta territorialidade não sucumbiu totalmente suas formas pretéritas de sociabilidade emanadas pelos povos originários às formas capitalistas de sociabilidade. Essa constatação se fez importante, pois demonstrava em última instância a impossibilidade da economia-mundo capitalista caminhar para um processo de igualação social totalizante no âmbito interno e externo dos Estados nacionais. (Texto do autor).

⁸ A categoria de *colonialidade del poder* elaborada por Anibal Quijano cumpre a função de explicar o resultado de um denso processo histórico em que as diferenças de identidade social foram transformadas em hierarquias⁸, as quais determinavam quais dessas identidades teriam acesso ao poder, à propriedade da terra e se poderiam ou não exercer suas culturas isto é, tudo dependia da categorização em que cada grupo social se encontrava. Essa divisão deu-se essencialmente entre brancos, mestiços, indígenas e negros. Não por acaso, no censo de 1881, realizado na cidade de La Paz, a população foi dividida em quatro raças: “*los blancos* (32%), *los indígenas* (21%), *los mestizos* (47%) y *los negros* (1%)” (Cepal, 2005).

A *colonialidad del poder* foi e permanece sendo uma estrutura funcional de longa duração necessária ao desenvolvimento e à manutenção das formas hierárquicas no seio da *economia-mundo capitalista*. Sem embargo, a aprovação da Constituição de 2009 traz mudanças importantes que se não rompem com esses padrões estruturais de poder os enfraquecem significativamente. Observemos com mais detalhes na *dimensão política* o que muda com a aprovação da Constituição de 2009.

A dimensão política nos anos Evo Morales

É possível apontar que os processos de nacionalização e democratização avançam substancialmente na Bolívia nos anos Evo Morales (2006-2016). Porém, como procuraremos demonstrar, com limites e contradições. Esses avanços tornam-se possíveis pela massacrante vitória do MAS que foi capaz de capitanear já no seu primeiro mandato (2006-2009) maiorias consistentes no âmbito parlamentar, capacitando seu governo a aprovar grande parte das políticas voltadas aos setores mais marginalizados da sociedade boliviana e recuperar o protagonismo do Estado como motor das políticas de bem-estar social e do crescimento econômico.

Um das mudanças mais importantes nos anos Morales foi sua retomada dos programas de nacionalização das principais empresas do setor de gás e petróleo, das companhias de energia elétrica, de telecomunicações e da mineração⁹. Nos anos Morales com o rechaço dos programas privatistas que haviam dominado o cenário político desde meados dos anos de 1980 o Estado volta a tornar-se o ator principal.

A companhia YPFB que durante os anos neoliberais havia sido apenas uma parceira menor das empresas estrangeiras, transforma-se na principal empresa estatal, aumentando suas receitas em detrimento das receitas de empresas estrangeiras, as quais, para que permanecessem no país, foram obrigadas aceitar a diminuição dos seus *royalties* direcionados em sua grande maioria para o Estado boliviano.

Como consequência dos processos de nacionalização houve um aumento imediato e robusto das receitas do Estado quanto comparado a períodos anteriores. Somado a isso, os anos Morales foram anos de aumentos constantes dos níveis de exportações de hidrocarbonetos, o que fez com que a Bolívia pudesse romper com uma longa série de déficits em sua balança comercial, possibilitando o acúmulo após muitas décadas de importantes reservas internacionais.

Sem dúvida na maior parte dos anos de Morales à frente do poder estatal a conjuntura externa favorável ao aumento dos preços das *commodities* devido ao efeito China ajuda a explicar o *boom* das exportações bolivianas. Ainda sim, internamente, os níveis de investimentos públicos que estavam em queda desde o final da década de 1990 voltam a subir expressivamente. Entre 2006 e 2012 as políticas de reforma agrária voltam a ser centrais. Foram distribuídas cerca de 31 milhões de hectares a 154.000 pessoas. Esse número era vinte e cinco vezes superior às políticas de reforma agrária implementadas

⁹ No ano de 2006 o governo Evo Morales com a força do exército tomou as principais empresas estrangeiras de gás e petróleo como a brasileira, Petrobras. No ano de 2008 nacionalizou a companhia italiana de telecomunicações. No ano de 2010 nacionalizou as empresas de energia elétrica. (texto do autor).

por governos anteriores a Morales. Um fato importante sobre essa reforma agrária foi que ela teve como foco principal as populações indígenas (Klein, 2016, p. 373).

As relações com os EUA também foram severamente revistas. Seguramente os anos de governo Morales destoam de todos os governos anteriores e até mesmo dos anos de governos revolucionários de 1952 pelo seu grau de distanciamento político com relação à potência do Norte. As relações entre Evo Morales e os EUA, antes mesmo de sua chegada ao poder, já se mostravam deterioradas devido às políticas antidrogas estadunidenses das décadas de 1980 e 1990 que atingiam frontalmente o movimento cocaleiro que tinha Morales como seu principal líder. Uma demonstração do governo de Morales de que não seriam mais toleradas interferências por parte dos EUA foi sua proibição sumária de instalações de bases estrangeiras em território boliviano (artigo 10 da constituição de 2009), além da expulsão do embaixador Philp Goldberg, em 10 de setembro de 2008, após suspeitas de que ele apoiava o processo separatista orquestrado pela região da *medialuna*.

No processo de aprovação de uma nova carta constitucional que seria iniciado em 2006 e aprovado em 2009 por meio de um referendo nacional é posto em prática o conceito de ***Estado plurinacional e descentralização do poder*** entre os nove departamentos que compõe o Estado boliviano. A nova Constituição procurava garantir todos os direitos tradicionais das comunidades indígenas, autonomia departamental, regional, comunitária e municipal. Foram reconhecidos os direitos dos povos indígenas não apenas das partes altiplânicas, mas também das partes orientais do país, o que representava uma demanda advinda desde a década de 1990, materializada na emblemática “*Marcha pelo Território e pela Dignidade*”.

A Constituição de 2009 passava a estabelecer que a Bolívia se constituía por um país unificado baseado na lei plurinacional comunal, descentralizada e dotada de 37 idiomas oficiais (36 indígenas e o espanhol). A partir daí a Bolívia oficialmente passaria a chamar-se ***Estado Plurinacional da Bolívia***. A constituição também aplicava a proibição sumária de qualquer tipo de discriminação com relação à raça, idioma, cor, gênero e religião. O Estado de bem-estar social foi garantido na carta ao imputá-la de levar a todos os cidadãos bolivianos educação, saúde, pensões e moradias. Foi feita uma seção completa que contempla os artigos **30, 190 e 192** que protegiam as culturas tradicionais, seus sistemas políticos, jurídicos, e econômicos. O Estado Plurinacional da Bolívia se prontificava a garantir educação plurilíngue em território nacional (artigo 30). Garantia-se também o direito das comunidades indígenas de se autogovernarem de forma independente dos governos, municipal e/ou departamental.

Com relação aos investimentos estrangeiros a constituição estabelecia que esses não teriam prioridade sobre os investimentos nacionais, estando sujeitos, sem exceção, às regras do Estado Plurinacional boliviano. (**artigo 320**). O direito à realização de greves foi reestabelecido e elevado à condição de lei constitucional. Os programas de transferência de rendas foram ampliados. Criava-se o *Renta Dignidad*¹⁰ que tinha por objetivo fornecer pensões a todos os bolivianos maiores de 65 anos, independentemente de terem ou não

¹⁰ O *Renta Dignidad* foi responsável em 2010 por 1,9% do PIB (Klein, 2016, p. 377).

contribuído até aquele momento. Segundo Klein (2016), em 2012, 920 mil bolivianos idosos já recebiam essa pensão. Fora criado também o *bono Juacinto Pinto* para as famílias que tinham filhos matriculados nas escolas, além do *bono Juana Azuduy* para mulheres gestantes que realizassem todos os exames considerados essenciais pelo governo, antes e após o parto, visando diminuir a mortalidade infantil e maternal.

Modificava-se radicalmente a forma de escolha dos representantes da **Corte Suprema de Justiça** ao retirar do Poder Legislativo a escolha direta dos Ministros da Suprema Corte que passariam a serem eleitos a partir do voto popular direto. Também se diminuiria o tempo de mandato desses ministros, de dez para seis anos. Abaixo seguem os artigos modificados entre as Constituições de 1967 e 2009 referentes ao **Poder judiciário**.

Constituições	Escolha dos Juízes da Corte Suprema
1967	<i>Artículo 117° IV. El Presidente y los Ministros son elegidos por el Congreso Nacional, por dos tercios de votos del total de sus miembros, de nóminas propuestas por el Consejo de la Judicatura</i>
2009	<i>Artículo 182. I. Las Magistradas y los Magistrados del Tribunal Supremo de Justicia serán elegidas y elegidos mediante sufragio universal.</i> <i>II. La Asamblea Legislativa Plurinacional efectuará por dos tercios de sus miembros presentes la preselección [...]</i> <i>V. Serán elegidas y elegidos las candidatas y los candidatos que obtengan mayoría simple de votos.</i>

Fonte: Almeida, 2017, p. 73.

Outra mudança importante foi que, diferentemente de constituições como a brasileira, que outorga imunidade parlamentar aos representantes do povo durante seu mandato, a Constituição boliviana de 2009 modificaria seu texto explicitando que parlamentares julgados corruptos pudessem ser processados no exercício de seu mandato. (Almeida, 2017, p. 75). Abaixo seguem os artigos modificados.

Constituições	Imunidade penal
1967	<i>Artículo 52°.- Inmunidad penal. Ningún Senador o Diputado desde el día de su elección hasta la finalización de su mandato, sin discontinuidad, podrá ser acusado o procesado en materia penal ni privado de su libertad, sin previa autorización de la Corte Suprema de Justicia por dos tercios de votos de sus miembros, a requerimiento del Fiscal General de la República, salvo el caso de delito flagrante</i>
2009	<i>Artículo 152. Las asambleístas y los asambleístas no gozarán de inmunidad. Durante su mandato, en los procesos penales, no se les aplicará la medida cautelar de la detención preventiva, salvo delito flagrante.</i>

Fonte: Almeida, 2017, p. 75.

Com relação ao Poder Legislativo, a constituição também modificaria seu texto ao não mais permitir o que era caracterizado como prática de “*profissionalização da política*”. Para combatê-la limitava-se a partir da Constituição de 2009 a reeleição dos cargos legislativos por no máximo dois mandatos consecutivos. Abaixo seguem as modificações.

Constituições	Reeleição no Legislativo
1967	<i>O comum é que dentro do Legislativo não haja limites para a reeleição. Desta forma, as leis costumam omitir esta informação</i>
2009	Artículo 156. <i>El tiempo del mandato de las y los asambleístas es de cinco años pudiendo ser reelectas y reelectos por una sola vez de manera continua.</i>

Fonte: Almeida, 2017, p. 75.

Outra mudança fundamental em direção ao aumento do grau de democratização social nas relações entre Estado e sociedade civil foi o acréscimo da presença de mulheres nas instâncias decisórias através da *Lei de Paridade de Gênero* foi. A lei estabelecia a obrigatoriedade de candidaturas de mulheres nas listas de candidatos não mais apenas como **suplentes**, mas que houvesse paridade de gênero no âmbito da **titularidade** da candidatura. Nos dias atuais, o parlamento boliviano é um dos poucos no mundo que contam com mais de 50% de representantes mulheres. Abaixo seguem as mudanças na lei constitucional referentes a essa temática.

Cotas para mulheres	
1997	Artículo 5° - 1. <i>Hasta noventa días antes de cada elección, los Partidos Políticos y Frentes deberán proceder a la inscripción de sus candidatos a Presidente, Vicepresidente, Senadores y Diputados. [...] b) De candidatos a Senadores Titulares y Suplentes, en las que en cada Departamento al menos uno de cada cuatro candidatos, será mujer. c) De candidatos a Diputados plurinominales por cada departamento, en estricto orden de prelación de Titulares y Suplentes. Estas listas incorporarán un mínimo de 30% de mujeres distribuidas de modo que de cada tres candidatos al menos uno sea mujer. d) De candidatos a Diputados por circunscripciones uninominales. Titulares y Suplentes con especificación de la circunscripción en la que se presentan, procurando la participación efectiva de la mujer.</i>
2010	Art. 11° <i>La democracia intercultural boliviana garantiza la equidad de género y la igualdad de oportunidades entre mujeres y hombres. Las autoridades electorales competentes están obligadas a su cumplimiento, conforme a los siguientes criterios básicos: a) Las listas de candidatas y candidatos a Senadoras y Senadores, Diputadas y Diputados, [...] titulares y suplentes, respetarán la paridad y alternancia de género entre mujeres y hombres, de tal manera que exista una candidata titular mujer y, a continuación, un candidato titular hombre; un candidato suplente hombre y, a continuación, una candidata suplente mujer, de manera sucesiva. b) En los casos de elección de una sola candidatura en una circunscripción, la igualdad, paridad y alternancia de género se expresará en titulares y suplentes. En el total de dichas</i>

	<i>circunscripciones por lo menos el cincuenta por ciento (50%) de las candidaturas titulares pertenecerán a mujeres.</i>
--	---

Fonte: Almeida, 2017, p. 95-96

No tocante às nações indígenas que foram a força motriz da ascensão de Evo Morales à presidência da república, o objetivo de proporcionar um assento à cada uma das 36 nações indígenas *não* seria conquistado de forma plena, sendo reservado ao final da constituinte em 2009 apenas 7 assentos a essas nações. Sem embargo, as principais modificações de relevo e que gerariam calorosos debates estiveram sem dúvida ligadas ao *status social* que as nações indígenas alcançariam com a aprovação da Constituição de 2009. Vejamos algumas das principais contradições em torna dessa questão que emergem durante os anos Morales.

A Constituição 2009 colocará os povos indígenas e suas formas de autonomia em um patamar especial em relação às constituições anteriores como forma de romper com os padrões da *colonialidad del poder* baseadas na combinação hierárquica entre *etnia e raza*. Ou seja, a constituição buscava engendrar um **descolonialidade** dessa relação de poder que secularmente legaram aos indígenas uma posição de inferioridade frente aos não-indígenas. Para o crítico liberal e ex-presidente Carlos Mesa (2012, apud Zuazo, 2012) isso faria reacender na Bolívia os problemas relativos às constituições colônias, de caráter racista, reforçando ainda mais a relação desigual entre indígenas e não-indígenas ao invés de combatê-las, dado que a Constituição de 2009 criava níveis adicionais de poder, frente aos já constituídos, como o **regional e o indígena**.

Para Mesa (2012), crítico tenaz do governo Morales, isso tornava muito complexo o manejo das autonomias departamentais e regionais, devido ao fato da Bolívia ser um país de maioria indígena. A crítica de Mesa refere-se **ao artigo 2º** da Constituição que trata das **NPIOC** (Naciones y Pueblos Indígenas Originario Campesinos) aprovada em 2009 que diz literalmente: **“Dada la existencia precolonial de las naciones y pueblos indígenas originario campesinos y su dominio ancestral sobre sus territorios, se garantiza su libre determinación en el mando de la unidad del Estado, que consiste en su derecho a la autonomía, al autogobierno, a su cultura, al reconocimiento de sus instituciones y a la consolidación de sus entidades territoriales, conforme a esta Constitución y la ley”** (Mesa, 2012, 65-66).

Mesa (2012) sustenta que isso geraria distorções em torno da legitimidade do poder estatal republicano que outorgava aos indígenas poderes de autonomia e autogoverno, praticamente da mesma **magnitude** do poder republicano. Esse artigo também seria um fator de tensão entre a **justiça indígena** e a **justiça republicana** em situações em que um cidadão não-indígena tivesse que acionar a “justiça” em regiões consideradas de autonomia indígena e/ou *vice-versa*.

No tocante às questões da autonomia territorial e dos recursos naturais que estão em territorialidades indígenas e que, pela Constituição de 2009, são de competência exclusiva do Estado plurinacional boliviano, o autor entende que o novo texto constitucional não era claro na medida em que os indígenas adquiriam autonomia plena sobre suas territorialidades e, conseqüentemente, sobre recursos naturais destas regiões. Dessa forma, na visão de Mesa a Constituição de 2009 privilegiava demasiadamente as

nações indígenas em todas as suas expressões, incluindo sus lugares sagrados e suas crenças, o que não estava posto com o mesmo **grau de equidade** para as populações não indígena, tornando a constituição viesada em favor dos povos indígenas.

Sem dúvida Mesa (2012) levanta pontos importantes que Evo Morales terá de enfrentar na *práxis* política tensões relacionadas a essa questão. Um caso clássico foi a tentativa do governo no ano de 2010 de construir uma rodovia no Território Indígena Parque Nacional Isiboro-Sécure (TIPNIS). Esse fato geraria imediatamente severas manifestações por partes dos povos originários dessa região. Eles entendiam que o governo violava o texto da nova constituição ao desrespeitar as conquistas de intangibilidade de parques nacionais indígenas.

O contra-argumento pontual do governo Morales se baseava na necessidade de desenvolvimento econômico da região que viabilizasse mais recursos tanto ao Estado quanto à própria região. Em termos do processo revolucionário, Morales utilizava-se do argumento de que, para que este tivesse continuidade era fundamental desenvolver as regiões de forma a diminuir as desigualdades inter-regionais. O governo atribuía um caráter imperialista contra sua proposta de construção da rodovia em função da influência de ONGs e da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) na região do TIPNIS que, oportunisticamente, se colocavam contra o projeto e, conseqüentemente, contra o desenvolvimento econômico e social da Bolívia em sua totalidade de regiões. (El Dber, 2011, apud, Carvalho, 2016).

Dessa forma, no ano de 2010, ao longo de debates fervorosos e de violentos protestos entre governo e povos indígenas na região de TIPNIS houveram fortes questionamentos a Morales sobre a concretude do **“processo de descolonização”** dos povos indígenas e da legitimidade e respeitabilidade de suas praticas de **bem-viver**¹¹, que haviam sido referendadas pela Constituição de 2009. Por fim, o governo de Evo Morales acabaria por recuar em sua proposta pondo em prática o que havia sido decidido constitucionalmente, ou seja, respeitando a defesa dos territórios indígenas. Não obstante, ficavam evidente as ambiguidades entre o projeto nacionalista/indigenista do governo Morales e os avanços *sue generis* dos direitos dos povos indígenas aprovados na Constituição de 2009.

Outra questão de extrema importância que permeou o primeiro mandato do governo do MAS (2006-2009) e que só seria resolvida ao final de 2009 foi à relativa às demandas por autonomias departamentais. A região da *medialuna*, formada por Santa Cruz, Tarija, Beni e Pando, mesmo antes da chegada do MAS, já vinha lutando freneticamente por essa bandeira. Com a vitória arrebatadora de Morales o grau de

¹¹ “O Bem viver – equanto filosofia de vida – é um projeto libertador e tolerante, sem preconceitos nem dogmas. Um projeto que, ao haver somado inúmeras histórias de luta, resistência e propostas de mudança, e ao nutrir-se de experiências existentes em muitas partes do planeta, coloca-se como um ponto de partida para construir democraticamente sociedades democráticas (...) O Bem Viver recupera a sabedoria ancestral dos povos indígenas, rompendo com o alienante processo de acumulação capitalista que transforma tudo e todos em coisas (...) O Bem Viver ser forma no equilíbrio, na harmonia e na convivência entre os seres. Na harmonia entre o indivíduo e a sociedade, e entre a sociedade e o planeta com todos os seus seres, por mais insignificantes ou repugnantes que nos possam parecer (...) O Bem Viver (...) refere-se, portanto, à vida em pequena escala, sustentável e equilibrada, como meio necessário para garantir uma vida digna para todos e a apropriada sobrevivência da espécie humana” (Acosta, 2011, p. 15 – 29).

reivindicação e o receio das elites criollas desses departamentos de um governo de cunho indígena que buscava uma autonomia *sui generis* para essas nações, fez a região torna-se ainda mais obstinada na busca de sua autonomia departamental.

Entre 2006 e 2009, ou seja, até que o texto constitucional fosse realmente aprovado por referendo constitucional, a Assembleia Constituinte seria palco de disputas entre as lideranças do MAS e a lideranças das elites do oriente boliviano representada pelo partido opositorista PODEMOS que defendia a ferro e fogo que a carta constitucional referendasse a autonomia plena da região da *medialuna*. Essa busca por autonomia passava pela disputa em torno do formato da **distribuição dos excedentes econômicos** provindos das empresas de hidrocarbonetos, as quais estavam localizadas majoritariamente no oriente boliviano.

As discussões sobre essa questão foram permeadas de dois referendos nacionais. No primeiro, em 2006, a proposta obstinada do governo contra as autonomias foi vencedora. Ainda sim, não fora posta em prática em função das reais **pressões separatistas** da região da *medialuna*. Novamente, em 25 de janeiro de 2009, outro referendo seria realizado, e, desta vez, o governo se posicionaria a favor das autonomias departamentais e regionais, fazendo, contraditoriamente vencedores, governo e a região da *medialuna*. Essa foi a estratégia política em meio a uma **guerra de posições** encontrada por Morales para frear uma tendência separatista que se mostrava ininterrupta no oriente do país que havia se apropriado das bandeiras autonômica e de descentralização política como estratégica de se contrapor ao governo *massista*.

No turbilhão desse processo, no ano de 2008, o governo de Morales seria posto à prova por um referendo nacional de caráter **revogatório** de seu mandato. Ainda sim, os bolivianos votariam em massa pela permanência de Evo Morales que, posteriormente, se reelegeria com 64,2% dos votos nas eleições de 2009. Não obstante, ficavam evidenciada as contradições e os limites estruturais desse processo em uma **sociedade abigarrada** de origem majoritariamente indígena.

Considerações finais

Foi em torno da busca por criar um novo **consenso hegemônico** que o vice-presidente Álvaro García Linera insistia contundentemente em seus discursos a partir de 2006 e segue insistindo até os dias atuais – (enfrentando críticas de setores mais radicais dos próprios movimentos indígenas que acreditavam que pela via democrática seria impossível avançar qualitativamente em um processo de fato revolucionário) – que era inconcebível que as forças políticas revolucionárias que haviam juntas, rompido com anos de políticas neoliberais, abdicassem da conquista e manutenção do poder das instituições democráticas, ou seja, do Estado nacional. Para Linera essa instância é fundamental para forçar por dentro das próprias instituições liberais um aumento da coesão nacional que radicalize cada vez mais os processos de democratização entre Estado e sociedade civil.

Desde logo, é preciso ter clareza das **forças estruturais** que regem a *civilização capitalista*. E que contra essas forças, enquanto um processo revolucionário em direção a outro sistema mundial não ocorra em **dimensão global** e minimamente coordenada no

seio dos vários Estados nacionais, no tempo e no espaço, o que está ao alcance crível de Estados periféricos, como o boliviano, trata-se da busca por **não consentir** com o seu enfraquecimento nas dimensões econômica, política e cultural. Nenhum processo revolucionário pôde resistir por muito tempo se as mudanças nestas dimensões não se materializaram no avanço das condições de vida da grande massa da população em termos de bem-estar social, isto é, na diminuição da dependência externa e interna de forma a consolidar de um consenso hegemônico que diminuísse sensivelmente as desigualdades sócias.

Caso o processo revolucionário não avance para democratizar essas dimensões de forma coordenada, inserindo as classes subalternas de forma cada vez menos excludente em termos de suas diversidades de identidades que constituem historicamente a Bolívia, esse processo tende a perder força e reabrir espaços para que grupos contra-hegemônicos reconquistem o poder em suas várias dimensões. Portanto, nenhum processo revolucionário pôde constituir-se, no sentido gramsciano do termo, em uma “*guerra de movimento*” interminável, ou seja, em atos rebeldes que se prolongassem indefinidamente.

Após os atos insurrecionais, os revolucionários voltam para o seu trabalho, voltam para suas casas, cuidar de seus familiares, e, se não há nos momentos posteriores uma melhora significativa que justifique as causas das insurreições de forma a criar um **consenso hegemônico** mais democratizante através de uma “*guerra de movimento*” que busque incorporar inclusive os setores mais reacionários da sociedade, abre-se uma grande possibilidade de que as conquistas democratizantes e nacionalizantes que, num primeiro momento pareciam solidificar-se, voltem a se liquefazer, resolidificando as estruturas de dominação anteriores ao processo revolucionário.

Isso exigiu no seio de qualquer que fosse a sociedade nacional processos de centralização do poder em consonância com processos de descentralização desse mesmo poder, que fosse em direção ao aumento o grau de democratização e nacionalização social. É importante destacar que na Bolívia os povos originários que sempre constituíram a maioria desta sociedade não puderam almejar conquistar o poder do Estado sem que antes houvesse uma tendência à descentralização do poder que criasse os espaços políticos essenciais e as bases materiais suficientes ao avanço dos processos de nacionalização e democratização social.

Poder-se-ia criticar essa argumentação apontado que, no processo revolucionário de 1952, ou mesmo durante a vigência da Assembleia Popular de 1971, esses momentos se apresentaram inegavelmente como possibilidades históricas reais, independentemente do poder estar naquele momento totalmente centralizado no Estado e ainda sim houve a oportunidade para aprofundar o processo em direção a uma *revolução permanente*.

Não obstante, partilhamos da análise de Linera (2010) de que, a centralização excessiva do poder naquele momento encarnada na COB e sua obstinação em enxergar-se como o único sujeito histórico capaz de levar à frente o processo revolucionário,

abdicando de incorporar as massas populares localizadas no tecido social indígena, impossibilitou que se criasse um bloco contra hegemônico verdadeiramente poderoso¹².

Como procuramos demonstrar, após as derrotas sistemáticas do movimento operário, pode-se concluir que a relação entre Estado e sociedade civil e entre as organizações dos movimentos sociais que surgem a partir da crítica às políticas neoliberais foram tornando-se, digamos, mais *plurais* sem abdicar de se fortalecerem nacionalmente e regionalmente, enquanto necessidade de manterem minimamente suas soberanias frente aos imperativos hegemônico-universais das forças estruturais do moderno sistema mundial, as quais, necessariamente, tendem a centralizar o poder mais do que regionalizá-lo. A história do desenvolvimento do capitalismo na Bolívia coadunado com a formação do Estado nacional representa, assim, a *síntese* desses movimentos de rosto índio em sua busca contínua por democratizar as relações entre Estado e sociedade civil.

Independentemente a todas essas contradições e críticas aos anos de governo de Evo Morales, é preciso compreender que existem **estruturas sociais** que não duram 500 anos e que não podem ser desfeitas em uma ou duas décadas de governos revolucionários. Em um sentido gramsciano, podemos apreender o momento que vive a sociedade boliviana após passadas as **guerras de movimentos** no início do século XXI e a conquista do poder estatal com a eleição vitoriosa e expressiva do MAS, dizendo que a Bolívia encontra-se em um momento de **guerra de posições**, isto é, de consolidação das conquistas dos povos indígenas contra um projeto impopular e em essência antidemocrático que secularmente marcou a história dessa sociedade pretensamente nacional.

Do nosso ponto de vista, o que defende o liberal Carlos Mesa (2012) são particularismos que ele os crê universais. Trata-se novamente da **antinomia** entre **universalismo e particularismo**. A Bolívia passa nos dias atuais por uma fase em que o que antes eram supostamente particularismos torna-se parte do universal de forma a forçar um processo de democratização da sociedade, como explica Wallerstein (2005). Até onde esse processo de democratização pode permanecer avançando, até que uma nova força venha limitá-lo, dado que no âmbito da lógica da economia-mundo capitalista *não* se pode alcançar um **igualitarismo pleno**, é a pergunta chave desse processo.

Os anos de Evo Morales à frente do poder estatal já constituem mais de uma década e fica uma pergunta ou mesmo um enigma de se é possível uma democracia efetiva numa sociedade capitalista. Muitas dúvidas e questionamento pairam sobre se a Bolívia

¹² O movimento operário vai perdendo força muito em função da falha primário-exportadora imposta pela economia-mundo capitalista que privou um desenvolvimento industrial mais pujante na Bolívia e consequentemente da própria classe trabalhadora. Como procuramos demonstrar, no período neoliberal com as capitalizações das empresas públicas esse processo contra o operariado-mineiro foi avassalador. O campesinato, ao contrário, e pelas suas especificidades que guarda em relação à história do desenvolvimento do capitalismo na Bolívia, transformar-se-ia na principal força frente às formas neoliberais de Estado. As guerras da água e do gás protagonizadas por estas forças na aurora do século XXI são emblemáticas em demonstrar como esses movimentos haviam se transformado em verdadeiros blocos de poder contra-hegemônicos. Esse processo de consolidação de um movimento indígena que teve origem nas áreas rurais onde se processou um “ruralização da política” estender-se-ia para as áreas urbanas. Os indígenas se tornam também urbanos sem que perdessem seus laços étnico-nacionais.

continua a viver um processo revolucionário pela via democrática. Pela perspectiva de Álvaro García Linera a Bolívia passa por um processo de consolidação das conquistas revolucionárias iniciadas na aurora do século XXI. Num sentido gramsciano a sociedade boliviana vive por uma *guerra de posições* em busca de um novo consenso hegemônico.

Os processos de democratização de nacionalização das relações entre Estado e sociedade civil não são processos onde a democracia só é possível quando suspende totalmente as dominações. O Estado é um lugar de concentração de poder na sociedade, um lugar “misterioso”, uma comunidade ilusória, como diz Linera, que ao mesmo tempo pode monopolizar o universal inviabilizando o avanço dos processos de democratização, como também tem o potencial de caminhar em direção oposta, buscando levar até o limite do possível que o universalismo se encontre com a diversidade dos particularismos, tornando-se de fato universal. Enquanto houver Estados haverá dominação, haverá imposições de universais. O que se deve buscar e entendemos que esses são os limites da própria civilização capitalista é comprimir através de processos cada vez mais radicais de democratização e nacionalização das sociedades o elo que une universalismo e particularismo no seio das sociedades nacionais até que uma mudança global, em termos sistêmicos, seja viável de forma cronocorrelata no tempo e no espaço.

Referências bibliográficas.

- ACOSTA, ALBERTO. “*O Bem viver*” conselho editorial, Tadeu Breda, revisão João Peres; editora elefante. 2011]
- ALBÓ, Xavier e Gonzalo Rojas Ortuste. *Votos y wiphalas: campesinos y pueblos originarios en democracia*. La Paz: CIPCA. 1995.
- ALBÓ, Xavier. “*Dinámica de la estructura intercomunitaria en Jesús de Machaca*”, en *América Indígena* Vol. xxxii, No. 3, México. 1972
- ALMEIDA L. Macedo. *Morales e o MAS: a construção de uma nova Bolívia e o projeto de perpetuação no poder de seus dirigentes*. Dissertação de mestrado – Brasília 2017.
- BALLIVIÁN, R. Salvador. *El sistema de partidos en Bolivia 1952-2012*. Descentralización y democratización en Bolivia: La historia del Estado débil, la sociedad rebelde y el anhelo de democracia. Friedrich Ebert Stiftung, La Paz, Bolívi, 2012
- CARVALHO, Soraia. *Estado e luta de classes na Bolívia: Uma análise comparativa entre a Assembleia Popular de 1971 e a Constituinte de 2006-2009*, Tese de doutorado Campina Grand, Maio de 2016
- CEPAL, Documentos de proyectos: *Los pueblos indígenas de Bolivia: diagnóstico sociodemográfico a partir del censo del 2001*; Santiago de Chile, julio del 2005
- KLEIN, Herbert. *História da Bolívia*. tradução de Tania Quintaneiro – Brasília; Editora Universidade de Brasília, 2016
- LINERA, G. Álvaro. La potencia plebeia. Ação coletiva e identidades indígenas, operárias e populares na Bolívia; organização e prefácio de Pablo Stefanoni; tradução Mouzar Benetito e Igor Ojeda – São Paulo: Boitempo, 2010
- LINERA G. Álvaro. “*Poder, Estado y socialismo en la Bolivia contemporánea*” Conferencias Magistrales dictadas en la sede de la CEPAL, 2010
- MESA GISBERT, TERESA, Gisbert, JOSÉ d Mesa. *Historia de Bolivia*. 3.ed. La Paz: Editorial Gisbert, 3ª edição. Editorial, Gisbert y Cia - 1999.

- MORENO, Gabriel René. *Nicomedes Antelo*. Universidad Gabriel René Moreno, Santa Cruz, 1960. Descentralización y democratización en Bolivia: La historia del Estado débil, la sociedad rebelde y el anhelo de democracia. Friedrich Ebert Stiftung, La Paz, Bolivia
- QUIJANO, Anibal e WALLESTEIN, Immanuel. *La americanidade como concepto, o América en el moderno sistema mundial*. 1992 RICS 134/Diciembre 1992.
- QUIJANO, Anibal. “Cuestiones y horizontes: de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder / Anibal Quijano; selección a cargo de Danilo Assis Clímaco; con prólogo de Danilo Assis Clímaco. - 1a ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2014
- SANTAELLA, Rodrigo. *Intelectuais em movimento : o grupo Comuna na construção hegemônica antineoliberal na Bolívia* Campinas, SP : [s.n.], 2013
- WALLERSTEIN, Immanuel. Maurice – 1930 Analisis del sistema-mundo: una introducción/traducción de Carlos Daniel Schroeder – México : siglo XXI, 2005. 156 p – (Historia). 2005
- WALLERSTEIN, Immanuel. El Futuro de la civilización capitalista. Icaria Editorial – Ausiàs Marc – Barcelona - 1997
- ZAVALETA, René Mercado. *La autodeterminación de las masas*. Antología y presentación, Luis Tapia. — México, D. F. : Siglo XXI Editores ; Buenos Aires : CLACSO, 2015
- ZUAZO, Moira, and Faguet, Jean-Paul and Bonifaz, G., eds. *Descentralización y democratización en Bolivia: La historia del Estado débil, la sociedad rebelde y el anhelo de democracia*. Friedrich Ebert Stiftung, La Paz, Bolivia - 2012

BRASIL

DESENVOLVIMENTO E DEMOCRACIA NA ECONOMIA-MUNDO CAPITALISTA: UM OLHAR SOBRE A SEMIPERIFERIA BRASILEIRA NA ERA (NEO)LIBERAL

*Wolney de Carvalho** e *Jales Dantas da Costa***

Resumo: O artigo analisa a evolução histórico-estrutural do desenvolvimento e da democracia na economia-mundo capitalista e seus reflexos na semiperiferia brasileira. O faz tomando por base algumas premissas conceituais e analíticas da economia política dos sistema-mundo e por representantes de nossa *intelligentsia* brasileira. A nossa contribuição aqui é a de reler cuidadosamente o passado recente mirando o porvir, com base na análise de que o Brasil faz parte da semiperiferia do sistema interestatal capitalista. Ademais, objetiva-se responder o que a história estrutural, conjuntural factual têm a nos ensinar sobre o nosso desenvolvimento e democracia em longa duração e em tempos neoliberais.

Palavras-Chave: Sistema-mundo; Semiperiferia; Neoliberalismo; Desenvolvimento; Democracia.

Introdução

As discussões sobre o desenvolvimento econômico e a democracia voltam com toda força e validade, especialmente porque na primeira década do século XXI pairava a crença de que uma guinada à esquerda estava se processando com efetividade em importantes Estados-nacionais, e que na América Latina existia a possibilidade de superar o neoliberalismo. Nesse momento histórico, sabe-se que isso não se concretizou, porque o neoliberalismo está enraizado há quase cinco décadas na estrutura do sistema-mundo, em especial na periferia e semiperiferia. Ademais, o neoliberalismo tem negado cotidianamente, uma série de conquistas das populações efetivadas no período da ampliação da democracia liberal/burguesa.

Nesse sentido, vale observar Anderson (2002) para o qual o neoliberalismo marca uma veemente reação teórica e política contra o intervencionismo estatal e o *Welfare State*. Essa reação se concretiza em 1944 com “*The Road to Serfdom*” de Friedrich Hayek, livro que expôs “um ataque apaixonado contra qualquer limitação do livre funcionamento dos mecanismos do mercado por parte do Estado” (2002, p.17).

O rápido crescimento da economia mundial durante a “era de ouro” do capitalismo, atribuiu pouca credibilidade às advertências dos neoliberais contra os perigos representados por qualquer tipo de controle do mercado por parte do Estado. (Hobsbawm,

* Ms. em Economia (UFSC), Dr. em Sociologia Política (UFSC). Professor no curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA).

** Ms. em Economia (UFSC), Dr. em Ciências Sociais (UnB). Professor no Departamento de Economia da Universidade Nacional de Brasília (UnB).

2001). É a partir de 1974-1975 que as ideias neoliberais ganham força com a grande crise do modelo econômico do pós-guerra, que atinge a totalidade dos países capitalistas desenvolvidos, levando-os a profunda recessão. Assim, tão logo se evidenciou a queda nas taxas de lucro, o desenvolvimento econômico verificado no centro da economia-mundo capitalista mostra sinais de esgotamento e isso se refletirá na própria estrutura orgânica do sistema interestatal. Nessa direção, a partir de 1970 se fortalece um movimento de migração do capital para as regiões periféricas e semiperiféricas do sistema histórico capitalista, fruto do esgotamento do modelo fordista/keynesiano de desenvolvimento e acumulação de capital no núcleo orgânico. Esse movimento migratório de capital e das unidades capitalistas, acentuará a crença no desenvolvimento para todos – já propagada desde os anos 1950 – na periferia, e com ele, a possibilidade de implantar um Estado de bem-estar social e ampliar a democracia, após a distribuição do avanço material. Todavia, como se sabe, a expansão dos fluxos econômicos ao longo da estrutura orgânica do sistema mundial, reforçou a própria estrutura hierárquica dos Estados nacionais e a aprofundou com o advento do neoliberalismo. Ademais, nesse período aprofundou-se a extração de mais-valia das regiões periféricas em direção às regiões centrais, e implantou-se o Estado mínimo. Vale destacar que

o neoliberalismo implantou-se rapidamente, principalmente sob a influência das organizações financeiras internacionais (FMI, Banco Mundial) que impuseram suas condições de crédito (entre outras os planos de ajuste estrutural), exigindo o rigor das políticas monetárias, a redução das funções do Estado por meio das privatizações e a diminuição de suas despesas, o pagamento regular do serviço da dívida... Tudo isso correspondia à política mundial de restabelecimento da taxa de acumulação do capital. (Amin & Houtart, 2003, p.153).

Para realizar o projeto neoliberal seus artífices propuseram um conjunto articulado de cinco reformas estruturais: a) implantar a retirada do Estado na esfera econômica, diminuindo o gasto público na criação de riqueza social; b) estabelecer a preeminência do capital privado no âmbito produtivo; c) impor a total abertura externa comercial e financeira; d) desenvolver a reforma do mercado de capitais eliminando as barreiras à livre circulação do mesmo; e) estabelecer um mercado de trabalho “livre”, permitindo a contratação flexível do trabalhador. (Rosemann, 2006)

Assim, o início do ciclo neoliberal na semiperiferia latino-americana se deu com o golpe do no Chile em 11 de setembro de 1973. Posteriormente vieram as “reformas” aplicadas na Bolívia (depois de 1985) representam outra experiência prematura do neoliberalismo na região. Mas é com a chegada em 1988 do presidente Carlos Salinas de Gortari no México que ocorre a virada para um neoliberalismo latino-americano. Ela se prolonga em 1989 com a vitória de Carlos Menem na Argentina e a reeleição de Carlos Andrés Perez na Venezuela, e em 1990 com a eleição de Alberto Fujimori no Peru. A versão brasileira do neoliberalismo, que deu os primeiros passos no final da década de 1980 ainda no governo de José Sarney, foi particularmente diferente dos outros países da região, isto porque no Brasil o neoliberalismo além de não poder contar com soluções de força, ainda teve de enfrentar uma forte burguesia industrial protegida pelo Estado e uma forte resistência do movimento social e político de esquerda. No Chile e Argentina, o

neoliberalismo conseguiu se impor muito mais cedo, resultando na derrota da esquerda e do movimento popular nestes países. (Oliveira, 1995; Sader, 1995).

Note-se que no caso brasileiro, o avanço neoliberal tomou a ofensiva no governo Fernando Collor de Melo, mas foi barrado pela sociedade por meio de suas organizações mais potentes. Durante a primeira parte do governo Itamar, “a função pedagógica perversa da hiperinflação foi administrada a conta-gotas (...) precisamente para produzir o terreno fértil no qual se joga a semente neoliberal e ela progride” (Oliveira, 1995, p.26). E progrediu durante os dois governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), e para perplexidade e frustração de muitos (e o alívio de outros poucos) prosseguiu em alguns de seus aspectos essenciais nas políticas econômicas adotadas nos governos Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016), voltando a aprofundar-se o neoliberalismo com o governo ilegítimo de Michel Temer após o golpe de 2016.

Pretende-se, portanto, realizar uma discussão sobre o desenvolvimento e a democracia na economia-mundo capitalista e a relação dessas proposições com o avanço do neoliberalismo na semiperiferia brasileira.

Considerações sobre o desenvolvimento na economia-mundo capitalista

Conforme Wallerstein, (2006), o desenvolvimento tem sido uma busca quase unânime entre os Estados nacionais individualmente, ou se poderia dizer que esse objetivo tem sido uma das metas dos próprios blocos econômicos regionais na atualidade. Ademais, percebe-se que essa meta é parte das propostas a serem alcançadas pelo campo da direita política, do centro e da própria esquerda em termos planetários. Mas se pensarmos a trajetória do sistema histórico, a economia-mundo capitalista depois do século XIX tornou o desenvolvimento econômico socialmente legítimo, convertendo-o em *modus operandi* da acumulação de capital. Essa acumulação de capital tem permitido que apenas uma pequena parcela da população – nos mais diversos rincões – tenha uma vida material digna no cotidiano, capaz de atender as necessidades mais imediatas de homens e mulheres. Assim, a abstenção compulsória da materialidade necessária à vida humana cotidiana é transmutada em promessa futura do desenvolvimento com distribuição de riqueza.

Se os esforços acerca do desenvolvimento econômico deitam suas origens já no século XVII, como destaca Wallerstein (2006), pode-se constatar que faz mais de 2 séculos que a distribuição da riqueza enquanto produto do desenvolvimento encontra-se no horizonte temporal como um dos motes da ideologia do liberalismo.

É factível afirmar que a riqueza material aumentou e que algumas regiões conseguiram distribuir mais riqueza do que outras entre os seus habitantes, o que se verifica na história da economia-mundo capitalista quando se é observado o avanço material social, principalmente nos Estados que compreendem a zona central do sistema histórico. Wallerstein (2006) destaca que principalmente as elites desses Estados nacionais foram as grandes beneficiárias na história do sistema-mundo, e pode-se dizer que as elites no seu conjunto, as quais representam em média 10-20% da população mundial,

acabaram por ser privilegiadas, é claro que de acordo com a propriedade do capital e seu *status* no seio das cadeias mercantis e na estrutura hierárquica do sistema interestatal.

Nessa direção,

A questão não é determinar se ocorreu ou não essa extraordinária expansão na acumulação do parque instalado e da riqueza real como decorrência da transformação das forças produtivas. É óbvio que ela ocorreu. Também não é determinar se essa expansão beneficiou ou não os chamados estratos médios, ou quadros. É óbvio que beneficiou. A questão é primordialmente se isso significou algum aumento no bem-estar para a grande maioria da população global. É certo que, até 1945, quando essa maioria ainda era quase toda rural, esse aumento é algo bem dubio. A bem dizer, em termos de renda absoluta, é provável que essas populações estivessem em situação pior do que seus ancestrais. O hiato entre suas rendas e as dos 10 ou 7 por cento da população mundial que estava no topo certamente teve um enorme aumento nos quatro séculos precedentes. (Wallerstein, 2006, p.133)

Desde o século XVI – para Wallerstein(2001) e (2006) – surgiram os processos de produção integrados também chamados de cadeias de mercadorias, as quais transpassaram as fronteiras políticas dos Estados nacionais. Note-se que o capital se reproduzirá tendo por base esses processos de produção integrados, e que a mais-valia produzida no âmbito dessas cadeias não foi distribuída e apropriada de forma equânime, em se tratando da localização geográfica da criação desse trabalho excedente, lucro.

Portanto:

Designamos por “periferia” as zonas que perderam na distribuição da mais-valia para as zonas do “centro”. Enquanto no começo do processo histórico parecia haver pouca diferença de riqueza econômica entre as diferentes áreas geográficas, o fluxo de mais-valia do mero período de um século foi suficiente para criar uma visível distância entre centro e periferia em termos de três critérios: a acumulação de capital, a organização social dos processos de produção locais e a organização política das estruturas estatais em criação” (Wallerstein, 2006, p. 128)

Assim, a economia-mundo europeia desde suas origens, traz em seu ventre uma hierarquização da propriedade do capital, da organização social dos processos de produção e da própria estrutura político-estatal que vai se configurando – e se ratifica – na economia-mundo capitalista, hierarquizada em zonas centrais, semiperiférica e periféricas depois do século XIX.

Se estabelecem grandes monopólios nos principais segmentos das cadeias de mercadorias, e isso dá a possibilidade de extrair lucros extras. Ademais, se fortalecem as zonas geográfico-jurídicas na medida em que determinados Estados nacionais acumulam em suas fronteiras – através dos grandes monopólios que controlam os setores mais importantes dos processos produtivos integrados –, uma parcela maior de mais-valia extraída das cadeias de mercadorias, a qual por sua vez, encontra-se na propriedade de grandes grupos capitalistas. Pode-se perceber que a nacionalidade desses grandes grupos capitalistas acaba por capacitar o ente político no que diz respeito ao orçamento estatal – através dos impostos/tributos – e na própria capacidade de alguns Estados nacionais de fazerem frente à infraestrutura necessária ao empreendimento capitalista. Veja-se como isso capacitará os Estados nacionais centrais também em termos de inovações

tecnológicas, armamentos ou força militar o que auxiliará na disputa pelo poder no bojo do sistema histórico capitalista.

Ademais, se processou *pari passu* a incorporação de zonas externas à economia-mundo, integrando os processos de produção existentes nessas áreas às cadeias de mercadorias. Assim, a região incorporada passava a produzir matérias-primas (produtos agrícolas ou minerais) necessárias à produção manufatureira a cargo de grandes empresas; e produzia com a mais-valia local acumulada – em geral uma acumulação débil e insuficiente para explorar os elos mais importantes dos processos produtivos integrados – certos meios de subsistência para o consumo dos trabalhadores empregados nessas empresas produtoras de matérias-primas. Mas a incorporação das zonas externas no sistema histórico capitalista, contou com a reconstrução de parte da estrutura política vigente nessas regiões, a fusão de algumas instituições, a criação de outras novas e a abolição de outras tantas, de forma a submeterem-se às regras do sistema interestatal. A nova estrutura política deveria impulsionar essas regiões incorporadas à economia-mundo de forma a fortalecerem-se as cadeias mercantis e a extração de mais-valia em direção aos Estados centrais, conforme segue:

Em todos os casos, o elemento central crucial era forçar os “Estados” resultantes (e em certas ocasiões tratava-se dos “Estados” não soberanos chamados “colônias”) a funcionar segundo as regras do sistema interestatal. Eles tinham de manter certo grau de controle interno eficaz que permitisse os fluxos necessários ao funcionamento das cadeias de mercadorias. Mas não podiam ser tão fortes diante dos Estados da zona central da economia-mundo a ponto de ameaçar de fato os interesses dos principais monopolizadores existente. (Wallerstein, 2006, p. 132)

Contudo, é relevante observar que o empreendimento capitalista busca a minimização dos riscos e visa o lucro em geral no curto prazo, ademais, como todos os dispêndios infraestruturais apresentam – via de regra – um retorno de médio ou longo prazo e riscos maiores, esses gastos acabaram historicamente sob a responsabilidade do ente político. De toda maneira, e como se destacou acima, desde o século XVI evidenciase uma hierarquia no sistema interestatal que situa os Estados nacionais em termos de riqueza e poder, numa estrutura organizada em zonas centrais, semiperiféricas e periféricas, de acordo com a capacidade de extração de mais-valia dessas grandes empresas capitalistas no âmbito das cadeias produtivas integradas. Se estabelece também a troca desigual, pois as grandes unidades produtivas capitalistas não repassam os ganhos de produtividade obtidos na produção de mercadorias, quando do estabelecimento do comércio internacional entre essas zonas do capitalismo histórico. Como demonstra Wallerstein:

Como funciona essa troca desigual? A partir de qualquer diferencial real no mercado, por causa da escassez (temporária) de um processo de produção complexo ou por uma eventual escassez artificial criada *manu militari*, as mercadorias se deslocam através das regiões de tal modo que a região dotada do artigo menos escasso vende seus bens para a outra região a um preço que incorpore mais insumo real (custo) do que um bem de preço igual que se desloque na direção oposta. Parte do lucro total (ou excedente) produzido numa área transfere-se então para outra. É a relação que se estabelece entre centro e periferia. Podemos chamar a área perdedora de “periferia” e a área ganhadora de “centro”, nomes que na verdade refletem a estrutura geográfica dos fluxos econômicos” (Wallerstein, 2001, pp. 30)

Também – conforme Wallerstein (2001) e (1999) – é importante verificar que faz 500 anos que as unidades capitalistas se deslocam no interior do seus Estados nacionais, ou mesmo nos marcos da economia-mundo, com vistas a reduzir os custos de transação e os custos da força de trabalho. Quando o objetivo do deslocamento fora a redução dos custos de transação, as médias e grandes unidades produtivas se concentraram geograficamente nas regiões mais dinâmicas, espaços de fácil escoamento das mercadorias para a exportação ou mesmo para a comercialização nos grandes centros urbanos. No caso de minimização dos custos estar voltada para a força de trabalho, houve uma dispersão dessas unidades produtivas - em especial as grandes unidades produtivas – para regiões interioranas e (ou) mesmo para os Estados situados em regiões periféricas. Esses movimentos tiveram em geral uma correlação básica com os ciclos de Konratieff, os quais a cada 25/30 anos expressaram historicamente os movimentos de ascensão e retração econômicas. Desse modo, o autor destaca que a minimização dos custos de transação para o conjunto¹ das unidades capitalistas existentes no âmbito do sistema-mundo, mostraram-se mais relevantes nos períodos de ascensão econômica, as chamadas fases A do referido ciclo. Por outro lado, a minimização dos custos da força de trabalho, se verificaram historicamente como prioridade em épocas de retração econômica, as denominadas fases B.

Vale citar Wallerstein:

Existem duas variedades principais de custos para os capitalistas: os custos da força de trabalho (inclusive a força de trabalho que entra em todos os insumos) e os custos de transações. Mas aquilo que reduz os custos da força de trabalho poderia aumentar os custos de transação, e vice-versa. Trata-se, essencialmente, duma questão de localização. Para minimizar os custos das transações é preciso concentrar as atividades geograficamente, ou seja, em zonas com altos custos de força de trabalho. Para reduzir os custos da força de trabalho é conveniente dispersar as atividades produtivas, mas é inevitável que isso afete negativamente os custos de transação. Portanto, há pelo menos 500 anos os capitalistas deslocam seus centros de produção de cá para lá, a cada 25 anos ou mais ou menos, em correlação básica com os ciclos de Kondratieff. Nas fases A, predominam os custos de transação e há centralização, e, nas fases B, predominam os custos de força de trabalho e verifica-se fuga de fábricas. (Wallerstein, 1999, p. 229)

Note-se assim que a produção da riqueza material ao longo da história do moderno sistema-mundo expressa-se inicialmente como uma relação entre proprietários e não-proprietários do capital – as classes perigosas –, e uma vez cristalizada essas relações, o próprio desenvolvimento econômico expressar-se-á como o *leitmotiv* das unidades produtivas capitalistas no sentido de garantir a extração de mais-valia, por isso esses movimentos de deslocalização na economia-mundo capitalista.

Mas, se aumentou a riqueza produzida entre 1500-1945, essa ao que tudo indica, fora ultrapassada no período compreendido entre 1945 e os inícios dos anos 90. É que já nos anos 1970 as referências à temática do desenvolvimento estavam consolidados e encontravam-se na pauta de todos os países situados nos marcos hierárquicos da estrutura interestatal. Nesse sentido, vale destacar que o desenvolvimento econômico passou a ser a expressão de um duplo objetivo: maior igualdade entre os cidadãos pertencentes aos Estados nacionais e crescimento econômico. Dentre esses objetivos, o que teve a primazia foi o segundo. O crescimento econômico passou a ser a referência, o meio pelo qual se

1

Entende-se que para algumas unidades capitalistas, individualmente consideradas, isso não necessariamente é verdadeiro.

viabilizaria o aumento da igualdade e da transformação social, e isso foi adotado em geral pelos Estados nacionais tendo como exemplo o *status* dos EUA, o qual sabe-se, passou a exercer a hegemonia na economia-mundo pós-45, ancorada no necessário equilíbrio de poder estabelecido entre os Estados pertencentes ao núcleo orgânico do sistema histórico.

Assim, de 1945 até princípios dos anos 1970 os Estados Unidos exerceram a hegemonia incontestável no âmbito do sistema interestatal e isso se verificou com a robustez da sua economia interna e suas grandes empresas cada vez mais atuantes na reconstrução da Europa e Japão. Com base em Wallerstein (1999), esse foi um período também de sucesso das políticas keynesianas, em especial em se tratando da forte atuação do Estado na criação de setores infraestruturais importantes para alavancar o desenvolvimento econômico no EUA, e por extensão na Europa e Japão. Os resultados foram consideravelmente satisfatórios em especial no centro do sistema histórico, com visíveis aumentos de produtividade e por consequência da produção de mercadorias. Promoveu-se igualmente, uma forte regulação dos mercados financeiros e uma política monetária com vistas a privilegiar o investimento, tanto público quanto privado, o que se traduziu num estímulo significado para a reprodução do capital e o fortalecimento daqueles setores mais importantes dentro das cadeias de mercadorias, as quais já se ramificam com maior intensidade para a semiperiferia e a periferia, a exemplo da indústria automobilística, a indústria de aço e indústria de máquinas pesadas. É também um período em que a empregabilidade da força de trabalho aumenta no centro, acompanhada de conquistas trabalhistas com mobilidade social, ademais assistida por um Estado provedor de benefícios sociais em termos de acesso à educação, habitação e saúde. Enfim, é a idade de ouro do capitalismo, ratificada através das altas taxas de lucro globais enquanto resultado de uma forte atuação e regulação estatal acima de tudo na economia. É um período de hegemonia estadunidense inquestionável nos marcos da economia-mundo, onde as altas taxas de produtividade e rentabilidade se refletem nas altas taxas de lucros, expressão do aumento da produção e do comércio, visivelmente sob o comando desse Estado-nação. É um período de paz nos marcos do sistema interestatal e da disseminação da proposta do desenvolvimento econômico para o sistema-mundo a partir dos EUA. O FMI, o Banco Mundial e a ONU são constituídas para dar o suporte à prosperidade nas transações econômicas. Veja-se que é também um momento no qual a própria URSS – a qual representa ainda uma possibilidade antissistêmica –, vai propor uma opção alternativa de desenvolvimento econômico, influenciando os movimentos da velha esquerda mundial a acreditarem que o desenvolvimento econômico poderá se realizar numa perspectiva socialista (na realidade liberal/socialista). É a fase A do ciclo de Kondratieff, de minimização dos custos de transação, por isso a concentração geográfica das principais unidades produtivas industriais, no setor comercial e de serviços financeiros se verifica no centro do sistema mundial.

Com base em Wallerstein (1999) e (2006), se o período compreendido entre 1945-68/70 foi digno de uma fase A do ciclo de Kondratieff, o período pós 1970 se caracteriza como o início de uma fase B do respectivo ciclo. Mas, no final dos anos 60 a supremacia econômica estadunidense começa a dar os primeiros sinais de esgotamento, em especial porque as empresas da Europa e do Japão concorrem em seus mercados nacionais, assim

como no mercado mundial, com as empresas estadunidenses. É que passado o período de reconstrução, as empresas europeias e japonesas recuperaram a produtividade, e como consequência, a competitividade desses Estados nacionais praticamente atingiram o mesmo patamar das concorrentes estadunidenses. Em termos globais, o aumento da produção mundial foi acompanhado do aumento da concorrência, principalmente nas indústrias com fortes barreiras à entrada relacionadas ao montante de capital necessário para a aquisição de meios de produção, tecnologia e a realização de P&D. Isso passou a ser refletir como queda nos lucros das grandes unidades produtivas, em especial das empresas estadunidenses onde a produtividade começara a diminuir, e a concorrência com unidades produtivas europeias e japonesas passa a traduzir-se em menores fatias do mercado mundial. Ademais, a situação agrava-se nos EUA por conta dos aumentos significativos dos gastos militares decorrentes da guerra fria.

Adiciona-se a isso, o fato dos custos da força de trabalho nas regiões centrais, elevaram-se significativamente como resultado das conquistas trabalhistas. Portanto, as unidades capitalistas encontram-se nesse momento, pressionadas ao menos em um duplo sentido: por um lado, através dos aumentos dos custos da força de trabalho e, por outro lado, pela elevação da carga tributária do Estado de bem-estar que não para de crescer. Isso impactará diretamente nos lucros. Assiste-se assim, a um movimento de deslocalização de parte das unidades produtivas que controlam os elos mais importantes das cadeias de mercadorias, movimento esse que se expressa no deslocamento de unidades produtivas para as regiões semiperiféricas e periféricas, em busca acima de tudo de uma força de trabalho a um custo mais baixo, bem como cargas tributárias mais generosas por parte do ente político desses Estados nacionais. Segundo Wallerstein,

Se, a esta análise, acrescentarmos a observação de que as novas incorporações ao sistema capitalista tenderam a ocorrer em fases de estagnação da economia-mundo, torna-se claro que a expansão geográfica do sistema serviu para contrabalançar a queda nos lucros (provocada pelo aumento da proletarianização), através da incorporação de novas forças de trabalho destinadas a ser semiproletarizadas. (Wallerstein, 2001, pp. 37)

Exatamente a partir de 1970 a semiperiferia e periferia começam a receber significativos parques produtivos, comerciais e também a entrada unidades financeiras internacionais – os bancos. Os grandes monopólios e oligopólios puderam assim aproveitar o grande exército industrial de reserva disponível. Ademais, no conjunto, o exército ativo e exército de reserva disponibilizam a força de trabalho a um valor muito menor às unidades capitalistas, quando comparado ao valor da força de trabalho no centro. É que o custo de reprodução da força de trabalho nessas regiões periféricas é menor em função da existência de unidades semiproletárias, onde parte da estrutura familiar cultiva os próprios meios de subsistência (feijão, milho, gado, frangos, hortaliças, verduras etc.) de forma a reduzirem-se os custos de reprodução da força de trabalho dos membros da família empregados. Outro elemento importante, foi o baixo grau de sindicalização, o que também contribuiu para manter o custo da força de trabalho num patamar menor.

Há que observar também a estrutura do próprio Estado nacional no que diz respeito à atuação do ente político. No caso da semiperiferia e periferia o ente político nacional não foi capaz de promover um Estado de bem-estar social comparável aos

Estados-nação centrais. De algum modo isso contribuiu para que a redistribuição da riqueza não se efetivasse, mantendo parcelas consideráveis da população às margens dos benefícios do “desenvolvimento”. Por outro lado, isso possibilitou a canalização das receitas orçamentárias para a criação de uma infraestrutura necessária à expansão capitalista na semiperiferia, como portos, aeroportos, rodovias, entre outras. Nesse sentido, se estabeleceram as indústrias de base de alto risco no formato de empresas estatais nas áreas de siderurgia, química, petroquímica, energia elétrica, telefonia, petróleo, gás e carvão, aviação, bancos de fomento, etc., boa parte das quais financiadas em dólar através do endividamento público, diga-se de passagem, a taxas de juros flutuantes.

Como se viu, em termos da economia mundial o período pós 70 expressa uma queda nas taxas de lucro, mas se o desenvolvimento na roupagem do crescimento econômico parece se concretizar nas regiões periféricas nessa década, os dois choques do petróleo demonstraram as vulnerabilidades dessas economias periféricas. A maioria dos países na periferia, exceto os produtores de petróleo, tiveram déficits sucessivos em seus balanços de pagamentos por causa da necessidade da importação de petróleo e(ou) dos seus derivados, o que em muitos casos contribui ainda mais para o aumento do endividamento público, a exemplo de Polônia, México e Brasil em princípios dos anos 80. Agravou-se esse quadro quando o governo estadunidense passou no final dos anos 70 a praticar uma política monetária restritiva e fiscal expansionista, o que acabou por elevar as taxas de juros e aumentar a transferência de mais-valia da periferia, dado que os títulos da dívida pública externa tinham taxas flexíveis de juros.

Não menos importante, é lembrar que se o neoliberalismo começa a ganhar força nos EUA e Inglaterra no início dos anos 80, ele já opera em algumas partes da periferia a uma década. É o caso da América Latina. Veja-se assim, que a Fase B de Kondratieff na semiperiferia está atrelada a um desenvolvimento tipicamente capitalista, a cargo de grandes unidades empresariais que são em geral estrangeiras. Essas unidades passam a ocupar os principais setores econômicos privados, na indústria, no comércio e em especial nos serviços financeiros, objetivando sobretudo auferir altas taxas de lucro com a utilização de uma força de trabalho a baixo custo.

Mas a fase B de Kondratieff na semiperiferia também é o período de implantação do assim chamado “Estado mínimo neoliberal”. Entende-se que esse Estado mínimo passa a ter duas grandes funções no que diz respeito às estratégias de desenvolvimento. Inicialmente, dado que na década de 70 – e nas que se seguem até os dias atuais – não se resolveu a problemática acerca da queda tendencial das taxas de lucro, uma alternativa bastante viável para as unidades capitalistas reestabelecerem parte dos lucros é a atuação nos setores em que os Estados nacionais, em se tratando do ente político, anteriormente atuavam. Isso significa que a iniciativa privada passa a cobiçar as empresas estatais e seus mercados, especialmente a partir do instante em que essas estatais se mostram altamente rentáveis. Daí o apelo ao Estado mínimo por parte dos proprietários do capital, pois é claro que a produtividade dos serviços das estatais prestados “ao povo soberano” não é o objetivo a ser recuperado, mas sim, a possível extração de mais-valia nesses diversos setores infraestruturais. A pressão nesse sentido pelas privatizações ocorre tanto por parte

do capital financeiro nacional (em muitos casos associados com o internacional) e do capital financeiro internacional, ambos operantes nos principais nas principais cadeias de mercadorias, e dentro delas nos principais setores econômicos.

A segunda grande função, e diretamente vinculada à problemática entre desenvolvimento econômico e democracia, diz respeito ao próprio papel do Estado mínimo em se tratando da oferta de serviços e bens de utilidade pública, indispensáveis às populações desses Estados-nação semiperiféricos e periféricos. Depois dos anos 70, mas especialmente após os anos 80, esses Estados nacionais foram gestados com intuito de resolver os problemas de déficits orçamentários e o crescente endividamento público. Para tanto, as políticas neoliberais implementadas no seio do ente político desses Estados, visaram, como se viu acima, iniciar programas de desestatização com o argumento de que os recursos arrecadados seriam utilizados para o pagamento da dívida pública e a redução dos déficits orçamentários. Desde já, verifica-se como o apelo das unidades capitalista pela privatização está atrelada às próprias políticas neoliberais implementadas pelos gestores estatais. Nessa direção, em todas as décadas após 1980 – com exceções dos governos progressistas, a exemplo de Lula (2003-2010) e Dilma (2011-2016) no Brasil, – a oferta de bens e serviços públicos à maioria da população – como saúde, habitação, educação, saneamento, transporte público – diminuíra como resultado do corte de recursos estatais para fazer frente em especial ao pagamento da dívida pública da semiperiferia – com raras exceções como na América do Sul no caso do Equador que realizou uma auditoria da dívida pública.

Assim, entende-se que o desenvolvimento econômico historicamente tem se mostrado enquanto uma das políticas de reprodução do capital. Passados mais de cinco séculos, é factível o aumento da riqueza material social, mas também o é, a enorme concentração dessa riqueza. Durante a fase A da economia-mundo capitalista entre 1945-68, o keynesianismo liberal implementado no centro do sistema histórico, e em menor medida nas regiões periféricas, preocupava-se com as classes perigosas mais do que em qualquer outro momento da história. Mas, a fase B iniciada depois dos anos 70, destrona o liberalismo e implanta o conservadorismo neoliberal. Até o presente momento, parece que o neoliberalismo segue mais forte do que nunca, e as esperanças liberais do desenvolvimento na semiperiferia tornam-se cada vez mais desilusões. Como garantir o desenvolvimento econômico se as unidades capitalistas se orientam pela maximização dos lucros e a redução dos custos de transação e da força de trabalho? Imagine-se aquela região na semiperiferia que recebe algumas unidades capitalistas acreditando que resolverá os problemas de desemprego, das fracas receitas estatais e com isso a possibilidade de ofertar melhores bens e serviços públicos à comunidade. Bastará aumentar a sindicalização da força de trabalho para que o alarme da deslocalização soe! E se os custos de externalidades tiverem de ser incorporados, pois as classes perigosas querem água potável, matas virgens e “*buenos aires*”?

Na última seção desse artigo, a temática do desenvolvimento voltar-se-á especificamente para a semiperiferia brasileira na era neoliberal. Antes porém, entende-se relevante, analisar o papel da democracia nos marcos do sistema histórico capitalista.

A democracia nos marcos do sistema histórico capitalista: do liberalismo do século XIX ao neoliberalismo do século XX

Sabe-se que o liberalismo enquanto ideologia do moderno sistema-mundo se assentará em escala planetária após a Revolução Francesa. Antes desse período, a ideologia liberal já manifestava parte dos seus pressupostos na Inglaterra no final do século XVII e nos Estados Unidos no século XVIII. Todavia, será com a Revolução Francesa em 1789 que o liberalismo começa a suplantando efetivamente o conservadorismo enquanto ideologia. O que se pode verificar segundo Wallerstein (2002), é que o liberalismo significou a possibilidade da efetivação de mais democracia no final do século XVIII e início do século XIX, quando se opunha aos conservadores. É que o campo ideológico conservador (a igreja, o Estado, a aristocracia e a monarquia decadentes) privilegiava os menos competentes e era acima de tudo pouco racional. É nesse sentido que o liberalismo se apresenta como uma superação da era das tradições ao defender a soberania do povo, a liberdade, a igualdade e o sufrágio, os direitos do homem e do cidadão. Contudo, essa “soberania do povo” historicamente fora excludente, e na realidade não incorporou efetivamente os não-proprietários do capital, os pobres, ignorantes e mulheres. Assim, às demandas dos excluídos o liberalismo deu respostas variáveis no tempo e espaço, mas tratou de reforçar que a educação, a competência e por sua vez o mérito individual, eram as chaves do desenvolvimento econômico e do processo civilizatório a serem percorridos pelos Estados nacionais. Isso significava na prática privilegiar os especialistas, os educados no sentido econômico, social e político. Veja-se que se o discurso liberal defendera a inclusão, essa mesma é controlada porque seus parâmetros vinculam-se à valores e estruturas que mantêm privilégios aos já incluídos. Portanto, ao defender a inclusão, o liberalismo na prática defendera um grupo minoritário, competente e civilizado contra uma maioria ignorante e bárbara. Assim, desde já pode-se verificar que o universalismo liberal democrático fundamentou a inclusão do povo soberano, desde que esse seja competente, racional e vocacionado a desenvolver as suas habilidades individualmente. Nessa direção, o universalismo liberal se contrapôs inicialmente à nobreza/aristocracia na medida em que defendeu a todos o direito ao mérito e, se contrapôs ao paternalismo por entender que esse reforçava a incivilização e a fraqueza do indivíduo.

Como se pode observar, há uma tensão histórica entre liberalismo e democracia. Na realidade, Wallerstein (2002, 2006) permite perceber que esse tensionamento tem suas origens na própria estrutura do sistema-mundo capitalista já no século XV no que tange à produção da riqueza, na distribuição e apropriação da mesma. Todavia, o liberalismo enquanto ideologia, fora fundamental para a consolidação da economia-mundo capitalista no século XIX e a subordinação do “povo soberano” não mais às monarquias, mas aos proprietários do capital.

Assim, conforme Wallerstein (2002), no período entre 1815-1848 o liberalismo vai ganhando força ao aliar-se à um campo mais à esquerda na luta ideológica contra o conservadorismo. Esse campo político ideológico à esquerda é bastante amplo e é composto nessa época por democratas, republicanos, radicais e socialistas. Contudo,

passado as experiências de 1848 se estabelece uma estabilização ideológica com a composição de três campos bem definidos. O primeiro composto pelos conservadores (direita), o segundo por liberais (centro) e o terceiro pelos socialistas ou radicais (esquerda), composição essa que historicamente expressa a primazia incontestável do liberalismo até 1968. Entre 1848 e 1968, essa subordinação dos não-proprietários e excluídos em geral, foi em boa medida atenuada através de diversas conquistas sociais da massa de trabalhadores, principalmente em termos de participação política – sufrágio –, sindicalização e direitos trabalhistas, acesso à saúde, educação e habitação, como também na participação dos benefícios resultantes do avanço material entre 1945-1968. Sobretudo no centro da estrutura hierárquica capitalista, esse conjunto de conquistas das classes perigosas foi mais pujante por representarem essas, maiores riscos antissistêmicos e também porque a reprodução capitalista amparada nos pressupostos keynesianos o permitiu. É o período denominado de Estado de bem-estar social, o qual apresentou uma taxa global de lucro em ascensão.

Mas como se viu, o liberalismo atenuou a subordinação das classes perigosas ao capital até 1968, momento a partir do qual começa a apresentar sintomas de que não vai garantir o avanço da democracia. Primeiramente, porque o Estado de bem-estar social começa a ser um entrave na reprodução capitalista, acima de tudo porque já em princípios dos anos 1970 a reprodução capitalista manifesta a queda tendencial das taxas globais de lucro, como demonstrado no tópico anterior.

Vale destacar que o histórico dos Estados nacionais da periferia e semiperiferia em termos da efetivação do Estado de bem-estar social, não fora até os anos 70 sequer comparável com o existente nos EUA e Europa. Exatamente aí reside um ponto importante para compreender como que o liberalismo periférico e semiperiférico, apesar de ser débil em termos de garantias democráticas, depois dos anos 70 evidenciará que a democracia para as classes perigosas está cada vez mais distante, em especial para as classes perigosas periféricas. É que nos Estados nacionais periféricos o advento do neoliberalismo solapa a ilusão democrática do “povo soberano” para reestabelecer as taxas de lucro e aumentar a extração de mais-valia no âmbito dos processos produtivos integrados. Ademais, os Estados foram instados a promoverem a abertura aos movimentos de capitais e o que se convencionou chamar de Estado mínimo neoliberal, longe de estender a democracia, passará a limitá-la.

De todo modo e conforme Wallerstein (1999), os sintomas do fracasso liberal em termos de democracia se esboçam já em 1968, mas se ratificam em 1989. Esse fracasso inicial é decorrente do auge dos esforços antissistêmicos no sistema histórico capitalista, com Cuba em 1959, Vietnã entre 59-75, a Revolução Cultural chinesa entre 66-76 e a Coreia 50-53. Soma-se a isso as experiências fracassadas de transformação social da chamada velha esquerda mundial aos assumir a gestão de alguns Estados-nação. Nas palavras do autor:

(...) 68 deixou feridas e duas vítimas agonizantes: a ideologia liberal e os movimentos da Velha Esquerda. Para a ideologia liberal, o golpe mais sério foi a perda de seu papel como única ideologia imaginável na modernidade racional. Entre 1789 e 1848, o liberalismo já existia, mas apenas como ideologia possível, confrontado por um conservadorismo duro

e um radicalismo nascente. Entre 1848 e 1968, a meu ver, como acabo de afirmar, o liberalismo chegou a ser a geocultura do sistema-mundo capitalista. Os conservadores e os socialistas – ou radicais – tornaram-se avatares do liberalismo. Depois de 1968, os conservadores e radicais reassumiram suas atitudes anteriores a 1848, negando a validade moral do liberalismo. A *velha esquerda*, comprometida com o liberalismo, fez esforços corajosos para mudar de pele, adotando um verniz de *nova esquerda*, mas na verdade não conseguiu. Em vez disso, corrompeu os pequenos movimentos da *nova esquerda* bem mais do que estes conseguiram realmente transformá-la. Prosseguia inevitavelmente o declínio global dos movimentos da *velha esquerda*. (Wallerstein, 1999, p. 238)

Observa-se que essa desilusão tem raízes históricas. É que entre 1848 e 1968, a velha esquerda mundial através dos movimentos políticos-sindicais, trabalhistas, feministas e dos excluídos em geral, conseguira efetivamente pressionar o centro político-ideológico (liberalismo), resultando isso numa ampliação democrática em termos sociais, com exceções é claro como por exemplo nas duas guerras mundiais. Sobretudo no período pós 1945, a velha esquerda também ascendera à gestão de muitos Estados nacionais e acreditara ser possível ampliar o desenvolvimento econômico com inclusão social, e assim procedendo, acabara por adotar – obviamente em geral por meios mais democráticos – os princípios do liberalismo. Essa crença se alastrou de certa maneira com o término da URSS em 1989, mas nesse então, o liberalismo que parecia triunfante, já tinha sido substituído pelo neoliberalismo e eliminava gradativamente as possibilidades de ampliação da democracia, como se vê com o avanço do Estado mínimo até nossos dias.

Prolegômenos sobre o Brasil semiperiférico na era neoliberal

O Brasil permaneceu e padeceu durante mais de quatro séculos como periferia do sistema mundial. Nesse longo período foi praticamente impossível para os escravos (índios e negros) ultrapassarem o “rés-do-chão”, dado que os índios (os poucos sobreviventes do genocídio) por muito padeceram com a submissão de um novo modo de viver, com a perda de terras, da aculturação sofrida etc., e os negros pelo trabalho escravo (só abolido em 1888) e todos os males decorrentes de suas relações “no mundo dos brancos”. (Ribeiro, 2000, 2010; Fernandes, 2007; Oliveira, 2006). E mesmo os trabalhadores não escravos não tiveram grandes chances de mobilidade social durante todo o período colonial, uma vez que o próprio assalariamento se iniciou muito tardiamente, apenas nas primeiras décadas do século XX. Do mais, sabemos que durante todo esse período o Brasil participou da divisão internacional do trabalho em troca de recompensas marginais. (Prado Júnior, 1998; Furtado, 2000). Os processos de exploração e exclusão cumpriram devidamente o seu papel de prostrar o país de suas maiores riquezas, de manter castas e classes de privilegiados por aqui, e, sobretudo, fora daqui, e uma massa interna de pobres e miseráveis apartados de uma vida material e culturalmente digna, bem como de participar da atividade política nacional.

Em *Histórica econômica do Brasil* Caio Prado Júnior bem argumentou que o sentido de nossa colonização foi antes de tudo mercantil, expressando-se inicialmente na extração da madeira pau-brasil, posteriormente na exploração da cana-de-açúcar, e mais tarde na extração de metais preciosos, ouro e diamantes, orientado e voltado para o comércio da economia-mundo europeia até finais do século XVIII, seguido pelas plantações de algodão e café de acordo com a necessidade da economia-mundo capitalista. As atividades produtivas movidas por escravos indígenas e negros, juntamente com o comércio mantiveram e reforçaram a concentração fundiária. A posse da terra fora inicialmente definida pelas capitânias e depois pelas sesmarias de providência real portuguesa. A concentração de terras logo se tornou uma das bases fundamentais

da estrutura econômica, social e política da colônia, prolongando-se por séculos. A outra base foi o comércio de escravos negros africanos, tanto pela necessidade de força de trabalho como pelas oportunidades oferecidas por este grande negócio.

Foi somente no decorrer da primeira metade do século XX que o país passou ao *status* de “semiperiferia”, sobretudo pelas transformações que operaram nos marcos do sistema mundial moderno com a Grande Depressão de 1929-34, e porque internamente o país subsequentemente transformou profundamente a sua fisionomia política, econômica e social. Promoveu o desenvolvimento de suas forças produtivas, em particular de sua atividade industrial, fortaleceu o seu mercado interno, constituiu suas classes sociais fundamentais, elaborou um projeto nacional, expandiu a capacidade de regulação de seu Estado, se urbanizou aceleradamente, realizou políticas sociais etc. No meio século entre a década de 1930 e a de 1980, a economia brasileira cresceu a uma taxa média anual de 7% (sua indústria cresceu a uma média de 9% a.a.). Em fins da década de 1970, o país se singularizava na América do Sul pelo desenvolvimento e diversificação de sua indústria, praticamente sem paralelo na região, pelo dinamismo de seu mercado interno e expressividade de suas exportações, bem como pelo papel ativo de seu Estado desenvolvimentista, ainda que distante do Estado de bem-estar social aos moldes do existente no centro do sistema histórico capitalista.

No plano interno, a quebra do “modelo primário exportador tradicional” e a passagem a um “novo modelo de desenvolvimento” de industrialização por substituição de importações (Tavares, 1972), ainda que tenha possibilitado maior diversificação da produção interna e a retenção das riquezas criadas, somado a todo o caráter ascendente de mobilização social, incluindo a maior participação popular na vida política, não foram suficientes para alterar significativamente as desigualdades de patrimônio e renda no país, que seguiram elevadíssimas. Poucas décadas não puderam reverter uma situação estrutural de longuíssima duração, quer dizer, não houve alteração substantiva no que diz respeito às desigualdades materiais, nas distâncias que separavam os ricos dos pobres no país. A minoria conseguiu manter seus privilégios, mesmo em meio *A revolução burguesa no Brasil* (Fernandes, 2011). É que nossa revolução ainda estava (como ainda está) inacabada, uma vez que por aqui nem a reforma agrária, nem a revolução urbana e tampouco as revoluções demográfica, nacional e democrática cumpriram os papéis históricos que outras sociedades capitalistas avançadas já fizeram quando de suas revoluções burguesas, clássicas (casos das revoluções inglesa, francesa e americana) ou atípicas (casos das revoluções alemã e japonesa). Tampouco seguimos pela via da revolução socialista (casos das revoluções russa e chinesa). No Brasil ainda há espaços para as revoluções dentro e fora da ordem.

É certo que em perspectiva histórica, com o crescente impulso ao desenvolvimento de suas forças produtivas, por meio da combinação do projeto de industrialização com forte expansão estatal e ampla internacionalização do mercado interno, o país pôde ampliar a sua participação relativa na economia mundial (renda nacional/renda mundial). Márcio Pochmann nos diz que “em 1900, por exemplo, a renda nacional era equivalente a 0,7% da renda do mundo. Oitenta anos depois (1980), a participação da renda brasileira na renda mundial havia sido multiplicada por 5 vezes, fazendo com que fosse responsável por 3,5% da economia mundial” (2001, p.37). Mas comparando a trajetória do Brasil com o “núcleo orgânico” do capitalismo (e não o mundo todo em si), Giovanni Arrighi (1997) identificou que a característica mais notável do país foi a “sua horizontalidade absoluta e quase ininterrupta”. Entre 1938 e 1970, o PNB *per capita* do Brasil em relação ao PNB *per capita* do “núcleo orgânico” permanecera estacionado em cerca de 12%. O “milagre” brasileiro durante os anos 1970 o elevou para o patamar dos 17,5%. Mas em 1988 já havia recuado para o mesmo patamar de 12%, fazendo o “milagre” parecer miragem na busca pelo desenvolvimento da semiperiferia brasileira. Passados quase três décadas, ainda é cedo para

afirmar se essa horizontalidade se manterá ou não num prazo mais estendido (também de meio século). Pela nova pesquisa de Korzeniewicz (2012), os resultados até aqui são desanimadores. Seus registros apontam que o Produto Nacional Bruto *per capita* (PNBPC) do Brasil se distanciou ainda mais do PNBPC do “núcleo orgânico” entre os anos de 1990 e 2007, de 11,9% para 9,7%.

Analisando a evolução decenal da variação do PIB no século XX, Pochmann (2009, p.68) notou que “o Brasil jamais havia tido a experiência de passar consecutivamente por duas décadas econômicas perdidas” (as de 1980 e 1990). “(...) desde 1980 o país ingressou na mais grave crise desde 1890, responsável pela situação de regressão de sua participação na economia mundial. No ano de 1999, a renda nacional foi equivalente a apenas 2,8% da renda mundial, retroagindo aos anos 80” (idem, 2001, p.37). Argumentou que essa ausência de crescimento sustentado ao longo das duas últimas décadas do século XX, somada à adoção do receituário neoliberal nas políticas públicas, foram responsáveis por conduzir o país “a mais grave crise do emprego de sua história” (2009, p.59). Já havia destacado que nesse “novo modelo econômico”, desfavorável à geração de novos empregos, não havia possibilidades efetivas de retomada do crescimento econômico sustentado. Isso porque tal modelo, baseado na reinserção externa fora erigido num cenário de câmbio, juros e abertura comercial desfavorável, e mais, veio desacompanhado de políticas industrial ativa, comercial defensiva e social compensatória. Os sinais da deflação social já eram nítidos àquela altura, e ficaram ainda mais depois de uma série de pesquisas das quais organizou e nas quais resultaram nas publicações dos *Atlas da exclusão social*.

A avaliação fora a de que no padrão de políticas públicas de restrição fiscal e ausência de crescimento sustentado, tal como vigente entre 1980-2003, “não haverá futuro solidário e inclusivo no Brasil”, e se consolidará “a fragmentação da nação dispersa em algumas ilhas de inclusão cada vez mais rodeadas pelo mar revolto da exclusão social”. Na ocasião (2005), foi avaliado que havia sérios riscos de chegarmos em 2020 em condições de inclusão social ainda piores do que as de então. (Pochmann et al., 2005, p.09-10).

Em estudos mais recentes, Pochmann nos diz que “uma análise mais detalhada sobre o recente movimento geral na estrutura social brasileira ainda está por ser realizada” (2012, p.07), mas sabemos que seus esforços em conjunto com outros pesquisadores lançaram luzes sobre a mobilidade social brasileira durante princípios do século XXI. Cabe sublinhar que neste esforço preliminar encontraram recente ascensão social na base da pirâmide, mas nenhuma *Nova classe média*², tal como alguns vinham defendendo. Previu o autor que os riscos de chegarmos em 2020 em condições de inclusão social pior do que as encontradas em meados dos anos 2000 eram menores no início da segunda década deste novo milênio. Menores porque a renda do trabalho ganhara nos últimos anos peso relativo diante da renda da propriedade no conjunto da renda nacional, isso por conta do retorno do crescimento econômico³ após quase duas décadas de regressão neoliberal, e do fortalecimento do mercado de trabalho, sobretudo do setor de serviços.

2

Ver POCHMANN, Márcio. Nova classe média?: o trabalho na base da pirâmide social brasileira. São Paulo : Boitempo, 2012; POCHMANN, Márcio. O mito da grande classe média: capitalismo e estrutura social. São Paulo : Boitempo, 2014.

3

O Brasil registrou baixo dinamismo entre 1980 e 1999, com expansão média anual do produto de 2,1%, um pouco acima da evolução demográfica, mas bem abaixo do comportamento da economia mundial, das nações periféricas e do centro do capitalismo mundial. A trajetória de crescimento do PIB ao longo dos governos Lula foi em média de 3,5% ao ano durante o seu primeiro mandato (2003-2006) e de 4,6% ao ano durante o segundo mandato (2007-2010). Já nos dois primeiros anos do governo Dilma (2011-2012), a economia cresceu em 2,7% e 0,9% respectivamente. (idem, 2012, p.12-17). Considerando a expansão média anual do produto entre esses anos (2003 e 2012), a comparação é a de que a economia brasileira crescera acima da evolução demográfica, bem como do comportamento da economia mundial.

Menores porque junto com o fortalecimento das classes populares assentadas no trabalho, houve expansão das políticas de apoio às rendas na base da pirâmide social brasileira, a exemplo do aumento do salário mínimo e da massificação da transferência de renda. E menores pela queda na taxa de desemprego, pela maior formalização dos empregos e também porque enormes massas humanas foram resgatadas das condições de miséria e pobreza.

Trata-se de um típico exemplo do desenvolvimento com reflexos sociais, porém com extensão democrática bastante frágil, já que infelizmente a segunda década do século XXI poderá entrar para a história brasileira aprofundando os sinais de regressão, como um ponto de inversão em sua trajetória socioeconômica, geoeconômica e geopolítica. Politicamente, Dilma Rousseff foi recentemente afastada (17/04/2016) por um golpe de Estado⁴ – com amplo apoio de partidos de oposição (PSDB, DEM etc.) e da base “aliada” (PMDB, PSB etc.), poderes do legislativo e do judiciário, da grande mídia, de setores do empresariado nacional (FIESP etc.), movimentos sociais ligados ao MBL e Vem Pra Rua, juntamente com amplos setores da classe média. O mandatário interino Michel Temer, tem promovido em apenas dois anos de governo verdadeiro desmonte do historicamente frágil Estado de bem-estar social. Atualmente se estabelece uma iniciativa nos marcos do Estado nacional brasileiro, orientada para a flexibilização das leis trabalhistas, visando a redução dos custos da força de trabalho e o aumento dos lucros das unidades capitalistas. Ademais, o Estado semiperiférico brasileiro defronta-se com um aumento no endividamento público que atinge 87% do PIB e consome mais de 40% do orçamento do ente federal com o pagamento dos juros e amortizações. O que irá obrigá-lo no médio e longo prazo a aumentar a tributação sobre as unidades capitalistas ou reduzir os benefícios previdenciários das classes perigosas.

Diante da atual conjuntura do sistema mundial e da conjuntura econômica, política e social do Brasil semiperiférico, é possível afirmar que o conservadorismo (direita) na roupagem neoliberal, volta a dominar o cenário político e econômico brasileiro depois de uma década e meia de esforços desenvolvimentistas e mais democráticos, efetuados por parte da velha esquerda brasileira que ascendeu ao poder em 2003. Isso, ratifica que a democracia - já difícil de se ser concretizada no centro da economia-mundo capitalista -, na semiperiferia se mostra ainda mais frágil, em especial na medida em que as estratégias de desenvolvimento vinculam-se com força na produção da parte menos importante das cadeias de mercadorias, qual seja: a produção de matérias primas no setor agrícola. Assim, o conservadorismo brasileiro, agora neoliberal, volta às suas raízes diminuindo o *status* do Estado nacional no sistema interestatal.

Se na conjuntura do sistema mundial se intensifica a competição capitalista, entre o Estado hegemônico e outros Estados localizados no centro do sistema interestatal, a exemplo da China, competição esta que objetiva a reestruturação das cadeias de mercadorias e a continuidade na apropriação da mais-valia do Brasil, não só limitar-se-ão ainda mais as possibilidades de desenvolvimento econômico via especialização na produção de *commodities*, mas a própria soberania nacional encontra-se ameaçada com o aprofundamento do neoliberalismo depois de 2016. Verifica-se um aumento da vulnerabilidade externa, quer diante da atuação dos Estados Unidos, quer diante da atuação da China como novo centro articulador e “periferizador” da economia mundial. Há sinais de que a vinculação da economia brasileira à economia chinesa (há

4

Ver SOUZA, Jessé. A radiografia do golpe: entenda como e por que você foi enganado. Rio de Janeiro: LeYa, 2016; FREIXO, A. & RODRIGUES, T. (Orgs.). 2016, o ano do golpe. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2016; JINKINGS, Ivana, DORIA, Kim & CLETO, Murilo. (Orgs.). Por que gritamos golpe? : para entender o impeachment e a crise. São Paulo : Boitempo, 2016; JINKINGS, Ivana (Org.). Luiz Inácio Lula da Silva, a verdade vencerá: o povo quer saber por que me condenam. São Paulo : Boitempo, 2018.

quase uma década nosso principal parceiro comercial, desbancando os Estados Unidos) não fora bem aproveitada como instrumento de *catch-up*, resultando na retomada do descenso que se estabeleceu durante as duas décadas perdidas de 1980 e 1990 no país. Ainda é cedo para tirar conclusões sobre o relacionamento sino-brasileiro em sua dimensão econômica. O fato é que o Brasil hoje não caminha na direção da ordem internacional emergente, e o neoliberalismo que se aprofunda com toda força nesse Estado nacional pertencente à semiperiferia, solapa ainda mais as conquistas democráticas do “povo soberano” e as parcas possibilidades de desenvolvimento.

Considerações finais

Constata-se que o desenvolvimento econômico ao longo da história da economia-mundo capitalista vincula-se à própria lógica da reprodução do capital. Observou-se que a 500 anos os proprietários do capital objetivam a maximização dos lucros e a minimização dos custos, e que em todos os momentos de redução nas taxas de lucro ocorre um movimento para reduzir os dois custos mais importantes, que são os custos de transação e os custos da força de trabalho. Assim, se a produção da riqueza material social aumentou entre 1500-1945, no período que se segue e que compreende 1945-1968/70 a riqueza produzida superou a riqueza secularmente acumulada no período anteriormente destacado. Em ambos os casos, a concentração da mesma esteve acumulada nas mãos de no máximo 20% da população, ou seja, acima de tudo nas mãos dos grandes proprietários do capital, enquanto a maioria da população basicamente acessou a riqueza material social apenas suficiente para a reprodução da força de trabalho.

Fato relevante é que o desenvolvimento enquanto objetivo da economia para alavancar a produção da riqueza material, se convertera em mote a ser seguido - pelo conjunto dos Estados pertencentes ao sistema interestatal - depois de 1945. De alguma forma, nos marcos da economia-mundo pós 1945, as iniciativas acerca do desenvolvimento econômico tiveram influências tanto das propostas desenvolvimentista dos EUA, quanto da própria URSS nos marcos do sistema-histórico capitalista. No entanto, todas as iniciativas desenvolvimentistas empreendidas pelos mais diversos Estados nacionais não conseguiram romper, em primeiro, com a estrutura hierárquica e desigual existentes nos marcos do sistema mundial, e isso se verifica na mobilidade – em termos de riqueza e poder – desses Estados entre as zonas geográficas que compreendem a estrutura orgânica do sistema-mundo.

Em segundo, o desenvolvimento econômico esteve mais próximo de ser realidade nos Estados nacionais centrais entre 1945-68/70, mas nem por isso eliminou as contradições existentes entre proprietários e não-proprietários (classes perigosas) do capital, apenas amenizou essas contradições com o Estado de bem-estar social. Mas, sabe-se que esse Estado benfeitor em termos sociais, começa a ser questionado já na década de 1970, em especial por se refletir num entrave para a recuperação das taxas globais de lucros que se encontram numa tendência de queda. Não se pode esquecer que depois dos anos 1990, com a queda do muro de Berlim, a adoção das políticas neoliberais e o aumento da financeirização no centro da economia-mundo, acompanhado da deslocalização das grandes unidades capitalistas em direção à periferia – em busca da minimização dos custos da força de trabalho –, as perspectivas do desenvolvimento econômico se retraem, e o próprio Estado de bem-estar nos países localizados no centro

do núcleo orgânico começa a se transformar em um entrave para as necessidades de reprodução do capital.

Terceiro ponto a ser observado, diz respeito às iniciativas desenvolvimentistas nas zonas periféricas. O que se verifica desde 1950 é que o desenvolvimento sempre estivera muito atrelado à noção do crescimento econômico, e os realmente privilegiados foram os grandes grupos capitalistas – centrais, semiperiféricos ou produto da associação de ambos – operantes nos elos mais importantes das cadeias mercantis, os quais sempre estiveram preocupados em reduzir os custos da força de trabalho. Ademais, na periferia do sistema-mundo o Estado de bem-estar social sempre fora muito débil e estivera muito distante do Estado de bem-estar verificado nas regiões centrais. Alia-se a isso o fato de que o aparecimento do neoliberalismo na semiperiferia já nos anos 1970 limitou bastante os possíveis benefícios de um Estado benfeitor.

O quarto ponto a ser grifado é a substituição da ideologia liberal pelo neoliberalismo. O liberalismo permitiu a implantação de um “desenvolvimento econômico” levando em consideração a necessidade de incorporar parte das demandas das classes perigosas, o que significou um aumento da democracia na medida em que os trabalhadores e outros grupos de excluídos tiveram conquistas trabalhistas, no campo da saúde, educação, habitação, cultura e lazer. O advento do neoliberalismo tem quitado gradativamente essas conquistas, primeiro porque se faz necessário depois dos anos 70 o reestabelecimento das taxas de lucro, e para isso é necessário diminuir os custos da força de trabalho, flexibilizando-se direitos trabalhistas adquiridos do “povo soberano”, acima de tudo na periferia. Por esse motivo é que boa parte da deslocalização das unidades capitalistas se direcionou a essa zona da economia-mundo, pois isso permitiu compensar a queda nas taxas de lucro. Outro ponto importante, é que com o neoliberalismo aumentou a restrição orçamentária dos Estados nacionais – ente político – principalmente por causa do endividamento público crescente, o que tem obrigado os mesmos a reduzirem os gastos com as demandas sociais.

Portanto, vivencia-se na semiperiferia desde os anos 80, e mais precisamente nos dias atuais, a impossibilidade de converter a democracia em realidade, pelo contrário, a maioria da população tem assistido a uma redução drástica da democracia com o aprofundamento do neoliberalismo. No caso brasileiro atual, a pobreza voltou a aumentar e em 2018 atinge 53 milhões de brasileiros; o desemprego formal os 13% e a informalidade já ultrapassara os 51% da População Economicamente Ativa (PEA) que está em torno de 90 milhões de pessoas. E o que dizer sobre *el desarrollo económico*? Essa resposta não é tão difícil quanto em geral se imagina. Basta observar sobretudo os movimentos das unidades capitalistas mais importantes (obstinados em reduzir os custos de transação e da força de trabalho para maximizar os lucros) e dos Estados nacionais, suas regiões e populações, tornadas prioridades quando contribuem para a consecução daqueles objetivos. Quanto ao projeto de desenvolvimento brasileiro via *Uma ponte para o futuro*⁵, o que se pode dizer é que “voltamos 20 anos em 2”, no mínimo.

5

Disponível em: <http://pmdb.org.br/wp-content/uploads/2015/10/RELEASE-TEMER_A4-28.10.15-Online.pdf>.

Referências bibliográficas

- AMIN, Samir & HOUTAR, François. (Org.). Mundialização das Resistências: o estado das lutas 2003. São Paulo : Cortez, 2003.
- ANDERSON, Perry. História e lições do neoliberalismo. Em: HOUTAR, François & POLET, François. (Coord.). O outro Davos: mundialização de resistências e lutas. São Paulo : Cortez, 2002.
- ARRIGHI, G. O Longo Século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- FERNANDES, F. Que tipo de República? 2º ed. São Paulo : Globo, 2007.
- _____. A Revolução Burguesa no Brasil. 5º ed. São Paulo: Globo, 2011.
- FIORI, J. L. História, estratégia e desenvolvimento. São Paulo: Boitempo, 2014.
- FURTADO, C. Formação Econômica do Brasil. 27º ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional: Publifolha, 2000.
- HOBBSBAWN, Eric. Era dos extremos: o breve século XX. São Paulo : Companhia das Letras, 2001.
- KORZENIEWICZ, R. P. Desigualdades mundiais de renda: em direção a uma perspectiva crítica. In: VIEIRA, P. A., VIEIRA, R. L. & FILOMENO, F. A. (Org.). *O Brasil e o Capitalismo Histórico*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012, p.137-168.
- OLIVEIRA, F. Brasil. In: SADER, E.; JINKINGS, I.; NOBILE, R.; MARTINS, C. (coords.). *América Latina: Enciclopédia contemporânea da América Latina e do Caribe*. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2006.
- POCHMANN, M. O emprego na globalização: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu. São Paulo: Boitempo, 2001.
- _____. Desempregados do Brasil. In: ANTUNES, R. (Org.). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. 1ª edição. São Paulo : Boitempo, 2009.
- _____. Nova classe média? São Paulo: Boitempo, 2012.
- _____. Políticas públicas e situação social na primeira década do século XXI. São Paulo: Boitempo, 2013. In: SADER, E. *10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma*. São Paulo: Boitempo, 2013, pp.145-156.
- POCHMANN, M et al. (Org.). Atlas da exclusão social: a exclusão no mundo. São Paulo: Cortez, 2005.
- PRADO JUNIOR, C. História econômica do Brasil. 43º ed. São Paulo: Brasiliense, 1998.
- RIBEIRO, D. O povo brasileiro. 2º ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- _____. Falando dos índios. Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro. 2010
- SADER, Emir. O anjo torto: esquerda (e direita) no Brasil. São Paulo : Brasiliense, 1995.
- TAVARES, M. C. Transformação do modelo de desenvolvimento na América Latina. In: TAVARES, M. C. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro: ensaios sobre economia brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.
- WALLERSTEIN, I. A Reestruturação Capitalista e o Sistema-Mundo. In: GENTILI, P. *Globalização Excludente*. Petrópolis: Editora Vozes, 1999, pp. 223-251.
- _____. Capitalismo histórico. In: WALLERSTEIN, I. *Capitalismo histórico e civilização capitalista*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001, pp. 13-94.
- _____. Liberalismo e democracia: *frères ennemis*? In: WALLERSTEIN, I. *O fim do mundo como o concebemos: ciência social para o século XXI*. Rio de Janeiro: Revan, 2002a, pp. 123-139.
- _____. Após o Liberalismo: em busca da reconstrução do mundo. Petrópolis : Vozes, 2002b.

_____. Desenvolvimento societário ou desenvolvimento do sistema-mundo? Em: WALLERSTEIN, I. *Impensar a Ciência Social: os limites dos paradigmas do século XIX*. Aparecida: Ideias & Letras, 2006.

_____. O desenvolvimento: uma estrela polar ou uma ilusão? In: WALLERSTEIN, I. *Impensar a Ciência Social: os limites dos paradigmas do século XIX* Aparecida: Ideias & letras, 2006, pp. 123-145.

A ATUAL INSTABILIDADE POLÍTICA BRASILEIRA COMO COMPONENTE DE UMA ONDA

Rodrigo Luiz Medeiros da Silva e Lucimara Flavio dos Reis***

Resumo:

O objetivo deste ensaio é discutir a atual crise política brasileira, considerando fatores sistêmicos e domésticos. Em primeiro lugar, iluminaremos a recente trajetória política do Brasil, onde houve uma recente transição de poder ocorrida à margem do ritual eleitoral. Em segundo lugar, focalizaremos algumas outras jovens democracias, a fim de identificar discontinuidades análogas no processo político. Por discontinuidade, aludimos especialmente à tentativa, exitosa ou não, de derrubar de um governo eleito por procedimentos não eleitorais. Também incluímos como discontinuidade o giro autoritário por parte de presidentes que contemplam tal ameaça. Ao identificar esses pontos de comparação, caracterizaremos a ocorrência de uma onda internacional de instabilidade política, abarcando um conjunto de jovens sistemas eleitorais. Em paralelo, contudo, focalizaremos algumas peculiaridades institucionais do processo que levou à queda da ex-presidente Dilma Rousseff, a fim de sugerir que fatores internos têm sido relevantes na acomodação do país ao *Zeitgeist* internacional. Como conclusão teórica, argumentaremos que é hora de retornar aos nossos precursores, os autores da Dependência, para reconsiderar a conexão entre a mobilização dos atores locais, a política interna e os choques sistêmicos.

Palavras-Chave: 1) Crise Política; 2) Impeachment; 3) Brasil; 4) Coréia do Sul; 5) África do Sul; 6) Peru

1. Introdução e objetivos;

Após uma década de crescimento econômico e redução da pobreza, o Brasil mergulhou em uma das recessões mais profundas de sua história. Diferentemente das oito outras recessões ocorridas no país desde 1980¹, esta parece possuir um componente político predominante. Ou seja, há notáveis complicações fiscal-financeiras que seguramente contribuíram para a desaceleração econômica, mas tais fatores foram imensuravelmente amplificados pela intensificação de uma crise política simultânea, bloqueando qualquer programa consistente de restauração do crescimento econômico.

Em 31 de agosto de 2016, Dilma Rousseff sofre um processo de *impeachment* controverso. Esse episódio constitui o clímax de um longo e complexo julgamento parlamentar, que em última instância exigia a formação de maiorias abarcando mais de dois terços tanto da Câmara quanto do Senado. Ou seja, para que a presidenta fosse absolvida, sua base de apoio apenas precisava exceder um terço dos componentes de ao

* Professor Adjunto de Economia Internacional, Universidade Federal da Integração Latino Americana - UNILA. [e-mail: rodrigo.silva@unila.edu.br]

** Professora Adjunta de Políticas Públicas, Universidade Federal da Integração Latino Americana - UNILA [e-mail: lucimara.reis@unila.edu.br]

¹ Respectivamente, em 1981-83, 1987-88, 1989-92, 1995, 1998-99, 2001, 2003 e 2008-09.

menos uma das Casas. A inépcia do governo em obter uma margem tão pequena de apoio indica que sua queda foi precedida por uma espécie de fadiga na relação presidencial com o Congresso. Depois de destituída a mandatária, um novo governo é formado ao redor de um personagem que esteve na Câmara dos Deputados por décadas. Uma forte relação com o Congresso foi necessariamente restabelecida, mas a crise política não terminou. A plataforma política do novo governo seria indissociável das aspirações programáticas dos expoentes da nova maioria parlamentar, que anteriormente integrava as fileiras da oposição. Necessariamente, o novo programa colidiria com a plataforma responsável pela eleição do vice-presidente, menos de dois anos antes. Além disso, os principais parlamentares que dirigiram o movimento de *impeachment* têm lutado continuamente pelo reforço de suas respectivas posições no novo governo, dificultando a estabilização de uma coalizão apta a representá-lo nas eleições presidenciais que se avizinham. Nesse contexto de instabilidade continuada, e sem que a promessa de recuperação econômica tenha sido entregue, a popularidade de Michel Temer permanece em níveis diminutos.

O objetivo deste artigo é analisar a intrincada crise brasileira, considerando fatores sistêmicos e domésticos. Primeiramente, a ruptura brasileira é um caso isolado? Existem crises paralelas em países em desenvolvimento comparáveis? Nossa primeira hipótese é de que a análise dos recentes desenvolvimentos políticos nas economias em desenvolvimento de renda média, especificamente aquelas com jovens democracias, revelará descontinuidades políticas análogas. Se essa hipótese proceder, deve haver fatores sistêmicos emulando instabilidade política dentro do Sistema Mundial, ou pelo menos dentro de algumas de suas regiões. Em segundo lugar, identificados outros casos de instabilidade política, pretendemos iluminar as peculiaridades do caso brasileiro. Ou seja, ao comparar algumas características institucionais de países semelhantes que ora enfrentam instabilidade política, pretendemos avaliar uma segunda hipótese: fatores de ordem local tornam o caso brasileiro efetivamente singular. Em terceiro lugar, nossas considerações finais constituem um apelo ao estudo dos antigos teóricos da Dependência, a fim de reconsiderar a conexão entre mobilização de atores locais, política interna e choques sistêmicos.

2. Um panorama da recente crise política brasileira

Em agosto de 2012, o prefeito de Natal decidiu aumentar a tarifa de ônibus local. Tumultos tomaram as ruas durante o mês seguinte, convencendo a autoridade municipal a reduzir o custo das passagens para o nível anteriormente vigente. Protestos semelhantes ocorreram na cidade de Porto Alegre, em março de 2013. Mesmo antes de a administração da cidade reconsiderar as tarifas, elas também foram trazidos de volta ao seu valor anterior, uma vez que uma decisão judicial favoreceu a reivindicação dos manifestantes. Em maio, a cidade de Goiânia teve as ruas tomadas por manifestações com a mesma motivação. Mais uma vez, uma decisão judicial forçou a redução das tarifas locais de ônibus.

Em junho de 2013, aumentos nos preços dos bilhetes de ônibus, trem e metrô representaram a faísca para protestos similares em São Paulo e no Rio de Janeiro. Dada a

magnitude dessas cidades, as queixas tornaram-se instantaneamente uma questão nacional. Nesse ponto, a presença de tantas pessoas nas ruas estimulou a expressão de quase todos os tipos de descontentamento. Uma vez que o terreno foi limpo e aberto pelas primeiras manifestações, outros atores se uniram para fazer suas próprias queixas. O escopo dos protestos evoluiu rapidamente, de modo a incluir quase todas as fontes de desencanto com a classe política em geral. Particularmente, os manifestantes evocaram questões como os casos generalizados de corrupção, os aumentos nos preços dos bens de consumo básicos, o nível de tributação, a má qualidade dos serviços de saúde, a baixa qualidade da educação pública e o elevado custo das instalações esportivas então em construção para a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016. Além disso, a brutalidade policial usada contra alguns manifestantes e jornalistas incitou agitação adicional.

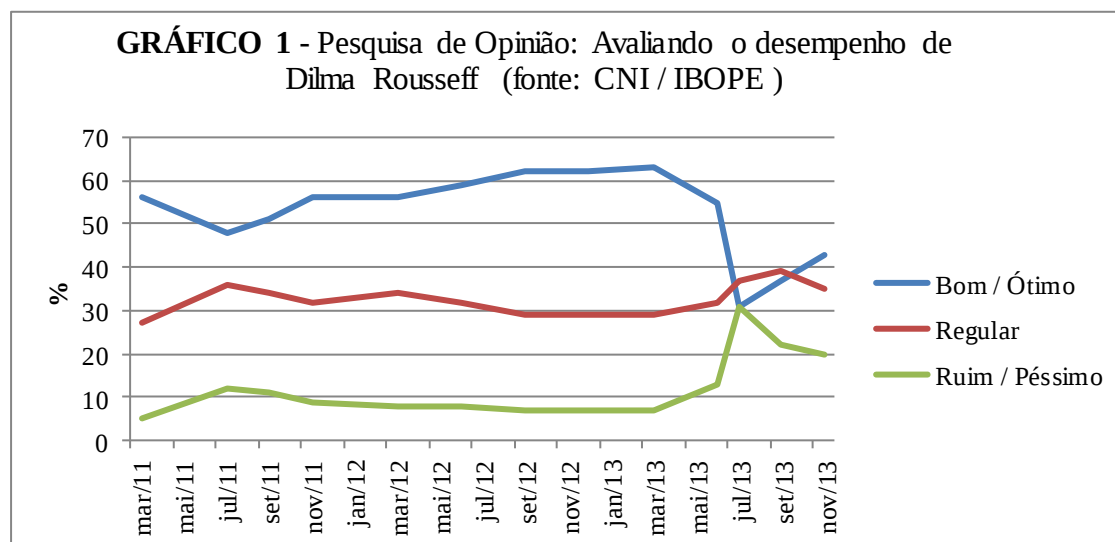
No Brasil, o transporte urbano é uma responsabilidade constitucional compartilhada entre os municípios e os governos estaduais. Não é um dever direto do governo federal. Causa certa perplexidade, então, que o governo federal tenha sido colocado no centro de protestos originalmente convocados a propósito de reivindicações sobre mobilidade urbana. Mesmo assim, havia um alinhamento político entre os prefeitos das duas principais cidades brasileiras e a presidente Dilma Rousseff. No caso de São Paulo, o prefeito Fernando Haddad foi ministro da Educação de Dilma. Ambos são filiados ao PT. No Rio, o prefeito Eduardo Paes era do PMDB, mas representava uma coalizão local de aproximadamente os mesmos partidos que então apoiavam o governo de Dilma Rousseff. Portanto, não houve censura mútua entre os dois níveis de governo, que fatalmente enfrentaram as demandas solidariamente.

Ademais, como uma tecnocrata com pouca capacidade de comunicação, a presidenta demorou bastante tempo para dirigir um pronunciamento à nação. Quando ela finalmente o fez, inesperadamente, foram propostas mudanças ousadas no sistema político do país. Nomeadamente, uma Assembleia Constituinte (supostamente exclusiva) para reformar o sistema eleitoral e os métodos de financiamento de campanhas políticas. A ideia de propor uma profunda reforma política durante uma turbulência política pareceu irrealista, acentuando o desânimo geral quanto à possibilidade de o governo federal encaminhar alguma proposta substantiva a propósito dos itens demandados.

Paralelamente a essa profunda reforma que nunca tramitou, a presidência também anunciou medidas mais pontuais, destinadas mais diretamente a inibir fraudes sistemáticas contra o Erário. As novas medidas incluíam a ora popularizada “delação premiada”: os Procuradores estariam autorizados a fazer acordos com suspeitos, reduzindo suas sentenças em troca de informações que pudessem auxiliar as investigações². No que se refere especificamente às tarifas de transporte, supostamente a motivação original dos manifestantes, um aumento considerável no investimento do governo em transporte público também foi anunciado. Ainda assim, levaria anos para transformar (pré-)projetos em novas instalações de transporte. A alegada demanda original do Movimento Passe Livre, qual seja, a gratuidade dos transportes sequer foi

² A partir de decisão do Supremo Tribunal Federal em 20/06/2018, também a Polícia Federal pode celebrar tais acordos.

mencionada. Não houve discussão séria sobre como financiar a melhoria sistemática das redes de transporte urbano, ou a modicidade desejada das tarifas. Esta agenda simplesmente não despontou; nem mesmo em São Paulo, onde uma velha discussão sobre a criação de um pedágio urbano representava uma alternativa concreta para financiar o transporte público. Em todo o país, os aumentos nas tarifas de transporte público foram apenas adiados e os protestos se acalmaram gradualmente. A incapacidade política da presidenta tornou-se flagrante e sua popularidade simplesmente entrou em colapso.



Esse declínio abrupto nos índices de aprovação atingiu praticamente todos os níveis de governo em todas as regiões brasileiras. Aparentemente, expressou uma impopularidade progressiva de toda a classe política e, correspondentemente, uma queda na confiança com respeito às instituições políticas. A popularidade de Dilma Rousseff nunca se recuperou dos chamados “protestos de 2013”. Mesmo assim, ela foi endossada pelo PT para concorrer à reeleição. Pouco antes da data das eleições, um ex-executivo da Petrobras acusa vários políticos do PT e vários membros da coalizão governista de terem aceitado propinas. Em 17 de março de 2014, essas acusações levaram ao lançamento da chamada Operação Lava Jato, uma investigação criminal realizada pela Polícia Federal, em sua filial de Curitiba, além do Ministério Público local, sob o juízo de Sérgio Moro. Motivados pelo novo instrumento legal de negociação judicial, os procuradores requisitam a prisão “preventiva” de dezenas de executivos de grandes fornecedores da Petrobras, usando suas declarações durante a privação de liberdade como elemento indiciário para processar vários políticos. A situação política em Brasília já havia ficado tensa quando foi anunciado que o país estava em recessão ao longo do primeiro semestre de 2014. Doravante o clima seria pré-apocalíptico.

No Brasil, como argumenta Albuquerque (2016), os escassos veículos de comunicação nacionais têm uma inclinação para a cobertura negativa de políticos de esquerda. Após o escândalo da Petrobras e a deterioração dos indicadores econômicos, essa tendência foi gradativamente reforçada. Diariamente, a mídia comparou o “mundo sujo” da política com uma versão idealizada do judiciário, onde juízes de alto nível e bravos promotores encarnariam o descontentamento nacional com a corrupção.

Nitidamente, quase todas as figuras referenciais na política brasileira estavam implicadas em estruturas inter-relacionadas de corrupção que remontam às quatro administrações federais anteriores. No entanto, a linha editorial dos principais veículos de imprensa insistiu em uma excepcional predisposição do Partido dos Trabalhadores para se envolver com a corrupção, tentando conectar seu líder, o ex-presidente Lula, a todos os principais casos de corrupção então revelados. Uma vaga narrativa catastrofista sobre a desaceleração econômica também tentou ligar a corrupção, a crescente ineficiência do governo e a crise econômica.

Às vésperas das eleições gerais de 5 de outubro e 26 de outubro de 2014, esses eram os eixos editoriais dos principais veículos brasileiros de imprensa. Durante a campanha eleitoral, o carisma do ex-presidente Lula certamente contribuiu para ampliar a intenção de voto nos candidatos do Partido dos Trabalhadores, compensando parcialmente as baixas taxas de aprovação da atual presidenta. Mesmo assim, além disso, os itens da plataforma política do PT foram alvo de aguerridas discussões político-eleitorais. Suas bandeiras, centradas na promessa de desenvolvimento liderado pelo Estado, através de subsídios federais ou iniciativa federal nos principais setores econômicos, tal qual a contínua expansão dos programas de bem-estar social, inegavelmente atraíram um grande segmento da sociedade brasileira. Após uma campanha muito agressiva e polarizada, Dilma Rousseff seria reeleita em novembro de 2014, após derrotar por escassa margem Aécio Neves.

A eleição não significou um período de lua-de-mel para o governo. O Congresso permaneceu polarizado, notadamente quando o candidato presidencial derrotado retomou imediatamente seu papel de líder opositor no Senado. Além disso, seu partido apresentou uma queixa legal contra a presidenta recém-eleita, evocando supostos casos de abuso de poder político e econômico durante a campanha. Seu objetivo era retirá-la do cargo, embora a derrota tivesse sido admitida por Aécio Neves em um telefonema para a mandatária reeleita. Em coro, quase todos os dias os detalhes das investigações realizadas em Curitiba tomaram as primeiras páginas dos jornais. Com controles pouco institucionalizados sobre as declarações públicas de promotores, policiais e delegados, estes se transformariam em ícones *pop*: eles frequentemente deram entrevistas à imprensa, receberam com toda a pompa prêmios em eventos promovidos pela mídia, utilizaram as mídias sociais para revelar opiniões políticas sobre os políticos investigados, etc. A legitimidade dos futuros vereditos seria seriamente afetada por esse comportamento tão inadequado ao papel institucional de representantes da Lei.

A temperatura política aumentaria ainda mais em março de 2016, quando o ex-presidente Lula é nomeado chefe de gabinete de Dilma Rousseff, alegadamente para fortalecer seu governo em um relacionamento cada vez mais difícil com o parlamento. Como Ministros de Estado só podem ser processados no chamado “foro privilegiado”, a oposição ao governo tributou a nomeação a um intento de protegê-lo dos processos em Curitiba. Como resposta, o juiz Sérgio Moro impunemente libera à imprensa quase 50 gravações de áudio para a mídia, contendo várias conversas entre a presidenta e o ex-presidente. Elas revelaram suas opiniões íntimas sobre muitos políticos, juízes e aliados. Politicamente, foi um desastre para o governo. Em uma das conversas, Dilma Rousseff

diz a Lula que enviaria seu termo de nomeação ministerial “em caso de necessidade”. A mídia e a oposição interpretaram essas palavras como significando que ela estava lhe entregando os documentos rapidamente, para que ele pudesse mostrá-los à polícia evitando uma eventual detenção. Negando tal versão, a presidência declara que os papéis teriam sido enviados para o caso de Lula não comparecer à cerimônia de posse, que deveria ocorrer na manhã seguinte. Pela controvérsia política criada, a nomeação de Lula acabaria sendo sustada por uma decisão judicial. No mesmo mês, o vice-presidente Michel Temer retirou seu apoio ao governo, iniciando o realinhamento político que selaria a queda da presidente Dilma Rousseff.

Em seis meses, mediante o uso do mecanismo constitucional do *impeachment* presidencial, os 13 anos de governo do Partido dos Trabalhadores chegariam ao fim. No Brasil, contudo, o uso desse instrumento legal exige a existência de um “crime de responsabilidade”, um ato inconstitucional diretamente atribuível ao presidente. Dois crimes foram citados como fundamento para iniciar o julgamento presidencial. Em primeiro lugar, a presidenta foi acusada de autorizar um adiamento no pagamento de R\$ 3,5 bilhões para o Banco do Brasil. À luz da peça de acusação, isso constituiria uma espécie de empréstimo ilegal ou operação de crédito. Em segundo lugar, o outro ilícito consistia em autorizar, sem prévia aprovação do Congresso, três decretos de crédito suplementar, supostamente determinando gastos adicionais de R\$ 2,33 bilhões. Este montante foi utilizado em educação, seguridade social e diversas atividades dos órgãos executivos e judiciários. Mesmo assim, em termos técnicos há uma substancial controvérsia na caracterização de tais operações como gastos adicionais efetivos, em vez de mera realocação de fundos. Além disso, a responsabilidade individual da presidenta é altamente controversa. No Brasil, o presidente só pode assinar um decreto depois de passar por um longo processo, envolvendo análises técnicas e jurídicas. Na época em que esses decretos chegaram ao gabinete presidencial, não havia um entendimento inequívoco de que eles violassem qualquer parâmetro legal. Alguns dos parlamentares encarregados de julgar a presidenta até argumentaram que o *impeachment* foi tornado necessário pela má gestão da economia por parte de Dilma Rousseff, embora a má gestão não constitua uma base legal válida para o *impeachment*. Polêmicas à parte, é inequívoco que surgiu uma maioria parlamentar decidida a retirar Dilma Rousseff do cargo.

O *impeachment* foi finalmente confirmado pelo Senado até o final de agosto de 2016. Posteriormente, o vice-presidente formou um novo governo. Tendo como prioridade restabelecer uma base congressual apta a salvaguardar o poder executivo da ameaça de destituição, o novo governo aponta para uma plataforma política que era radicalmente diferente daquela que fora endossada durante toda a campanha eleitoral do vice-presidente, mas que era consistente com as aspirações da maioria dos parlamentares. Com a débil justificativa legal acima indicada, e culminando com uma reviravolta de agenda de governo, o *impeachment* de Dilma Rousseff acabou soando como mero subterfúgio institucional para anular os resultados das últimas eleições presidenciais do país. Após a queda da presidenta, ademais, a crise política apenas se prolongou.

3. A crise política brasileira em uma onda internacional de instabilidade política

Em democracias ideais, mudanças na agenda política devem emanar da pura competição eleitoral. Mas nos últimos anos, pelo menos no que diz respeito a alguns países em desenvolvimento relevantes, as raízes da volatilidade política transcenderam o pêndulo eleitoral guiando a alternância de poder entre os partidos constituídos. Além da busca por cativar a preferência do eleitorado, o repertório de atuação política subitamente assimilou métodos bastante heterodoxos, incompatíveis com o ideal democrático. A conspiração parlamentar velada contra o poder executivo, forma tradicional de minar seu poder de iniciativa e forçá-lo à negociação, assumiu nova natureza: o uso maciço de rotinas investigativas da polícia e até do ritual judicial para apurar intermináveis denúncias de corrupção, onde a participação tácita do chefe do executivo é levemente pressuposta, enfraquecendo sua autoridade constitucional, independentemente do desfecho dos julgamentos. Nesse contexto, houve a banalização das petições e até dos ajuizamentos de *impeachment*. Ao longo dessa década, portanto, vários casos de crises políticas que levaram à pressão por rotatividade de poder envolveram táticas fundamentalmente não eleitorais, possibilitando descontinuidades consideráveis no primado da definição eleitoral dos eixos do programa de governo.

Examinemos três eventos políticos recentes de três países que, como o Brasil, passaram por processos de *impeachment* nos últimos anos: Peru, Coreia do Sul e África do Sul. No Peru, os quatro últimos presidentes foram investigados por lavagem de dinheiro, corrupção ou abusos dos direitos humanos. Como resultado inesperado do instrumento da delação premiada no âmbito da Operação Lava Jato, surgiram confissões de crimes cometidos no exterior por empresas e cidadãos brasileiros. Nesse contexto, o presidente peruano, Pedro Pablo Kuczynski, é acusado de mentir sobre pagamentos da Odebrecht, maior conglomerado brasileiro de construção, ao Westfield Capital, banco de investimentos de sua propriedade.

Kuczynski enfrenta um primeiro julgamento de *impeachment* no Congresso, onde 78 representantes votaram a favor e 19 contra. No Peru, para que o *impeachment* presidencial seja aprovado, é necessário formar uma super-maioria de dois terços: 87 votos, em um parlamento unicameral. Nessa primeira votação, o presidente escapa do *impeachment* apesar de suas taxas de aprovação situarem-se em níveis extremamente baixos. Três dias depois de ser absolvido, contudo, é conferido um indulto ao ex-presidente Alberto Fujimori. Protestos tomam as ruas de Lima, identificando esse perdão como um pagamento ao apoio do filho de Fujimori, Kenji Fujimori, durante a votação do *impeachment*. Paralelamente, surgem gravações secretas que aparentemente mostram aliados presidenciais oferecendo contratos lucrativos em troca de ajuda para derrotar uma segunda votação de *impeachment*. Mais protestos tomam as ruas, e o Congresso marca o segundo julgamento de *impeachment* contra o presidente. Sem ter os votos necessários para escapar novamente, Kuczynski oferece sua renúncia na véspera da votação da destituição (21 de março de 2018). Diferentemente do Brasil, o vice-presidente Martín Vizcarra tende a prosseguir com a agenda política de seu antecessor.

O processo que levou à queda do governo peruano ocorre simultaneamente à renúncia do presidente sul-africano. O presidente Jacob Zuma enfrentou várias acusações de corrupção durante seu período no governo. O mais icônico, no entanto, diz respeito a

melhorias extravagantes em sua residência, a chamada Nkandla Residence, fora da capital. O Erário foi usado para pagar adições e benfeitorias, alegadamente por razões de segurança. Mesmo assim, totalizando mais de R246 milhões, o escopo do projeto de renovação certamente foi muito além das questões de segurança. O sistema político sul-africano é parlamentarista, diferentemente do Brasil e do Peru. Zuma não deixou de contar com uma maioria parlamentar durante os nove anos de seu governo, o que permitiu que se mantivesse governando a despeito das denúncias.

Em 31 de março de 2016, apesar disso, a Suprema Corte da África do Sul considerou que a constituição do país havia sido violada, pois o parlamento não cumprira suas atribuições ao responsabilizar o Presidente Jacob Zuma, determinando o reembolso dos valores empregados em sua casa rural para fins particulares. Além disso, de acordo com esta sentença, a Assembleia foi instada a instituir um mecanismo que pudesse ser usado para a remoção do presidente. Em outras palavras, o parlamento tinha que garantir a possibilidade de um processo de *impeachment* contra Zuma. Em dezembro de 2017, Dlamini-Zuma, uma das esposas do presidente, foi derrotada por Cyril Ramaphosa na eleição para a presidência de seu partido, o Congresso Nacional Africano - ANC. Expirado o mandato de Zuma como presidente do ANC, seu partido solicita sua renúncia. Diante da votação de uma moção de desconfiança no Parlamento marcada para 15 de fevereiro, Jacob Zuma atende ao chamamento e anuncia sua renúncia em 14 de fevereiro de 2018. No dia seguinte, a Assembleia Nacional elege Cyril Ramaphosa como o novo presidente da África do Sul. Como no Peru, a queda do presidente não denota mudanças significativas nas prioridades políticas do país.

Nos casos peruano e sul-africano, houve uma descontinuidade política com a renúncia presidencial. Mas dessa descontinuidade não determinou uma mudança substantiva na agenda política. Como no Brasil, a história envolveu protestos substanciais nas ruas, reprovando escândalos de corrupção. A chuva de denúncias foi intensamente veiculada pela imprensa, alçando procuradores e até juízes ao *status* de celebridades, e, especialmente, evidenciando que seu papel supostamente institucional e apartidário se convertera em elemento fundamental para o processo político. Paralelamente, as ruas estiveram repletas de manifestantes, em marchas convocadas e ecoadas com o uso de ferramentas de mídia social, e pelos próprios meios de comunicação que veiculavam as denúncias. Mais do que um mero instrumento de anúncio de protestos, as novas tecnologias de comunicação revigoraram a capacidade dos grupos hegemônicos de defender suas causas e cooptar seguidores. Nesse novo ambiente “virtual”, o prestígio do governo pôde ser pacientemente solapado, à medida que pleitos corporativos e até ideias sectárias emergiam do confinamento para se tornar uma reivindicação legitimada.

Ao mesmo tempo, a democracia representativa há muito tem sido desafiada por críticas intelectuais ecléticas. Em momentos de turbulência, a autoridade dos altos burocratas e juízes tendencialmente ocupam a brecha de legitimidade do poder executivo, investindo contra o governo ou produzindo uma atmosfera de anarquia que, em última análise, parece justificar sua queda. Nesses novos tempos, com essas inovações no repertório de ação coletiva, vencer eleições não é mais garantia de ocupar cargos durante a duração prescrita de um mandato.

Mesmo assim, a validade contingente do argumento democrático não é o destino necessário de todas as democracias adolescentes. Nos últimos anos, Argentina e Chile enfrentaram a alternância de governos esquerdistas a direitistas, porém mediante um processo emanado de eleições competitivas, sem qualquer tipo de descontinuidade. O México deve enfrentar uma transição semelhante no futuro próximo, mas da direita para a esquerda. Mesmo onde ocorreram descontinuidades no ritual democrático, o outono democrático não necessariamente precede o inverno. Alguns meses após o impeachment no Brasil, em 9 de dezembro de 2016, a Assembleia Nacional da Coreia do Sul também votou pelo *impeachment* da presidenta Park Geun-hye. No caso sul-coreano, no entanto, a aceitação do *impeachment* teve que ser confirmada pelo Tribunal Constitucional da Coreia, em um julgamento com prazo legal de até seis meses. Em 10 de março de 2017, o tribunal confirmou a destituição em uma decisão unânime, removendo Park da Casa Azul. Desse modo, a queda da presidenta direitista mediante um processo de *impeachment* só ocorreu após uma decisão legal definitiva, baseada em fortes evidências surgidas contra ela. E, inevitavelmente, houve novas eleições competitivas. Na nova eleição realizada em 9 de maio de 2017, elegeu-se Moon Jae-in, um opositor de Park. A chegada da oposição de esquerda ao poder foi então legitimada pelo pêndulo eleitoral. As mudanças na agenda do governo, notadamente naquilo que concerne ao relacionamento com a Coreia do Norte, foram legitimadas pelos eleitores e a crise política foi prontamente estancada.

O estridente contraste com o caso brasileiro esclarece a importância das idiossincrasias locais para acomodar a instabilidade política. O processo brasileiro começa quando uma petição para a destituição presidencial, com base em supostas irregularidades financeiras nas contas públicas, foi aceita pelo presidente da Câmara dos Deputados. No Brasil, é prerrogativa unilateral desse cargo abrir o rito que pode levar a um *impeachment* presidencial. A suspensão do presidente, no entanto, deve ser preliminarmente votada pela Câmara. Se aprovado, um longo julgamento é realizado por uma comissão composta exclusivamente pelos deputados. Dentro de seis meses, esta comissão deve divulgar um relatório, condenando ou absolvendo o presidente. Supõe-se que este documento seja votado pela Câmara dos Deputados e, se a decisão for favorável ao *impeachment*, ele ainda deve ser confirmado pelo Senado. Do começo ao fim, o ritual é predominantemente um choque político. A natureza política do julgamento estimula uma fácil desconexão entre discurso político e evidência jurídica, deslegitimando inevitavelmente o veredito.

Dada a multiplicidade de partidos no Brasil, uma coalizão de partidos extremamente dissimilares, tradicionalmente formada logo após as eleições, tem o papel de criar uma maioria parlamentar de conformação precária, mas que permite organizar os rituais legislativos minimamente necessários ao funcionamento cotidiano do poder executivo. Normalmente, a motivação de outras forças políticas para aderir a tais coalizões é a ocupação de posições estratégicas nas empresas estatais e no Estado. Quando a coalizão formada por Dilma se desintegrou no bojo da derrocada de sua popularidade, Temer operou um realinhamento político capaz de forjar uma nova frente majoritária para apoiar um futuro governo seu. Providencialmente para ele, essa mesma

coalizão seria capaz de derrubar a atual presidenta. O *impeachment* deriva então de um realinhamento político que desguarnece o governo Dilma de um mínimo apoio parlamentar. Esse realinhamento acaba culminando com uma re-aglomeração de forças políticas em torno do vice-presidente, que nos marcos constitucionais brasileiros não encontra limites para derrubar a mandatária e colocar-se em seu lugar, prescindindo de sanção do eleitorado ou confirmação do judiciário.

Em termos institucionais, o único limite para essa sorte de construção parlamentar de um governo não diretamente eleito é a prerrogativa do presidente da Câmara dos Deputados em acolher, ou não, as petições de impedimento do chefe do poder executivo. Mesmo assim, um colega de partido do vice-presidente presidia então a Câmara dos Deputados. O vice-presidente estava totalmente livre, assim, para desempenhar um papel ativo tanto no processo que levou à queda de Dilma Rousseff, quanto na construção do novo governo. Por razões óbvias, os principais partidos políticos que apoiaram Dilma Rousseff tiveram que ser excluídos dessa aliança alternativa. O futuro gabinete deveria ser formado por opositores viscerais do governo deposto, o que fatalmente determinava uma drástica mudança de agenda sem legitimação eleitoral.

A marca da deslealdade vice-presidencial ou mesmo da conspiração seria inevitável. Mas essa ideia seria reforçada pelo extremo hibridismo político de Michel Temer e de seu partido. Eleito com uma proposta de melhorar as agências do estado de bem-estar social brasileiro, Temer não encontra nenhum obstáculo institucional (ou político) ao anunciar as mais profundas reformas liberais já aventadas na história do Brasil. Para as forças políticas que por muito tempo apoiaram tais reformas, parecia bastante claro que a oportunidade é agora ou nunca (ou pelo menos não por muito tempo). Não surpreendentemente, a crise política que originou o debate sobre o *impeachment* continuou ou até se aprofundou sob o novo governo.

Na Coreia do Sul, com diferentes instituições disciplinando o *impeachment* presidencial, seria inexequível destituir um presidente eleito formando uma espécie de conluio parlamentar, cujo incentivo aparentemente era usar o arcabouço legal do processo de *impeachment* para forçar uma reorientação ideológica completa do governo. O rito de *impeachment* sul-coreano só é concluído depois de o presidente ter sido condenado pela Suprema Corte. No Brasil, como argumentamos anteriormente, a reviravolta ideológica do governo decorre principalmente dos confrontos parlamentares. O Supremo Tribunal Federal subscreveu os aspectos formais do rito de *impeachment*, como o número de sessões do Congresso necessárias para completar cada fase do julgamento, mas não analisou a motivação substantiva do mesmo. No Brasil, não houve chamada subsequente de novas eleições, ao contrário da Coreia do Sul.

De fato, parece haver uma onda de relativismo concernente à primazia dos eleitores na escolha de seus governantes. Ao lado dessas discontinuidades nas jovens democracias imaturas aqui mencionadas, todas criadas durante o que Samuel P. Huntington chamou de “Terceira Onda”, golpes determinaram recentemente a queda dos governos da Tailândia e do Egito. Além disso, uma tentativa fracassada de golpe de Estado ameaçou o governo da Turquia, precipitando como resposta a uma reafirmação autoritária da autoridade presidencial. Lá, milhares de funcionários públicos foram

desligados por supostamente terem colaborado com o intento golpista. Depois, um controverso referendo constitucional aboliu o sistema parlamentar de governo, formando subitamente um novo sistema presidencial em que o papel do presidente Erdogan foi amplificado. Uma situação semelhante ocorreu na Venezuela. Após protestos maciços contra o governo do presidente Maduro, o Supremo Tribunal de Justiça, composto principalmente de juizes que apoiam o governo, assumiu os poderes legislativos da Assembleia Nacional.

Com tantos casos de presidentes eleitos sendo derrubados por procedimentos não eleitorais, simultaneamente a casos de viradas autoritárias de presidentes que contemplam a ameaça de destituição por mecanismos não eleitorais, fica claro que as transformações estruturais no Sistema-Mundo contemporâneo, como a evolução das técnicas de mobilização e cooptação com a ajuda das mídias sociais, abriram uma temporada internacional de instabilidade política. Essa onda pode nunca determinar descontinuidades políticas em países onde o voto periódico já se tornou um ritual cívico enraizado. Mesmo assim, os mesmos fatores de desestabilização operam contra todas as democracias liberal-burguesas, inclusive democracias eleitorais maduras. No caso de países abalados pela instabilidade, já podemos prever que, em cada caso particular, o ambiente institucional deve desempenhar um papel capital na determinação do instrumento usado para conquistar o poder político, seja preservando o ritual democrático, desafiando-o ou pervertendo o seu significado.

4. O ovo de Mao Zedong, 40 anos após a citação de Gunder Frank

“Em uma temperatura adequada, um ovo se transforma em galinha, mas nenhuma temperatura pode transformar uma pedra em galinha, porque cada uma tem uma base diferente.”³

Desde que André Gunder Frank evocou essa interessante citação de Mao Zedong, o Brasil oferece testemunhos consistentes de que as flutuações econômicas locais podem ser desencadeadas por fatores fundamentalmente internos. Ao longo de sua história, os fatores sócio-políticos internos frequentemente se sobrepõem à economia internacional na formação dos ciclos econômicos. Por exemplo, sua economia conheceu uma expansão sem precedentes durante a década de 1930, ao passo que o mundo enfrenta as severidades da Depressão. Políticas econômicas inteligentes evitaram a transmissão inter-setorial do colapso das exportações de café, a principal indústria brasileira naquela época. A economia foi então redirecionada a setores não tradicionais. A mesma prevalência de causalidade interna pode ser identificada em meados da década de 1970, quando a crise internacional do petróleo foi encarada com investimentos em fontes de energia renováveis, adiando o ajuste macroeconômico por vários anos. Em vez de ajustar passivamente os preços internos dos combustíveis fósseis, o governo promoveu o uso da hidroeletricidade e do etanol da cana-de-açúcar. No que diz respeito ao desempenho econômico do Brasil tanto nas décadas de 1930 quanto na década de 1970, as opções

³ FRANK, 1978, *apud* MAO, 1965, p. 314.

políticas locais revelam poder explicativo superior ao dos movimentos da economia global.

Ao mesmo tempo, o Brasil também oferece exemplos contrários de determinação quase exógena dos processos econômicos locais. Durante a década de 1980, o país inevitavelmente entrou em *default* em sua dívida externa, após o choque de Paul Volcker nas taxas de juros estadunidenses. Todas as tentativas domésticas para acomodar a reversão das circunstâncias financeiras internacionais são vãs, não mais do que adiando o destino compartilhado da maioria dos países em desenvolvimento no hemisfério ocidental. Novamente, no final da década de 1990, o Brasil foi incapaz de escapar do chamado “efeito tequila”, uma onda de instabilidade financeira que se seguiu à crise mexicana de 1994. A impotência do governo local era evidente, sancionando a então controversa tese de Fukuyama sobre o “fim da história”. Em ambos os casos, a inescapável Moratória da década de 1980 e a maxi-desvalorização do Real de 1999, a determinação externa do desempenho local parece ser uma premissa defensável.

Não constitui fato surpreendente que o pensamento econômico heterodoxo da América Latina intercala ambas as perspectivas na explicação dos intermináveis ciclos de negócios na periferia. O estruturalismo histórico da CEPAL sustenta o predomínio da causalidade interna no processo econômico interno. Os teóricos da Dependência, de Cardoso a Santos, tendem a enfatizar o impacto avassalador de processos exógenos, embora afirmando que a política interna pode ter influência variável na acomodação de choques externos. Dependendo da situação, suas descrições quase subscrevem o postulado dos teóricos do Imperialismo ao assumir uma integração estritamente passiva da periferia. Mesmo assim, sua metodologia é *a priori* preparada para lidar com fatores internos relevantes. Definitivamente, os pioneiros da CEPAL foram altamente influenciados pela experiência da década de 1930: a aceleração contra-intuitiva do crescimento em uma economia internacional que parecia desmoronar. Os ícones da Dependência, por sua vez, foram marcados pela experiência de desaceleração do crescimento no final da década de 1960. Esta era descrita como uma consequência quase inescapável do enfraquecimento do dinamismo das exportações latino-americanas. Em um mundo de oligopólios industriais impenetráveis, qualquer resposta nacionalista concebível estava muito além dos limites do *status quo* político.

O pensamento da CEPAL representa a esperança de criar os meios para o crescimento econômico. O paradigma da Dependência lamenta a falta de autonomia para criá-los, dadas as circunstâncias políticas locais. Em ambos os casos, os meios são inexistentes. Nenhum dos dois está preparado para lidar com uma possibilidade então inconcebível: o que acontece se as restrições externas ao desenvolvimento local desaparecerem? Quais implicações sócio-políticas surgirão após um abrandamento pronunciado das hierarquias mundiais, em um país que desde muito teve seu crescimento econômico “restringido” por fatores externos? Quais conflitos políticos emergirão? Quais conflitos intra-capitalistas?

Pela análise da evolução recente da economia brasileira, de seu desempenho relativamente positivo durante a última década, culminando com uma crise política inesperada, devemos anotar que ocorreu uma simultaneidade sem precedentes de dois

fatores: (1) a abundância de meios financeiros para promover o desenvolvimento, a facilidade de aquisição ou produção autônoma de tecnologias críticas, a evolução satisfatória da Balança Comercial, a disponibilidade de capitais internacionais abundantes para a entrada voluntária no país, etc. (2) a explosão de conflitos políticos, levando à quase completa paralisação de projetos governamentais em curso ou planejados. Para entender a crise brasileira, carecemos de um referencial teórico para enxergar as dificuldades que se abatem sobre agentes que subitamente possuem todos os meios materiais para atuar em seu próprio benefício, mas não estão habituados a tal prerrogativa. Falta-nos uma teoria para explicar o auto-aprisionamento de elites políticas e líderes populares que subitamente perderam seu referencial, após grandes transformações internacionais.

A sociologia brasileira foi fundada pelo professor Florestan Fernandes, que desenvolveu com sua equipe de pesquisa um ramo eclético da Teoria da Dependência, contrastando com a abordagem mais especificamente marxista dos então jovens professores da Universidade de Brasília. Fernandes ainda é amplamente ignorado pelos círculos acadêmicos de língua inglesa, pois suas obras monumentais nunca foram traduzidas para a língua franca. Exceto pelo fato biográfico de que ele orientou a investigação de doutorado de Fernando Henrique Cardoso, ele raramente é lembrado pelos pesquisadores estrangeiros que atualmente estão na vanguarda da Economia Política do Sistema Mundo. No entanto, além de educar teóricos respeitáveis, o objetivo intelectual principal de Florestan era fundir (1) uma sofisticada teoria da estratificação, baseada nos trabalhos de Max Weber, (2) uma teoria da agência sob o ponto de vista das camadas populares, baseada na análise estrutural-funcionalista e (3) uma teoria de exploração interpessoal e internacional inspirada em Marx. Com certeza, mais do que qualquer outro pensador de seu século, ele levou aos limites o manifesto cosmopolita do modernismo brasileiro, o chamado movimento antropofágico, segundo o qual a contribuição brasileira específica para a humanidade derivaria de todas as combinações possíveis entre os modelos estrangeiros. É uma desgraça para a Economia Política do Sistema Mundo suas obras permaneçam à sombra, e parece caber a nós brasileiros a tarefa de levar a essência de sua metodologia a nossos pares fora do Brasil.

Em algumas das obras que publicou durante as atividades da Assembleia Constituinte 1987, que Florestan testemunhou por ser um dos membros constituintes, ele previu uma tendência estrutural para a evolução daquilo que aludiu como “anomia da sociedade civil”, em referência à terminologia de Durkheim. Ele considerou que, mesmo após uma substancial diferenciação social e democratização da sociedade, as elites políticas tradicionais dificilmente compreenderiam as complexas consequências políticas internas das alternativas autoritárias ainda a seu alcance na resolução de conflitos em uma sociedade já muito mais complexa. A consequência de curto prazo seria apenas o desânimo ou frustração dos segmentos emergentes, ora privados dos mecanismos democráticos emergentes. O efeito de médio prazo, no entanto, oscilaria desde o desenvolvimento do fascismo até o aprofundamento da democracia.

“Prevalecem duas orientações de comportamento opostas e, no seu entrecruzamento, tão terríveis para a nação e a sua sobrevivência quanto um bombardeio atômico. De um lado,

a perversão do individualismo e do egoísmo. Todos querem alguma vantagem, por bem ou por mal, cegamente. Todavia, só os donos do poder o conseguem, aumentando a miséria dos explorados, a anomia da sociedade civil e a inviabilidade da nação. Pouco importa! Depois de nós, o dilúvio... [...] Nesse contexto, os de baixo estão com o saco cheio. Um conceito vulgar, mas preciso. Eles perderam tudo ou nunca chegaram a ter nada. O zero prefigura o seu horizonte! O que esperar? Sua reação à crise profunda, por enquanto, é de desalento e de ambiguidade. E nos próximos dias, nos próximos meses, nos próximos anos? § Muitos têm pensado na Alemanha pré-hitleriana e na manipulação do fascismo potencial pelas elites das classes dominantes. Aliás, também poderiam atentar para a Rússia pré-bolchevista. Ou, então, refletir sobre nossa realidade. Afinal de contas, agora são os brasileiros que estão com o saco cheio, e eles são capazes de ir ao fundo do poço e de lá saírem com a solução do drama nas palmas das mãos.” (Fernandes, 1987b: 156)

“Em outro plano encontra-se a mobilização popular, a luta direta das massas populares para que o Brasil saia do estado de anomia, de desorganização crônica em que se encontra, e enfrente virilmente os seus dilemas históricos.” (Fernandes, 1987a: 70)

Por hora, o futuro do Brasil é incerto. Por essa razão, o padrão de reconfiguração de um grande segmento do Sistema Mundial tornou-se igualmente incerto. As opções locais da elite brasileira engendram consequências para seu relacionamento internacional. As coalizões disponíveis entre o Brasil e estados emergentes e predispostos a desafiar o atual ciclo hegemônico foram substancialmente reduzidas, mas ainda podem reaparecer dependendo do equilíbrio político final do país. Como pontual Immanuel Wallerstein em artigo recente sobre a crise brasileira, “O Brasil, dado seu tamanho e sua história, é uma zona chave da luta de médio prazo por um resultado progressista da luta entre a esquerda global e a direita global para resolver a crise estrutural a seu favor.”⁴ Enquanto teóricos do Sistema Mundial, nesse ínterim, nossa tarefa é considerar novamente a política interna como uma dimensão relevante na formação de modelos explicativos de nosso mundo. Felizmente para nós, nossos precursores, os teóricos da Dependência, nos deixaram um enorme legado de ideias que podem ser uma inspiração para cumprir essa tarefa.

Referências bibliográficas:

- ALBUQUERQUE, A. (2016). Voters Against Public Opinion: the press and democracy in Brazil and South Africa. *International Journal of Communication*, Vol. 10, pp. 3042–3061.
- FERNANDES, F. (1987a). A fragmentação do processo constituinte. Published by the newspaper Folha de São Paulo, April 12.
- FERNANDES, F. (1987b). Encontros e desencontros da sociedade civil, Published by the newspaper Folha de São Paulo, October 10.
- FRANK, A. G. (1978). *Dependent accumulation and underdevelopment*. London: MacMillan.
- FUKUYAMA, F. (1992). *The End of History and the Last Man*. The Free Press.
- HUNTINGTON, S. P. (1993). *The third wave: Democratization in the late twentieth century*. University of Oklahoma Press.
- MAO, Z. (1965). *Selected Works*, Vol. I, On Contradiction. Oxford: Pergamon.

⁴ WALLERSTEIN, I. Lula Arrested: How Successful a Coup? *Comentário Número 471*, 15 de Abril de 2018.

DESIGUALDADES

RETHINKING THE WORLD-ECONOMY: SUGAR, SLAVERY AND THE ATLANTIC REVOLUTION

Roberto Patricio Korzeniewicz and Corey R. Payne** (with Pedro Vieira)*

Abstract: Recent literature in the world-systems perspective has refocused attention on questions of ‘core’ and ‘periphery’ in historical capitalism, yet rarely critically examines the underlying assumptions regarding these zones. In this contribution, we explore slave-based sugar production from the sixteenth to the late-eighteenth centuries to challenge commonly held assumptions underlying much of this scholarship: namely, the notion that these zones consist of geographical spaces that, since very early in the development of the world-economy, became permanently specialized in the production of raw materials (periphery) or more sophisticated manufactures (core); and that labor forces have been trans-historically relatively free/better-paid in core activities and coerced/poorly-paid in peripheral ones. We argue that, prior to the nineteenth century, the world-economy is not only characterized by the uneven and combined emergence of various forms of labor exploitation, as usually argued within a world-systems perspective, but also one in which core-like and peripheral activities (that is, those providing access to relatively greater or lesser wealth) were not yet as clearly bounded geographically as they would become in the nineteenth and twentieth centuries. Drawing on a developing dataset on the world’s wealthiest individuals from the sixteenth through twentieth centuries (the World-Magnates Database), we trace the development and expansion of sugar circuits across the Atlantic world to explain how the sugar commodity chain leads us to rethink some prevailing notions of core and periphery. We find that a *longue-durée* analysis of slave-based sugar production illustrates not merely processes of peripheralization, but of what we call *coreification*.

Key-words: historical capitalism; slavery; innovation; core and periphery; inequality.

The role of slavery in the development of the capitalist world-system has been much debated (Stampp 1956; Genovese 1965; Wallerstein 1974; Brenner 1977; Fogel and Engerman 1991; Fogel 2003). While some scholars see coerced labor systems as antithetical to capitalism (a mode of production defined by ‘free’ labor), others see coerced labor as integral to its development. Even those scholars who argue that a system of enslaved labor can itself be capitalist tend to land on the assumption that such an arrangement existed only on the periphery of the capitalist world-system and that the core of that world-system has been characterized by wage labor, which is more innovative and profitable (see: Wallerstein 1974). In this paper, we use a major new dataset on the epicenters of wealth accumulation in historical capitalism to challenge these assumptions.

Through a study of global sugar circuits prior to the nineteenth century, we find not only a world-economy characterized by the uneven and combined emergence of various forms of labor exploitation, as usually argued within a world-systems perspective,

* University of Maryland

** Johns Hopkins University

but a world-economy in which core-like and peripheral activities (that is, those providing access to relatively greater or lesser wealth) were not yet as clearly bounded geographically as they would become in the nineteenth and twentieth centuries. Between the sixteenth and late eighteenth centuries, there was a gradual process of differentiation, resulting from the uneven ability of relevant actors (e.g., workers, enterprises, governments) to protect and/or enhance their relative command over resources and well-being. For much of this period, a coercive form of labor exploitation was in fact the defining characteristic of some of the most innovative (or core-like) areas of production at the time (as synthesized by Fogel (1989: 10), “[i]t was virtually uninterrupted economic success for more than 200 years that made [modern slavery] thrive and grow to monstrous proportions.”)

These conclusions alter some important aspects of the ways we usually think about the historical development of the capitalist world-economy. For example, rather than empirically verifying Wallerstein’s assertion that wage-labor in core countries co-existed with coerced labor in the periphery, many world-systems scholars have come to assume that wage-labor always has prevailed in the wealthiest (or core-like) areas of the world-economy, and that coercive forms of labor have prevailed in the most peripheralized areas of the world—grounded in a notion that it is wage-labor specifically that tends to drive processes of innovation. Moreover, there is a tendency in the literature to portray “core” and “periphery” as if these have always entailed the same kinds of processes, activities and/or spaces --for example, as in the assumption that any activity or space centered around the production of raw materials always stood in a peripheral relationship vis-à-vis the “core” character of activities or spaces involving manufacturing. Each of these assumptions is challenged by the findings in this paper.

This paper is part of a larger project focused on identifying empirically and more precisely how epicenters of wealth accumulation have shifted over time and space since the early sixteenth century. Recognizing that the appropriate data are not yet available for a better empirical understanding of global, historical inequality, and emphasizing that mapping such a universe is the ultimate goal of our efforts, we propose to start such a mapping by establishing how --when and where-- epicenters of wealth accumulation have shifted over time, so as to more precisely identify the patterns of inequality, social stratification and social mobility that characterized such epicenters (and, ultimately, the world-economy as a whole).

In the next section, we discuss our data and the ways it can be used to challenge prevailing assumptions about the historical development of capitalism. Then, using our data as a guide, we explore the temporal and geographical development of slave-based sugar production, highlighting the capitalist innovation driving it. In the final section, we show how the development and dominance of slavery and sugar production affected both territorial boundaries and geopolitics.

1. Situating Epicenters of Wealth Accumulation.

Our research uses data on the Very-Rich as an indicator of epicenters of wealth accumulation (for more on this, see Albrecht and Korzeniewicz 2017; Korzeniewicz and Payne xxx).¹ At the core of these epicenters (and also embodied in the Very-Rich) are both *temporal-spatial locations* and *specific wealth-generating activities*: for example, the epicenters in the 1950s are located in very different areas of the world-economy and are engaged in very different profit-making activities than their 2010s counterparts. Moreover, as indicated before, specific wealth-generating activities, including their temporal-spatial location, have been associated with distinct distributional arrays –sugar production in Barbados and the fur trade in North America during the seventeenth century, for example, were part of a very different global distributional array than whaling in New England and ranching in Mexico in the eighteenth century.

Identifying the relevant past epicenters of wealth accumulation is easier said than done. This is because researchers tend to rely on *a priori* assumptions to trace what they already presuppose to be true epicenters or trajectories of wealth accumulation. For example, even the most critical studies on development often end up sharing with modernization perspectives the assumption that high levels of wealth accumulation are secured to a much greater extent by manufacturing production rather than raw material production, or by production for domestic consumption rather than by production for export.

Schumpeter (1942) purposefully did not restrict his notion of innovation to technological change or manufacturing. He emphasized that epicenters of wealth shifted constantly and are not associated with any single particular array of products, market networks or institutional arrangements. New forms of raw material production, the capacity to engage in innovative forms of deploying territorial or political power, or even rent-seeking behaviors, are just as likely to be a source of creation and destruction as any other innovation labeled by some as more “productive.” But while Schumpeter advanced an initial and compelling definition of Creative Destruction, he did not systematically ground this concept in historical data tracing over time, and on a global scale, the changing configurations of innovation.

In short, the social sciences have lacked the longitudinal and global data that can trace how processes of Creative Destruction have shifted the frontiers of wealth accumulation over time. To reassess key social science assumptions, and address the lack of appropriate data on the issues at hand, we seek to advance a standardized global database that can be used to provide a more empirically-based account of the specific activities and spatial locations that have served as epicenters of wealth accumulation for the 1500-2017 period. Such a database, we aim to show, can serve to substantially advance a historically-grounded theoretical mapping of the emergence of new epicenters of accumulation.

¹ Due to the wealth of these individuals, they left behind an imprint in the historical record that is accessible through appropriate bibliographical and data searches. From these searches, we have currently compiled data on approximately seven-hundred Very-Rich individuals operating between 1500 and 1930. This is not an encompassing and definitive list of the Very-Rich—nor is it intended to be. Just as maps of the physical universe are always incomplete, so too are maps of historical capitalism.

We argue that the world's historical equivalents of billionaires, as an operationalization of the world's Very-Rich, serve to map out these unfolding processes of Creative Destruction. In the most obvious sense, mapping the world's Very-Rich offers insights into processes of Creative Destruction because these individuals are the primary beneficiaries of the creation of new epicenters of wealth accumulation. But the rise and fall of such individuals also helps identify how processes of Creative Destruction are clustered temporally, spatially (e.g., in particular cities, nations or regions) and/or in specific production, trade and investment networks. In short, we argue that such an indicator can be extremely productive, systematically grounding Schumpeterian notions of Creative Destruction in historical data tracing, over time and on a global scale, the changing configurations of innovation.

Rather than assume either the spatial-temporal location or the type of activities involved in epicenters of wealth, our data allow us to proceed in the opposite direction, using data on the Very-Rich to identify major shifts in the epicenters of wealth accumulation—that is, in the specific activities involved in processes of creative destruction, and in their spatial and temporal clustering.

Our data allow us to decompose the change in the number of billionaires by type of economic activity, by location and by time. We thus can identify those combinations of industry and spatial location that produced the biggest increase in the number of billionaires between 1500 and 1900.

As early as the sixteenth, but particularly in the seventeenth and eighteenth centuries, our data show that sugar increasingly grounds both financial and material wealth accumulation. The earliest merchants and financiers in the mid-to-late 1500s invested liquid capital in sugar (and other colonial) trade at a time when most riches were invested in illiquid landholdings. Then, in the mid-1600s, we start to see billionaires who are invested not in the *trade* of sugar, but sugar production itself—owners and operators of sugar plantations in the New World. These dominate the sugar billionaires through the mid-1700s, when plantation owners disappear from the data and merchants appear once more.

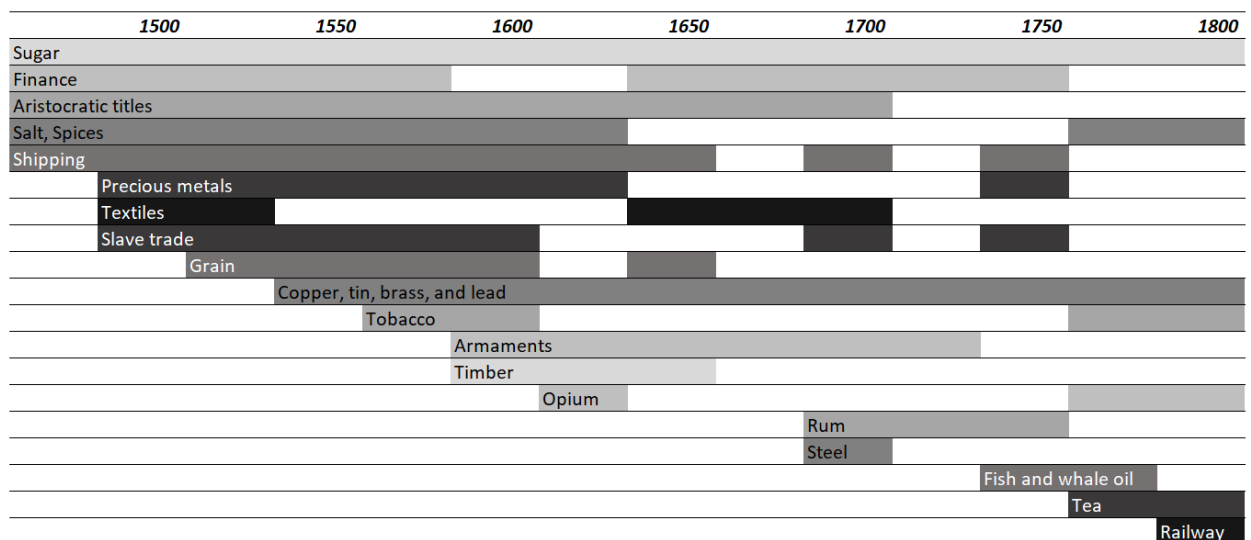


Figure 1: Stylized timeline of wealth-generating activities of the Very-Rich, 1500-1800.

One of the earliest entries in the data, Bartolomeo Marchionni (1449-1523) was a Florentine banker and merchant who operated primarily from Portugal. He was eventually known as the “richest banker in Lisbon,” but got his start as the chief merchant in sugar from the Madeira islands. He used the riches accumulated from this trade to become a chief financier of exploratory voyages to Guinea, Brazil, and India. In 1500, a joint enterprise under the command of Pedro Alvares Cabral “discovered” Brazil. Eventually, he became the first merchant to ship slaves to the Indies.

There are plenty of other examples of sugar merchants becoming super-rich in the first half of the sixteenth century: Juan de Herrera y Santo Domingo (1510-1585) had lowly beginnings as a floor sweeper for a minor Andalusian merchant, but by the 1540s began to engage in the trade of cloth, sugar, musk, and steel, largely from the Indies. Martz (2003) writes that “in an era when ownership of villages and the purchase of rural lands were becoming ever more popular, Herrera invested in liquidity” and it paid off (pp. 257). Later in the century, the Rodriguez d’Evora family of Jewish-Portuguese origins established themselves as powerful merchant-bankers in Antwerp. The basis of their wealth was in the trade of diamonds, sugar, and pepper from Brazil and Goa. They leveraged this wealth and power for a Barony from Henry IV.

By the mid-1600s, we start to see the emergence of very-wealthy individuals engaged in plantation ownership and direct exploitation of slave labor. James Drax (1615-1662) is one example. Drax was an English colonizer in Barbados who owned a substantial portion of the land on the island. In the late 1630s, there was a massive slump in tobacco prices, and Drax was instrumental in introducing sugar to the island. By 1650, Barbados had become a major supplier of sugar for Europe and sugar production had nearly completely supplanted tobacco as the dominant economic activity on the island. This rise of sugar was complemented by the rise of the slave trade, in which Drax played a similarly large role. William Beckford (1709-1770) was similarly engaged in plantation ownership, though were based primarily in London. He was mayor of London twice, but

his wealth came nearly exclusively from the ownership of numerous sugar plantations (worked by slaves) in Jamaica. Upon his death, he passed his vast wealth on to his son, William Thomas Beckford, who spent his days collecting art and playing music. Simon Taylor (1739-1813) also earned his wealth from ownership of sugar plantations in Jamaica, where he was based. Taylor was born in Kingston and purchased his first sugar plantations on the island following the death of his father in 1739. Upon his death in 1813, he owned over 2000 slaves and was considered one of the wealthiest men in the British empire.

In the latter half of the 18th century, the Dutch East India Company began its rise to dominance. Henry Hope (1735 to 1811) established a strong mercantile family and became a major financier of the VOC, profiting especially from trade with Brazil in diamonds and sugar. He also specializing in providing loans to planters (sugar, tobacco, etc.) in the West Indies and accepting re-payment in kind. John Parish (1742-1829) was a Scottish merchant operating out of England who was mostly involved in grain trade but later expanded into tobacco, coffee, and sugar trans-Atlantic trade between the West Indies, the United States, and England (though he suffered greatly during the stock collapse of 1793). William Jardine (1784-1843) similarly was a Scottish merchant who eventually was considered the among the richest men in Britain, primarily operating out of China in his later years. He specialized in opium, spices, and sugar trade from the Philippines.

It's clear from the data that engaging in the sugar industry was an important source of wealth from 1500 to 1800. However, more important than merely engaging sugar was investment in the correct (i.e. most profitable) type of sugar-based accumulation. While there were plenty of billionaires from the mid-1500s to the early 1600s engaging in sugar trade and financing, there were none who owned and operated sugar plantations. This is in contrast to the period from the mid-1600s to the mid-1700s, when several wealthy persons and families emerged who built their wealth on owning and operating sugar plantations. Then, in the latter half of the eighteenth century, merchants and financiers appear in the data again (including those associated with the Dutch mercantile companies).

Our data show not just sugar and slavery but other epicenters of accumulation as well –such as fur trade or eventually whaling—with very different modes of labor organization. In fact, rather than simply a Sugar Revolution, the period involves the revolutionary creation of a whole range of networks constituting what some would call an Atlantic economy). Using these epicenters as a guide, we can now turn to an historical review of slave-based sugar production. How was such an activity so profitable? How were the Very-Rich involved in these activities able to innovate?

2. Sugar and Slavery.

From our data above, it is hard to exaggerate the key role of sugar in the world-economy during the period under consideration. The mere scale of the sugar circuits was impressive. Scattered evidence drawn from price levels shows that the world sugar market

had attained a considerable degree of integration already in the sixteenth century. The production of sugar grew in importance thereafter, and as indicated by Blackburn (1997: 403), “[t]owards the middle of the eighteenth century sugar overtook grain as the most valuable single commodity entering world trade. Around mid-century total annual American exports were worth £7.5 million at wholesale prices in Europe; if the commerce in the increasingly sought-after by-products –rum and molasses—is added, the total rises to £9 million, or nearly a fifth of European imports.”

Along the same lines, Galloway (1989: 88) indicates that in the seventeenth and eighteenth centuries,

[f]or England, France and Portugal sugar was by far the most important colonial import: in the case of England, each year after 1660, sugar exceeded the combined value of all other of its colonial imports; in 1774, sugar accounted for half the value of all French imports from her West Indian colonies and, over the colonial period, sugar made a half of Brazil’s exports.

Sugar, whose transformation into a cheap mass commodity itself constituted a key substantive innovation of the eighteenth century (Mintz 1985) was the principal staple associated with slavery: “[b]etween 60 and 70 percent of all Africans who survived the Atlantic voyages ended up in one or another of Europe’s sugar colonies” (Fogel 1989: 18). Through sugar production and trade, elites gained access to extraordinary levels of wealth. Fogel (1989: 24) notes that “throughout the eighteenth century, the great slave plantations of the sugar colonies, with profits averaging about 10 percent on invested capital, were the largest privately owned enterprises of the age and their owners were among the richest of all men.” Sokoloff and Engerman (2000: 221) indicate that “[t]he economies that specialized in the production of sugar and other highly valued crops associated with extensive use of slaves had the highest per capita (including slaves) incomes in the New World.” Compared to much of the rest of the New World, in 1774, “[t]he West Indies evidenced the highest level of per capita wealth and income” and goes on to note, “and also the greatest degree of inequality” (Garcia S. 1993: 54).

The expansion of the sugar commodity chain between the mid-fifteenth and early nineteenth centuries involved the interrelated rise and decline over time of various centers of agricultural production and manufacturing: Madeira and the Canary Islands, São Tomé, Brazil, Barbados. In the sequence at hand, the rise of new regions within the sugar commodity chain entailed the decline of established areas of production, making “the story of each of the sugar regions [...] a story that is both comparative and interrelated at the same time” (Schwartz 2004a: 13).

Moreover, in each of the successive regions that over time became the epicenter of growth of sugar production and commercialization, the actors involved in controlling these activities were able to gain access to considerable wealth. We begin, then, by outlining the main features of the sequence at hand.

Madeira and the Canary Islands

There were previous centers of sugar production and commerce in the Mediterranean and Asia, but the growth of these activities in Madeira and the Canary Islands brought forth some patterns that would later prevail on an even larger scale as the commodity chains came to expand elsewhere. Most importantly, sugar production in Madeira and the Canary Islands involved a “system of a few mills and a large number of cane growers, both dependent on a coerced labor force” (Schwartz (1985: 10). Additionally, many investors in sugar production in Madeira and the Canary Islands, as well as the skilled personnel initially used to establish sugar mills, were from other regions --most importantly, Genoa, but there also was a significant presence of Catalan and Flemish merchants, all “anxious to encroach on the Venetian near-monopoly of Levantine sugar production” (Blackburn (1997: 109). Thus, here already, “[t]he foreign merchants, wealthy millowners, technical specialists, and a captive, ethnically distinct work force are all recognizable characters in the scene that sugar set throughout the Western world” (Schwartz 1985: 11).

On the other hand, while some features of sugar production in these islands would persist, there would be significant changes in key aspects of these activities. Thus, Schwartz (2004a: 16) summarizes recent research indicating that “on Madeira, at least, the full plantation complex was not yet apparent in the sixteenth century; slave forces were limited, properties were often small, and a class of small farmers who grew cane but did not own mills were also characteristic of the island.” In particular, existing research suggests that the use of slaves was not as extended in Madeira or the Canary Islands as it would become later in Sao Tomé and Brazil (Vieira 2004: 58). Facing competition from these latter areas, and suffering the impact of soil depletion, sugar production in Madeira or the Canary Islands rapidly declined: in Madeira, for example, “[b]y the 1530s the sugar economy on the island was in full crisis and the inhabitants were abandoning their cane fields and turning toward the planting of vineyards” (Vieira 2004: 48).²

São Tomé

Sugar production and trade grew rapidly in São Tomé in the late fifteenth and early sixteenth centuries. The major difference between São Tomé and both Madeira and the Canary Islands is that “[i]n this truly tropical island, the Portuguese finally abandoned Mediterranean forms of land tenure and labor in favor of large plantations worked by African slaves” (Galloway 1989: 58). Thus, H.S. Klein (1999: 14) points out that in São Tomé, “[b]y the 1550s there were some sixty mills in operation on the island producing over 2,000 tons per annum and some 5,000 to 6,000 plantation slaves, all of whom were Africans,” and Schwartz (1985: 13) indicates that “[i]n the early sixteenth century, São Tomé brought together the technical skills and organization of the Mediterranean sugar complex and combined them with a constant labor source on a scale formerly impossible.” More broadly, H.S. Klein (1999: 14) argues that “[i]n terms of plantation size, the universality of slave labor, and production techniques, this was the Atlantic island closest to what would become the American norm.”

² Of course, other variables contributed to the declining importance of Madeira and the Canary Islands, including the “impoverishment of soils,” the 1526 plague, and perhaps insect blight (Vieira 2004: 48).

In São Tomé, the difficulties encountered in promoting European colonization, the lack of a sizable local population, and the proximity to mainland Africa, all provided incentives for a much more extensive use of slave labor, and indications are that the sugar mills were considerably larger than those that had characterized Madeira and the Canary Islands. In spite of serious drawbacks given the heat and humidity, the use of slave labor in large plantations offered sugar producers in São Tomé some advantages, and sugar from this area (albeit of a low grade) quickly overtook the markets where sugar from Madeira and the Canary Islands had prevailed before.

However, there is some evidence that the very characteristics that provided for São Tomé's comparative advantages would overtime become an important constraint. For example, its proximity to mainland Africa (as well as the geographical characteristics of the island) provided opportunities for slave resistance. By the late eighteenth century, the Portuguese colony began to suffer at the hands of slave revolts and foreign invasions (Galloway 1989: 60). Combined with the difficulties encountered by Europeans seeking to colonize the area, who often died due to tropical diseases, sugar production in São Tomé eventually would come to be perceived as beset by significant disadvantages, particularly compared to emerging opportunities in the American continent.

Brazil

The growth of the sugar commodity chain became even more pronounced as several nodes of the chain expanded in Brazil in the last decades of the sixteenth century. Although showing evidence of growth 30 to 40 years earlier, "[t]he Brazilian sugar industry, concentrated in the captaincies of Bahia and Pernambuco, flourished after 1570. From that date to the middle of the seventeenth century Brazilian sugars dominated the European market" (Schwartz 2004b: 161).

The rapid rise of Brazilian production is illustrated by estimates of the origin of sugar supplies in sixteenth-century Antwerp: In 1552-3, 51 percent of sugar came from São Tomé and no significant share from Brazil; By 1590, 86 percent came from Brazil and barely 2 percent came from São Tomé (Stols 2004: 260). By this time, competition from Brazilian sugar undercut prices from elsewhere by up to 50 percent (Galloway 1989: 54).

For entrepreneurs aiming to meet growing demand within this world market, the territory we would eventually come to know as "Brazil" offered significant comparative advantages for sugar production. Some of these advantages related to the environment (soil conditions, rainfall rates, the accessibility of the region to transatlantic trade routes, the availability of natural resources (such as trees) for use as raw materials. These comparative environmental advantages were combined with the rapid incorporation of slave labor into sugar production already in the late sixteenth century. Thus, "In the mid-1580s one third of Pernambuco's labor force was African. By the 1620s Brazil's sugar zone was a land of blacks and mulattos rather than Indians and mestizos" (Lang 1979: 29). Similarly to Madeira and the Canary Islands, wage workers and small and medium

farmers were part of the arrangements that prevailed in the sugar industry, but as in São Tomé, slaves played a much more predominant role (Vieira 2004: 61).

The importation of slaves into Brazil in a mass scale was accompanied by the introduction of some important innovations into the organization of the labor process. Among these, the most important was the circa-1610s introduction of the vertical three-roller mill, producing less impurities in the sugar juice than horizontal rollers, and requiring fewer steps in the initial processing of the cane (Schwartz 2004b: 163). According to one informed estimate, the average production of slaves in Brazil rose from 0.25/0.40 tons to 0.5 tons a year after the introduction of the new technology (Barrett and Schwartz 1975: 542). For Blackburn (1997: 173), these technological changes and the increased yields they allowed led to an expansion of the industry: “[b]etween 1583 and 1612 the number of sugar mills grew from 115 to 192; by 1629 there were around 350 mills, capable of producing from 15,000 to 22,000 tons each year.”

This brings us into a central issue: much of the literature tends to portray sugar plantations as lacking in innovation.³ For example, Schwartz (2004a: 4) indicates that “[t]he traditional slave-based sugar estates [...] did not prove to be very committed to technological innovation or to adapting mechanical improvements in order to lessen the burden and cost of labor. Their ratio of productive factors of capital, labor, land, and technology remained relatively stable over long periods of time.” Similar conclusions have been advanced, among others, in the classical works by Prado (1967) and Furtado (1963).

Such arguments belie a very narrow conceptualization of innovation as technological change in the organization of the labor process—a notion often rooted in the assumption that only wage labor relations imply the type of conditions that lead employers to pursue increasing productivity as they search for a higher surplus. For Schumpeter (1939:87), on the other hand, innovation entailed a broader range of transformations that included technological change, but could also be centered around new patterns in the organization of markets, the opening up of new territories, or any other shift entailing “the setting up of a new production function.” From such a perspective, the territorial expansion of plantations, the very incorporation of slave labor into production, and shifts in the patterns of commercialization of sugar, were all significant instances of Schumpeterian innovation.⁴

Moreover, it is not clear that even the extent of technological innovation that characterized sugar production was significantly less pronounced than what characterized other commodities around the same time.⁵ In this sense, perspectives that minimize the

³ Although Eltis, Lewis and Richardson (2005) indicate that there were rising rates of productivity in the eighteenth century.

⁴ This is what is implied in Engerman’s (1973: 59) characterization of slavery: “free land is not a sufficient condition for the existence of slavery. It is, rather, the cause of a demand to institute slavery. Free land, and labor scarcity, lead the landowners to adjust by forming a cartel rather than bidding up wages. The cartel response is a set of institutional arrangements permitting forced labor, and it is important to examine the ability of the cartel to form and hold together, as well as the nature of the political system which permits these institutional innovations to be enforced” (emphasis added).

⁵ See Engerman (1973).

innovative character of sugar production prior to the nineteenth century might be engaging in a posteriori thinking, projecting the fact that sugar production eventually came to be viewed as a peripheral activity. But the evidence does not suggest that this was the case at the time, as recognized by Schwartz (1985: 125) himself:

[t]he Brazilian system (for sugar production) was in the seventeenth century considered the best as was evidenced by the desire of other colonial powers to copy it. Portuguese sugar masters and other specialists were employed in Mexico in the period between 1580 and 1640, and the English in Barbados learned how to make clayed sugar by sending people to Pernambuco to acquire the needed skills. Only in the mid-eighteenth century, when the Brazilian sugar economy was in crisis and Caribbean rivals had developed some new techniques, did the Brazilian sugar industry begin to acquire a reputation for being traditional and backward; even then, the charge was undeserved.

Moreover, the work of slaves was increasingly coordinated in a flowing labor process. This is why for Schwartz (1985: 152,) “[i]t is not surprising that contemporaries referred to the engenhos as fábricas, for they were in many ways precursors of the modern factory in their organization. With the possible exceptions of mining and shipbuilding, no other activity in the sixteenth century combined so complex a process by integrating technology, management, and labor under conditions remarkably like the modern assembly line.”

Mills were located close to the cane fields, and quick transportation of the cane was required immediately following the harvest (Galloway 1989: 16). Upon its download, the cane was pressed (through instruments that became more complex and effective over time) to extract its juice. The juice, in turn, was then subjected to various stages of heating and/or boiling (requiring large amounts of fuel), to separate raw sugar separated from molasses (see Galloway 1989; Tomich 1990). This heating process required considerable skills from the overseeing personnel to ascertain the right amounts of time and heat required to produce an optimal product (Galloway 1989: 57). The raw sugar would then be subjected to various refining procedures to remove impurities and produce white sugar.

But we should not focus solely on technological change in the labor process to assess the extent of innovation in the Brazilian nodes of the sugar commodity chain. Part of the innovative character of sugar production in Brazil might also have involved the type of sugar being produced in this region. One of the characteristics of sugar production in Brazil is that it produced a higher grade of the commodity than what characterized the Atlantic Islands earlier, or Barbados later (Schwartz 2004b: 179).

The white sugar produced in Brazil was referred to as “clayed” sugar. Galloway indicates that the procedure could be found used in Morocco prior to the fifteenth century: “sugar was ‘clayed’ by placing waterlogged clay over the top of the [raw sugar] cones. The water from the clay percolated through the sugar, leaching out the lingering traces of molasses and made a sugar loaf that was whitest near the clay and graded into dark brown at the base.” While crude, claying was a refining process that allowed sugar producers and merchants in Brazil (but also eventually in the French and British Caribbean) to capture greater profits than those available if limited to the export of raw sugar. Moreover, as we discuss below, the existing information does suggest that the eventual displacement

of Brazilian producers was attained only gradually through the combined impact of greater specialization of Caribbean producers in raw sugar, and of European intermediaries in refining.

These are certainly the patterns suggested by the price history of sugar. Often, authors make the assumption that from the very beginning, sugar constituted a clearly “peripheral” product relative to the manufactures produced in wealthy countries, and that this was demonstrated in a secular tendency for the price of sugar to fall (as with the case of other raw materials) relative to the price of manufactures (Pomeranz 2000: 267). This is not the case. If anything, as illustrated in Figure 2, the price of sugar relative to textiles rose slightly between the early sixteenth and the late eighteenth centuries (with a significant spike in the relative price of sugar in the late sixteenth century, followed by a significant decline in the early seventeenth century). There is little basis to argue that there was a general, secular tendency towards a deterioration of the terms of trade of sugar relative to manufactures for the period as a whole.

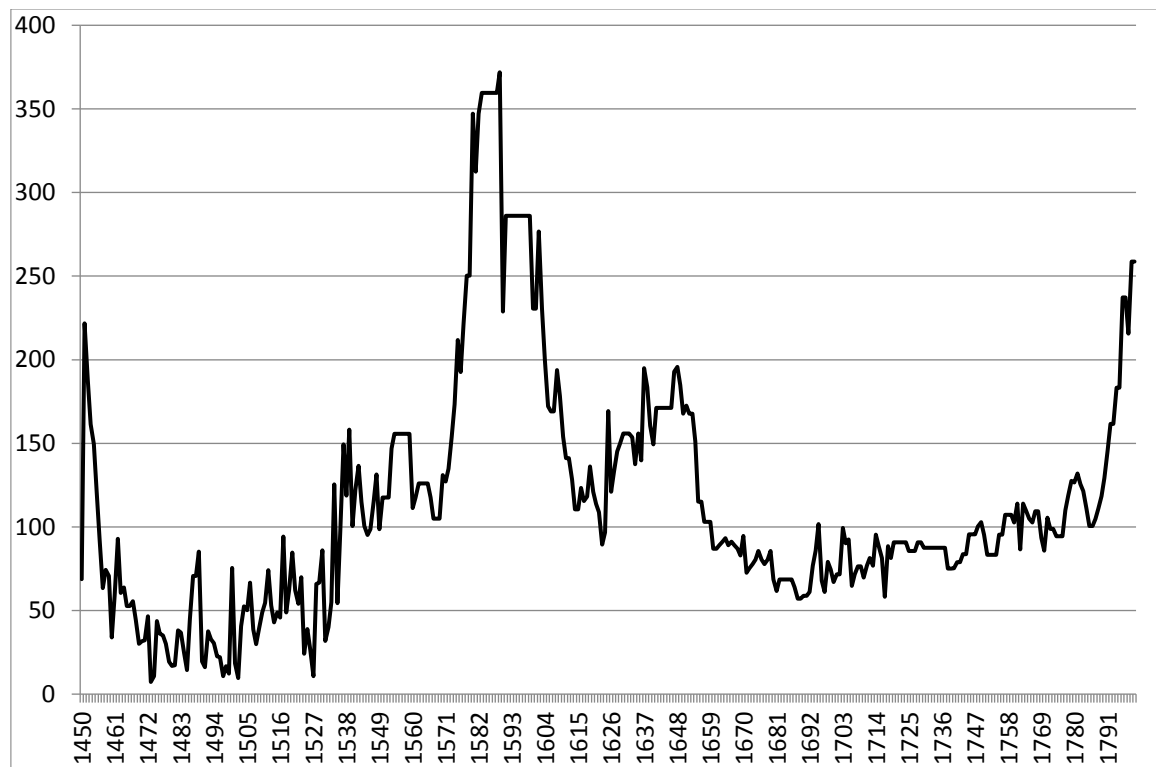


Figure 2: Price of Sugar Relative to Textiles, 1450-1800 (1450-1474 = 100)⁶

There were, however, shifts in the relative price of different types of sugar. Overall, white sugar always sold at a much higher price than muscovado. Antonil (1711: 56-7) indicated that while each arroba of macho white sugar was bought in the plantations at 1\$600, the price for the arroba of macho mascavado went for 1\$000, so the price for

⁶ Source: Calculated on the basis of price data in the Datafile 'The prices of the most important consumer goods, and indices of wages and the cost of living in the western part of the Netherlands, 1450-1800' Author: Jan Luiten van Zanden (<http://www.iisg.nl/hpw/brenv.php>).

the former at the plantation was 60% higher than the latter. However, the costs of transportation and various tariffs and taxes was fairly similar for both types of sugar, so the price differential between the two upon arrival to Europe was reported by Antonil to involve closer to a 40% premium for the Brazilian white sugar compared to the muscovado (see also Posthumus (1946)).

Around the same time, the early seventeenth century, the price for sugar refined in Europe was roughly between 20 and 30% higher than the price for the Brazilian white sugar (Posthumus 1946: 119-141). A hundred years later, after the competitive displacement of Brazilian producers by those in Barbados, the premium commanded by the European refined sugar had risen to between 60 and 70% of the price of the Brazilian white sugar (while the price of muscovados was maintained at roughly 50% the price of refined sugar). These price trajectories are closely linked to developments elsewhere in the world-economy, as discussed next.

Barbados and the Caribbean

Eventually, planters in Barbados found ways to gain a competitive edge vis-à-vis Brazilian producers. Indeed, in the seventeenth century, there “was a shift in the center of sugar production, away from the Spanish and Portuguese Atlantic islands and Brazil to the British Caribbean, as the tiny island of Barbados became, for a while, the world’s leading sugar producer” (McCusker and Menard 2004: 289). The turn to sugar production in Barbados was swift, taking place over little more than a decade (between the mid-1640s and mid-1650s), when the growth of sugar production in Barbados “enabled [the island] to become the most prosperous 17th-century insular colony on the globe” (Batie 1976: 1). For Dunn (1969: 4), “[a]lmost certainly the exports to England from this small island of less than one hundred thousand arable acres were more valuable in 1680 than the total exports to England from all the North American colonies.”

Many scholars argue that existing networks with the Dutch were key to the expansion of sugar in Barbados. For Furtado (1963: 17), the occupation of Northeastern Brazil (1630-1654) allowed the Dutch invaders to “acquaint[...] themselves with every angle, both technical and organizational, of the sugar industry, thus allowing Dutch business interests to extend their control of the sugar commodity chain.” The Dutch, argues Furtado (1963: 26), “not only provided the necessary technical assistance but also afforded easy credit for buying equipment, slaves and land,” and their strategy met with rapid success: “less than ten years after being expelled from Brazil, the Dutch were operating in the Caribbean area a sugar economy of large proportions, with new equipment and in a better geographical position vis-à-vis the European markets.”

Yet Menard (2006) indicates that such a narrative originated in efforts by landowners in Barbados to argue for more open trade and challenge English mercantile restrictions. Rather than a mere transplantation of existing techniques, planters in Barbados transformed the extent of integration of various stages of the sugar labor process: prior sugar production “had always been organized according to what we might call the dispersed system, in which smaller farmers grew sugar that was processed at a

large mill owned by a neighboring planter [...]. Barbadians discovered that they could increase efficiency by concentrating growing and milling through an integrated system of production” (McCusker and Menard 2004: 297). Adopted between 1650s and 1680s, during which time there was some “persistence of the dispersed system,” as there were some constraints in adopting “what would eventually become the integrated plantation’s hallmark and the major source of its productivity advantage over the dispersed system: gang labor with its lock-step discipline and liberal use of the whip to force slaves to work as hard as possible” (McCusker and Menard 2004: 301). These changes included a more extensive use of slaves, who in the 1660s and 1670s displaced the previously prevalent indentured white servants (Beckles 1982).

Besides the changes in the relationship between the growing and processing of sugar cane, there were technological changes in later stages of the labor process. Most significantly, production in Barbados from the very beginning adopted a battery of cauldrons (rather than a single one) for the process of clarifying and evaporating the cane juice until its transformation into raw sugar (Galloway 1989: 77). This innovation facilitated the enlarged scale of production that characterized sugar production in Barbados and eventually additional innovations were introduced (Galloway 1989: 97-8).

Once Barbados comes into the sugar industry, as noted earlier, prices for the lower qualities of sugar tended to undergo a long decline. By the 1720s in Brazil, competition led to a general inflationary trend and stagnation. (Schwartz 1985: 163). The growth of producers in Caribbean shut off Brazil from several European markets (colonial powers), while increasing the cost of key supplies (slaves). The process by which this occurred was complicated and gradual. Sugar commanded relatively high prices in the first half of the seventeenth century, as the Portuguese-Dutch conflict in Brazil disrupted an important supply source for several decades (Batie 1975: 15; Green 1988). Planters in Barbados had certain characteristics that positioned them well to profit from these opportunities: landholdings were large, planters were able to move away from the leases to small and medium farmers that had been the norm to a greater extent just a few years earlier, and African slave labor had come recently into “abundant supply” (also as a result of the disruptions of sugar production in Brazil) (Green 1988: 404). Simultaneously, fortuitous political circumstances contributed to the shift towards large-scale sugar production: the civil conflict in England in the 1640s curtailed “normal communications between England and the Caribbean,” restricted the previous access of island planters to British indentured servants, and might have opened opportunities in islands such as Barbados for Dutch competitors (Green 1988).

We should note that these are precisely the patterns to be expected in Schumpeterian cycles of innovation. The very success and profitable opportunities that characterized the expansion of sugar circuits in Brazil provided strong incentives for competitors to try to capture key niches in the sugar commodity chain by mobilizing both business enterprises and state forces. Conforming new institutional arrangements in areas that had previously been more marginal to world trade circuits (such as the Caribbean), the very success in capturing new niches of production and commerce entailed a relative decline for the older and more established areas of the commodity chain. At a micro level,

this was sometimes manifested in the actual physical movement of individuals (and/or their capital and belongings) from one location to another.

Adopting many features of the industry in Barbados, as limits were reached to the continued expansion of plantations in the latter, production and exports of sugar expanded in the British and French Caribbean particularly after the middle of the eighteenth century (Blackburn 1997: 405). Producers of sugar in the French and English Caribbean benefitted from restrictive mercantile policies in their home countries that “effectively relegated Brazilian exports to Portuguese and Mediterranean markets” (Galloway 1989: 86).

The growth of sugar production during this period was slower in the Spanish Caribbean, for here it “was hindered by a constant drain of people and financial resources to the mainland, where gold and silver seemed far more glamorous than sugar” (Schwartz 1985: 16). There were some efforts to establish sugar production in Española, Puerto Rico, and Cuba, but these remain modest through the sixteenth and even seventeenth centuries. It was only in the nineteenth century that the Spanish Caribbean would experience a rapid expansion of sugar production in Cuba, with the growth of ingenios that incorporated the latest technological innovations (Tomich 1990: 203).

It is relevant to note that once “[t]he slave population and sugar economy of Barbados had reached a plateau” around the middle of the eighteenth century (Blackburn 1997: 405), indicating that limits had been reached for the horizontal expansion of production. In this context, “The planters turned [...] to increasing the value-added of their final product by ‘claying’ the muscovado –this process yielded both white sugar and molasses. The white sugar commanded a higher price and was less bulky to ship. The molasses could be sold in the North American colonies in return for plantation supplies. Some slaves had to be trained for the skilled work of claying, but in an old colony with an experienced labour [...] force this posed no problem. Consequently, planters earned more from crops the size of which rose little” (Blackburn 1997: 405-6).

Planters from Barbados would play a role in the eventual expansion of plantations elsewhere in the West Indies, in the Guianas, and in the continental United States (see Dunn 2000; Roberts 2016).

3. Wealth and Power

As we have shown, many of the features of the expansion of sugar circuits represented, in their own time, what Joseph Schumpeter (1942) would characterize as innovative activities, yielding extra-ordinary levels of wealth. The drive behind these innovations –not limited to technological changes in the organization of the labor process- came from a variety of sources, from landowners, merchants and entrepreneurs who found opportunities for capturing wealth and engaging in upward social mobility by engaging in sugar production and trade, to farmers and small producers seeking to make a livelihood, and from slaves seeking better lives, to states pursuing territorial expansion. In its successive locations, sugar production and trade came to entail a broad range of actors who would themselves come to deploy a broad range of strategies to enhance their

social and/or political standing. In this section, we highlight two crucial arenas of such political engagement: first, the pursuit of power by states; second, the growing differentiation between enterprises and states.

Innovative States

Lang (1979: 29) argues that the agricultural settlement of Brazil was pursued by the Portuguese king as a strategy to check the expansion of French interests, and that important royal subsidies (e.g., slaves provided at “one-third the usual customs duties”) were provided to make plantation agriculture feasible. Schwartz (2004b: 161) points out that “engenhos were exempted from the tithe (dízimo) for ten years by a series of laws designed to stimulate the industry, and [...] many senhores de engenho found ways to continue to avoid taxation thereafter.” In the early settlement of Brazil by the Portuguese, incentives (land, tax exemptions) were provided to potential builders of engenhos, who were supposed to establish fortified defense and process cane from surrounding areas.

Such observations highlight the fact that the pursuit of specific strategies of accumulation of wealth was often the outcome of the pursuit of greater power. In the pursuit of power by states, competitive advantages and disadvantages were generated by means of shifting patterns of political regulation. In fact, from this point of view, the pursuit of changing strategies of colonization and colonial expansion by states (in competition with other states) was itself an important aspect of innovation over time. To put it bluntly, through the period considered here, “the market for protection increased” (Lane 1979: 47), and some states were more effective than others at both providing protection and regulating markets.

For example, the perceived success of the Dutch East India company made Dutch commercial policies, more broadly, a model to follow (Davies 1970: 17). On the other hand, as in the case of the Royal African Company in the last quarter of the seventeenth century, some elites could have initial success in securing political support for regulation of the slave trade, only to soon find political tides reverse and opponents unite in promoting more open trade.

Success would come to be measured, for example, in the extent to which sugar production and trade could develop into an important source of fiscal revenues for states. According to Blackburn (1997: 173), “Taxes were paid on Brazilian sugar both at the port from which it was dispatched and at its Portuguese destination... Over time the incidence of these duties drifted upwards as royal officials exploited the strength of Brazil’s trading position. Brazil’s sugar trade in 1627...account[ed] for 40 per cent of total revenue.”

One of the primary mechanisms through which the regulation of sugar markets operated was by the extension and/or restriction of commercial preferences by the European states. For example, “[b]y the 1640s [...] the rise of competing sugar economies, first on Barbados, and then in the Dutch and British Caribbean, and the introduction of exclusionist policies, such as the English Navigations Acts of 1651, changed the relationship of Brazilian sugar to its traditional markets. Whereas Brazilian sugars had supplied about 80 percent of the London market in 1630, by 1670, that figure had dropped

by half” (Schwartz 2004b: 166). Later, by the early 1800s, several European countries, such as France, introduced tariffs on the higher grades of sugar: thus, in Martinique, for example, “high protective duties and a virtual monopoly of the French market encouraged colonial planters to produce low quality sugar. Indeed, metropolitan sugar refiners forced up the surtax on the higher grades of colonial sugar to prevent competition from the colonies and to satisfy their own demand for raw sugar” (Tomich 1990: 187). In this sense, the relative ability of certain nodes in the commodity chain to capture wealth was directly constrained by the ability of other actors within this chain to deploy political power in their favor. Thus, “the often sordid business of factional politics was itself a kind of entrepreneurship” (Gettleman 1959: 213).

More directly still, markets were also regulated by the ability to deploy military force. For example, access by the planters and merchants of Brazil and São Tomé to sugar markets in Europe were severely disrupted by the fighting between the Portuguese crown and the Dutch through much of the first half of the seventeenth century.

On the other hand, there were also persistent conflicts within and between many different layers of the colonial system. There were fights between the colonizing elites from any one imperial power –such as the English in Barbados (e.g., the conflicts between Sir William Courteen and the Duke of Carlisle in the 1620s). There were also tensions in the relationship between the colonies and the imperial centers (e.g., local sugar elites often complained about taxes or trade restrictions; or disagreed with their metropole regarding territorial expansion strategies) (Koot 2007; Roberts 2016). As in the adaptability with respect to forms of labor organization, elites, here too, were able to adapt to (while striving to change in their own favor) changing political and military circumstances.

We should note, however, that commercial preferences and the deployment of force also produced unexpected effects, as they provided opportunities for those to whom preferences were extended, or who benefitted from the disruption of existing circuits of production and commercialization by war, but also to those who could find innovative and/or unexpected ways of securing profits that could bypass restrictions or take advantage of disruptions of trade. For example, piracy and contraband long served as a strategy to bypass the restrictions on trade imposed by the Spanish and Portuguese crowns:

the authorities of all the colonial empires found the enforcement of trade regulations in the Americas to be a problem. Economic incentives encouraged the flouting of regulations, and the large number of vessels, small and large, that plied between the islands, to the Spanish Main and along the open eastern seaboard of North America were impossible to police (Galloway 1989: 87).

Moreover, while the Dutch successfully undermined Portuguese control over Atlantic trade, they were not able to secure themselves a monopoly over this trade, and instead served to open up markets to competitors (including the French and English) (Davies 1970). In fact, when some efforts were made by the West India Company to establish a trade monopoly on sugar from the Americas, individual Dutch entrepreneurs opposed this monopoly, and successfully established their own alternative circuits of trade (Green 1988: 413). Likewise, the Royal African Company in the 1670s and 1680s briefly succeeded in establishing monopolistic controls over the slave trade between

Africa and the Caribbean, only to give way to less regulated trade after the late 1690s (Pettigrew 2013). *As illustrated by these instances, there were limits to the ability of imperial interests in the metropolises to impose restrictive policies upon the very same elites that drew much of their own legitimacy from colonial authority.*⁷

Unintended effects were also present in relation to war: the efforts by the Dutch to challenge the Portuguese in Brazil unwittingly reinforced some aspects of sugar production and trade in that very same area. This can be seen in the efforts of Dutch after many *engenhos* are destroyed or rendered idle during the 1630s: “The Dutch West India Company (WIC) eventually confiscated many of the mills abandoned by those Portuguese who joined the resistance or who fled to Bahia. These properties were then sold to Dutch or Portuguese investors as the Company sought to vertically integrate the industry by controlling the production as well as the commercialization of sugar” (Schwartz 2004b: 166). Braudel (1984: 233) argues that, in part as a result of the difficulties of the large Dutch ships in reaching “the shallow inlets on the coast where the smaller Portuguese vessels came and went as they pleased,” “[t]he odd paradox of the Dutch occupation of the sugar-producing Nordeste was that it interrupted the flow of Brazilian sugar to Amsterdam, where it had previously been plentiful; and the price went up as well.”

Gradual Differentiation

Beyond the shifting balance of forces between colonizing states, the period under consideration also entailed a growing differentiation between enterprises and states. In the initial expansion of private property in Brazil, the entrepreneurial production of sugar was not very differentiated from the deployment of force: one and the same individuals (e.g., the *donatários*) carried out both. But rapidly, move towards greater specialization. For example, appointment of a governor-general, who “was concerned with war and police, not directly with the organization of sugar production” (Lane 1979: 43). By the 1630s, “[t]he new *senhores de engenho* were of humbler social extraction than those who had built mills in the sixteenth century; sugar-making was no longer the special preserve of viceroys, aristocrats, merchant princes and powerful religious orders, even if the latter had some fiscal privileges” (Blackburn 1997: 173).

In the process, there were new tensions in the relationship between governments and elites. For example, plantation elites and sugar merchants, who had originally been given significant subsidies in taxation, reacted strongly to the increase in taxes introduced by local authorities in response to conflicts with the Dutch: regardless, “by 1648, over 80 percent of taxes in Pernambuco were derived from sugar production and commerce” (Schwartz 2004b: 170).

⁷ Thus, “[a]fter 1689, when colonists witnessed the growing strength of the British Empire and realized that the advantages of a centrally controlled empire— privileged access to markets and protected shipping— outweighed the costs of regulation, they finally were willing to abandon the demands for free trade that they had made since the 1650s” (Koot 2007: 163).

More broadly, this is indicative of the relationship between the projection of political power and the pursuit of economic interest. Here, it is important to take into account that most studies have portrayed the plantation system in terms of the growth of a single world division of labor: but one should tie this also to the rise of a multiplicity of states, along with the practices (e.g., growing importance of law, bureaucratic policy-making) that were part and parcel of this rise.

Conclusion

The social arrangements entailed in the circuits of sugar and slavery between the fourteenth and nineteenth centuries are receiving renewed attention in the social sciences. One compelling narrative, developed primarily within the field of economics, argues that these arrangements left as their legacy institutional systems of high inequality that eventually came to impede growth. In this narrative (e.g., Acemoglu, Johnson and Robinson 2002; Coatsworth 1993; Engerman 1981), these institutions stand in stark contrast to those that prevailed in areas such as New England, where the simultaneous development of greater equity, democracy and property rights provided a stronger stimulus for economic growth in the nineteenth century and thereafter. Within this literature, for example, Acemoglu, Johnson and Robinson (2002: 1233) argue that European colonialism led “to the development of institutions of private property” and relatively greater equity in areas that before the eighteenth century were deemed to be poor – such as the New England colonies – “while introducing extractive institutions or maintaining existing extractive institutions” that resulted in greater inequality in areas that at the time were deemed “prosperous” – parts of Latin America, the Caribbean and Africa. Ultimately, according to this interpretation, the social arrangements characteristic of areas with a greater early prevalence of wage labor proved more compatible with the fundamental logic of a capitalist world-economy.

Here, we have argued that the patterns of growth of the sugar commodity chain suggest we must abandon the preconception that coercive labor arrangements have always been intractably tied to inefficient forms of organization of production and markets. Thus, we show that in Latin America and the Caribbean, slavery was used in plantation agriculture, a high-yielding activity that constituted, in its time, a world epicenter for the creation and accumulation of wealth. Sugar plantations represented, in their own time, what Joseph Schumpeter (1942) would characterize as innovative activities, yielding extra-ordinary levels of wealth. The “extractive institutions” associated with high inequality provided crucial competitive advantages to the elites benefiting from such arrangements, and they did so by simultaneously providing a very effective basis with which to promote wealth maximization (and economic growth) for several hundred years.

In the Schumpeterian model, the introduction and clustering of innovations constantly transform existing economic and social arrangements, and drive cycles of prosperity (characterized by intense investment in new productive opportunities) and depression (characterized by the broader absorption of innovative practices and the

elimination of older activities). In this pattern, what might constitute innovative characteristics at any one point in time, might eventually evolve into constraints that provide competitive opportunities for others at a later point in time.

For example, as indicated earlier, a crucial competitive advantage for sugar producers in São Tomé resided in their ability to use their proximity to mainland Africa to draw more heavily on a slave labor force than had been the case in Madeira and the Canary Islands. There is some evidence that over time, however, proximity to Africa also became a comparative disadvantage, as it provided opportunities for greater resistance among the labor force (e.g. Schwartz (2004a: 10).

Similarly, producers from Brazil were able to establish a niche by producing a higher-grade sugar than elsewhere. But one of the consequences of this characteristic was that there were few incentives for investors in Portugal to focus on sugar refining, an activity that became more centered in Antwerp first, later in Amsterdam and eventually in France and England. In turn, these refiners were eventually able to mobilize protectionist measures in their own favor, further limiting opportunities for the white sugar producers in Brazil.

From this point of view, the growing competitive pressures (or peripheralization) of some products and activities entailed a process of change that evolved over time. This is an important modification of prevailing interpretations. Most often, certain activities and modes of labor exploitation are treated as if they were always peripheral-like (characterized by greater relative competitive pressures) or core-like (characterized by institutional arrangements shielding them from competitive pressures. Thus, for example, the production of sugar with slave labor in Latin America and the Caribbean is treated as peripheral from its very inception, and the refinery of sugar with wage labor as always a core-like activity.

Instead, we would argue that at key points in the expansion of sugar production and trade, the production of sugar with slave labor in Latin America and the Caribbean had many of the features associated with core-like activities –the key role of innovations as a means of deflecting competitive pressures, the high command over wealth secured through these activities, and so forth. It is only over a long period of time –the span considered in this paper—that such activities were subjected to greater competitive pressures through the uneven development of new patterns of political regulation that became clearly differentiated by national boundaries.

Of course, one might question whether the rhythm of innovative transformation that characterized the sugar commodity chain was as intense as suggested by Schumpeter's (1942: 82) characterization of capitalism as a process of "mutation... that incessantly revolutionizes the economic structure from within, incessantly destroying the old one, incessantly creating a new one." The patterns of development observed in this article suggest that just as core and peripheral activities only became clearly differentiated over a period of centuries, so might the rhythms of innovation have accelerated over time in their temporal span: change might appear to have moved only slowly in the sugar commodity chain when compared to technological transformations in the nineteenth century, but the same holds for the latter when compared to the shifts undergone by, say,

the information industry over the last twenty years. In this sense, the very duration of time itself is part and parcel of the changes at hand.

Moreover, we should recognize that the eventual salience of rigidities in the institutional arrangements that in various places characterized the sugar commodity chain should also be expected as an eventual outcome of processes of innovation. As we discussed in this article, the large-scale production of agricultural commodities through the deployment of coerced labor was a major Schumpeterian innovation that characterized capitalism for a long span of time –at least three hundred years. But eventually, this innovation was subject to the same tensions that we identified in the sequence of expansion of sugar production and trade: what constituted a competitive advantage earlier on in time, by the nineteenth century would develop into rigidities – e.g., from technological lags to limited domestic markets-- that would provide competitive opportunities to alternative patterns of social organization, now centered around wage labor and greater access to property rights.

Bibliography

- Acemoglu, Daron, Simon Johnson and James A. Robinson. 2002. "Reversal of Fortune: Geography and Institutions in the Making of the Modern World Income Distribution." Quarterly Journal of Economics 117 (November): 1231-1294.
- Antonil, André João. 1711. Cultura e Opulência Do Brasil. [text available in [<http://www.bibvirt.futuro.usp.br>]].
- Batie, Carlyle. 1976. "Why Sugar? Economic Cycles and the Changing of Staples on the English and French Antilles, 1624-54" The Journal of Caribbean History 8: 1-41.
- Beckles, Hilary McD. 1982. "The Economic Origins of Black Slavery in the British West Indies, 1640-1680: A Tentative Analysis of the Barbados Model." Journal of Caribbean History 16: 36-56.
- Blackburn, Robin. 1997. The Making of New World Slavery: From the Baroque to the Modern, 1492-1800. London: Verso.
- Block, Kristen. 2010. "Cultivating Inner and Outer Plantations: Property, Industry, and Slavery in Early Quaker Migration to the New World." Early American Studies 8: 3 (Special Forum: Markets and Morality: Intersections of Economy, Ethics and Religion in Early North America): 515-548.
- Braudel, Fernand. 1984. The Perspective of the World. New York: Harper and Row.
- Brenner, Robert. 1977. "The Origins of Capitalist Development: A Critique of Neo-Smithian Marxism." New Left Review 104: 25-92.
- Coatsworth, John H. 1993. "Notes on the Comparative Economic History of Latin America and the United States." Pp. 10-30 in W.L. Bernecker and H.W. Tobler, eds. Development and Underdevelopment in America: Contrasts of Economic Growth in North and Latin America in Historical Perspective. Berlin: Walter de Gruyter.
- Craton, Michael. 1980. "The Passion to Exist: Slave Rebellions in the British West Indies, 1650-1832." Journal of Caribbean History 13: 1-20.
- Craton, Michael. 1982. Testing the Chains: Slave Rebellions in the British West Indies. Ithaca: Cornell University Press.
- Dhanda, Karen S. 2001. "Labor and Place in Barbados, Jamaica and Trinidad: A search for a Comparative Unified Field Theory Revisited." NWIG: New West Indian Guide/Nieuwe West-Indische Gids 75 (3/4): 229-255.
- Dunn, Richard S. 2000. "The English Sugar Islands and the Founding of South Carolina." The South Carolina Historical Magazine 101: 2 (Apr): 142-154.
- Dunn, Richard S. 1969. "The Barbados Census of 1680: Profile of the Richest Colony in English America." The William and Mary Quarterly 26: 1 (Jan): 3-30.

- Eltis, David, Frank D. Lewis, and David Richardson. 2005. "Slave Prices, the African Slave Trade, and Productivity in the Caribbean, 1674-1807." Economic History Review 58 (4): 673-700.
- Engerman, Stanley L. 1973. "Some Considerations Relating to Property Rights in Man." Journal of Economic History 33: 43-65.
- Engerman, Stanley L. 1981. "Notes on the Patterns of Economic Growth in the British North American Colonies in the Seventeenth, Eighteenth and Nineteenth Centuries." Pp. 46-57 in P. Bairoch and M. Lévy-Leboyer, eds. Disparities in Economic Development since the Industrial Revolution. New York: St. Martin's Press.
- Ferlini, Vera. 2003. Terra, trabalho e poder: O mundo dos engenhos no Nordeste colonial. Bauru, Sao Paulo: EDUSC.
- Fogel, Robert W. 1989. Without Consent or Contract. New York: W.W. Norton.
- Furtado, Celso. 1963. The Economic Growth of Brazil: A Survey From Colonial to Modern Times. Berkeley: University of California Press.
- Galloway, J.H. 1989. The Sugar Cane Industry: An Historical Geography From its Origins to 1914. Cambridge: Cambridge University Press.
- Garcia S., Daniel D. 1993. "Economic Growth and Stagnation in the Colonial Americas: An Exploratory Essay." Pp. 51-87 in W.L. Bernecker and H.W. Tobler, eds. Development and Underdevelopment in America: Contrasts of Economic Growth in North and Latin America in Historical Perspective. Berlin: Walter de Gruyter.
- Green, William A. 1988. "Supply Versus Demand in the Barbadian Sugar Revolution." Journal of Interdisciplinary History 18 (3): 403-418.
- Greenfield, Sidney M. 1967. "The Organization of Large Scale Agricultural Labor in Barbados and Minas Gerais, Brazil: A Comparison of Two Responses to Emancipation." Anthropological Quarterly 40: 4 (Oct): 201-216.
- Handler, Jerome and Diane Wallman. 2014. "Production Activities in the Household Economies of Plantation Slaves: Barbados and Martinique, Mid-1600s to Mid-1800s." International Journal of Historical Archaeology 18: 3 (September): 441-466.
- Hanson, Carl A. 1981. Economy and Society in Baroque Portugal, 1668-1703. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- Higman, B.W. 2000. "The Sugar Revolution." Economic History Review 53 (2): 213-236.
- Keagy, Thomas J. 1972. "The Poor Whites of Barbados." Revista de Historia de América 73/74 (Jan-Dec): 9-52.
- Klein, Herbert S. 1999. The Atlantic Slave Trade. Cambridge: Cambridge University Press.
- Lane, Frederic C. 1979. Profits From Power: Readings in Protection Rent and Violence-Controlling Enterprises. Albany: State University of New York Press.
- Lang, James. 1979. Portuguese Brazil: The King's Plantation. New York: Academic Press.
- McCusker, John J. and Russell R. Menard. 2004. "The Sugar Industry in the Seventeenth Century: A New Perspective on the Barbadian 'Sugar Revolution.'" Pp. 289-330 in S.B. Schwartz, ed. Tropical Babylons: Sugar and the Making of the Atlantic World, 1450-1680. Chapel Hill: The University of North Carolina Press.
- Menard, Russell R. 2006. Sweet Negotiations: Sugar, Slavery, and Plantation Agriculture in Early Barbados. Charlottesville: The University of Virginia Press.
- Olson, Mancur. 1982. The Rise and Decline of Nations: Economic Growth, Stagflation, and Social Rigidities. New Haven: Yale University Press.
- Pettigrew, William Andrew. 2013. Freedom's Debt: The Royal African Company and the Politics of the Atlantic Slave Trade, 1672-1752. Chapel Hill, NC: University of North Carolina Press.
- Polanyi, Karl. 1957 [1944]. The Great Transformation: The Political and Economic Origins of our Time. Boston: Beacon Press.
- Pomeranz, Kenneth. 2001. The Great Divergence: China, Europe, and the Making of the World Economy. Princeton: Princeton University Press.
- Posthumus, N.W.. 1946. Inquiry into the History of Prices in Holland. Leiden: E.J. Brill.
- Prado, Caio, Jr. 1967. The Colonial Background of Modern Brazil. Berkeley: University of California Press.

- Roberts, Justin. 2016. "Surrendering Surinam: The Barbadian Diaspora and the Expansion of the English Sugar Frontier, 1650–75." The William and Mary Quarterly 73: 2 (April): 225-256.
- Schumpeter, Joseph A. 1942. Capitalism, Socialism and Democracy. New York: Harper and Row.
- Schwartz, Stuart B. 1985. Sugar Plantations in the Formation of Brazilian Society: Bahia, 1550-1835. Cambridge: Cambridge University Press.
- Schwartz, Stuart B. 2004a. "Introduction." Pp. 1-26 in S.B. Schwartz, ed. Tropical Babylons: Sugar and the Making of the Atlantic World, 1450-1680. Chapel Hill: The University of North Carolina Press.
- Schwartz, Stuart B. 2004b. "A Commonwealth Within Itself: The Early Brazilian Sugar Industry, 1550-1670." Pp. 158-200 in S.B. Schwartz, ed. Tropical Babylons: Sugar and the Making of the Atlantic World, 1450-1680. Chapel Hill: The University of North Carolina Press.
- Sokoloff, Kenneth L., and Stanley L. Engerman. 2000. "Institutions, Factor Endowments, and Paths of Development in the New World." Journal of Economic Perspectives 14: 3 (Summer): 217-232.
- Stols, Eddy. 2004. "The Expansion of the Sugar Market in Western Europe." Pp. 237-288 in S.B. Schwartz, ed. Tropical Babylons: Sugar and the Making of the Atlantic World, 1450-1680. Chapel Hill: The University of North Carolina Press.
- Taylor, Kit Sims. 1978. Sugar and the Underdevelopment of Northeastern Brazil, 1500-1970. Gainesville: The University Presses of Florida.
- Tomich, Dale. 1990. Slavery in the Circuit of Sugar: Martinique and the World Economy, 1830-1848. Baltimore: The Johns Hopkins University Press.
- Tryon, Thomas. 1684. Friendly Advice TO THE Gentlemen-Planters OF THE East and West INDIES. London: Andrew Sowle.
- Vieira, Alberto. 2004. "Sugar Islands: The Sugar Economy of Madeira and the Canaries, 1450-1650." Pp. 42-84 in S.B. Schwartz, ed. Tropical Babylons: Sugar and the Making of the Atlantic World, 1450-1680. Chapel Hill: The University of North Carolina Press.
- Wallerstein, Immanuel. 1974. The Modern World System: Capitalist Agriculture and the Origins of the European World-Economy in the Sixteenth Century. New York: Academic Press.
- Ward, J.R. 1978. "The Profitability of Sugar Planting in the British West Indies: 1650-1834." Economic History Review, 2nd series, 31: 197-213.

AS LÓGICAS DE DOMINAÇÃO E SUBORDINAÇÃO DOS ESTADOS-NAÇÃO NA GEOPOLÍTICA DEPENDENTE DO SISTEMA MUNDO

Arnaldo dos Santos Vaz Neto¹ e José Raimundo Barreto Trindade²

Resumo: Nesse artigo, as lógicas de domínio e subordinação serão compreendidas e expostas, tanto do contexto do centro quanto do contexto da periferia. Através dos condicionantes empíricos da Teoria da Dependência e da Teoria do Sistema Mundo aplicados no arranjo geopolítico da economia mundial, serão abordados os movimentos que as nações tomam para si ao estabelecer a forma de conduzir seu desenvolvimento econômico.

Palavras-Chave: Economia Política Internacional, Geopolítica do Capitalismo, Teoria da Dependência, Teoria do Sistema Mundo

Introdução

Enquanto estruturas teóricas da Economia Política Internacional, a Teoria da Dependência e a Teoria do Sistema Mundo analisam os tipos de relações econômicas, políticas e diplomáticas entre os Estados-Nações. Essas relações são categorizadas e analisadas, com o objetivo de compreender a sua dinâmica. Ainda que essas teorias possuam pontos em que elas convergem e pontos em que elas se distanciem, ambas cumprem seu papel de descrever as questões internacionais contemporâneas

Percebe-se um comportamento social nos países, de modo similar ao que acontece na sociedade: os movimentos de dominação e subordinação. Nações antes subordinadas passam a apresentar comportamentos de dominação similares aos que sofria antes, sem perpassar por uma ruptura desse padrão.

Na linguagem da Teoria da Dependência e da Teoria do Sistema Mundo, certas nações da periferia adotariam padrões de desenvolvimento econômico com vistas a obter padrões que as aproximassem do centro. No momento em que elas possuíssem desempenho acima da média dos países vizinhos, elas se tornariam semiperiferias e tenderiam a estabelecer comportamentos com os países vizinhos de maneira similar aos que os países do centro estabeleceram anteriormente. Esse mesmo centro continua tomando a periferia e a semiperiferia como uma coisa só, fazendo seus comportamentos de dominação tal como antes

¹ Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Pará

² Docente de Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Pará

Desse modo, existem quatro movimentos que ocorrem entre as nações da economia-mundo: a) o centro estabelecendo seu status quo; b) o centro decaindo à padrões similares ao da periferia; c) periferias que se deslocam rumo ao centro; d) periferias que não superam sua condição periférica.

Nesse artigo, as lógicas de domínio e subordinação serão compreendidas e expostas, tanto do contexto do centro quanto do contexto da periferia. Através dos condicionantes empíricos da Teoria da Dependência e da Teoria do Sistema Mundo, o arranjo geopolítico da economia mundial será abordado dos movimentos que as nações tomam para si.

O capítulo 1 trata a Teoria da Dependência e a Teoria do Sistema Mundo de forma conceitual. Seus conceitos mais fundamentais são destacados, bem como as suas similitudes e divergências, de modo a perceber a interação de seus aspectos mais característicos.

O capítulo 2 desenvolve a hipótese das lógicas de domínio e subordinação entre os estados-nação enquanto continuação dos movimentos de saída da periferia e de entrada ao centro. Nota-se uma repetição de comportamentos sociais nas relações entre os países.

O capítulo 3 desenha o arranjo territorial da geopolítica do capitalismo ao conceituar o que seria o centro, o que seria a periferia e o que seria a semiperiferia. Da mesma forma, explana-se seus espectros e demonstra exemplos de Estados-Nações inseridas ali.

O capítulo 4 debruça-se sobre os quatro movimentos que são feitos no arranjo territorial da geopolítica do capitalismo através dos continentes e dos poderes econômicos. Após compreender os seus espectros, estabelecem-se onde os movimentos de dominação e de subordinação se combinam com as dinâmicas dos Estados-Nações.

1. Condicionantes Empíricos da Teoria da Dependência e da Teoria do Sistema Mundo

A Teoria da Dependência é um método de análise econômico e político de viés heterodoxo, marxista, não dogmático e crítico que estuda as fases de desenvolvimento e subdesenvolvimento nos territórios onde o modo de produção capitalista foi aplicado de forma tardia. Tal metodologia estabeleceu através do debate de cientistas políticos latino americanos, enquanto contraponto das idéias de desenvolvimento defendidas pela CEPAL.

A Teoria da Dependência pontua que o desenvolvimento econômico é uma trajetória trilhada de forma contínua, e não um processo a ser realizado sob forma de etapas. No curso dessa trajetória, existiriam nações que se configuram de forma mais avançada no que tange à especialização produtiva e aos modos de exploração do trabalho.

Do mesmo modo, existem nações que estariam em um patamar mais elementar dos seus modos de produção, cuja especialização produtiva é menor que a média. Entre nações que apresentam esses comportamentos, as interações comerciais e os sistemas de crédito estariam descompensados.

Ruy Mauro Marini é um dos autores com maior contribuição na Teoria da Dependência. Segundo ele, o capital transferido recompõe a sua taxa de lucro quando o maquinário das matrizes é vendido para as filiais que estão em nações subdesenvolvidas. O capital seria amortizado e realizado nas nações periféricas, em um processo de renovação tecnologia.

Vânia Bambirra (1984) é outra autora que contribuiu muito para a Teoria da Dependência. Segundo ela, o impacto que as práticas imperialistas da hegemonia (no caso, os Estados Unidos) estão conduzindo não somente em um controle das matérias primas ou de uma conquista de mercados, mas em setores de manufaturas qual surgem em pontos específicos. Esse processo é percebido nos impactos das transformações do capitalismo na América Latina (sobretudo no Brasil)

Theotonio dos Santos foi outro autor importante para a Teoria da Dependência. Em sua dissertação de mestrado, ele investigou as classes sociais do Brasil, de modo a analisar suas estruturas empíricas como concomitantes para os arranjos do modo de produção capitalista e para a reprodução do subdesenvolvimento.

Esses cientistas políticos participavam de reuniões para debater idéias que futuramente viriam a ser as precursoras da Teoria da Dependência. Na segunda metade do século XX, o contexto pós-Segunda Guerra Mundial e pré-Guerra Fria demandou debates sobre arranjos históricos e políticos. Esses debates eram feitos na Universidade de Brasília através de seminários e reuniões que analisavam a metodologia do materialismo histórico-dialético presente. O objetivo seria interpretar a América Latina através de seu modelo de desenvolvimento socioeconômico

A Teoria da Dependência experimentou um declínio quando o viés heterodoxo de suas teorias foi desprestigiado pela conjuntura vivida no período. Os alinhamentos ideológicos da teoria levaram-na a um desprestígio por parte das guinadas ditatoriais ocorridas em solo latino-americano.

Os autores se dispersaram em seus exílios e não conseguiram formar uma rede, levando a uma dificuldade de uma união teórica e a um desuso e a um ofuscamento da teoria. Tal cenário foi ocorrido pela ascensão de espectros ideológicos obtusos e de viés ortodoxo semelhante, o que dificultou os autores a readentrar no espectro da Economia Política Internacional.

O motivo pelo qual a Teoria da Dependência possui uma importância fundamental é o fato de ser uma das poucas formulações reformistas que se contrapuseram a estagnacionismo da elite intelectual brasileira. As idéias centralizadas dessa elite são adotadas nas conjunturas e estão impregnadas na estrutura, de modo que as sessões de seminários que ocorrem nos centros universitários brasileiros buscam alternativas para o desenvolvimento desigual que ocorre no Brasil e na América Latina.

A Teoria do Sistema Mundo é um espectro de análise da Economia Política Internacional que se centra mais na análise do sistema social e em suas implicações nas diversas relações que podem ocorrer nos países inseridos na geopolítica do capitalismo

Uma vez que o modo de produção capitalista se configura como espectro das relações de forças economias e políticas entre os Estados-Nação, a base de análise dos

estudos da Teoria do Sistema Mundo é a Divisão Internacional do Trabalho, que verifica a especialização produtiva dos territórios através de suas trocas comerciais. Enquanto processo de internacionalização econômica, tal divisão classifica os países através de seu nível de produção mundial, bem como a participação de seus componentes nessa produção.

O maior teórico que representa o sistema mundo é Immanuel Wallerstein (1979). Sua obra analisa o arranjo geopolítico do capitalismo ao considerá-lo como um espaço de um modo de produção cujo Estado Nação é um ator individual que atuaria em concomitância com as demais instituições político-econômicas.

Giovanni Arrighi (2005) também contribuiu para o desenvolvimento da Teoria da Sistema Mundo ao conceituar os ciclos de acumulação sistêmicos. Segundo o autor, o capitalismo enquanto instrumento de mensuração histórica é dividido em quatro ciclos. Cada um deles contém estruturas similares: uma nação hegemônica, um período de auge de um meio de produção; um apogeu; um declínio estimulado por uma crise; e ascensão de um ciclo seguinte.

Andreas Gunder Frank (1981) também foi um autor cujas idéias contribuíram para o estabelecimento da Teoria do Sistema Mundo. Enquanto que a Teoria da Dependência era tecida nas rodas de debate, ele formulou as suas próprias metodologias de interpretação das estruturas de subdesenvolvimento. Sua hipótese era que o subdesenvolvimento territorial não era justificado por um legado de modos de produção pré-capitalistas, mas por seqüelas do mercantilismo colonial que não foram superados.

A Teoria do Sistema Mundo é estabelecida com os estudos dos processos geopolíticos no decorrer do pós colonialismo. Esse estudo rejeita a idéia binária de “Primeiro Mundo” e “Terceiro Mundo”, cotando terminologias também trabalhadas na Teoria da Dependência. Ao mesmo tempo, referências teóricas dentro sobre as certas dicotomias (como o desenvolvimento interno e externo, por exemplo) são colocados em pauta.

De acordo com Wallerstein, as origens do Sistema Mundo remetem às configurações nos ciclos sistêmicos de acumulação. Após o mercantilismo do 1º Ciclo, a fidúcia do 2º ciclo e o imperialismo do 3º ciclo, afirma-se que século XX se inicia com todos os territórios do Planeta Terra inseridos de alguma forma no modo de produção capitalista. Logo, as mudanças estruturais ocorridas no tabuleiro geopolítico correspondem ao 4º ciclo.

Uma vez que considera a evolução do modo de produção capitalista e de suas conseqüências nas relações econômicas, sociais, políticas e culturais, a Teoria do Sistema Mundo é tomada como essencial para a análise completa do tabuleiro geopolítico da economia mundial.

Os pontos de similitude entre a Teoria da Dependência e a Teoria da Sistema Mundo relacionam-se com as idéias de desenvolvimento a longo prazo, que seriam um ponto de partida para as digressões tanto de Theotônio dos Santos quanto de Andreas Gunder Frank. Tal perspectiva é combinada com a análise de Ciclos de Longo Prazo de Nikolai Kondratiev e com a análise de Ciclos Históricos de Fernand Braudel.

A cisma com a emulação de modelos de desenvolvimento com as nações hegemônicas é um ponto similar entre ambas teorias, bem como o refute à hipótese do alcance do bem estar ser feito através da expansão capitalista. Enquanto teorias críticas e heterodoxas, ambas teorias percebem o modo de produção capitalista enquanto retro alimentador do subdesenvolvimento, haja visto que as transferências de insumos das periferias aos centros e a desigualdade inerente desse intercâmbio acentuam desequilíbrios e as contradições sociais. A polarização da estrutura de subordínio, notória do sistema capitalista, cria uma distância maior entre os Estados-Nação centrais e periféricos e uma concentração de acúmulo de riquezas em uma minoria concentrada.

A especialização dos fatores de produção em territórios centrais e a avaliação do tipo e do destino das importações é outro fator de similitude de ambas teorias. Essa pauta de balança comerciais levaria à estratégias políticas e políticas de manutenção da hegemonia de Estados-Nação centrais, as quais tanto os dependentistas quanto os sistêmicos rejeitam em suas digressões.

A acumulação mundial enquanto processo que compensa a diminuição do lucro com a redução do custo da mão de obra (em outras palavras, redução de salários) seria uma consequência dessas estratégias, onerando os trabalhadores dos Estados-Nações periféricos e favorecendo a uma burguesia menor que apenas repassa às lógicas de subordínio ao hegemom.

O ciclo dependente, que Ruy Mauro Marini havia preconizado, fora usado por Immanuel Wallerstein para analisar o tipo de papel que cada economia soberana ocupa no circuito mundial. Ainda que tal ponto de vista distanciasse da inserção das periferia nas redes de intercâmbio, que Raul Prebisch modelou, configura como similaridade entre essas áreas.

A Teoria do Sistema Mundo foi bem acolhida entre os pensadores da Teoria da Dependência, visto que elas se assemelham em eixos comuns de crítica ao sistema capitalista. Há quem apresente a análise sistêmica enquanto continuação do trabalho dos dependentistas, já que a visão do Sistema-Mundo aborda a relação entre as nações dos países centrais e periféricos dependentes sob certa égide socialista.

O conceito de sistemas e de modos de produção é o que diverge os dependentistas dos pensadores do Sistema Mundo. Ao priorizar contexto mundial enquanto um sistema concatenado em uma hierarquia cardinal, Wallerstein categoriza essa perspectiva de análise como um paradigma a ser conduzido para espectros mais profundos da teoria³.

A Teoria do Sistema Mundo não recorre aos raciocínios de classe que inspira a Teoria Marxista da Dependência, visto que esta contrasta com a visa estruturalista da

³ Ainda que tanto a Teoria da Dependência quanto a Teoria do Sistema Mundo analisem as estruturas que retroalimentam a desigualdade global, a lógica de desenvolvimento trimodal, que é um ponto trabalhado pela Teoria do Sistema Mundo, não é suficientemente desenvolvida na Teoria da Dependência. Este modelo explica a transferência de capital a escala mundial e explicita o subordínio de territórios periféricos às Estados Nações centrais através de alianças desequilibradas, tornando esses fatores atuam como superestruturas do modo de produção capitalista. Os dependentistas citam tal esquema sem aprofundar-se, ao citar o subimperialismo brasileiro e diferenciá-lo das demais economias periféricas e semiperiféricas latino-americanas que baseiam sua pauta exportadora em matérias primas e possuem graus díspares de especialização.

visão sistêmica. Dessa forma, ainda que a Teoria do Sistema Mundo se aproxima das noções marxistas de modos de produção, o qual foi utilizado pelos dependentistas latino-americanos para caracterizar as relações, as idéias de desenvolvimento de sociedade se divergem no conceito do Sistema Mundo. Logo, o marxismo seria o principal ponto de divergência entre dependentistas e os sistêmicos.

Wallerstein acata o Marxismo quando este analisa os modos de produção e as lógicas de acúmulo de capital e produção de valor, mas não compartilha com as visões radicalistas de erradicação do modo de produção capitalista nem em suas aplicações em governos. Além do mais, usar critérios das Ciências Naturais no pensamento social distancia-o mais da visão marxista dos modos de produção que é usado pelos dependentistas, visto que dita corrente aborda a contradição entre o desenvolvimento de forças produtivas e as relações sociais de propriedade como combinação de variáveis produtivas e confrontos de classe, bem como o papel dos sujeitos de um sistema ao outro.

Wallerstein aproxima do Marxismo ao adotar o sistema enquanto uma abordagem multidisciplinar, rompendo com a separação rigorosa entre as disciplinas e construindo seus conceitos de modo a reunificar as ciências sociais. Essa atitude leva-o a reivindicar o materialismo histórico-dialético e a Economia no campo de estudos do modo de produção capitalista, reconhecendo a importância histórica e demonstrando interesse nos processos de acumulação.

2. Repetição de Lógicas de Dominação e Subordinação

O comportamento de repetição de lógicas de poder que sempre remetem a uma dicotomia dominação-subordinação nas relações sociais é um comportamento social que denota momentos em que seres oprimidos repetem comportamentos de opressão que sofriam por seus opressores ao invés de erradicar a opressão como um todo.

Entre os países do Sistema-Mundo, essa lógica é perceptível nas relações de dependência e na infrutífera tentativa de mobilidade da periferia rumo ao centro. No que tange as relações de dependência, nota-se um *old same new* quando nações periféricas tornam-se semiperiféricas. É perceptível uma tendência dessas nações a repetir, com as nações periféricas vizinhas, os mesmos comportamentos que as nações centrais realizam com ela.

A divisão de centro e de periferia reforça esses laços, haja visto que é um comportamento em cadeia. Seja o centro subordinando o subimpério, este subordina as periferias. Como que uma forma de delegar os domínios, o centro finda por estabelecer-se em sua posição hegemônica no tabuleiro geopolítico internacional.

As revoluções tecnológicas, tais como a produção em larga escala e a melhoria nas infraestruturas, ocorre primeiro em nações centrais ou em áreas concentradas das nações semiperiféricas. Essas revoluções estabelecem um status que desses locais no Sistema-Mundo, ao passo que os capitais residuais produzidos neste se aplicam em territórios menos especializados.

Aplicados em indústrias de manufatura dos territórios semiperiféricos menos especializados, esses capitais se realizam em produções de produtos menos elaborados,

gerando uma remessa de lucros. Esses lucros são aplicados em setores agropecuários exportadores de territórios periféricos, que fornecem a matéria prima a ser retornada na produção manufatureira cujos produtos alimentam setores mais especializados da Economia

O capital transnacional havia sido tomado enquanto solução para esse cenário, haja visto que dava continuidade ao processo de substituição de importações e permitia uma realização da reprodução dos bens duráveis, de capital e intermediários.

Práticas de desenvolvimento econômico são aplicadas nas periferias e nas semiperiferias com o intuito de alçá-las ao ponto mais próximo possível de padrões de desenvolvimento centrais. Seja PSI, seja desenvolvimento hacia dentro, a aplicação de excedentes em indústrias mais especializadas e competitivas a nível regional eleva nações periféricas às condições semiperiféricas.

A integração do aparato produtivo nacional com as necessidades e interesses do capital internacional permitiu um desenvolvimento das indústrias de bens de consumo suculento. As empresas desse setor configuraram-se em monopólios periféricos ao operar em condições privilegiadas que lhes conferiram situações vantajosas diante dos seus concorrentes internos e diante das empresas dos outros países periféricos.

As empresas que operam em situação desvantajosa frente às empresas monopolistas periféricas perdem sua capacidade de concorrência e findam ou falindo ou sendo incorporadas ao monopólio. Dessa forma, o capital se torna mais centralizado e o monopólio regional se reforça.

Haja visto que muitas delas haviam buscado emancipação sob a justificativa de propulsão seu desenvolvimento sem ter que necessariamente responder a um hegemônico, questiona-se a soberania de um Estado Nação enquanto fator de desenvolvimento assim como a dependência supressar fronteiras territoriais.

A reestruturação dessa geopolítica e a análise da posição de cada território no tabuleiro do sistema-Mundo demanda uma atualização constante dos conceitos de “centro” e de “periferia”. Sendo esta uma lógica de desenvolvimento e de subdesenvolvimento entre os territórios da economia mundial, perpassam espectros de dominação e subordinação econômica e política que a Teoria da Dependência ilustra. Uma vez que estas nações aplicam estratégias de desenvolvimento para alcançar patamares mais centrais, a organização geopolítica que estrutura este tipo de trabalho é o cenário onde a Teoria do Sistema Mundo se discorre.

Esperava-se uma eliminação de barreiras e uma realização de produtos manufaturados que criasse demanda para uma própria oferta, mas as questões estruturais dessas nações (seja de infraestrutura e logística, seja de qualificação e estrutura social) cerceavam sua produção e não absorviam as demandas que geravam. Dessa forma, o excedente produzido era conduzido ao mercado externo em quase sua totalidade, acentuando a dependência dessas nações às nações hegemônicas, às subimperiárias e às semiperiferias, levando o volume de produção nacional aos mercados externos para que seja possível a sua realização.

3. Arranjo do Sistema Mundo Segundo o Capitalismo Dependente

O centro é uma área concentrada e centralizada que abriga setores mais avançados da economia mundial, possuindo indústrias de alta tecnologia e produção de altos volumes de capital excedente. Nesse centro, destaca-se a hegemonia, região mais integrada à economia mundial que todas as demais do centro.

As indústrias do centro pertencem a setores produtivos avançados no sistema de produção capitalista, pois sua concentração e centralização criam monopólios territoriais que influenciam o sistema capitalista com um todo. Os Estados-Nações à frente de tais territórios com essas características pertencem a esse "centro" na configuração do Sistema- Mundo, onde a produção seria altamente especializada e os capitais seriam considerados intensivos.

O aparelho estatal assegura a integração dos sistemas produtivos dessas indústrias, fazendo da remuneração do excedente do capital investido como um investimento para que a sua economia disponha de uma posição intermediária favorável no seu processo de desenvolvimento aliado à conjuntura internacional.

O capital estrangeiro se une ao capital nacional nesse momento através do Estado nacional sólido sem perpassar por relações de submissão. Ocorre um processo de arbítrio entre ambos capitais, que se combinam através de concentração e centralização e formam uma espécie de trust nacional.

A chamada "periferia", no outro extremo, seria uma área que corresponde aos territórios de baixo avanço tecnológico, os quais fornecem matérias primas em condição de extrativismo, mão-de-obra abundante pagas em salários diminutos, e grande parte de sua cadeia produtiva em setores elementares, tais como a agropecuária, a extração de matéria prima e manufatura.

O fato de essas indústrias pertencem aos setores mais elementares do modo de produção capitalista, implicando que esses territórios periféricos estariam absorvidos no modo de produção capitalista de forma tardia perante aos demais territórios que realizam uma extração e apropriação de capital de forma mais aprimorada.

Entre ambos pólos, surge o conceito de semiperiferia. Trata-se de uma região intermediária, onde uma parte de seu território incorpora elementos "centrais" e a outra parte incorpora elementos "periféricos". Sendo um ponto de interseção, a posição adotada pela hierarquia geopolítica seria determinada pelo Estado-Nação estabelecido. Dito de outra forma: para as nações "centrais", essa semiperiferia seria considerada "periferia" junto às demais. Para as nações "periféricas", contudo, essa semiperiferia seria considerada tão "central" quanto as demais.

Wallerstein indica as semiperiferias como aros de subida e descida no Sistema-Mundo, frisando a existência de formações intermediárias com desigualdade latente atreladas às nações hegemônicas para atender interesses das burguesias locais. Logo, elas podem ser um "subimpério" (região que replica as lógicas de domínio delegadas do "centro" no seu entorno "periférico") ou somente "semiperiferia" (região que conseguiu evoluir de uma condição periférica, mas sem politicamente influenciar uma lógica de domínio no seu entorno).

O subimperialismo ocorre em nações semiperiféricas que possuem níveis diferenciados de industrialização, de exportação de mercadorias especializadas e de emprego de tecnologia na produção em comparação com nações limítrofes para que se caracterize como um subimpério. Ao mesmo tempo, a nação deve conciliar os interesses de sua elite com os interesses da burguesia de fato imperialista através de negociações entre ambas. Para esse conciliamento ser feito, faz-se necessário um aparelho estatal que concatene os projetos de expansão econômica e de estabelecimento político dessa elite e os projete enquanto plano nacional através da persuasão e subordinação das demais classes sociais.

Quando a nação “semiperiféricas” adquire viés “subimperialista”, ela reproduz nas nações “periféricas” próximas os mesmos padrões de subordinação que lhes eram aplicados pelas nações do “centro”. Dessa forma, ao abandonar a posição de dominada, a nação passa a ser dominadora ao invés de romper a lógica de dominação. Uma forma de analisar esse domínio “semiperiférico” seria observá-lo enquanto uma forma que as nações do “centro” encontraram para delegar seus padrões de reprodução do capital, de modo que velhas características do modo de produção capitalista se repetem em novos territórios, fazendo com que o sistema se retroalimente e com que a mobilidade das nações seja na prática irrisória.

4. Mobilidades Periferia Centro e Decaimentos Centro Periferia

Nos movimentos em que o território central permanece em sua posição de dianteira no tabuleiro geopolítico, é notada a presença da hegemonia. Essa hegemonia implica em um absolutismo em que toda forma de reprodução do capital inicia e finda na mesma. O excedente usado para ser realizado no investimento de setores parte. Dessa forma, o Estado-nação hegemônico assume uma condição destacada perante a todos os outros da economia mundo. Perante aos Estados-Nação do centro, esse hegemom é um espaço de liderança cujos estados-nação se subordinam a ele em última instância.

A pauta de exportação desses países é composta de produtos de alta tecnologia e seus manufaturados. A produção desses países leva-se a sediar núcleos de reprodução e acumulação de capital, cujo excedente reforçara as estruturas soberanas de poder e criaria uma superestrutura necessária para estabelecer monopólios. Através de monopólios e centralização de capital, as indústrias desse tipo de produto produzem um excedente de capital que é investido nos países centrais através de sistemas de crédito e de capital financeiro.

Cada ciclo de acumulação sistêmico já apresentou um ou dois hegemonos, sendo que a grande maioria se encontrava no continente europeu. No atual Ciclo Sistêmico de Acumulação, os Estados Unidos cumpririam esse papel de hegemom. Operando em conjunto, as nações centrais operam de forma complementar a essa hegemonia, retroalimentando o seu excedente e replicando-o em investimentos na periferia. As nações fundadoras da União Européia, bem como o Japão, formam esse centro.

De forma análoga, há Estados-Nação inseridos em territórios centrais que possuem comportamentos periféricos diante do seu contexto. Mesmo com os

condicionantes empíricos de uma nação central, e com um grau produtivo considerado acentuado para os padrões de um Sistema-Mundo, sua pauta de exportações e sistema de crédito está sempre atrelada a uma nação hegemônica ou uma nação central mais especializada na economia mundo. A nível mundial, suas relações multilaterais são escassas e sua participação na balança comercial mundial torna-se irrisória.

As nações dos chamados PIIGS e os países da Europa Oriental são exemplos deste tipo de Estado-Nação, uma vez que seu sistema de crédito é atrelado a um Banco Central Europeu sediado em uma nação central dentro do bloco. Na Ásia, nações de desenvolvimento recente (a exemplo da Singapura) tem comportamento similar. Austrália e nova Zelândia adentram a esse cenário, haja visto que sua pauta exportadora não é tão especializada quanto as demais nações centrais. Haja visto que o sistema de crédito do Canadá tenha forte participação de capitais estadunidenses, convém adicioná-los nessa categoria.

As tentativas de mobilidade dentro do Sistema Mundo resultaram infrutíferas quando realizadas por semiperiferias. Segundo Theotônio dos Santos (1970), As nações periféricas e semiperiféricas do continente romper com o padrão de domínio, mas preferiram almejar sair de sua lógica de subordinação para uma lógica de domínio. O objetivo de tais nações seriam romper com os grilhões da dominação hegemônica, mas na prática, o que se nota foi a realização de subordinação similar ao de uma nação central.

Surgi processos de monopólio dos setores mais dinâmicos, e maior investimento estrangeiro nesses setores. A priori, esse movimento teria como objetivo desenvolver tais setores dinâmicos. Na prática é visto que as semiperiferias que realizaram esse processo de monopólio em seus setores mais concentrados passaram a ter comportamentos de subimpério. Os capitais excedentes realizados ali viriam a ser injetados nos setores econômicos mais dinâmicos dos países periféricos vizinhos, em um processo de exploração e subordinação similar ao realizado por parte do centro.

Seguindo essa lógica de raciocínio, convém deduzir um princípio de delegar domínio através desse tipo de dinâmica. Por conseguinte, tal satisfação entrou em concomitância com os interesses da burguesia global, que perpetuava e retroalimentava os padrões de dependência nessa sorte de transações.

Bambirra (1984) afirma que apenas o Brasil foi o país latino-americano que reuniu os aspectos posição de subimpério. Seu protagonismo, assumido com os diversos capitais que lhe forjaram, permitiu que um projeto político subimperialista através de exportações e de investimentos em setores econômicos elementares. o que suporia certo domínio político-militar por parte do país subimperialista.

No passado o Brasil fora uma periferia que adotou um viés emergente etapista, com um processo de substituição de importações que possuía pontos de estrangulamento. Tais pontos, que afetavam diretamente o processo de industrialização brasileiro, eram de ordem de acumulação de capital nacional a ser invésido em bens duráveis.

Os setores estratégicos e dinâmicos da economia brasileira impulsionam a posição subimperialista brasileira, ainda que a forte presença do capital estrangeiro perpetue a economia nacional e uma dependência semiperiféricas. Desse modo, o Brasil passou a

exportar os produtos manufaturados que produzia por causa do trust capitalista nacional para os demais países da América do Sul. Esse comportamento da balança comercial do país satisfaz os interesses da elite nacional, já que eram sinônimos de maiores lucros.

O processo de estagnação da periferia decorre dos setores produtivos onde elas se especializam não serem atraentes ao mercado global, tornando-a dependentes de mercados regionais. Enquanto que o mercado demandava uma concentração de renda para que a expansão de capital realizasse uma especialização produtiva, o aparelho estatal aplicava mecanismo que conduziam a u benefício de setores industriais específicos que sustentassem essa expansão. Uma vez que produzir e exportar mais não implica em um impulso qualitativo de um Estado Nação, nota-se a estagnação do mesmo.

Assim como há regiões que estagnou-se economicamente e não consegue sair de sua condição periférica, é possível notar certo crescimento econômico em regiões pontuais e que almejam uma condição de "semiperiferia". Essas regiões apresentam condições que lhes afastavam do Sistema-Mundo, mas que passa a inserir-se mais centralmente no modo de produção capitalista ao centralizar sua produção, especializar sua pauta produtiva aos países semiperiféricos e subimperialistas cercanos, e industrializar-se gradativamente em bens de consumo imediato.

Tais medidas possuem ordem estrutural na burguesia desses territórios, bem como a falta de capital nacional somada à um mercado competitivo que possui predileção a outros produtos mais especializados ou de parceiros mais estratégicos. Criam-se gargalos aos avanços que seriam superados com uma emancipação desses meios.

Na América do Sul, esse projeto político nacional implicou em padrões de intercâmbio desiguais formados através de trustes consolidados pelo aparelho estatal brasileiro. Esses países, portanto, remanesceram em condições de inferioridade e desvantagem face à divisão internacional do trabalho mesmo apesar de surgirem maiores quantidades de valor comercializadas.

Nações latino-americanas economicamente menos expressivas e periféricas dentro do seu contexto regional sofrem esse processo de estagnacionismo. Enquanto a produção de bens de consumo suntuário era atraente ao consumo d mercado hegemônico estrangeiro, as nações latino-americanas especializaram-se nesse tipo de produção de bem (inclusive o Brasil em primeiro momento).

Conclusões

Ao analisar as inserções do centro, da periferia e das nações intermediárias nas práticas produtivas e no tipo de produto que se especializam sua pauta econômica, ambas teorias descrevem uma polarização territorial que se configura e se dinamiza. A retroalimentação do subdesenvolvimento e a estratificação das burguesias, bem como a luta de classes destas com as classes trabalhadoras, são características inerentes de ambas.

A Teoria da Dependência e a Teoria do Sistema se diferenciam no que tange à abordagem do sistema fechado e do modos de produção contraditórios. A hierarquização cardinal e as crises enquanto prelúdios de encerramento de ciclos sistêmicos são também

pontos que apartam ambas teorias. Sobretudo, a abordagem marxista da Teoria da Dependência é o ponto dorsal que a diferencia da Teoria do Sistema Mundo,.

Enquanto que a luta de classes e a distância entre as mesmas se acentuam de acordo com a Teoria da Dependência, a atomicidade dos ciclos longos se alinham aos ideais característicos da Teoria do Sistema Mundo. As estratégias políticas dos Estados-Nação, bem como os conceitos de soberana e emancipação de Estados-Nação, fazem refletir sobre o tipo de desenvolvimento econômico e relações almejamos para nosso Estado-Nação.

Referências Bibliográficas

- ARRIGHI, Giovanni *O Longo Século XX*. Rio de Janeiro. Contraponto. 2005
- BAMBIRRA, Vânia. *O Capitalismo Dependente Latino-americano*. Florianópolis. Insular, 1984
- DOS SANTOS, Theotonio dos. *Teoria da Dependência: Balanço e Perspectivas*. Obras Escolhidas. V.1. Florianópolis. Insular. 2000
- DOS SANTOS, Theotonio. *Imperialismo y Dependencia*. Caracas. Ayacucho, 2011
- GUNDER FRANK, Andreas. *Reflexões sobre a Crise Mundial*. Rio de Janeiro. Zahar. 1983
- MARINI, Ruy Mauro. *Subdesenvolvimento e Revolução*. Florianópolis. Insular. 1977
- WALLERSTEIN, Immanuel. *El moderno sistema mundial, tomo I*. México: Siglo XXI, 1979.

Realização:



**Grupo de Pesquisa em Economia
Política dos Sistemas-Mundo**
Universidade Federal de Santa Catarina

Apoio:

